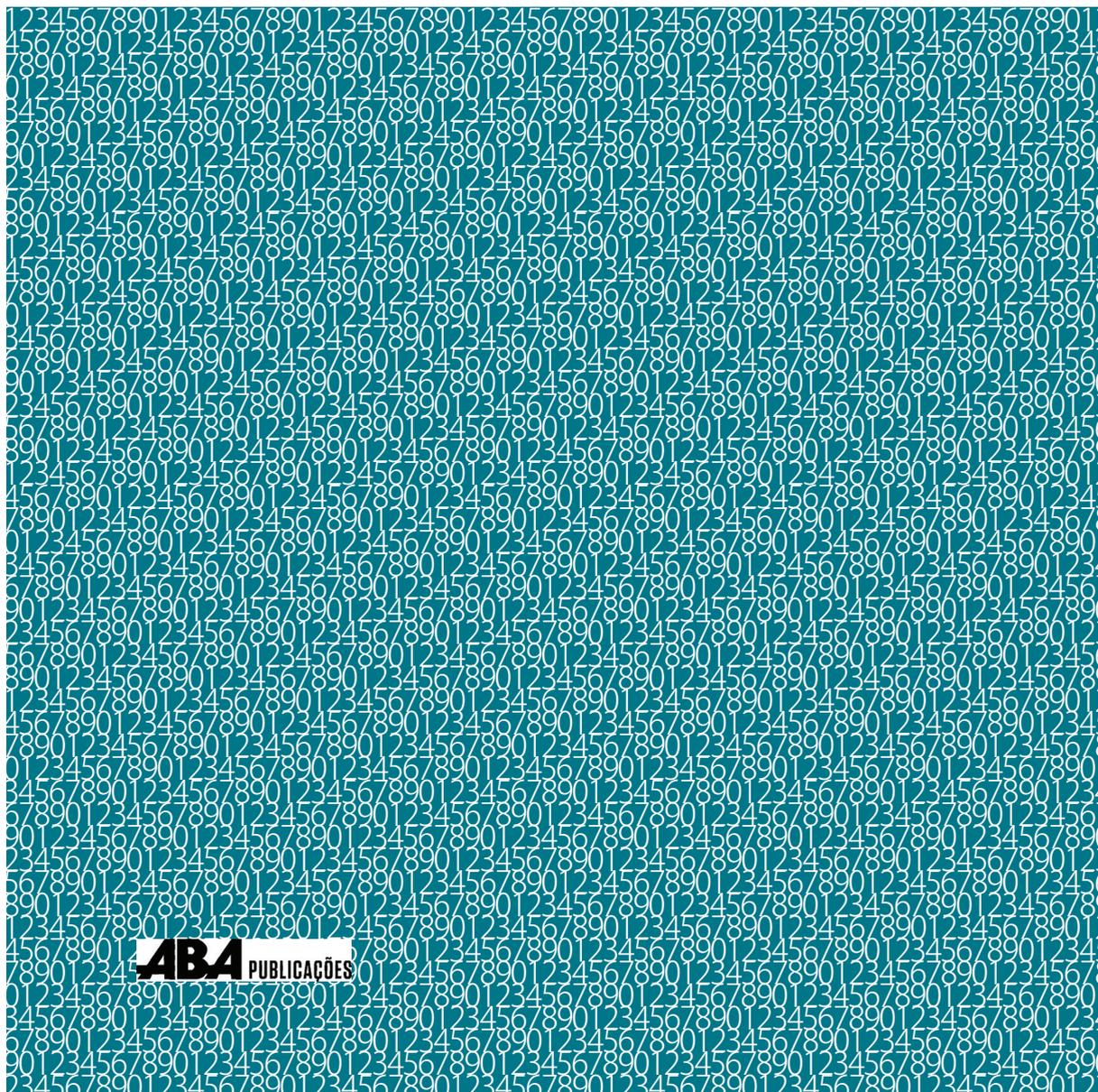


# Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura

**Jean Segata**  
**Theophilos Rifiotis**  
(organizadores)



## **ABA PUBLICAÇÕES**

### **Associação Brasileira de Antropologia – ABA**

Presidente: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Vice-Presidente: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

### **Comissão de Projeto Editorial**

Coordenador: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Vice-Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Patrice Schuch (UFRGS)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Patrícia Costa (revisão e normalização)

### **Conselho Editorial**

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)

Fábio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPE)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

### **GRUPCIBER**

Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia

Coordenador: Theophilos Rifiotis (UFSC)

Vice-coordenador: Jean Segata (UFRGS)

### **NECOM**

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Comunicação do BOM JESUS/IELUSC

Coordenadora: Maria Elisa Máximo (IELUSC)

P769 Políticas etnográficas no campo da cibercultura / organizadores

Jean Segata, Theophilos Rifiotis. – Brasília : ABA

Publicações ; Joinville : Editora Letradágua, 2016.

208p.

ISBN 978-85-7802-074-3

1. Antropologia. 2. Cibercultura. 3. Etnografia. I. Segata, Jean (org.). II. Rifiotis, Theophilos (org.). III. Título.

CDD 301

# **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**

**Jean Segata**  
**Theophilos Rifiotis**  
(organizadores)

**ABA** PUBLICAÇÕES

Brasília/DF

2016

[...] la historia es una red y no una vía.  
**Jorge Drexler**

## Sumário

### 07 **Apresentação**

Cibercultura e Políticas Etnográficas

Jane Felipe Beltrão

### 09 **Introdução**

Antropologia e Cibercultura

Jean Segata

Theophilos Rifiotis

Capítulo 1

### 21 **Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura**

Arturo Escobar

Capítulo 2

### 67 **Faturas/Fracturas: da noção de rede à noção de vínculo**

Bruno Latour

Capítulo 3

### 91 **Dos Cibernautas às Redes**

Jean Segata

Capítulo 4

### 115 **Desafios Contemporâneos para a Antropologia no Ciberespaço: o lugar da técnica**

Theophilos Rifiotis

Capítulo 5

129 **Etnografia no Ciberespaço como “Repovoamento” e Explicação**

Theophilos Rifiotis

Capítulo 6

153 **Revisitando o Floresta Digital: notas sobre o esforço de uma descrição sociotécnica**

Dalila Floriani Petry

Capítulo 7

191 **O “paciente informado”: primeiras notas de um estudo etnográfico**

Maria Elisa Máximo

208 Sobre os autores

Apresentação

# CIBERCULTURA E POLÍTICAS ETNOGRÁFICAS

**Jane Felipe Beltrão<sup>1</sup>**

*Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*, organizado por Jean Segata e Theophilos Rifiotis, traz a público pertinentes interrogações sobre a etnografia no campo da cibercultura. Pesquisadores/as dedicados/as ao campo articulam o esgarçamento da compreensão referente à fronteira estabelecida entre antropologia e comunicação. As questões são entretecidas entre o estudo da técnica produzida por Marcel Mauss e o modo como a antropologia entra no ciberespaço, meio receosa sobre o que encontraria nas “novas técnicas” que intermediam as relações, antes estudadas presencialmente.

No Brasil, apesar dos prenúncios dos textos de Escobar e de Latour – agora traduzidos, a postura foi cética em relação às possibilidades de revelação. Aos poucos, o Grupo de Pesquisa em Antropologia do Ciberespaço (GrupCiber), da Universidade Federal de Santa Catarina, e a Associação Brasileira de Pesquisa em Cibercultura (ABCiber) abriram caminhos a partir de pesquisas sobre os temas candentes que, ao “etnografar” os espaços das redes que “laçam e enlaçam” pessoas em suas malhas sutis e encantadoras, auxiliaram sobremaneira a constituição de um campo de trabalho para antropólogos/as que aceitaram o desafio e pouco se importaram com as desconfianças sobre revelações

<sup>1</sup> Antropóloga e historiadora, docente associada à Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Belém. Pesquisadora do CNPq. Vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) gestão 2015/2016. Contato: janebeltrao@gmail.com.

possíveis, hoje, comunicadas ao público. Claro, o “movimento pendular” não cessou! Afinal, o mundo novo e as mudanças continuam a assustar.

Ao conferir o selo ABA ao trabalho dos autores que escrevem na coletânea, espera-se contribuir ao debate “[...] sobre a especificidade e a validade da observação de campo *on-line*, sobre a pesquisa com avatares, sempre contrastando, em termos absolutos, com as pesquisas realizadas com contatos face a face, diga-se, *off-line*.” (RIFIOTIS, 2016, p. 86)<sup>2</sup>.

Em 2016, é impossível desconhecer os trabalhos recentes sobre o tema e a importância deles na formação de novos profissionais no Brasil, basta ver as dissertações e a *tese* recém-saídas dos programas de pós-graduação em antropologia e sob a influência da antropologia, a produção na comunicação e no direito. Portanto, urge ler sobre o campo da cibercultura e entrar de “forma moderna” no debate.

<sup>2</sup> RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e “explicação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *on-line*, v. 31, p. 85-98, 2016.

## Introdução

# ANTROPOLOGIA E CIBERCULTURA

**Jean Segata**

**Theophilos Rifiotis**

Nos últimos 20 anos, estudos no campo da cibercultura ganharam evidência no Brasil a partir de disciplinas como a sociologia, a comunicação, a filosofia, a antropologia e as artes. Temas como o da realidade virtual, da Comunicação Mediada por Computador (CMC), da internet e dos seus dispositivos, como também aqueles da inteligência artificial, do pós-humano e da elasticidade da vida – nos laboratórios ou no ciberespaço – são os mais recorrentes. Desde *e-mails*, *chats*, *blogs* e listas de discussão, transações bancárias, desenvolvedores de *softwares* e jogos eletrônicos, tecnologias da imagem, a produção e difusão artísticas, dispositivos móveis e seus aplicativos, as redes sociais e suas formas de lazer, ativismo e politização ou ainda toda a sorte de ciborgues que vem se multiplicando pela expansão cada vez mais pervasiva e ubíqua dessas tecnologias. Nessa linha, hibridismos com os corpos humanos em próteses de múltiplos tipos e finalidades são também exemplos de como os estudos do campo da cibercultura mesclam a ficção científica, a ideia de futuro e as transformações concretas da vida contemporânea. Não por menos, esse campo tem sido dinâmico, desafiador, controverso e mobilizador de debates intensos em eventos e publicações.

O GrupCiber é um pioneiro da antropologia no campo da

cibercultura no Brasil, e, desde a sua constituição em 1996, vem enfrentando os desafios e possibilidades colocadas pela cibercultura, em pesquisas cuja chave mestra é a etnografia. Deslocando o debate generalista, extralocalizado e autoexplicativo que caracteriza tradições ensaísticas sobre as quais parte dessa produção tem sido desenvolvida, a etnografia posiciona e situa a cibercultura para o lugar onde ela é produzida e significada cotidianamente, ou seja, nas práticas, experiências e sensibilidades da vida vivida e não daquela imaginada. Ali, onde pessoas, artefatos e outros seres são cruzados e coproduzidos com e pelas tecnologias digitais, a antropologia reivindicada pelo GrupCiber é aquela que põe em revisão constante a sua agenda de teoria, método e atuação. Esse tem sido o esforço empreendido pelo grupo ao longo destes anos e, por conseguinte, tornou-se o eixo estruturante das nossas atividades. Trata-se da defesa de *políticas etnográficas para o campo da cibercultura*, e é o que procuramos sistematizar ao longo do presente livro<sup>1</sup>.

Quando pensamos na elaboração dessa obra, tínhamos em mente recuperar apenas um percurso mais recente do GrupCiber que se desenhou em torno de um diálogo com a *Teoria Ator-Rede*. Ele reflete

<sup>1</sup> O GrupCiber – *Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia* foi criado e registrado no Diretório de Grupos do CNPq em 1996, a partir do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Desde então, executou diversos projetos de pesquisa no campo da cibercultura, que resultaram em trabalhos de iniciação científica, conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pós-doutorado, artigos em diversos periódicos nacionais e internacionais, capítulos e livros. Além das publicações, o GrupCiber organizou eventos próprios – os seminários Mapeando Controvérsias Contemporâneas na Antropologia, na UFSC – como também coordenou mesas e grupos de trabalhos em importantes eventos da disciplina. Esse é o caso de atividades organizadas em edições da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), em reuniões anuais da ANPOCS, em eventos da Associação Latinoamericana de Antropologia (ALA), da Rede AMLAT (Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina), da Association Française d’Ethnologie et d’Anthropologie (AFEA) e nos simpósios nacionais da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura), entidade da qual o grupo participou da fundação e esteve à frente nos seus primeiros anos de funcionamento por meio da vice presidência. Atualmente, o GrupCiber é coordenado pelos professores Theophilos Rifiotis (UFSC) e Jean Segata (UFRGS). Os projetos em andamento, publicações, eventos e novidades podem ser encontradas na página do grupo: <[www.grupciber.net](http://www.grupciber.net)>.

a agenda de pesquisas que passamos a dimensionar após a publicação da nossa primeira coletânea – *Antropologia no Ciberespaço* – que resumia a nossa primeira década de trabalhos (RIFIOTIS *et al.*, 2010). Contudo, um exame crítico e a constatação da necessidade de ampliar os debates, visando contribuir para a consolidação do campo da cibercultura, nos levou a concluir que uma das inspirações para o debate em torno de políticas etnográficas já estava germinada em nossas pesquisas desde um conjunto de questões apresentadas por Arturo Escobar em seu conhecido artigo, *Welcome to Cyberia*, de 1994, que é o primeiro capítulo do presente livro. Há mais de duas décadas, a publicação desse trabalho na sessão de debates do *Current Anthropology* anunciava um desafio para a disciplina: a etnografia da cibercultura. Para Escobar, esse era um campo que articulava a *tecnosocialidade*, compreendida como um processo de construção sociocultural associado às tecnologias da computação e da informação e a biossocialidade, entendida como desdobramento da biopolítica que ganhava era ressignificada como uma nova ordem de produção da vida, da natureza e do corpo através de intervenções tecnológicas fundamentadas na biologia. Afinal de contas, perguntava-se ele, quais práticas têm sido articuladas em torno da cibercultura e que mudanças elas produzem na constituição das pessoas e em suas relações? Como o uso cada vez mais crescente de computadores e de seus dispositivos e das tecnologias de modificação da natureza, pensados de forma global, tem configurado questões locais e particulares – grupos étnicos, classe, gênero e práticas de saúde, dependência tecnológica, etc.? *Avant la lettre*, Arturo Escobar compreendia que a etnografia seria um modo privilegiado de pesquisa para campo da cibercultura, ao colocar a antropologia em condições de formular questões e respostas mais complexas sobre as importantes transformações da vida social naquela virada de milênio. Por essa razão, abrimos essa coletânea com a tradução do seu *Welcome to Cyberia* – incontestavelmente atual, ainda que escrito em um tempo da cibercultura em que sequer tínhamos a comercialização dos serviços de internet ou quando os computadores

ainda eram uma grande novidade<sup>2</sup>.

Diante de tal projeto para a antropologia, entendemos no GrupCiber que as perspectivas analíticas definiam um quadro de desafios teóricos e metodológicos, e mesmo epistemológicos, para os estudos da cibercultura. Para nós, ele deveria ser encarado, no seu conjunto, como uma possibilidade para a própria antropologia rever conceitos e métodos de pesquisa, e a própria natureza do conhecimento antropológico, num movimento que, no limite, poderia ser colocado em paralelo com o quadro de mudanças introduzidas pela chamada “antropologia urbana” dos anos de 1960 e 1970 e suas implicações fundamentais para a disciplina e para o estudo das “sociedades urbano-industriais”. Naquele momento de formação do grupo tínhamos como interlocutora principal a comunicação – disciplina que muito cedo reivindicou o campo da cibercultura – e o nosso investimento etnográfico se deu num esforço de repensar as estratégias de pesquisa praticadas na chamada antropologia urbana. A busca de constituir uma entrada antropológica nos permitiu problematizar os termos dos debates em curso naquele momento, tipicamente condensada em termos como “comunidades virtuais” e “netnografia”. Isso ajudou em termos de elaborar mais sistematicamente os fundamentos teóricos para o ciberespaço, e a desenvolver estratégias específicas de pesquisa que nos permitissem avançar na problematização do campo (RIFIOTIS, 2010). Além do mais, recompondo o quadro dos desafios enfrentados, temos de destacar a “desconfiança” com que nos primeiros anos a proposta do GrupCiber foi recebida entre nossos colegas antropólogos, para os quais ainda estava em questão a etnografia rea-

<sup>2</sup> Trata-se de debates dentro do campo antropológico iniciados no final dos anos 1980 e desenvolvidos em várias frentes desde o início dos anos 1990 em torno da relação sujeito-objeto, natureza-cultura e sociedade-técnica. Como apresentado em vários capítulos do presente livro, estamos frente a um conjunto de autores cujos esforços em sistematizar questões sobre a multiplicidade da agência, as redes sociotécnicas e a escrita antropológica às quais nos propomos com a presente coletânea a fazer eco para consolidar a pesquisa no campo da cibercultura. Nos referimos aqui principalmente aos trabalhos fundadores de Donna Haraway, Marilyn Strathern, Bruno Latour, Madeleine Akrich e Michel Callon.

lizada sem as interações face a face. Num certo sentido para eles “não havia gente no ciberespaço” e tampouco seria possível um trabalho etnográfico com interações mediadas pelas plataformas e ambientes de interação *on-line*. Com o desenvolvimento dos trabalhos iniciais, foi possível conquistar a necessária adesão na área para que os trabalhos que desenvolvíamos fossem considerados etnográficos, inclusive valorizando-se a condição de “nativos” do ciberespaço<sup>3</sup>.

Com o desenvolvimento de etnografias em listas eletrônicas de discussão, chats, blogs, Orkut e Twitter acumulamos experiência e reflexão crítica suficiente para em 2008, no exato momento em que se consolidavam os estudos da cibercultura, através de grupos de trabalho, mesas-redondas em eventos científicos, e publicações, sem falar na fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber)<sup>4</sup>, na qual o nosso grupo está intimamente ligado desde a sua fundação, chegamos a um ponto crítico. Fazendo um balanço crítico de mais de dez anos de pesquisas, e acompanhando a literatura de ponta da antropologia que se apresentou no período, chegamos a uma conclusão: a estratégia de pesquisa que vínhamos desenvolvendo nos conduziu, contra o nosso projeto inicial, à separação do social e da técnica. Tratar o primeiro como domínio dos humanos e de tudo o que dele se adjetivasse – como social, relação social, sociabilidade, etc., mantendo em segundo plano, a “técnica”, que respondia pelos *hardwares*, *softwares* e demais artefatos, que eram reduzi-

<sup>3</sup> As inspirações do grupo, de início, vinham da Escola de Chicago e da Escola de Manchester; da *sociabilidade* de Simmel (2006); das redes de Barnes (2009); chegando ao *campo de possibilidades* de Velho (1999) ou aos *pedaços, manchas e trajetos* de Magnani (2008). O que fazíamos em termos de estratégia etnográfica era mimetizar na internet os desafios, dilemas e perspectivas que foram centrais nas pesquisas antropológicas em meios familiares e urbanos, em diálogo direto e aberto com as novas perspectivas que se abriam sobre *etnografia virtual* e *netnografia*, em autores como Luciano Paccagnella (1997), Christine Hine (2000; 2005), Steve Jones (1999), Daniel Miller & Don Slater (2000), Robert Kozinetz (2007; 2010). Mas, à medida em que nos púnhamos mais fortemente a sistematizar essa discussão metodológica, sobressaía-se a centralidade da ideia noção de *rede sociotécnica* em nossos trabalhos. E isso nos conduziria a um novo estágio de discussão, com forte inspiração nos *Science Studies*, notadamente, na forma em que Bruno Latour complexificou a discussão por meio da *Teoria Ator-Rede*.

<sup>4</sup> Cf. informação disponível em: <[www.abciber.org](http://www.abciber.org)>.

dos então a uma uma espécie de novo cenário tecnológico com novas potências para a ação humana. Foi apenas a partir da aproximação com as críticas firmadas com a *Teoria Ator-Rede* que nossa etnografia passou a ser tratada em termos de rastreamento e descrição de associações entre humanos e não humanos, permitindo a extração de algumas consequências da ideia que fazíamos de pesquisar “redes socio-técnicas”, exigindo-nos conseqüentemente uma revisão sobre o próprio campo da cibercultura.

Assim, se a recuperação de uma reivindicação etnográfica para a pesquisa no campo da cibercultura é uma questão-chave desse livro, pensá-la de forma sociotécnica assume igual importância. Reposicionar algumas das questões que norteavam nossos trabalhos até meados da década passada sob o efeito da Teoria Ator-Rede trouxe-nos outros desafios: como pensar com redes sociotécnicas as “redes cibernéticas da internet” ultrapassando uma divisão fundamental que se atualizava nesse campo – a saber, o sócio (humanos) e o técnico (artefatos)? Como “repovoar” a etnografia no campo da cibercultura tornando evidentes as associações entre humanos e não humanos no curso das ações? Evidentemente, era preciso problematizar a ideia de agência como qualidade humana e de social pensado como o estabelecimento de vínculos entre eles. Em medida mais crítica, foi preciso problematizar a própria ideia de vínculo entre humanos e não humanos e sua semiótica polarizada entre uma forma negativa de dependência (determinismo/ação de artefato sobre um humano) ou positiva de emancipação (de agência humana sobre a inércia do artefato). Emblemático e esclarecedor para essa discussão era o texto de Bruno Latour, intitulado *Factures/fractures: de la notion de réseau à celle d’attachment*, do fim dos anos de 1990, que também traduzimos para esta coletânea (segundo capítulo). Como ficará evidente no percurso teórico metodológico que é reconstituído por Jean Segata no terceiro capítulo, Arturo Escobar e Bruno Latour são o centro de apoio para os desafios enfrentados pelo GrupCiber em sua trajetória.

Na sequência, procurando fundamentar a mudança de perspectiva analítica do GrupCiber, Theophilos Rifiotis propõe uma releitura da

perspectiva antropológica clássica da abordagem da técnica e o questionamento da noção moderna de objeto-técnico aplicado ao ciberespaço, que é o quarto capítulo deste livro. Em última instância, o que se colocou em debate foram as noções de “uso”, “apropriação” e “representação” dos objetos técnicos nos estudos antropológicos no ciberespaço. Para ele, nesse campo, a antropologia tinha como ponto de partida a “comunicação mediada por computador”, que, explicita ou implicitamente, pressupunha uma exterioridade dos objetos técnicos e reduzia a agentividade apenas aos seres humanos. A reflexão crítica que Rifiotis apresenta no quinto capítulo, parte de uma dupla inspiração teórico-metodológica: em primeiro lugar, tomando como referência a matriz clássica inaugurada por Marcel Mauss sobre a técnica nas “sociedades tradicionais” e analisando a especificidade atribuída à condição moderna com relação à técnica e em um segundo momento, e complementarmente, o seu texto avança no sentido de sistematizar os debates contemporâneos sobre agência e os limites da dicotomia humano/técnico, especialmente a partir das obras de Bruno Latour, notadamente a partir da noção de ciborgue.

As consequências mais amplas sobre as questões colocadas no seu trabalho sobre o lugar da técnica na antropologia do ciberespaço, Theophilos Rifiotis apresenta no quinto capítulo, no qual ele traz uma reflexão sobre a etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. Nesse trabalho, o autor procura discutir os pressupostos e impasses de uma etnografia que se proponha a enfrentar o desafio da multiplicação de agências, entre humanos e não humanos, a formação de redes e a própria ideia de uma descrição que seja suficiente em si mesma e não necessite de uma explicação que venha a atribuir um sentido ao observado em campo. Partindo dos fundamentos da Teoria Ator-Rede, o autor propõe que a etnografia deixe de ser uma atividade eminentemente interpretativa para se tornar uma descrição das conexões em que actantes (“humanos” e “não humanos”) que se inscrevem no curso da ação. A problemática do “repovoamento” dos elementos visibilizados pela descrição (além dos “humanos”), os dilemas da escrita sobre a ação e a agência, entendidas como o que ou quem “faz fazer”,

além das exigências colocadas pela descrição de redes por meio dos traços deixados pelos actantes, exigem uma revisão do fazer etnográfico que colocaremos em debate. Assim, serão especialmente abordadas no artigo a noção de simetrização e de descrição com foco na ação, procurando sistematizar os fundamentos de uma etnografia da ação.

No sexto capítulo, retomando as questões colocadas anteriormente, Jean Segata discute a necessidade de repensarmos a própria noção de cibercultura numa chave sociotécnica. Trata-se de uma crítica que, num primeiro momento, era mais restrita e estava diretamente em diálogo com os interesses do campo da comunicação, ela passa a ser fixada nos limites da constituição e da consolidação de uma antropologia no ciberespaço (RIFIOTIS *et al.*, 2010). Assim, recuperando a elasticidade semântica com a qual Arturo Escobar pensa o campo – caracterizado pela emergência de tecnologias da computação e aquelas de controle e modificação da natureza – as pesquisas do grupo “saem” da internet e seus dispositivos e passam a situá-lo em contextos mais amplos. Nesse caminho, o sétimo e o oitavo capítulos dessa coletânea, de autoria de Maria Elisa Máximo e de Dalila Floriani Petry, respectivamente, são exemplos disso. O trabalho de Máximo apresenta alguns passos de um estudo etnográfico sobre as formas de acesso e de interação com os conteúdos de saúde disponíveis na web. Num cenário marcado pela crescente disponibilização e busca de conteúdos específicos, a sua pesquisa identifica como as pessoas buscam conteúdos de saúde na internet e reconfiguram suas posições diante de profissionais de saúde e serviços. A temática vem ganhando destaque nas mídias e uma evidência disso é a consagração da expressão “Dr. Google”, afinal, esta ferramenta de busca constitui-se como o canal por excelência para a procura de respostas para problemas de saúde, construção de diagnósticos e para a pesquisa de possíveis tratamentos e/ou soluções. Como argumenta Máximo, se por um lado, muitos atores do campo biomédico questionam sobre a validade e a confiabilidade das informações e conteúdos disponíveis, implicando em riscos de autodiagnósticos equivocados e preocupações infundadas, por outro lado, há aqueles que reconhecem as possibilidades oferecidas pela web para potencializar e horizontalizar a participação nas toma-

das de decisões entre médicos e pacientes. Nessa rede de relações e múltiplas agências encadeada entre pessoas, web, conteúdos, serviços de saúde dentre outros, percebem-se redefinições nos papéis usualmente desempenhados pelos diferentes agentes envolvidos no atendimento à saúde, bem como um processo de simetria destas relações. Já o trabalho de Floriani Petry revela as complexidades da inclusão digital e de como ela pode fazer aparecer aspectos que são próprios do contemporâneo, como a necessidade de estar conectado à internet para, assim, integrar o mundo globalizado. Compreendida como parte fundamental dos processos de inclusão social, ou ainda como um direito constitucional dos cidadãos, há uma série de iniciativas governamentais cujo propósito central é o de promover a inclusão digital a partir, primordialmente, de estruturas de acesso à internet. O seu trabalho pormenoriza uma descrição sociotécnica do Floresta Digital, uma política pública de inclusão digital do Estado do Acre, a fim de evidenciar, nos seus processos, os coletivos que são associados e os atores (humanos e não humanos) que são mobilizados para esse programa colocar-se em ação. A (auto)crítica que a autora faz sobre a escrita, exemplifica os limites e dificuldades da produção de um relato que se pretende sociotécnico, tema que também é desenvolvido por Theophilos Rifiotis no oitavo e último capítulo desta coletânea. Para ele, a problemática do “repovoamento” dos elementos visibilizados pela descrição (além dos “humanos”), os dilemas da escrita sobre a ação e a agência, entendidas como o que ou quem “faz fazer”, além das exigências colocadas pela descrição de redes por meio dos traços deixados pelos actantes, exigem uma revisão do fazer etnográfico. Para tanto, Rifiotis coloca em debate nesse capítulo a noção de simetria e de descrição com foco na ação, procurando sistematizar os fundamentos de uma etnografia da ação.

Finalmente, o que essas duas décadas de pesquisa nos têm mostrado é que a cibercultura produziu efeitos na antropologia, ainda que sejam uma disputa em aberto e um desafio sempre anunciado. Há alguns anos, formávamos um campo muito peculiar na antropologia, com um tema muito específico de pesquisa e de busca da formação de um campo especializado. Falar em cibercultura era, por assim dizer,

falar de outra dimensão da vida social, outra realidade. Tanto na nossa redução ao ciberespaço como na definição elástica de Escobar que aqui apresentamos, o campo da cibercultura parecia bastante circunscrito e delimitado. Os seus nativos – particularmente os nossos, os “cibernautas” – eram um tipo muito exótico, como também era exótica a antropologia que deles tratava. Mas, atualmente, quando os mais diversos campos e temas de pesquisa antropológica passam a ser atravessados pelo uso da internet e seus dispositivos, pela intervenção cada vez mais flagrante de novas tecnologias, o debate sobre a pesquisa antropológica em cibercultura se torna urgente e mais abrangente. Exemplo disso, é a presença de pesquisadores do campo da etnologia indígena, das relações de gênero, dos movimentos sociais e ativismos, da performance, da antropologia da arte, do consumo, da antropologia urbana, etc., nas atividades que temos organizados em diversos eventos ou mesmo nas demandas de orientações de novas pesquisas.

Em resumo, nesta nova coletânea organizada pelo GrupCiber, reafirmamos a atualidade das demandas para a antropologia no campo da cibercultura já anunciadas há mais de duas décadas e que podem ser pensadas a partir da articulação de dois eixos trabalho: (i) o de uma agenda teórico-metodológica, que pode ser resumida com a discussão de como pesquisar antropológicamente a cibercultura e, em desdobramento disso, como fazer das tecnologias digitais estratégias de pesquisa antropológica/etnográfica; e, finalmente, (ii) com a emergência de movimentos sociais que se articulam por intermédio da internet ou as práticas de digitalização de acervos etnográficos em museus virtuais é preciso pensar em uma agenda prática, política ou aplicada, para a disciplina, no campo da cibercultura. Enfim, reafirmamos a urgência de um debate que visa pensar políticas etnográficas para a pesquisa antropológica no e a partir do campo da cibercultura, e que esperamos venha a contribuir para um aprofundamento do diálogo com outras disciplinas.

## REFERÊNCIAS

- BARNES, John. Redes sociais e processos políticos. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades complexas: métodos**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 159-195.
- ESCOBAR, Arturo. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 35, n. 3, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Londres: Sage Publications, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Virtual methods: issues in social research on the internet**. Londres: Berg Publishers, 2005.
- HOUART, Sophie. Humanos e não humanos na Antropologia. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, PPGAS/UFSC, v. 17, n. 2, 2015.
- HOUDART, Sophie; THIERY, Olivier. Avant-Propos. *In*: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Humains Non Humains: comment repeupler les sciences sociales**. Paris: La Découverte, 2011. p. 7-13.
- JONES, Steve. **Doing internet research: critical issues and methods for examining the net**. London: Sage, 1999.
- KOZINETS, Robert. Netnography 2.0. *In*: BELK, R. W. (Ed.). **Handbook of qualitative research methods in marketing**. Londres, Edward Elgar Publishing, 2007. p. 68-96.
- \_\_\_\_\_. **Netnography: doing ethnographic research online**. Londres: Sage Publications, 2010.
- LATOURET, Bruno. Fractures/fractures: from the concept of network to the concept of attachment. **AUTUMN**, [S.l.], p. 20-36, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires, Manantial, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca. (Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 12-52.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The internet: the ethnographic approach**. London: Routledge, 2000.
- PACCAGNELA, Luciano. Getting the seats of your pants dirty: strategies for ethnographic research on virtual communities. **JMCM**, [S.l.], v. 3, n. 1, junho de 1997.
- RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas

sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. *In*: RIFIOTIS, T. *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010. p. 15-28.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa Cibercultura. *In*: MALDONADO, E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (Org.). **Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina**. João Pessoa/Natal: Editora UFPB/EDUFRN, 2011. p. 221-245.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica das pesquisas no ciberespaço. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: Editora UNIDAVI; e Natal: Editora da UFRN, 2012. p. 286-319.

SEGATA, Jean. Entre agentes: a ANT, a antropologia e o ciberespaço. **Rastros**, [S.l.], v. 2, p. 78-92, 2009.

\_\_\_\_\_. A inventividade da rede. **Rastros**, [S.l.], v. XVI, n. 2, p. 139-149, 2013.

\_\_\_\_\_. A etnografia como promessa e o “feito-Latour” no campo da cibercultura. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 16, n. 1, 2015a. p. 69-95.

\_\_\_\_\_. O ciberespaço, a etnografia e algumas caixas pretas. **Revista Z Cultural**, [S.l.], v. 1, 2015b. p. 5-12.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). *In*: \_\_\_\_\_. **Questões Fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 65-84.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. *In*:

\_\_\_\_\_. **Individualismo e sociedade: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 13-38.

## Capítulo 1

# BEM-VINDOS À CYBERIA: NOTAS PARA UMA ANTROPOLOGIA DA CIBERCULTURA<sup>1</sup>

**Arturo Escobar**

Mudanças significativas estão acontecendo atualmente, tanto na natureza da tecnologia como na maneira como as entendemos. A informação computadorizada e as biotecnologias estão produzindo uma transformação fundamental na estrutura e no significado da cultura e da sociedade moderna. Essa transformação não é somente suscetível ao questionamento da antropologia, mas talvez constitua um campo privilegiado para avançar no projeto antropológico de compreender as sociedades humanas a partir dos pontos de vista estratégicos da biologia, da linguagem, da história e da cultura. Neste trabalho, reviso as categorias de análises que estão sendo desenvolvidas sobre a natureza social, o impacto e o uso de novas tecnologias; ademais, sugiro contextos e passos adicionais para a articulação de uma “antropologia da cibercultura” (*cyberculture*)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> (N.T.) Traduzido por Tatiana Dassi, Jean Segata e Theophilos Rifiotis, a partir do original “Welcome to Cyberia: notes on the Anthropology of Cyberculture” (publicado no *Current Anthropology*, v. 35, n. 3, 1994, p. 211-231). Agradecemos a Arturo Escobar pela gentileza em permitir a tradução e a publicação do seu trabalho neste livro.

<sup>2</sup> David Hess e Jennifer Terry contribuíram com muitas informações úteis para este artigo. A partir de uma perspectiva etimológica, os termos “cibercultura”, “ciberespaço”, “ciberocracia” e similares, são nomes inapropriados. Ao cunhar o termo “cibernética”, Norbert Wiener tinha em mente a palavra em grego para “piloto” ou “timoneiro” (*kyb m tes*); em outras palavras, não existe uma raiz grega para “ciber”. Dada a extensa aceitação do prefixo “ciber”, utilizarei cibercultura (*cyberculture*) como um elemento de análise.

Como um novo campo de prática antropológica, o estudo da cibercultura está particularmente relacionado às construções e às reconstruções culturais nas quais as novas tecnologias estão baseadas e que, por sua vez, também ajudam a formar. O ponto de partida da presente investigação é a crença de que qualquer tecnologia representa uma invenção cultural, no sentido de que ela produz um mundo. Toda tecnologia emerge de condições culturais particulares ao mesmo tempo em que contribui para a criação de novas condições culturais. Os antropólogos podem estar bem preparados para entender estes processos se estiverem abertos à ideia de que a ciência e a tecnologia são campos cruciais para a criação da cultura no mundo contemporâneo. Antropólogos devem aventurar-se neste mundo para renovarem seu interesse e entendimento e das políticas de mudança e diversidade cultural.

## MODERNIDADE, TECNOLOGIA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Novas tendências no estudo da tecnologia estão transformando de forma dramática as noções clássicas do campo. Nas abordagens clássicas, a tecnologia é identificada de forma restritiva com ferramentas e máquinas e a história da tecnologia é associada à história desses instrumentos e com sua progressiva eficácia no desenvolvimento econômico e no bem estar humano e social. Como uma forma de “ciência aplicada”, a tecnologia é vista como autônoma em relação à sociedade e como uma prática neutra. Assim, a tecnologia não se apresenta como boa ou ruim nela mesma, ela não seria culpada pelos usos que os humanos lhe deram<sup>3</sup>. A teoria subjacente é que a ciência e a tecnologia induzem ao progresso autonomamente – uma crença representada pela metáfora da “flecha do progresso”. A flecha do progresso, que permeia os estudos em distintas

<sup>3</sup> Esta postura foi modificada pela avaliação de tecnologia que surgiu nos primeiros anos da década de 1970 e que desde lá chegaram a se constituir em um importante campo de estudos. Como o assinalam seus críticos, o propósito da “avaliação de tecnologia” não é a sua reorientação, senão a adaptação dos humanos aos efeitos perigosos, atuais ou potenciais, que as avaliações revelam (SANMARTÍN; ORTIZ, 1992).

disciplinas, personifica um determinismo evolucionista que vai da ciência à tecnologia, à indústria, ao comércio e, finalmente, ao progresso social. Exceções honrosas a esse imperativo tecnológico estão presentes em trabalhos que vão de Heidegger e Ortega y Gasset a Marcuse, Illich, Munford e Ellul.

Acadêmicos de várias tendências argumentam que os eventos da década de 1960 anunciam um novo marco de compreensão da ciência e da tecnologia. Entre os fatores que abriram caminho para um novo questionamento da perspectiva tradicional, que considera a ciência e a tecnologia como independente dos contextos socioeconômicos e políticos, encontra-se a aparição da “grande ciência”, a difusão de uma consciência sobre os efeitos negativos das tecnologias nucleares e industriais – e o consequente surgimento de movimentos a favor de tecnologias apropriadas, e a aparição de uma classe de especialistas em ciência e políticas tecnológicas questionando a autonomia da tecnologia em relação aos contextos socioeconômico e político (SANMARTIN; LUJÁN, 1992). Novas perspectivas começaram a ser desenhadas tanto nas comunidades técnico-científicas como nas ciências sociais. Nesta última área, todo um campo completo de ensino e pesquisa tomou forma em torno de dois projetos distintos, porém relacionados: (a) os estudos de ciência e tecnologia e (b) os programas de ciência, tecnologia e sociedade. Esses projetos têm sido institucionalizados de diversas maneiras, incluindo organizações como a National Association for Science, Technology and Society (NAST), a Society for Social Studies of Science (4S), e a Society for Philosophy and Technology (todas com sede nos Estados Unidos).

Programas de ciência, tecnologia e sociedade existem em várias universidades ao redor do mundo, mesmo sem uma orientação comum para além de focarem a análise da ciência e da tecnologia como empreendimentos formatados por processos socioeconômicos e políticos. De uma maneira geral, eles objetivam explicar as implicações da constituição da ciência e da tecnologia como formas dominantes de conhecimento e de práticas da cultura moderna<sup>4</sup>. A análise, algumas vezes, conduz à

<sup>4</sup> STS, em sua sigla em inglês (*Science and Technology Studies*).

consideração de questões éticas e políticas que “[...] ajudem a orientar a nossa compreensão do lugar da tecnologia nos assuntos humanos” (WINNER, 1993a, p. 364). É amplamente sustentado que os estudos de ciência e tecnologia alteraram radicalmente os enfoques passados sobre tecnologia, deslocando assim a concepção linear da mudança tecnológica e possibilitando a abertura de sólidos programas de pesquisa que estão desencadeando numa verdadeira renovação teórica. No centro desta renovação está a metodologia do construtivismo social, desenvolvido especialmente pelos sociólogos e historiadores. Com o objetivo de estudar a ciência e a tecnologia como construções sociais, estes acadêmicos começaram a investigar laboratórios e grupos de desenvolvimento tecnológico e a ver com novos olhos os arquivos históricos. Os construtivistas demonstram, contrariamente ao determinismo tecnológico do passado, que a contingência e a flexibilidade são a essência da mudança tecnológica. Ao evidenciar que os processos sociais são inerentes às inovações tecnológicas, eles deram um golpe contundente na alegada distância entre tecnologia e sociedade e entre essas e a natureza. A crença generalizada é a de que os sistemas de ciência e tecnologia são regulados através de arranjos técnico-sociais flexíveis, que dentro de certas limitações estruturais, propiciam acordos sociais em torno de desenvolvimentos concretos. Alguns pesquisadores foram mais além afirmando que a natureza e as máquinas tornaram-se atores importantes nos processos históricos que determinam a mudança tecnológica<sup>5</sup>.

Além da decisão metodológica de observar de perto as tecnologias e os sistemas que as rodeiam – uma aproximação com a qual os antropólogos certamente simpatizam – o construtivismo social introduziu inovações conceituais sugestivas, como a noção de “flexibilidade interpretativa”. Essa noção corresponde ao fato, bem conhecido entre os antropólogos, de

<sup>5</sup> Certamente, esta não pretende ser uma aproximação exaustiva ao enfoque construtivista, cujos proponentes não constituem necessariamente um grupo homogêneo. Entre os trabalhos mais citados por esses autores se encontram, por exemplo: Knorr-Cetina e Mulkay (1983), Latour e Woolgar (1979), Bijker, Hughes y Pinch (1987), Latour (1987; 1988) e Woolgar (1988; 1991). Outros nomes importantes, associados ao construtivismo são: Michel Callon, H. M. Collins, Thomas Hughes e John Law. Para uma revisão destes estudos, ver os trabalhos de Wiener (1983a) e de Medina (1992).

que os diferentes atores (categoria equivalente na linguagem construtivista a “grupos sociais relevantes”) interpretam os artefatos de diversas maneiras. O principal objetivo de análise corresponde à identificação dos grupos sociais relevantes, a variabilidade de suas interpretações sobre a entidade técnica em questão e os mecanismos pelos quais a dita variabilidade é reduzida em torno de uma opção dada. Isto torna possível explicar porque algumas tecnologias são escolhidas e outras não. O resultado último de toda essa pesquisa é um modelo evolutivo de mudança tecnológica com múltiplos caminhos e níveis. Na “teoria ator-rede” de Michel Callon e Bruno Latour, a pesquisa e o desenvolvimento são estudados de maneira similar, em especial, no que diz respeito às estratégias com as quais os atores – humanos e não humanos – lutam em torno da identificação dos problemas a solucionar (SANMARTÍN; LUJÁN, 1992).

Apesar de sua importância e visibilidade, o construtivismo social também gerou críticas e controvérsias. Uma delas está relacionada com o seu objetivo de responder por que as tecnologias surgem e porque certos arranjos sociais em torno delas prevalecem em detrimento de análises sobre os efeitos de tecnologias específicas sobre as pessoas, sobre estruturas de poder e comunidades. Tal postura analítica é vista por alguns como uma forma fácil e irresponsável de relativismo. Do mesmo modo, critica-se o silêncio sobre os grupos sociais “irrelevantes”, que, no entanto, também são afetados pela tecnologia (WINNER, 1993a). Numa veia mais filosófica, de acordo com a mesma crítica, os construtivistas subestimam o pano de fundo cultural que condiciona a interpretação e a prática tecnológica. Voltar à atenção para a flexibilidade interpretativa pode ser, “até certo ponto”, apropriado, porém, sem uma análise paralela dos significados que os feitos tecnológicos têm para as pessoas, “[...] esse exercício torna-se prontamente indiferença moral e política” (WINNER, 1993a, p. 372). A partir de uma perspectiva diferente, sustenta-se que o construtivismo social simplifica o papel da ciência no desenvolvimento tecnológico e minimiza o efeito de outros fatores nesse processo, tais como a economia, os meios de informação e o público geral (SANMARTÍN; ORTÍ, 1992). A análise dos esquemas socio-técnicos deve ser completada, ao menos, com questões acerca da conveniência das práticas pessoais e sociais informadas pelas tecnologias, em

consideração – novamente, questões que os construtivistas parecem deixar de lado (MEDINA, 1992).

Algumas das críticas mencionadas são abordadas em outros estudos antropológicos, filosóficos e pós-estruturais sobre ciência e tecnologia. O questionamento da modernidade como cenário para a atual compreensão e prática da tecnologia é de vital importância entre os antropólogos. Neste sentido, a antropologia está mais próxima da filosofia do que da nova sociologia da tecnologia. De fato, a cibercultura fomenta uma reformulação da modernidade em formas que já não são mediadas somente por considerações literárias e/ou epistemológicas. Se nossa Era é pós-moderna ou moderna modificada (“tardia”, “meta” ou “hiper”, como alguns propõem), é uma pergunta que não pode ser respondida antes de uma investigação sobre o estado e o estatuto atual da ciência e da tecnologia. Alguns teóricos insistem que, tendo em mente que a ciência e o capital continuam a funcionar, como princípios de organização das ordens sociais dominantes, não é possível afirmar que já tenhamos nos despedido da modernidade, apesar dos modos de operação sem precedentes desenvolvidos por esses princípios nas últimas décadas<sup>6</sup>. De acordo com Michel Foucault (1973), o período moderno trouxe consigo arranjos particulares da vida, do trabalho e da linguagem, incorporados numa multiplicidade de práticas por meio das quais a vida e a sociedade são produzidas, reguladas e articuladas pelos discursos científicos. De que maneira a cibercultura continua participando destes agenciamentos da vida, do trabalho e da linguagem? Os sistemas que contam na produção da vida (o corpo, o ser, a natureza), o trabalho (a produção, a economia), e a linguagem (o discurso, a comunicação, o sujeito falante), foram significativamente modificados? A discussão sobre se a biopolítica *foucaultiana* e as grades disciplinares foram superadas pela biotecnologia e pela engenharia genética é um tema ainda a ser tratado. Os antro-

<sup>6</sup> A afirmação que as recentes inovações nos dispositivos biológicos e tecnológicos não são o resultado de uma mudança radical nas estruturas culturais e epistemológicas, porém um aprofundamento do processo de modernização e criações biossociais iniciado no século XVIII é o ponto de partida da coleção *Incorporations* (CRARY; KWINTER, 1992). Esse posicionamento também foi defendido por Rabinow (1992a).

pólogos podem ser convidados de honra nesse debate acalorado.

A modernidade foi caracterizada por teóricos como Foucault (1973), Jürgen Habermas (1987) e Anthony Giddens (1989) em termos de uma contínua apropriação de experiências e práticas culturais por mecanismos explícitos de poder e conhecimento. Com a modernidade, muitos aspectos da vida anteriormente regulados por normas tradicionais (saúde, conhecimento, trabalho, corpo, espaço e tempo), foram progressivamente apropriados por discursos científicos e as formas técnicas e administrativas de organização que os acompanham. Modelos orgânicos e mecânicos da vida social e física deram lugar a modelos centrados na produção e maximização da vida em si mesma, incluindo novas formas de articulação entre o corpo e as máquinas em espaços como as fábricas, as escolas, os hospitais e os lares. Assim, começou a íntima imbricação de processos entre o capital e o conhecimento para a produção simultânea do valor e da vida<sup>7</sup>. A expansão da palavra escrita, a preeminência da máquina, o controle do tempo e do espaço e as revoluções biológicas e bioquímicas nos últimos cem anos produziram ordenamentos biotécnicos sem precedentes, que hoje encontram novas formas de expressão nos regimes ciberculturais.

Embora a relação entre ciência, tecnologia e cultura permaneça insuficientemente teorizada (LÉCOURT, 1992), a ciência e a tecnologia, ou melhor, a tecno-ciência, tem um lugar central na ordem moderna. A abordagem de Heidegger da tecnologia como uma prática paradigmática da modernidade continua a ser exemplar neste sentido. Ciência e tecnologia, para o autor, são meios para a criação de novas realidades, novas manifestações do ser. A ciência moderna necessariamente constrói (“enquadra”) a natureza como algo que para ser apropriado, algo cuja energia deve ser liberada para propósitos humanos. Isto é “o perigo no sentido mais extremo”, na medida em que este

<sup>7</sup> A imbricação de capital e vida está condensada na noção de “biopoder” de Foucault, que ele autor a explica em termos de dois processos: (a) uma anatomia política do corpo humano, realizada pela normalização e disciplina da vida diária; (b) as biopolíticas da população, levadas a cabo por mecanismos de planejamento, regulação e administração (FOUCAULT, 1980, p. 135-159). Ver também Guattari (1992) e Deleuze e Guattari (1987).

enquadramento leva a atividades destrutivas e, particularmente, a destruição de outras formas, mais fundamentais, de revelar a essência do ser (*poiesis*). Essência que Heidegger vê presente nas artes e em certas filosofias orientais. A tecnologia para Heidegger tem também um papel ontológico importante no sentido que o mundo se faz presente para nós através de conexões técnicas (*links*) de distintas classes. É por meio das práticas técnicas que o caráter social do mundo toma forma (HEIDEGGER, 1962). Mais recentemente, alguns filósofos têm sugerido que a racionalidade técnica é o modo primário de conhecer e de ser, revertendo assim a primazia da ciência sobre a tecnologia e da teoria sobre a prática (MEDINA; SANMARTÍN, 1989; MITCHAM, 1990)<sup>8</sup>.

Para esses filósofos, a prioridade concedida à ciência e à teoria sobre a criatividade técnica levou os modernos a acreditarem que podem descrever a natureza e a sociedade segundo as leis. Ao invés de figurarem como o efeito de práticas, a natureza e a sociedade aparecem nas concepções modernas como objetos com mecanismos e, por conseguinte, são tratados de maneira instrumental (MEDINA; SANMARTÍN, 1989). As novas tecnologias parecem aprofundar essas tendências em formas que são melhor visualizadas pela ficção científica contemporânea. As novas paisagens da ficção científica são povoadas de ciborgues de todos os tipos (seres humanos e outros organismos com inumeráveis próteses e interfaces tecnológicas) que se movem em vastos ciberespaços, realidades virtuais e ambientes mediados por computador<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> A filosofia da tecnologia decolou nos anos setenta e oitenta (ver Mitcham, 1990). Aspectos centrais nesse processo foram, por exemplo, a criação, em Nova Iorque do *Philosophy and Technology Studies Center* sob a direção de Carl Mitcham, a formação de um grupo similar na Universidade Politécnica de Valência (INVESCIT), e a aparição da *Society for Philosophy and Technology*.

<sup>9</sup> A publicação do livro *Neuromancer* por William Gibson (1984) marcou a ascensão do gênero de ciência-ficção conhecido como cyberpunk. Do mesmo modo, é considerado como o ponto de partida da Era ciber-espacial. Para uma introdução ao cyberpunk, ver McCaffrey (1991). Enquanto alguns veem no cyberpunk uma crítica velada aos anos de governo [Ronald] Reagan, é inquietante analisar a forma na qual o movimento tem crescido e tem sido apresentado na mídia. Ver por exemplo o artigo principal da revista *Time* sobre o cyberpunk e o “underground eletrônico” (8 de fevereiro de 1993). Ver também *Mondo 2000*, talvez a mídia impressa mais visível sobre cyberpunk e seu *User’s Guide to the New Edge* (1992). Para uma análise crítica dessas tendências, ver Rosenthal (1992).

Porém, ainda que muitos escritores de ficção científica e projetistas de novas tecnologias manifestem uma posição pouco crítica a estas tendências, ainda não determinamos até que ponto e de que maneiras específicas as transformações que vislumbram se encontram em processo de converter-se em realidade. Esta é outra tarefa para a antropologia da cibercultura<sup>10</sup>.

## A NATUREZA DA CIBERCULTURA

Ainda que qualquer tecnologia possa ser estudada antropologicamente a partir de várias perspectivas – os rituais aos quais ela dá origem, as relações sociais que ajudam a criar, as práticas desenvolvidas por distintos usuários em torno delas, os valores que fomenta – a cibercultura refere-se especificamente a novas tecnologias em duas áreas: (i) inteligência artificial, particularmente as tecnologias de computação e informação; e (ii) biotecnologia<sup>11</sup>. É possível separar estes dois conjuntos de tecnologias para propósitos analíticos; no entanto, não é coincidência que os dois tenham alcançado seu atual auge simultaneamente. Enquanto as tecnologias da computação e da informação trazem à discussão um regime de tec-

<sup>10</sup> A literatura sobre ciberespaço e realidade virtual produzida por seus comentaristas e praticantes é caracterizada pela grandiosidade das suas afirmações. Dois exemplos provenientes de dois proeminentes projetistas, Scott Fisher e Myron Kruger, devem ser suficientes: “[...] pode ser que as possibilidades da realidade virtual sejam tão ilimitadas como as possibilidades da realidade. Elas podem prover uma interface que desaparece – uma porta para outros mundos” (FISCHER *apud* RHEINGOLD, 1991, p. 131). Um pouco mais interessante é o conceito de Kruger: “estamos incrivelmente afeiçoados da ideia de que o único propósito da nossa tecnologia é resolver problemas. Ela também cria conceitos e filosofia. Devemos explorar completamente essa característica de nossas invenções, porque a nova geração de tecnologias falará por nós, nos entenderá, e perceberá nosso comportamento. Estará em todas as casas e escritórios... Devemos reconhecer isto, se quisermos entender e escolher o nos tornaremos, já que seremos um resultado do que temos feito” (KRUGER citado por RHEINGOLD, 1991, p. 113, grifos nossos). Outros ainda ligam as atuais transformações à Revolução Industrial, embora dessa vez “abastecida não por petróleo senão por um novo bem chamado inteligência artificial” (KURZWEIL, 1990, p. 13).

<sup>11</sup> Não está claro o porquê das tecnologias da computação e da informação estarem ambas sob a rubrica da inteligência artificial. Na medida em que os computadores podem ser pensados como as tecnologias intelectuais dominantes, é válido propor que “[...] todo o informático pode ser pensado como inteligência artificial” (LÉVY, 1991, p. 8).

nossocialidade (STONE, 1991), considerado como um amplo processo de construção sociocultural posto em ação na esteira das novas tecnologias; as biotecnologias dão lugar à biossocialidade (RABINOW, 1992a), uma nova ordem de produção da vida, da natureza e do corpo por meio de intervenções tecnológicas fundamentadas na biologia. Esses dois regimes formam a base para aquilo que se chama de cibercultura. Eles incorporam a constatação que cada vez mais vivemos e nos constituímos em ambientes tecnobioculturais estruturados por novas formas de tecnologia.

Apesar da novidade, a cibercultura se origina a partir de uma matriz social e cultural bem conhecida, aquela da modernidade, embora esta se oriente na direção da constituição de uma nova ordem – que ainda não podemos conceituar, porém que devemos tratar de entender – por meio da transformação dos possíveis tipos de comunicação, trabalho e formas de ser. A modernidade constitui o “pano de fundo do entendimento” – a tradição e a forma de ser que se tem como certa e em cujos termos interpretamos e atuamos – e que inevitavelmente molda os discursos e práticas geradas por e em torno das novas tecnologias. Esse pano de fundo criou uma imagem da tecnologia como um instrumento neutro, útil para liberar a energia da natureza com o objetivo de aumentar as capacidades humanas e servir aos seus propósitos (HEIDEGGER, 1977). Com o objetivo de reorientar essa tradição dominante é preciso tornar explícito este pano de fundo. Alguns consideram que o propósito desta reorientação como uma contribuição para a democratização da ciência e da tecnologia e para o desenvolvimento de práticas tecnológicas e tecno-ilustradas que estejam mais afinadas com as necessidades humanas do que as atuais (WINOGRAD; FLORES, 1986; WINNER, 1993a; MEDINA, 1992).

Seguindo essa apresentação geral, a investigação antropológica pode ser guiada pelo seguinte conjunto de questões:

1. Quais discursos e práticas que são criados por e em torno dos computadores e da biotecnologia? Que domínios de atividades humanas estes discursos e práticas criam? Em que redes sociais – instituições, valores, convenções, etc. – estão situados estes domínios? Em uma perspectiva mais ampla, que novas formas de construção da realidade (“tecono-paisagens”), e de negociação em torno delas são

introduzidas pelas novas tecnologias? De que maneira as pessoas vinculam-se cotidianamente a estas tecnopaisagens, e quais as consequências destes vínculos em termos de adoção de novas formas de pensamento e de ser? De que formas nossas práticas sociais e éticas mudam à medida que o projeto técnico-científico avança?

2. Como estudar etnograficamente essas práticas e domínios em diferentes espaços sociais, regionais e étnicos? Que conceitos e métodos antropológicos estabelecidos podem ser apropriados para o estudo da cibercultura? Quais teriam de ser modificados? Como, por exemplo, distintas noções de comunidade, trabalho de campo, corpo, natureza, visão, sujeito, identidade e escrita, poderiam ser transformados pelas novas tecnologias?

3. Qual o pano de fundo de compreensão a partir do qual as novas tecnologias surgem? Mais especificamente, quais práticas modernas, – nos domínios da vida, do trabalho e da linguagem – moldam a atual compreensão, caracterização e maneiras de nos relacionarmos com a tecnologia? Quais continuidades as novas tecnologias evidenciam em relação à ordem moderna? Que tipo de inovações, resistências ou apropriações das novas tecnologias (por culturas minoritárias, por exemplo), estão em jogo que possam vir a representar diferentes abordagens para a compreensão da tecnologia? O que acontece com as perspectivas não ocidentais à medida que as novas tecnologias estendem seu alcance?

4. Qual é a economia política da cibercultura? De que maneiras, por exemplo, as relações entre o Primeiro e Terceiro Mundo estão sendo reestruturadas à luz das novas tecnologias? Quais novas articulações locais com formas de capital global, baseadas em novas tecnologias, estão aparecendo? Como a automatização, as máquinas inteligentes e a biotecnologia transformam os processos de produção, de capitalização da natureza e a criação de valor em contexto global? Se os diferentes grupos de pessoas (classes sociais, mulheres, minorias, grupos étnicos, etc.) estão localizados de maneira diferencial nos contextos das novas tecnologias, como podem os antropólogos teorizar e explorar esta ordem de construção tecnocultural? E, por fim, quais as implicações desta análise para uma política cultural da ciência e da tecnologia?

## O PROJETO ANTROPOLÓGICO: FORMULAÇÕES TEÓRICAS

O interesse de antropólogos sociais/culturais pela ciência e a tecnologia tem aumentado constantemente nos últimos anos. Nesse sentido, alguns passos já foram dados para assegurar a presença institucional da antropologia da ciência e da tecnologia dentro da American Anthropological Association (AAA) dos Estados Unidos<sup>12</sup>. Nas reuniões de 1992 e 1993 da AAA, vários grupos de trabalho relacionados às temáticas da ciência e da tecnologia foram realizados<sup>13</sup>. Ao longo dos últimos anos, os tópicos de interesse dos antropólogos passaram a incluir etnografias de cientistas, estudos sobre tecnologias reprodutivas e médicas, temas sobre gênero e ciência, ética e valores, e o ensino da ciência e da engenharia. As temáticas em voga, como a tecnologia computacional e biológica, realidade virtual, comunidades virtuais e ciberespaço, atraem cada vez mais atenção. Além disso, o esforço para teorizar a antropologia da ciência e da tecnologia também está em processo de consolidação<sup>14</sup>.

Embora a grande maioria dos estudos antropológicos sobre a ciência e a tecnologia sejam desenvolvidos em países altamente industrializados, podemos esperar que a atenção a esses temas aumente no contexto do Terceiro Mundo, já que a globalização da produção econômica e cultural se apoia cada vez mais nas novas tecnologias de vida e informação. Seja nos domínios do desenvolvimento impulsionado pela biotecnologia,

<sup>12</sup> O primeiro passo foi dado na reunião anual da *Society for the Social Studies of Science* em 1992, onde um grupo de antropólogos estadunidenses (entre eles Michael Fischer, Sharon Traweek, Rayna Rapp, David Hess, Lisa Handwerker, Shirley Gorenstein e David Hakken) se reuniram para discutir estratégias para a implementação de um *Comitê de Ciência e Tecnologia* dentro da AAA. Este processo se encontra detalhado na edição de 1992 do *Social/Cultural Anthropology of Science and Technology Newsletter*, editado por David Hess.

<sup>13</sup> Os painéis da reunião de 1992 incluíram, por exemplo, temas como: a antropologia do ciborgue, perspectivas culturais sobre a computação; barreiras culturais à inovação tecnológica, comunidades virtuais (também chamadas comunidades *on-line*), consequências da implementação de tecnologias da informação interativas no campo cultural e da educação; ciborgues e mulheres (em homenagem a Donna Haraway).

<sup>14</sup> Para um guia e bibliografia sobre estudos antropológicos da ciência e tecnologia, ver Hess (1992), Hess e Layne (1992), Pfaffenberger (1992) e Hakken (s.f.).

da informação ou da guerra, o encontro entre o Norte e o Sul continua a ser mediado por uma grande variedade de tecnologias. Recentemente, o impacto de tecnologias como a da televisão e os videocassetes sobre noções locais de modernidade e desenvolvimento e de seus respectivos efeitos sobre antigas práticas culturais e sociais foi abordado etnograficamente (ABU-LUGHOD, 1990; DAHL; RABO, 1992; GARCÍA CANCELINI, 1990). Se antes ciência e tecnologia cosmopolitas eram consideradas responsáveis por uma homogeneização mundial e uma generalizada aculturação, atualmente são vistas em termos de sua contribuição real ou potencial para a formação de culturas híbridas e processos de autoafirmação por meio da seleção autônoma e parcial delas<sup>15</sup>. Há ainda a esperança de que os avanços em biotecnologias possam ser utilizados por grupos locais em regiões ricas em biodiversidade ao redor do mundo, com o objetivo de defender seus territórios e articular novas estratégias culturais e econômicas. Porém, como David Hess (1993) argumenta, o efeito de tecnologias cosmopolitas em grupos do Terceiro Mundo permanece pouco estudado, especialmente em se tratando das políticas culturais que elas colocam em movimento. Aqui incluem-se temas como a destruição cultural, a hibridização, a homogeneização, e a criação de novas diferenças através de formas de conexão fomentadas pelas novas tecnologias – sem dúvida, um aspecto do que Arjun Appadurai denomina “etno-paisagens” globais (APPADURAI, 1991). O trabalho sobre estes temas está avançando rapidamente, particularmente no que tange a redefinição de desenvolvimento (HESS, 1993; ESCOBAR, 1995a).

Certamente, a reflexão antropológica sobre a relação entre cultura e tecnologia não é nova. O impacto das tecnologias ocidentais sobre a evolução e a mudança cultural é tema de investigação desde os primeiros anos da década de 1950<sup>16</sup>. Problemáticas sensíveis como ques-

<sup>15</sup> O caso dos Kayapo na Amazônia, que se tornaram adeptos do uso de câmeras de vídeo, aviões e da aplicação de renda para a exploração de minas de ouro – como parte de sua estratégia de autonomia cultural – já tornou-se lendário.

<sup>16</sup> Entre os estudos mais conhecidos se encontra o trabalho de Godelier (1971), no qual o autor trata dos efeitos da introdução de machados de aço entre os aborígenes australianos e entre os Baruya da Papua, na Nova Guiné. Uma revisão útil de trabalhos prévios a esse é feita por Hess (1992).

tões sobre o controle tecnológico e a economia política estão gerando já foram abordadas. Não obstante, os estudos de cultura material e tecnologia sofrem de uma dependência do que um crítico sobre o tema chamou de “a concepção padrão da tecnologia” (baseada em uma teleologia descontextualizada que começa com ferramentas simples e termina com as máquinas complexas). Mas a possibilidade de entendermos ciência e tecnologia em relação aos sistemas tecnológicos complexos surgiu apenas com os estudos contemporâneos. O que “[...] cria a base para uma comunicação frutífera entre antropólogos sociais, etnoarqueólogos, arqueólogos, e os estudiosos da evolução humana” (PFAFFENBERGER, 1992, p. 513). Também promove o intercâmbio entre antropólogos e outras disciplinas envolvidas nestes estudos, como a filosofia, a ciência cognitiva e a linguística.

No Primeiro Mundo, as tentativas de articulação de estratégias antropológicas centradas explicitamente na análise das tecnologias de informação, de computação e de biotecnologia foram recentemente iniciadas. Um percurso importante nesse sentido foi o trabalho de Margaret Mead, sobre o contexto da emergência da cibernética durante a Segunda Guerra Mundial e a primeira metade da década de 1960<sup>17</sup>. Já no começo da década de 1990, é possível identificar três diferentes propostas. A primeira, enunciada pelo antropólogo David Thomas, fundamenta suas reflexões na crescente literatura sobre as noções de “ciberespaço”<sup>18</sup> e “ciborgue” – definido em um sentido amplo como

<sup>17</sup> Mead foi uma participante ativa nas Conferências Macy sobre Cibernética (MEAD *et al.*, 1950-1956), bem como uma figura central na fundação da Sociedade Americana para Cibernética (MEAD, 1968). A vida deste ilustre grupo de “cibernéticos”, com a participação de Gregory Bateson, Heinz von Foerster, Norbert Wiener, e Kurt Levin, entre outros, é descrito no livro de Heims (1991). Deve-se notar que as Conferências Macy ocorreram no contexto da Guerra Fria, da primeira onda da tecnologia informática, e desenvolvimento global da teoria de sistemas. Atualmente os contextos históricos e epistemológicos são bastante diferentes.

<sup>18</sup> O termo ciberespaço (cyberspace) foi cunhado por William Gibson (1984) e introduzido nos círculos intelectuais, artísticos e acadêmicos por meio do livro editado por Michael Benedikt: *Cyberspace: the first steps* (1991). O termo refere-se às redes e sistemas de ambientes mediados por computadores. Como uma rede de interações “especializadas”, mediadas por computadores, o ciberespaço é visto como algo que é “[...] capaz de permitir a copresença plena e a interação de múltiplos usuários, o que permite a entrada e saída de e para o campo sensorial humano, portanto, o que permite perceber as realidades reais e

uma mescla entre humano e máquina. O autor argumenta que as formas avançadas de tecnologia ocidental estão produzindo “um rito de passagem” entre as sociedades industriais e “pós-orgânicas” e entre “formas de vida organicamente humanas e aquelas formas de vida ciberfísicas digitais, reconfiguradas através de sistemas de *software* de computador” (THOMAS, 1991, p. 33). Nesse contexto, o autor conchama aos antropólogos a abordarem os “mundos das tecnologias virtuais durante esta etapa inicial de especulação e desenvolvimento”; em particular, a partir do ponto de vista de como essas tecnologias são produzidas socialmente. Dos paradigmas da leitura e escrita visual até os mundos virtuais da informação digital, somos testemunhas de uma transição para uma etapa pós-corpórea muito promissora para novas lógicas sociais e de regimes sensoriais criativos. O ciberespaço proporciona aos antropólogos possibilidades sem precedentes para tornar palpável esta promessa.

A segunda abordagem é a de uma “antropologia do ciborgue”. Proposta formalmente durante duas sessões da reunião anual da AAA, em São Francisco, em 1992, tal abordagem toma como ponto de partida os estudos da ciência e da tecnologia, particularmente aqueles das vertentes feministas. Enquanto sua esfera de reflexão é a análise da ciência e da tecnologia como um fenômeno cultural, o principal objetivo da antropologia ciborgue é o estudo etnográfico dos limites entre humanos e máquinas, especificamente nas sociedades do fim do século XX. Com a convicção de que o “antropos” deva ser deslocado – como tema e objeto da disciplina – os antropólogos do “ciborgue” argumentam que a realidade humana e social é um produto tanto de máquinas como da atividade humana. Nesse sentido, sustentam que devemos reconhecer um trabalho de agenciamen-

virtuais, a coleta remota de dados, o monitoramento e telepresença através da integração contínua e intercomunicação com uma gama completa de produtos inteligentes e ambientes no espaço real” (NOVAK, 1991, p. 225). Para uma introdução ao conceito de ciberespaço ver Rheingold (1991) e Stone (1991, 1992). Para uma visão geral de redes de computadores globais ver Dertouzos (1991) e Cerf (1991). Uma breve revisão de guias da Internet está na Chronicle of Higher Education (1992, 16 de dezembro, p. A9).

to das máquinas e que a tarefa mais adequada para uma antropologia da ciência e da tecnologia é examinar etnograficamente como a tecnologia serve de agente de produção social e cultural<sup>19</sup>.

Posicionamentos críticos em relação a esses dois projetos começam a ser articulados de modo mais notável na antropologia visual. Dada a importância da visão em temas como realidade virtual, redes de computadores, gráficos e interfaces e as tecnologias da imagem – desde satélites de vigilância, estratégia militar, explorações espaciais até tecnologias médicas como a tomografia e a ecografia pré-natal (HARAWAY, 1988; DELANDA, 1991; CARTWRIGHT; GOLDFARB, 1992; DUDEN, 1990), não é surpreendente que o campo da antropologia mais sintonizado com a análise do visual como um regime cultural e epistemológico, tenha sido o primeiro a reagir ante a celebração pouco crítica das tecnologias ciberespaciais – ver Benedikt (1991) e Rheingold (1991). A reivindicação de alguns projetistas ciberespaciais de que as novas tecnologias “[...] tornarão o corpo obsoleto, destruirão a subjetividade, criarão novos mundos e universos, mudarão o futuro político e econômico da humanidade e até que fundarão uma nova ordem pós-humana [...]”, constitui para os críticos, no melhor dos casos, um desejo ilusório, motivado pelo caráter sedutor da realidade virtual e das tecnologias similares, e, no pior dos casos, constitui esforços equivocados de engenharia da realidade social (GRAY; DRISCOLL, 1992, p. 399). O mesmo acontece com o foco aparentemente exclusivo em uma sociedade ciborguizada, mediada pelas interações entre homens e máquinas<sup>20</sup>. Ao invés de que

<sup>19</sup> Esta descrição está baseada no trabalho apresentado no painel “Ciborgues Antropologia I: sobre a produção da humanidade e seus limites”, por Gary Lee Downey, Joseph Dumit e Sarah Williams (1992). Alguns dos trabalhos apresentados tocaram em temas como a participação das mulheres japonesas nos campos da física de altas energias; seguidores de ficção científica; psicoterapia assistida por computador; ciborgues de baixa tecnologia (ciborgues do Terceiro Mundo); tecnologia reprodutiva e construções culturais da biotecnologia.

<sup>20</sup> Para Roseanne Stone (1991; 1992), a ênfase na “pós-corporalidade” surge do tradicional desconforto masculino com o corpo. Esse viés será corrigido, na perspectiva da autora, quando mais mulheres participarem na concepção de tecnologias virtuais e do ciberespaço. Embora isso esteja começando a acontecer, os resultados ainda não são vistos. De outro ângulo, pode-se argumentar que a ênfase na transcendência do corpo no contexto ciber é outro aspecto da despersonalização da “teoria virtual” que, por vezes, tem vínculos tênues com a realidade (TSUGAWA, 1992).

sugerir a necessidade de uma nova subdisciplina antropológica, Gray e Driscoll preferem referir-se a uma “antropologia do e no ciberespaço”. Nessa perspectiva, os antropólogos poderiam estudar as tecnologias nos contextos culturais nos quais emergiram e operam, incluindo suas contínuas conexões aos valores dominantes da racionalidade, instrumentalidade, lucro e violência. Não é coincidência, prosseguem, que a realidade virtual – um dos desenvolvimentos recentes, no centro do movimento ciberespacial – tem sido e seguirá sendo circunscrita por interesses econômicos e militares. Além disso, afirmam, as aplicações da tecnologia militares e direcionadas ao lucro continuarão dominantes, apesar dos sempre enaltecidos potenciais para propósitos de libertação e humanização. Sua recomendação é em favor do exame dessas tecnologias a partir de uma perspectiva que considere de que forma permitem que grupos variados de pessoas negociem formas específicas de poder, autoridade e representação.

Da mesma forma, eles defendem que não podemos assumir *a priori* nem a existência de uma nova Era nem a necessidade de uma nova área de trabalho na antropologia. Realmente, a disciplina é, a princípio, adequada para abordar o que se deve iniciar bem mais como um projeto etnográfico tradicional: descrever, à moda de um diagnóstico cultural inicial, o que está acontecendo em termos da emergência de práticas e transformações associadas ao aumento de desenvolvimentos técnico-científicos. Porém, dado que estes desenvolvimentos são lugares de articulação crescente de conhecimento e poder sem precedentes, é pertinente se questionar sobre a adequação teórica de conceitos estabelecidos à luz de suas especificidades históricas e culturais.

Uma das abordagens mais frutíferas que a tecnociência tem motivado é a implosão de categorias em vários níveis, particularmente das categorias modernas que definem o natural, o orgânico, o técnico e o textual. Os limites entre natureza e cultura, entre organismo e máquina são incessantemente redesenhados de acordo com fatores históricos complexos nos quais os discursos sobre ciência e tecnologia desempenham um papel decisivo (HARAWAY, 1991). Dessa maneira, “corpos”, “organismos” e “comunidades” têm de ser reteorizados como

compostos de elementos que se originam em três domínios distintos demarcados por limites permeáveis: o orgânico, o técnico (ou o técnico-econômico) e o textual (dito de uma maneira ampla, o cultural). Embora natureza, corpos e organismos certamente têm uma base orgânica, eles são cada vez mais produzidos em conjunção com máquinas, além disso, essa produção é sempre mediada por narrativas científicas (“discursos” da biologia, da tecnologia e outras similares) e por uma cultura em geral. Assim, a cibercultura deve ser entendida como um campo abrangente de forças e significados, no qual esta complexa produção de vida, trabalho e linguagem acontece. Para alguns pesquisadores (HARAWAY, 1991; RABINOW, 1991a), embora a cibercultura possa ser vista como a imposição de uma nova rede de controle no planeta, ela também representa novas possibilidades de articulações poderosas entre os seres humanos, a natureza e as máquinas. O orgânico, para estes pesquisadores, não é necessariamente o oposto do tecnológico. Contudo, é preciso também enfatizar que as novas configurações de conhecimento e poder estão cada vez mais aproximando vida e trabalho, como no caso do projeto sobre o genoma humano. De fato, a nova genética – vinculada a novas técnicas computacionais, cuja maior promessa pode ser visualizada na imagem do *bio-chip* – podem vir a ser a força mais potente a remodelar a sociedade e a vida até agora. A natureza será conhecida e reelaborada através da técnica; ela será literalmente construída da mesma forma que a cultura o é, com a diferença de que a feitura da natureza acontecerá através da reconfiguração da vida social por micropráticas da medicina, da biologia e da biotecnologia (RABINOW, 1991a). Do mesmo modo, Evelyn Fox Keller sinaliza que provavelmente a relação entre natureza e cultura será radicalmente reformulada, na medida em que a biologia molecular está criando a percepção de uma “nova maleabilidade da natureza” (KELLER, 1992b). O “direito a genes normais” pode vir a ser o grito de luta de um exército de especialistas em saúde e de políticos reformistas na tentativa de implementar práticas de transformação biossocial, de um alcance não visto desde “o nascimento da clínica” há pouco mais de dois séculos (FOUCAULT, 1975).

O corolário desta análise está na necessidade de ficarmos atentos

às relações sociais e culturais entre ciência e tecnologia como mecanismos centrais de produção da vida e cultura no século XXI. O capital, com certeza, continuará desempenhando um papel importante na reinvenção da vida e da sociedade. A atual expansão do valor, porém, já acontece não exatamente na extração direta da mais-valia da mão de obra ou da industrialização convencional, mas através da capitalização da natureza e da sociedade com base no desenvolvimento da investigação científica (principalmente nas áreas da inteligência artificial e da biotecnologia). Até mesmo o genoma humano tornou-se um campo importante para a reestruturação capitalista, e, por conseguinte, para a contestação. A reinvenção atual da natureza e da cultura – efetuada por e dentro de redes de significado e produção que conectam ciência e capital – deve ser compreendida de acordo com a economia política que se ajusta à Era da cibercultura. Os antropólogos precisam começar com seriedade os estudos das práticas sociais, econômicas e políticas relacionadas com a tecnologia por meio das quais a vida, a linguagem e o trabalho estão sendo articulados e produzidos.

## DOMÍNIOS ETNOGRÁFICOS

Como já foi mencionado, as principais questões que devem ser abordadas pela antropologia da cibercultura incluem: que novas formas de construção social da realidade e de negociação dessas ditas construções estão sendo criadas ou modificadas? Como são socializadas as pessoas por meio de suas experiências cotidianas de espaços construídos, criados agora por meio das novas tecnologias? Como as pessoas se relacionam com seus mundos tecnológicos (máquinas, corpos e naturezas reinventadas)? Se as pessoas estão posicionadas diferencialmente nos tecno-espacos, (de acordo com aspectos como raça, gênero, classe social, localização geográfica, habilidades físicas) como se diferem então suas experiências destes espaços? Finalmente, é possível um esforço etnográfico que de conta da multiplicidade de práticas associadas com as novas tecnologias em diversos contextos sociais, étnicos e geográficos? De que maneira estas práticas se relacionam a temas sociais mais amplos, por

exemplo, o controle da mão de obra, a acumulação de capital, a organização de modos de vida e a globalização da produção cultural?

Podemos começar a pensar estas questões em termos de espaços etnográficos possíveis e de estratégias concretas de investigação. Algumas pistas sobre estes espaços podem ser encontradas em projetos de investigação contemporâneos. Numa aproximação inicial, diferentes domínios de investigação etnográfica podem ser identificados, de modos que possam ser refinados à medida que as pesquisas avançarem:

1. *A produção e o uso de novas tecnologias.* Aqui a investigação antropológica pode ter como foco, de um lado, cientistas e especialistas, em lugares tais como os laboratórios de investigação genética, corporações de alta tecnologia, e centros de programação de realidade virtual; e por outro, os usuários dessas tecnologias. As etnografias deste domínio poderiam seguir, em termos gerais, os passos das poucas etnografias da ciência e da tecnologia modernas feitas até agora (LATOURET; WOOLGAR, 1979; MARTIN, 1987; VISVANATHAN, 1985; LATOURET, 1988; TRAWEEK, 1988; KONDO, 1990); a teorização da ciência e da tecnologia, em particular, a partir da etnografia (HAKKEN, s.f.; PFAFFENBERGER, 1992; HESS; LAYNE, 1992; HESS, 1993); os estudos feministas da ciência e da tecnologia (HARAWAY, 1989, 1991; JACOBUS *et al.*, 1990; WAJCMAN, 1991; KELLER, 1992a). Não obstante, alguns deles precisam ser ressituaados dentro do espaço conceitual da antropologia da cibercultura. Alguns trabalhos que partem desta perspectiva já foram iniciados<sup>21</sup>.

Um aspecto sobressaliente da pesquisa nesse campo é o estudo etnográfico sobre a produção de subjetividades que acompanham as novas tecnologias. Sherry Turkle (1984) demonstrou, num estudo pioneiro que o computador é “um objeto evocativo”, um meio para projetar a construção de uma variedade de mundos privados e públicos. Na medida em que o uso de computadores se estende, Turkle mostra que

<sup>21</sup> Estes incluem, por exemplo, o estudo de Deborah Heath sobre um laboratório de biotecnologia molecular (1992), a etnografia de Barbara Joans sobre projetistas de realidade virtual (1992), e o trabalho de David West sobre usuários de realidade virtual (comunicação pessoal).

mais e mais pessoas começam a pensar sobre a si próprias em termos de computadores. Os computadores pessoais estão mudando noções de identidade e de *self* de modos que são pouco compreendidos. A cibercultura está criando um conjunto de verdadeiras “tecnologias do *self*” que vão para mais além da visão do ser como uma máquina; e a produtividade cultural dessas noções somente pode ser avaliada etnograficamente. Mundos virtuais constituídos pela participação de indivíduos em jogos de representação online (N.T. jogos de RPG: *role-playing games*) podem ser vistos como uma forma de mover-se para fora do *self* individualizado e de entrar no mundo das interações sociais. Embora esta mídia seja amplamente percebida como algo negativo, o trabalho de Turkle indica que estes mundos virtuais podem vir a ser instrumentos para a reconstrução de identidades de forma interativas assim como fontes de conhecimento sobre outras culturas e sobre o mundo exterior. Existe também um componente global na produção de subjetividades que deve ser explorado. Qual o significado da globalização do *Nintendo*, por exemplo, na cultura juvenil? Como são “consumidos” os videogames nas sociedades que têm diferentes códigos culturais?

Na medida em que a reconstrução de espaço vincula-se a reconstrução do corpo, isto também deve ser teorizado. Como se reconfigura e se imagina o corpo através das inscrições em contextos da relação entre corpo e máquina? No que consistiria uma análise pós-estrutural do corpo no ciberespaço, se este tipo de conhecimento busca evitar as armadilhas da fronteira (o corpo que pode ou não ser transcendido) e do humanismo (o corpo que um pode “refazer” mais ou menos a vontade)? Uma teorização frutífera da pós-humanidade pode tomar como ponto de partida estes questionamentos. Se as novas tecnologias permitem oportunidades para a reprodução da vida através das máquinas, então deve o computador ser incluído no conjunto das tecnologias reprodutivas? O que significaria um “corpo feminino” nesses processos, a partir de uma perspectiva feminista?<sup>22</sup>

2. *A aparição de comunidades mediadas por computador, como as cha-*

<sup>22</sup> Essas ideias sobre o corpo vêm de Jennifer Terry (comunicação pessoal).

*madadas comunidades virtuais e em geral, o que um dos projetistas mais criativos de ambientes computadorizados chama de “as novas e vibrantes aldeias de atividade dentro de enormes culturas de computação”* (LAUREL, 1990, p. 93)<sup>23</sup>. A análise antropológica pode ser relevante não apenas para a compreensão do que essas novas “aldeias” e “comunidades” são; mas também é igualmente relevante para que possamos imaginar que tipos de comunidades os grupos humanos podem criar com a ajuda das tecnologias emergentes. Novamente, a investigação nesse campo está apenas começando. Podemos antecipar uma discussão acalorada sobre os métodos apropriados para estudar essas comunidades, incluindo perguntas sobre o trabalho de campo *online/offline*, sobre os limites do grupo a ser estudado, sobre a interpretação, a ética, etc<sup>24</sup>.

Uma variante dessa linha de investigação é o que Laurel (1990, p. 91-93) denominou “antropologia das interfaces”. A criação de interfaces entre humanos e computadores tem sido tratada, de forma simplificada, como um problema de projeto de engenharia que tenta fazer coincidir as tarefas a serem desenvolvidas com as ferramentas de que se dispõe. Porém, a pergunta central sobre os distintos usuários para

<sup>23</sup> As comunidades virtuais são formadas por grupos de pessoas que se relacionam entre si principalmente através de um meio eletrônico como o computador, o correio eletrônico e redes especializadas como *PeaceNet*, *EcoNet*, e de uma grande variedade de listas (*bulletin boards*) e sistemas de conferência provenientes de espaços acadêmicos, de negócios, etc., nos quais estão conectados através do que foi a *Bitnet*, *Usenet* e atualmente *Internet*. Um exemplo singular de comunidade *online* é o *Whole Earth ‘Lectronic Link* (WELL), localizado na área da baía de São Francisco, e no qual participam pessoas de diferentes partes dos Estados Unidos. No WELL mantém-se discussões permanentes sobre o significado das comunidades virtuais, realidade virtual, multimídia e temas relacionados. Uma etnografia do WELL está em processo (BESSINGER, 1993).

<sup>24</sup> Questões éticas são muito significativas nas comunidades virtuais, e incluem temas como a possibilidade de assumir diferentes *personas*, a relação entre *personas* “virtuais” e “reais”, o reconhecimento de marcadores sociais próprios, como gênero, raça, classe social ou a possibilidade de espiar (*lurking*) (ou seja, observar uma comunidade sem tornar a própria presença conhecida entre aqueles que se observa, ver Bessinger, 1993). Aspectos sobre a troca de informação entre antropólogos de diferentes partes do mundo e entre estes e aqueles com quem trabalham em campo, tomam uma nova proporção com o avanço das redes eletrônicas. Em algumas situações, as comunidades virtuais chegam a fazer parte do “campo”, mais do que uma mera expressão ou extensão deste. Um esforço para conectar antropólogos e outros sujeitos no mundo através de mídias eletrônicas para discutir temas, ideias, livros, conferências que são relevantes para a antropologia, tem sido liderada por Arjun Appadurai e Carol Breckenridge, membros da revista *Public Culture*.

quem estas tecnologias são dirigidas continua, todavia, sendo ignorada ou em alguns casos, inferida por informações estatísticas. E a questão central sobre os efeitos que a tecnologia tem sobre usuários e o que lhes permite fazer, nunca é debatida. Crianças, professores, projetistas de jogos de computador e usuários, escritores de ficção, arquitetos e ativistas têm necessidades e abordagens diferentes a estas perguntas básicas. Uma “antropologia das interfaces” que se ocupe dessa ausência analítica, se concentraria nas interseções entre usuário/contexto, encontrando “informantes” para guiar a exploração crítica (não meramente utilitária) dos usuários e dos contextos<sup>25</sup>.

3. *Estudos de cultura popular da ciência e da tecnologia, incluindo o seu efeito no imaginário popular (o conjunto de discursos básicos que estruturam um dado discurso e as relações entre eles) e as práticas populares.* O que acontece quando tecnologias como os computadores e a realidade virtual entram no domínio popular? A emergência de uma “tecno-tagarelagem” (*technobabble*) (BARRY, 1992) é só uma ponta do *iceberg* em relação às mudanças que estão tomando forma neste nível. Para a crítica cultural argentina Beatriz Sarlo (1992), a principal necessidade nesse sentido é o exame da incorporação estética e da prática da tecnologia na vida cotidiana. No contexto dos setores populares, o imaginário tecnológico desperta uma reorganização dos conhecimentos populares e o desenvolvimento de conteúdos simbólicos que, apesar de inegavelmente modernos, diferem de maneira significativa daquilo que pretendem os cientistas. Isso deve ser levado em consideração no estudo das práticas tecnoliterárias que permitem que as pessoas se relacionem ativamente com as novas tecnologias (PENLEY; ROSS, 1991). Desde meados da década de 1980, os estudos etnográficos de cultura popular

<sup>25</sup> Walker distingue cinco fases na história de interfaces de usuário: (1) botões e possibilidades, (2) séries (um operador especializado em computador manejando um amontoado de trabalhos sobre tarjetas perfuradas), (3) tempo compartilhado, (4) menus, e (5) gráficos ou janelas (Walter, 1990). A fase seguinte levará o usuário direto ao interior (“*inside*”) do computador; em outras palavras: através da tela ao ciberespaço. Este será um espaço tridimensional, tal e qual o que tem levado à realidade virtual atualmente. A esperança dos projetistas é que paulatinamente se trocará a visão contemplativa passiva por uma participação ativa.

(FISKE, 1989; WILLIS, 1990) levantam alguns desses temas. A imbricação de formas culturais com questões sociais pode ser estudada etnograficamente; e pode também ser acessada através da literatura e de outras produções populares, assim como demonstra o trabalho de Sarlo (1992), Seltzer (1992) e Jenkins (1992)<sup>26</sup>.

4. *O crescimento e o desenvolvimento qualitativo da comunicação humana mediada pela computação; particularmente da perspectiva da relação entre linguagem, comunicação, estruturas sociais e identidade cultural.* Embora a comunicação mediada por computadores compartilhe muitas características com outras formas de comunicação mediada, que são bastante estudadas por linguístas e antropólogos da linguagem; como é o caso dos telefones e das secretárias eletrônicas, ela também difere em aspectos importantes. A interação humana através de computadores pessoais deve ser estudada não apenas a partir dos princípios transculturais e trans-situacionais e das estratégias de discurso (GUMPERZ, 1983) que governam qualquer tipo de interação humana; mas ela também deve ser abordada tendo em mente a especificidade das práticas comunicativas e linguísticas que afloram da natureza da mídia em questão. No processo de construção de comunidades mediadas pela computação (Celso Álvarez, comunicação pessoal, 1992) existem três dimensões relevantes de análise: (1) a relação entre máquinas e os sujeitos sociais como produtores de discurso no limiar do nascimento de uma sociedade internacional “ciber-literata” (*cyberliterate*); (2) a questão da criação e distribuição de acesso aos códigos e linguagens “autorizados” ou “legítimos” da comunicação mediada por computadores, em que o

<sup>26</sup> Em seu livro, Seltzer examina “[...] a antropologia da infância e da adolescência na transição do século XIX para o XX e as tecnologias sociais e culturais na ‘formação do homem’[...]” (1991, p. 5), a partir de uma perspectiva *foucaultiana* da produção de subjetividades e corpos dóceis. O trabalho de Sarlo faz uma reflexão em torno das novas tecnologias nas décadas de 1920 e 1930, na Argentina. Um dos pontos de destaque do seu trabalho é o de que nos momentos históricos nos quais as novas tecnologias são introduzidas (como também agora), existe a possibilidade de certa construção popular original em conexão com elas. O trabalho de Penley e Ross consiste na análise de práticas de grupos como os hackers e fãs da ficção científica. Na mesma direção encontramos a defesa de Jenkins (1992) do estudo das “apropriações textuais” (“textual poaching”) dos escritores da ficção científica e por usuários de computadores.

domínio e a manipulação garantem a grupos de praticantes particulares uma autoridade simbólica e um controle sobre a circulação da cibercultura; (3) o papel da comunicação mediada por computador no estabelecimento de conexões entre os membros de um grupo, em sua coesão, e na criação de continuidades na história interacional de seus membros (que deve ser considerada junto com as conversas telefônicas, o correio tradicional e com a interação face a face). Isso incluiria a investigação sobre conversas, interações e tecnologia em ambientes de trabalho (GOODWIN; HARNESS, GOODWIN, 1992) e em contextos de lazer. Da mesma forma, que incluiria a análise sobre a formulação e reformulação de limites sociais e culturais dentro de uma comunidade computacional dada e de outras comunidades dentro delas. Um aspecto particular desse campo de investigação é o hipertexto. Este é um texto de computador projetado para ser recriado ou transformado por meio de atos colaborativos que envolvam uma pessoa ou uma base de dados ou muitos usuários que levem a cabo operações sobre algum(s) texto(s). A sua importância está no fato de que o ambiente virtual do hipertexto permite que uma “matriz” (matrix) de usuários com conhecimentos sobre a temática abordada (BARRETT, 1989; PISCITELLI, 1991)<sup>27</sup>.

Uma inquietação pouco explorada neste domínio é a hipótese da transição para uma sociedade pós-escrita, que seria facilitada pelas tecnologias da informação. Se a escrita e seus modos lógicos de pensamento reposicionaram a oralidade e as formas situacionais do pensar, a Era da informação digital poderia marcar um distanciamento da escrita como a tecnologia intelectual dominante. Da mesma forma que a escrita incorporou a oralidade, a informação poderia incorporar a escrita, mas só depois de uma mutação cultural significativa. O conhecimento teórico e hermenêutico – tão conectados a escrita – entrariam, igualmente, em um

<sup>27</sup> Celso Álvarez afirma que a caracterização dos grupos de comunicação mediados pela computação, como comunidades “virtuais” é equivocada, dado que desde uma perspectiva linguística, elas são comunidades “reais”. Um questionamento sobre a adequação do modelo de conversação para tratar dos computadores tem sido proposta por Walker (1990, p. 443): “[...] quando você está inter-atuando com um computador, você não está conversando com outra pessoa. Você está explorando outro mundo”. Aqui também poderíamos pensar em alguns desafios para a antropologia linguística.

período de declínio ou, ao menos, de conversão a uma forma secundária. Novas formas de pensamento determinadas pelas necessidades operacionais de informação e computação seriam instituídas. O tempo não seria mais circular (como ocorre com a oralidade), nem linear (como nas sociedades históricas que utilizam a escrita), seria pontual. O tempo pontual e a aceleração da informação fariam com que o conhecimento não fosse fixado, como na escrita, porém evoluiria como um sistema especializado (LÉVY, 1991). Onde quer que essas grandes mudanças ocorram, elas colocarão perguntas difíceis para a antropologia – tão dependente da escrita e da interpretação hermenêutica. Uma coisa parece certa: apesar dos extensos argumentos que afirmam uma situação contrária, a comunicação eletrônica produziu mudanças fundamentais nas experiências linguísticas e na construção de eventos. “O que estão em jogo são as novas formas de linguagem que alteram a de forma significativa a rede de relações sociais, que reestruturar essas relações e os sujeitos que as constituem” (POSTER, 1990, p. 8). A compreensão dessas mudanças demanda aventurar-se em domínios de análises inexplorados.

5. *A economia política da cibercultura*. Nas últimas décadas, a antropologia tem prestado muita atenção às análises das comunidades em contextos globais e históricos (WOLF, 1982; ROSEBERRY, 1992). A cibercultura apresenta novos desafios para a articulação contínua de uma economia política antropológica. O que, a partir de perspectivas diferentes, tem sido chamado de “regime do silicone”, “capitalismo do *microchip*” e “economia da informação” tem como consequência profundas mudanças na acumulação de capital, nas relações sociais e na divisão do trabalho em distintos níveis.

Qual a relação entre “informação” e “capital”? É apropriado postular, como alguns têm feito (POSTER, 1990), a existência de um “modo de informação” semelhante a um modo de produção? Como podemos teorizar a articulação entre informação, mercados e ordens culturais? A transição para as novas tecnologias da informação marcaram a aparição de processos flexíveis, descentralizados de mão de obra, porém altamente estratificados por fatores de gênero, raça, etnia, classe social e localização geográfica. Esse “regime pós-fordista” (HARVEY, 1989) apresenta novas articulações do capital global com as cul-

turas locais. Estamos assistindo a “[...] produção da diferença cultural dentro de um sistema estruturado de economia política global” (PRED; WATTS, 1992, p. 18). De que formas específicas esses processos globais são mediados e constituídos localmente? O que acontece com as noções locais de desenvolvimento e modernidade à medida que novos mecanismos de interação local-global ganham forma?

A aparição de uma “sociedade de controle” (DELEUZE, 1993b) e de ciberocracia (*cyberocracy*) ou “governo pela rota da informação” (RONFELDT, 1991), é um chamado à necessidade de etnografias institucionais, orientadas a partir da perspectiva da economia política da informação. Quais são os lugares institucionais dentro dos quais e a partir dos quais categorias e fluxos de informação são criados e postos em circulação? Quais perspectivas de mundo estas categorias representam e como elas determinam mecanismos de governo, que dependem da relação de grupos particulares com o modo de produção da informação? Essas etnografias se moveriam da produção de informação mediada por computador, para a análise de sua recepção e uso, investigando em cada nível as dinâmicas culturais e as políticas que a “informação” coloca em jogo.

Com informação, a ciência e a tecnologia tornaram-se uma parte central do capitalismo na medida em que a criação de valor e a mais-valia atualmente dependem amplamente dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos. As formas concretas de apropriação científica da vida e da mão de obra por parte do capital mostram novas características como a cada vez mais estreita relação entre a academia, a indústria e o campo biotecnológico (RABINOW, 1992b). Essas novas forças estão desenvolvendo uma “bio-revolução” no Terceiro Mundo:

Novas formas técnicas [...] poderão transformar de maneira significativa o contexto dentro do qual a mudança tecnológica no Terceiro Mundo é conceituada e planejada. Nós sugerimos que o grupo de técnicas emergentes chamadas de forma genérica de ‘biotecnologia’ será para a Revolução Verde, o que a Revolução Verde foi para a variedade de plantas e práticas tradicionais. (BUTTEL *et al.*, 1985, p. 32)

A genética de plantas, a produção industrial de tecidos, o uso de microorganismos geneticamente modificados, representam intervenções sem antecedentes no contexto de desenvolvimento do Terceiro

Mundo. As corporações já estão na dianteira com relação à investigação e ao desenvolvimento desses temas. Como mostram as análises desses pesquisadores sobre o comportamento corporativo, as projeções para o Terceiro Mundo são sinistras porque as corporações simplesmente não se importam com as suas necessidades e interesses.

No caso das regiões com alta biodiversidade, a natureza biofísica é cada vez mais representada como uma reserva de valor em si mesma, para ser explorada pela biotecnologia em nome de um uso racional e eficiente. As comunidades locais e os seus movimentos são persuadidos a participar destes regimes, como “guardiãs” do capital social e natural. As comunidades (ou seus sobreviventes) são finalmente reconhecidas como os domos legais “do meio ambiente”, apenas na medida em que concordam em trata-lo (e a si mesmos) como capital (O’CONNOR, 1993). Toda a temática dos “direitos de propriedade intelectual” conectados com os recursos naturais do Terceiro Mundo<sup>28</sup> surge como um dos aspectos mais inquietantes da fase ecológica do capital (SHIVA, 1993; KLOPPENBURG, 1991). Quais são as implicações desses desenvolvimentos para os estudos da cultura material e para a antropologia biológica? Os antropólogos têm sustentado que a transformação de ecossistemas pelo capital é mediada por práticas de sociedades específicas nas quais essas apropriações acontecem (GODELIER, 1986). Atualmente, a engenharia genética, a biologia molecular e as novas ciências de produtos naturais qualificam o conceito de “mediação” de tal modo que fazem com que as análises antropológicas disponíveis não sejam suficientes<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> Inclui-se aqui o trâmite de patentes por parte das corporações multinacionais de sementes e variedade de plantas, e de substâncias derivadas de mudas utilizadas por “sociedades tradicionais” no Terceiro Mundo.

<sup>29</sup> Não é coincidência que o Banco Mundial, através do seu *Global Environment Facility* (GEF), esteja à frente de esforços para a conservação da diversidade biológica. Na América Latina, em países como Colômbia, Brasil e México, já estão funcionando projetos do GEF orientados na direção de suas respectivas florestas tropicais. Outros projetos do GEF também estão sendo construídos em outras zonas de biodiversidade, todas localizadas no Terceiro Mundo. Os conflitos entre as corporações, os movimentos sociais e os Estados, sobre esses recursos é muito intenso nestas áreas, já que são a base para uma indústria multimilionária. Assim como são também os conflitos por patentes de genes e de novas formas de vida.

Finalmente, a reestruturação das relações políticas e macroeconômicas entre países ricos e pobres no despertar da cibercultura deve ser considerado. Como apontam alguns pesquisadores, a tecnologia de ponta acabou instituindo uma “nova dependência” dos países “pobres em tecnologia” em relação aos líderes da inovação tecnológica no mercado de computadores, da informação digital e da biotecnologia (CASTELLS, 1986; CASTELLS; LASERNA, 1989; SMITH, 1993). Os países do Terceiro Mundo, de acordo com estes autores, devem negociar esta dependência por meio de uma agressiva modernização tecnológica que venha acompanhada de uma reforma social. De um ponto de vista antropológico, esta sugestão é problemática, já que respalda as políticas de desenvolvimento posteriores à Segunda Guerra Mundial e que como sabemos, tiveram efeitos desastrosos na cultura e na economia do Terceiro Mundo (ESCOBAR, 1995a). Como o desenvolvimento, as tecnologias não são tecnologias culturalmente neutras.

Há outras possibilidades para as sociedades do Terceiro Mundo que incluam outras formas de participação nas negociações e processos tecnológicos que estão transformando o mundo? Como podem os movimentos sociais na Ásia, África e América Latina articularem políticas que os permitam participar nas ciberculturas sem que se submetam de um todo às regras do jogo? Os grupos do Terceiro Mundo poderão ficar em posição, inclusive de conhecer, as possibilidades que permitem ascender às novas tecnologias? Uma questão importante é se os governos do Terceiro Mundo estarão interessados em construir os “imaginários” tecnológicos que são necessários para ascender às novas tecnologias, da perspectiva de um projeto mais autônomo: “[...] não haverá uma transformação social genuína sem a transformação da relação entre sociedade e as tecnologias que ela incorpora” (SUTZ, 1993, p. 138). Sem dúvida, começar a prestar atenção às inovações tecnológicas do Terceiro Mundo é um primeiro passo para obter uma “autoestima tecnológica”. Uma inquietação mais geral é se as novas tecnologias podem ser conceituadas de modos que não as reduzam ao seu papel no desenvolvimento econômico e outra é o que significam as ciberculturas nas distintas perspectivas do Terceiro Mundo.

Nas discussões sobre estas problemáticas no Terceiro Mundo é par-

tualmente importante levar em conta o papel que a mulher desempenha na indústria da tecnologia em um contexto global. O desenvolvimento da cibercultura se apoia, de muitas maneiras, na força de trabalho de mulheres jovens na América do Norte, Japão e em enclaves industriais da Europa na Ásia sul-oriental, América Central e em outras partes do Terceiro Mundo (ONG, 1987; MIES, 1986). Há muitas razões para crer que a eletrônica continuará sendo favorecida nos regimes industriais do Terceiro Mundo, sob o auspício das corporações multinacionais; igualmente, é possível também pensar que as mulheres jovens seguirão sendo consideradas por estas indústrias como a força laboral “ideal”. As consequências desses processos nas dinâmicas de gênero e cultura são enormes, como se pode notar pelas escassas investigações sobre as costureiras e as fábricas clandestinas. A antropologia feminista e a economia política têm muito a contribuir para este aspecto fundamental da cibercultura.

Por um lado, os antropólogos podem contribuir com estudos aprofundados sobre aspectos de classe social, gênero e raça na construção da cibercultura, e seus desafios; incluindo análises das elites técnico-científicas. E, por outro lado, podem contribuir com a análise do potencial que tem os indivíduos, os grupos e os movimentos sociais para articular alternativas ou formas paralelas de conhecer e o estudo das relações sociais na tecnologia e na ciência (DARNOVSKY *et al.*, 1991). Os estudos antropológicos sobre as ciberculturas podem nos ajudar a imaginar contextos (que podem surgir) nos quais as possibilidades de se relacionar com a tecnocultura não extrapolem os desequilíbrios de poder na sociedade.

## **ANTROPOLOGIA E COMPLEXIDADE: REPENSANDO A TECNOLOGIA?**

As inovações tecnológicas e as visões globais dominantes geralmente se transformam mutuamente para legitimar e naturalizar as tecnologias da época. A natureza e a sociedade são explicadas em termos que reforçam os imperativos tecnológicos de seu tempo, fazendo-os parecer como a forma mais racional e eficiente de prática social. Na Era moderna, esse reforço mútuo resultou na universalização do imaginário

técnico-científico europeu. Para alguns, a visualização de uma sociedade pós-técnico-científica dependerá da habilidade para fixarmos limites a este imperativo tecnológico. Nesse sentido, seria preciso estudar de perto o alcance da tecnociência, para então decidir quais domínios devem ser defendidos dela e demarcar os domínios técnicos e estilos de competência apropriados (MEDINA, 1992). Independentemente de essa proposta ser viável ou não ou mesmo útil, novas linguagens são necessárias para permitir que distintos grupos de pessoas (especialistas, movimentos sociais, grupos de cidadãos), reorientem a compreensão dominante que se tem da tecnologia. Algumas dessas linguagens estão sendo construídas dentro da própria ciência (na ecologia, na ciência feminista, nas tradições científicas não ocidentais, etc.). Uma dessas novas linguagens – que parece estar ganhando prestígio rapidamente – é a linguagem da complexidade.

De acordo com aqueles que se dedicam a esta empreitada, nos últimos vinte anos, os desenvolvimentos da termodinâmica e da matemática (a termodinâmica de fenômenos irreversíveis e a teoria dos sistemas dinâmicos) forçou cientistas a reconhecer que a separação entre os mundos físico-químicos e os biológicos, entre o “simples” e o “complexo” e entre a “ordem” e a “desordem”, não é tão clara e nem tão grande como se pensava. O descobrimento de que a matéria “inerte” tem propriedades que são notavelmente similares às daquelas das formas de vida, levou ao postulado de que a vida é uma propriedade não da matéria orgânica em si, mas da que organização da matéria – daí o conceito de *vida não orgânica* (DELANDA, 1992). Numa corrente similar, os cientistas começaram a prestar mais atenção ao fato de que os sistemas simples, como algumas reações químicas e um pêndulo mecânico podem gerar comportamentos extremamente complexos, ao mesmo tempo em que sistemas altamente complexos possam dar lugar a fenômenos simples e facilmente quantificáveis<sup>30</sup>. A constatação de que eventos previamente considerados fora do alcance da ciência, porque não poderiam ser descritos por sistemas

<sup>30</sup> Os exemplos mais comuns utilizados para ilustrar esse processo são o do relógio químico, para o primeiro tipo; e os tsunamis, para o segundo.

de equação lineares, eram, de fato, centrais no universo, permitiu aos cientistas reivindicarem a complexidade como um programa crucial de investigação científica nas últimas décadas do século XX e para aquelas que virão<sup>31</sup>.

Assim como os programadores das novas tecnologias acreditam estar mudando o mundo, os cientistas que trabalham no desenvolvimento da ciência da complexidade não têm dúvidas de que estão no limiar de uma grande revolução científica. Ao invés de enfatizar a estabilidade da natureza e das sociedades, eles enfatizam as instabilidades e as flutuações; no lugar de processos lineares e reversíveis, a não linearidade e a irreversibilidade ganham lugar no centro da investigação científica. Da mesma forma, os “sistemas conservativos” (sistemas físicos considerados em isolamento do seu entorno) dão espaço a sistemas “auto-organizados”; equilíbrio estático ao equilíbrio dinâmico e ao não equilíbrio; ordem ao caos; elementos fixos e quantidades a padrões e possibilidades; e previsão à explicação.

A ciência da complexidade também substituiu a física do século XIX como modelo, pela biologia moderna. Ela estuda fenômenos físicos como processos biológicos complexos e emprega análises que são baseados mais no concreto e no heterogêneo do que no abstrato e homogêneo ou no geral. Enquanto a epistemologia cartesiana e a ciência newtoniana procuram modelar a ordem das coisas por meio de leis, a ciência da complexidade adota uma visão pluralista do mundo físico (mesmo que busque leis gerais dos padrões de formação para todos os sistemas fora de equilíbrio no universo); redes, ao invés de estruturas, e conexões e transgressões, no lugar de limites bem traçados que isolam sistemas intocados.

<sup>31</sup> A pesquisa sobre a complexidade é encabeçada pelo Instituto de Santa Fé, estabelecido na metade da década de 1980, principalmente por físicos e economistas. No entanto, algumas das ideias básicas datam da década de 1950, como os trabalhos sobre ciência e filosofia dos sistemas e os trabalhos da ecologia, matemática e as teorias iniciais da auto-organização na década de 1960, por exemplo, Prigogine e Stengers (1983). A grande maioria destes precursores é negligenciada no relato que faz Waldrop (1992) sobre a história do trabalho do Instituto de Santa Fé, que apesar desta negligência é bastante informativo. Uma introdução à complexidade, para aqueles leitores com alguns anos de treinamento em matemática, pode ser encontrada em Nicolis e Prigogine (1989). Introduções úteis à Teoria do Caos e à Teoria da Auto-Organização são oferecidas por DeLanda (1992), Hayles (1991a, 1991b) e Kauffman (1991).

Na década de 1980, a popularidade alcançada pela teoria dos fractais e pela teoria do caos (um subconjunto relativamente pequeno da complexidade) ajudou imensamente a colocar estes desenvolvimentos no mapa da discussão pública. O caos tornou-se o significante para muitas coisas, poucas das quais talvez tenham algo a ver com o trabalho científico desenvolvido. Essa popularidade deu origem a uma questão importante, que foi recentemente abordada por um grupo de linguistas teóricos: até que ponto a ciência e a cultura se encontram entrelaçadas na produção de imaginários populares. A teoria do caos, de acordo com estes teóricos (HAYLES, 1991a; 1991b), ecoa e participa de tendências como a a teoria pós-estrutural e o pós-modernismo. O nascimento do caos e da complexidade não é independente do fermento histórico que deu origem a “condição pós-moderna”: um mundo que é cada vez mais caótico e mais totalizado, com pequenos eventos que tem grandes efeitos na economia e na ordem social e com a expansão mundial da informação. O “caos” deve ser visto então com uma força que é negociada em diversos lugares dentro da cultura, incluindo a ciência, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo; ele é parte de uma condição pós-moderna, seja ela refletida na literatura, nas ciências humanas ou nas ciências da complexidade<sup>32</sup>.

Seja como for, a ciência da complexidade já desenvolveu um vocabulário e um corpo teórico, ambos impressionantes (NICOLIS; PRIGOGINE, 1989, p. 5-78). No coração da complexidade está a ideia do fenômeno da auto-organização gerada por sistemas complexos sob certas condições<sup>33</sup>. A ideia de auto-organização não é restrita a complexida-

<sup>32</sup> Outra tentativa de relacionar a complexidade (particularmente o caos) às ciências humanas pode ser encontrada na crítica da desconstrução, exposta por Argyro (1991).

<sup>33</sup> O conceito de auto-organização é intuitivamente simples e teoricamente complexo (N.T. no caso da teoria da auto-organização, ver, no caso brasileiro, o uso dos termos “teoria sistêmica” e “retroalimentação”, principalmente, na Psicologia). Uma perturbação inicial pode conduzir certos sistemas a um tipo de não equilíbrio e comportamento caótico que não é, contudo, uma desordem total. Na verdade, padrões e comportamentos auto-organizados podem aparecer em torno de determinados estados (atratores), transformando parte da energia do sistema em um comportamento ordenado de novo tipo (uma estrutura dissipada). Esta estrutura é caracterizada pela quebra da simetria previa e pelo aparecimento de múltiplas escolhas. Em outras palavras, os sistemas de auto-organização podem desenvolver diferentes padrões a partir das mesmas condições iniciais. Além de certo ponto, esses sistemas podem passar por

de. Maturana, Varela e outros colegas (MATURANA; VARELA, 1987; VARELA *et al.*, 1991) fizeram da auto-organização (a autopoiesis da vida), a pedra angular da sua biologia e de sua epistemologia teórica. A conceitualização das formações discursivas de Foucault pode ser vista, de maneira similar, como uma teoria do caráter autorregulativo dos sistemas de conhecimento. Talvez, a visão mais completa do caráter predominante dos processos de auto-organização seja o trabalho de Deleuze e Guattari (1987) e Guattari (1993a). Independentemente de que sejam os domínios da matéria inerte (geologia), das ciências, da economia política ou do *self*, o que estes autores encontraram em funcionamento são processos “maquínicos”, estratificações e territorializações que se desenvolvem para formar as estruturas que conhecemos<sup>34</sup>.

A tecnologia foi essencial para a aparição e consolidação das estruturas modernas. Estas estruturas se relacionam com a linha, com a demarcação de limites, com a disciplinariedade, com a unidade e com o controle hierárquico. Perspectivas como a dos fractais, do caos, da complexidade, da “monadologia”, poderiam ditar diferentes dinâmicas de vida: fluidez, multiplicidade, pluralidade, conexão, segmentaridade, elasticidade, heterogeneidade; não “ciência”, mas conhecimentos do concreto e do local, não leis, mas conhecimento dos problemas e das dinâmicas de auto-organização orgânicas e não orgânicas e de fenômenos sociais. Os cientistas da complexidade tem consciência que estão revertendo uma atitude secular do Ocidente, dualista, da lógica binária

bifurcações em direção à vários estados ou soluções; uma determinada solução é ditada por acaso e não podem ser prevista. Qualquer evolução posterior do sistema, no entanto, depende da escolha feita no ponto de bifurcação. Os pontos de bifurcação marcam a passagem do sistema em direção a complexidade: eles representam inovação e diversificação, uma vez que eles trazem novas soluções ou caminhos de mudança. Os sistemas auto-organizados, portanto, têm uma dimensão histórica; uma “ontogenia”, nos termos de Maturana e Varela (1987).

<sup>34</sup> Deleuze e Guattari (1987) opõem a árvore – o tropo do mundo moderno por excelência – ao rizoma. Ao contrário da árvore, o rizoma assume diversas formas, dividindo-se em todas as direções e formando bulbos e tubérculos. O rizoma também tem distintos princípios de concepção e heterogeneidade; é múltiplo, dando origem à sua própria estrutura, porém também rompendo a estrutura de acordo com as “linhas de fuga” que contém. “Estamos cansados de árvores”, escrevem Deleuze e Guattari (1987, p. 15). “Devemos deixar de crer em árvores, raízes e radículas. Isto nos fez sofrer muito. Tudo da cultura arborecente está fundada sobre si, desde a biologia até a linguística.” (DELEUZE; GUATTARI, 1987, p. 15).

e da estratégia reducionista e utilitária. Alguns têm tentado estabelecer uma conexão com o pensamento oriental (VARELA *et al.*, 1991). Estes cientistas, em contraste com os filósofos pós-estruturalistas, continuam, todavia, enfatizando a ordem e as leis gerais e entraram (muito rapidamente, talvez) no jogo intelectual de aplicar as ideias de complexidade a fenômenos sociais como a economia, as ordens sociais, a evolução e a formação e declínio das civilizações. Sua tendência de produzir teorias totalizadoras, que conectem os mundos da física, da biologia, do social e cultural sem tornar explícitos os processos e as hipóteses epistemológicas envolvidas neste esforço, é problemática – ver Winner (1993b)<sup>35</sup>.

Em outras palavras, a complexidade precisa ser antropologizada, ao mesmo tempo em que poderia oferecer novas ideias à antropologia. Questões antropológicas praticamente não foram abordadas dentro da ciência da complexidade, com a exceção de uma reformulação, em curso, da teoria da evolução, com o objetivo de estabelecer o papel da aprendizagem, da auto-organização (junto com a seleção natural) e da articulação de um conceito mais complexo de adaptação. De fato, o Instituto de Santa Fé considera boa parte de seus trabalhos como sendo sobre a investigação de sistemas complexos de adaptação. Ainda que haja algum interesse na complexidade cultural, essa questão ainda não foi abordada de forma significativa. Pode-se afirmar que os antropólogos são normalmente afinados para perceber a complexidade da vida e resistem à redução dela para as fórmulas mágicas ou leis. Apesar disso, do século XIX através dos trabalhos de Malinowski, Boas, Benedict e de Lévi-Strauss até Geertz, a tendência a reduzir a realidade cultural a descrições de instituições, padrões e estruturas definidas persista. Só recentemente esta tendência tem começa a se modificar com o desenvolvimento de análises que enfatizam a parcialidade, para abandonar finalmente, qualquer pretensão de encontrar leis ou descrições objetivas.

<sup>35</sup> Ver, por exemplo, os estudos sobre as ciências da complexidade do Instituto de Santa Fé; e para uma aplicação da teoria da complexidade na economia, ver o trabalho de Anderson *et al.* (1988). A pesquisa sobre a complexidade anda em um ritmo acelerado; ela inclui áreas como a vida artificial, modelos computacionais adaptativos, autocatálise, redes neuronais, autômatos celulares, emergência e coevolução.

Pode o empreendimento da complexidade – aparentemente tão distante da ciência convencional, porém relacionada de forma íntima com a cultura científica – ajudar a reorientar a compreensão dominante que temos da tecnologia? A perspectiva que os cientistas da complexidade desejam levar à comunidade científica e ao público é realmente poderosa e parece que a sua influência está crescendo. Suas implicações para a reorientação da tecnociência ainda não foram exploradas, e isto também é verdadeiro no caso da teoria pós-estruturalista. É possível desestabilizar (desestratificar, desterritorializar) os sistemas tecnosociais, tecnocientíficos, político-econômicos e biossociais modernos, do modo como sugerem Deleuze e Guattari (1987)? A expansão da articulação e da adoção de entendimentos tecnológicos e políticos que possam contribuir para a autonomia da vida das pessoas e das experiências de auto-organização está, no melhor dos casos, a anos de nós. Se estamos dispostos a crer naqueles que trabalham em novas formas de entender o universo e a vida social – seja na ciência ou nas humanidades – uma metodologia social nômade da tecnologia é possível. Talvez a linguagem da complexidade esteja afirmando que é possível para as tecnociências contribuírem para o projeto de formas de vida que evitem os piores dos mecanismos de estruturação da vida e do mundo introduzidos pelo projeto de modernidade. Não se trata de propor uma utopia tecnossocial – descentralizada, autogerida, empoderante – mas sim, de pensarmos de forma imaginativa se a tecnociência pode ser parcialmente revista para servir a diferentes projetos políticos e culturais.

## **ANTROPOLOGIA SEM PRIMITIVOS?**

Continua-se afirmando que a antropologia ainda está circunscrita pelos regimes do moderno e do selvagem, do ser civilizado e do outro não civilizado – ver Trouillot (1991). Se ela quiser “entrar de novo no mundo real” e “trabalhar no presente” (FOX, 1991) terá de lidar com o avanço progressivo da cibercultura. Além disso, a cibercultura oferece à antropologia uma chance para renovar-se, sem que

alcance – como na antropologia do século XX – um encarceramento prematuro em torno de figuras como o “outro” e o “mesmo”. Essas questões e, em geral, a cibercultura dizem respeito àquilo do que trata a antropologia: a história da vida como ela tem sido vivida e como é vivida neste momento. O que está acontecendo com a vida neste final de século XX? O que ainda está por vir?

## REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. The romance of resistance. **American Ethnologist**, [S.L.], v. 17, p. 401-455, 1990.

ANDERSEN, Philip; ARROW, Kenneth; PINES, David. (Ed.). **The economy as an evolving complex system**. New York: Addison-Wesley, 1988.

APPADURAI, Arjun. "Global ethnoscares". In: FOX, Richard (Ed.). **Recapturing anthropology: working in the Present**. Santa Fe: School of American Research, 1991.

ARGYRUS, Alexander. **A blessed rage for order**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

BARRETT, Edward (Ed.). **The society of text**. Cambridge: M.I.T. Press, 1989.

BARRY, John. **Technobabble**. Cambridge: M.I.T. Press, 1991.

BENEDIKT, Michael. **Cyberspace: the first steps**. Cambridge: M.I.T. Press, 1991.

BESSINGER, Kristha Beth. **Virtual communities, post-organic anthropology, and the new social relations of cyberspace**. Master Degree Thesis, Smith College, 1993. (manuscrito não publicado)

BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor (Ed.). **The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology**. Cambridge: M.I.T. Press, 1987.

BUTTEL, Frederick; KENNEY, Martin; KLOPPENBURG, Jack. From green revolution to biorevolution: some observations on the changing technological bases of economic transformation in the Third World. **Economic Development and Cultural Change**, [S.L.], v. 34, p. 31-55, 1985.

CARTWRIGHT, Lisa; GOLFARB, Brian. Radiography, cinematography, and the decline of the len. In: CRARY, John; KWINTER, Sanford (Ed.). **Incorporations**. New York: Zone Books, 1992.

CASTELLS, Manuel. High technology, world development, and structural transformation: the trends and the debates. **Alternatives**, [S.L.], v. 11, p. 297-344, 1986.

CASTELLS, Manuel; LASERNA, Roberto. The new dependency: technological change and socioeconomic restructuring in Latin America. **Sociological Forum**, [S.L.], v. 4, p. 535-560., 1989.

CERF, Vinton. Networks. **Scientific American**, [S.L.], v. 265, n. 3, p. 72-85, 1991.

CRARY, John; KWINTER, Sanders. (Ed.). **Incorporations**. New York: Zone Books, 1992.

DAHL, Gudrun; RABO, Annika (Ed.). **Kam-ap or take-off: local notions of development**. Stockholm: Stockholm Studies in Social Anthropology, 1992.

DARNOVSKY, M. Marcy; EPSTEIN, Steven; WILSON, Ara. Radical experiments: Social

- Movements Take on Technoscience. **Socialist Review**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 31-33, 1991.
- DeLANDA, Manuel. **War in the age of intelligent machines**. New York: Zone Books, 1991.
- \_\_\_\_\_. Nonorganic life. In: CRARY, John; KWINTER, Sanders. (Ed.). **Incorporations**. New York: Zone Books, 1992.
- DELEUZE, Gilles. **The fold: Leibniz and the Baroque**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993a. [Tradução: A dobra: Leibniz e o barroco. São Paulo: Papyrus, 1991]
- \_\_\_\_\_. Control y devenir: entrevista con Toni Negri. **Magazín Dominical**, Bogotá D.C., El Espectador, v. 511, Febrero 7, 1993b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **A thousand plateaus**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987. [Tradução: Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia (em cinco volumes). São Paulo: Editora 34]
- DERTOUZOS, Michael. Communications, computers, and networks. **Scientific American**, [S.L.], v. 265. n. 3, p. 62-71., 1991.
- DOWNEY, Gary; DUMIT, Joseph; TRAWEEK, Sharon. **Cyborgs and citadels: anthropological interventions into technocultures**. Santa Fe: School of American Research Press, 1997.
- DOWNEY, Gary; DUMIT, Joseph; WILLIAMS, Sarah. Granting membership to the cyborg image. Trabalho apresentado no Painele: **Cyborg Anthropology, 91st Annual Meeting of the American Anthropological Association**. San Francisco, California. Dez., 2-6, 1992.
- DUDEN, Barbara. **The woman beneath the skin**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- ESCOBAR, Arturo. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 211-231, 1994.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and un-making of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995a.
- \_\_\_\_\_. Living in Cyberia. **Organization**, [S.L.], v. 2, n. 3-4, p. 533-537, 1995b.
- \_\_\_\_\_. **El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea**. Bogotá D.C.: Instituto Colombiano de Antropología/CEREC, 1999.
- FISKE, John. **Understanding popular culture**. Boston: Unwin Hyman, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **The archaeology of knowledge**. New York: Harper Colophon Books, 1972. [Tradução: A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012]
- \_\_\_\_\_. **The order of things**. New York: Vintage Books, 1973. [Tradução: As palavras e as coisas. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007]
- \_\_\_\_\_. **The birth of the clinic**. New York: Vintage Books, 1975. [Tradução: O nascimento da clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012]
- \_\_\_\_\_. **The history of sexuality**. Volume I. New York: Vintage Books, 1980. [Tradução:

História da sexualidade. São Paulo: Paz e Terra, 2014]

FOX, Richard (Ed.). **Recapturing anthropology**: working in the present. Santa Fe: School of American Research, 1991.

FRANKLIN, Sarah. **Postmodern procreation**: representing reproductive practice. *Science as Culture*, [S.l.], v. 17, p. 522-561, 1993.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estrategias para entrar y salir de la modernidad. México D.F.: Grijalbo, 1990. [Tradução: Culturas híbridas. 4. ed. São Paulo, Edusp, 2014]

GIBSON, William. **Neuromancer**. New York: Bantam Books, 1984 [Tradução: **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2014].

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Stanford: Stanford University Press. [Tradução: As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991]

GODELIER, Maurice. Salt currency and the circulation of commodities among the Baruya of New Guinea. In: DALTON, George. (Ed.). **Studies in economic anthropology**. Washington, D.C.: American Anthropological Association, 1991.

\_\_\_\_\_. **The mental and the material**. London: Verso, 1986.

GOODWIN, Charles; HARNESS GOODWIN, Marjorie. Context, Activity and Participation. In: AUER, Peter; DI LUZIO, Aldo (Ed.). **The contextualization of language**. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

GRAY, Chris; DRISCOLL, Mark. **What's real about virtual reality?** Anthropology of, and in, cyberspace. *Visual Anthropology Review*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 39-49, 1992.

GUATTARI, Félix. Regimes, pathways, subjects. CRARY, John; KWINTER, Sanders. (Ed.). **Incorporations**. New York: Zone Books, 1992.

\_\_\_\_\_. **El constructivismo guattariano**. Cali: Editorial Universidad del Valle, 1993.

GUMPERZ, John. **Discourse strategies**. Berkeley: University of California Press, 1983.

HABERMAS, Jürgen. **The philosophical discourse of modernity**. Cambridge: M.I.T. Press, 1987. [Tradução: O discurso filosófico da modernidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002].

HAKKEN, David. Computing and social change: new technology and workplace transformation, 1980-1990. **Annual Review of Anthropology**, [S.l.], v. 22, p. 107-132, 1993.

\_\_\_\_\_. Has there been a computer revolution? An anthropological approach. **Journal of Computing and Society**, [S.l.], v. 1, n. 1, (s.f.), p. 11-28., 1991.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism as a site of discourse on the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, [S.l.], v. 14, p. 575- 599, 1988.

\_\_\_\_\_. **Primate visions**. New York: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. **Simians, cyborgs, and women**: the reinvention of nature. New York:

Routledge, 1989.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity**. Oxford: Basic Blackwell, 1989. [Tradução: A condição pós-moderna. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1992]

HAYLES, Katherine. Introduction: complex dynamics in literature and science. *In*: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Chaos and order: complex dynamics in literature and science**. Chicago: University of Chicago Press, 1991a.

\_\_\_\_\_. (Ed.). **Chaos and order: complex dynamics in literature and science**. Chicago: University of Chicago Press, 1991b.

HEATH, Deborah. Computers' bodies: prosthesis and simulation in molecular biotechnology. Trabalho apresentado no Paine: **Cyborg Anthropology, 91st Annual Meeting of the American Anthropological Association**, San Francisco, California, Dez. 2-6, 1992.

HEATH, Deborah *et al.* STS and gender. *In*: FULLER, Steve; RAMAN, Sujata (Ed.). **Teaching science and technology studies: a guide for curricular planners**. [S.L.]: [s.n.], 1991.

HEIDEGGER, Martin. **Being and time**. New York: Harper and Row, 1962. [Tradução: O ser e o tempo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005]

\_\_\_\_\_. **The question concerning technology**. New York: Harper and Row, 1977.

HEIMS, Steve. **The cybernetics group**. Cambridge: M.I.T. Press, 1991.

HESS, David (Ed.). The social/cultural anthropology of science and technology. **Social/Cultural Anthropology of Science and Technology Newsletter**, 1992.

\_\_\_\_\_. Science and technology in a multicultural world, 1993 [manuscrito inédito]

\_\_\_\_\_. If you are thinking of living in STS: a guide to the perplexed. *In*: DOWNEY, Gary; DUMIT, Joseph; TRAWEEK, Sharon. **Cyborgs and citadels: anthropological interventions into technocultures**. Santa Fe: School of American Research Press, 1997.

HESS, David; LAYNE, Linda (Ed.). Knowledge and society. **The Anthropology of Science and Technology**, Greenwich: JAI Press, v. 9, 1992.

JACOBUS, Mary; KELLER, Evelyn; SHUTTLEWORTH, Sally (Ed.). **Body/politics: women and the discourses of science**. New York: Routledge, 1990.

JENKINS, Henry. **Textual poachers**. New York: Routledge, 1992.

JOANS, Barbara. Outlaws and vigilantes in cyberspace. Trabalho apresentado no Paine: **Virtual Communities, 91st Annual Meeting of the American Anthropological Association**, San Francisco, California, Dez., 2-6, 1992.

KAUFFMAN, Stuart. Antichaos and adaptation. **Scientific American**, [S.L.], v. 265, n. 2, p. 78-84, 1991.

KELLER, Evelyn. **Secrets of life, secrets of death: essays on language, gender, and science**. New York: Routledge, 1992a.

\_\_\_\_\_. Nature, nurture, and the human genome project. *In*: KEVLES, Daniel; HOOD,

Leroy (Ed.). **The code of codes**: scientific and social issues in the human genome project. Cambridge: Harvard University Press, 1992b.

KLOPPENBURG, Jack. Alternative agriculture and the new biotechnologies. **Science as Culture**, [S.L.], v. 2, p. 483-506, 1991.

KNORR-CETINA, Karin; MULKAY, Michael (Ed.). **Science observed**: perspectives on the social study of science. Beverly Hills: Sage, 1983.

KONDO, Dorin. **Crafting selves**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

KURWEIL, Raymond. **The age of intelligent machines**. Cambridge: M.I.T. Press, 1990.

LATOUR, Bruno. **Science in action**: how to follow scientists and engineers through society. Milton Keynes: Open University Press, 1987. [Tradução: **Ciência em ação**: como seguir cientistas sociedade afora. São Paulo: Editora da Unesp, 2002]

\_\_\_\_\_. **The pasteurization of France**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **We have never been modern**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993. [Tradução: **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009]

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory life**: the social construction of scientific facts. Princeton: Princeton University Press, 1979. [Tradução: **Vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997]

LAUREL, Brenda. **The art of human-computer interface design**. New York: Addison-Wesley, 1990.

LÉCOURT, Dominique. The scientist and the citizen: a critique of technoscience. **Philosophical Forum**, [S.L.], v. 23, p. 174-178, 1992.

LÉVY, Pierre. La oralidad primaria, la escritura y la informática. **David y Goliath**, Buenos Aires, v. 58, p. 4-16, 1991.

McCAFFREY, Larry (Ed.). **Storming the reality studio**: a casebook of cyberpunk and postmodern fiction. Durham: Duke University Press, 1981.

MARTIN, Emily. **The woman in the body**. Boston: Beacon Press, 1987.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **The tree of knowledge**. Boston: New Science Library/ Shambhala, 1987. [Tradução: **A árvore do conhecimento**. 8. ed. São Paulo: Palas-Athena, 2010]

MEAD, Margaret. Cybernetics of cybernetics. In: FOERSTER, Heinz (Ed.). **Purposive systems**. New York: Spartan Books, 1968.

MEAD, Margaret; FOERSTER, Heinz (Ed.). **Cybernetics**. New York: Josiah Macy, Jr., Foundation, 1950-56. 5 v.

MEDINA, Manuel. Nuevas tecnologías, evaluación de la investigación tecnológica y gestión de riesgos. In: SANMARTÍN, José *et al.* (Ed.). **Estudios sobre sociedad y tecnología**. Barcelona: Anthropos, 1992.

- MEDINA, Manuel; SANMARTÍN, José. Filosofía de la tecnología, INVESCIT y el Programa TECNAS. **Anthropos**, [S.L.], v. 94, n. 95, p. 4-7, 1989.
- MIES, Maria. **Patriarchy and accumulation on a world scale**. London: Zed Books, 1986.
- MITCHAM, Carl. Three ways of being-with-technology. *In*: ORMINSTON, Gayle (Ed.). **From artifact to habitat**: studies in the critical engagement of technology. Cranbury, N.J.: Lehigh University Press, 1990.
- MOL, Annemarie; LAW, John. **Regions, networks**, and fluids: anaemia and social topology. University of Limburg, University of Keele. 1994. [mimeo]
- MONDO 2000. **Mondo user's guide to the new edge**. New York: Harper Perennial, 1992.
- MUNRO, Roland. Cybernetics and the social: conversations with unspeakable machines. *In*: STOWELL, Frank; DAWNE, West; STONE, Howell (Ed.). **Systems science**: addressing global issues. New York: Plenum Press, 1993.
- NICOLIS, Grégoire; PRIGOGINE, Ilya. **Exploring complexity**. New York: Freeman, 1989.
- NOVAK, Marcos. Liquid architecture in cyberspace. BENEDIKT, Michael. **Cyberspace**: the first steps. Cambridge: M.I.T. Press, 1992.
- O'CONNOR, Martin. On the misadventures of capitalist nature. **Capitalism, Nature, Socialism**, [S.L.], v. 4, n. 4, p. 7-40, 1993.
- ONG, Aihwa. **Spirits of resistance and capitalist discipline**. Albany: SUNY Press, 1987.
- PENLEY, Constance; ROSS, Andrew. **Technoculture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- PFAFFENBERGER, Bryan. The social anthropology of technology. **Annual Review of Anthropology**, [S.L.], v. 21, p. 491-516, 1992.
- PISCITELLI, Adriana. Los hipermedios y el placer del texto electrónico. **David y Goliath**, [S.L.], v. 58, p. 64-78, 1991.
- POSTER, Mark. **The mode of information**: poststructuralism and social context. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- PRED, Alan; WATTS, Michael. **Reworking modernity**: capitalism and symbolic discontent. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **Order out of chaos**. Toronto: Bantam Books, 1984.
- RABINOW, Paul. **French modern**. Cambridge: M.I.T. Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. Artificiality and Enlightenment: From Sociobiology to Biosociality. *In*: CRARY, John; KWINTER, Sanford (Ed.). **Incorporations**. New York: Zone Books, 1992a. [Tradução: "Artificialidade e Iluminismo: da sociobiologia à biosocialidade". *In*: BIEHL, João (Org.). Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p. 135-158]

\_\_\_\_\_. Severing the Ties: Fragmentation and Dignity in Late Modernity. In: HESS, David; LAYNE, Linda (Ed.). **Knowledge and society: the anthropology of science and technology**. Greenwich: JAI Press, 1992b. v. 9.

RHEINGOLD, Howard. **Virtual reality**. New York: Simon & Schuster, 1991.

RONFELD, David. **Cyberocracy, cyberspace, and cyberology: political effects of the information revolution**. Santa Monica: RAND Corporation, 1991.

ROSEBERRY, Pam. **Anthropologies and histories: essays in culture, history, and political economy**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.

ROSENTHAL, Pam. Remixing memory and desire: the meanings and mythologies of virtual reality. **Socialist Review**, [S.L.], v. 22, p. 107-118, 1992.

SANMARTÍN, José; ORTÍ, Ángel. Evaluación de tecnologías. In: SANMARTÍN, José *et al.* (Ed.). **Estudios sobre sociedad y tecnología**. Barcelona: Anthropos, 1992.

SANMARTÍN, José; LUJÁN, José. Educación en ciencia, tecnología y sociedad. In: SANMARTÍN, José *et al.* (Ed.). **Estudios sobre sociedad y tecnología**. Barcelona: Anthropos, 1992.

SARLO, Beatriz. **La imaginación técnica: sueños modernos de la cultura argentina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1992.

SELTZER, Mark. **Bodies and machines**. New York: Routledge, 1992.

SHIVA, Vandana. **Monocultures of the mind: biodiversity, biotechnology, and “scientific” agriculture**. London: Zed Books, 1993.

SIBLEY, Willis. Artisan nomads in a modern setting: a preliminary study of professional dam workers. Trabalho apresentado no **Annual Meeting of the American Anthropological Association**. Philadelphia, Dez., 1961.

\_\_\_\_\_. An anthropologist in the bureaucracy. **Practicing Anthropology**, [S.L.], v. I, p. 5-6, 1979.

\_\_\_\_\_. Septic tanks and sewers: community conflict and technological change in a midwestern county. Trabalho apresentado no **Annual Meeting of the American Anthropological Association**. Washington D.C. Dez., 1982.

SMITH, David. Technology and the modern world system: some reflections. **Science, Technology, and Human Values**, [S.L.], v. 18, p. 186-195, 1993.

STONE, Allucquère. **Virtual systems: the architecture of elsewhere**. Santa Cruz: Group for the Study of Virtual Systems, Center for Cultural Studies, University of California, 1991. [manuscrito inédito]

\_\_\_\_\_. Virtual systems. In: CRARY, John; KWINTER, Sanford (Ed.). **Incorporations**. New York: Zone Books, 1992.

STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift**. Berkeley: University of California Press, 1998. [Tradução: O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006]

- \_\_\_\_\_. **Partial connections**. Sabage: Rowman & Littlefield Publishers, 1991.
- SUTZ, Judith. Los cambios tecnológicos y sus impactos: un largo camino hacia la construcción solidaria de oportunidades. **Fermentum**, Caracas, v. 3, p. 124-150, 1993.
- THOMAS, David. Old rituals for new space: rites of passage and William Gibson's cultural model of cyberspace. *In*: BENEDIKT, Michael. **Cyberspace: the first steps**. Cambridge: M.I.T. Press, 1991.
- TRAWEEK, Sharon. **Beamtimes and lifetimes: the world of high-energy physicists**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. An introduction to cultural, gender, and social studies of science and technology. **Journal of Culture, Medicine, and Psychiatry**, [S.L.], v. 17, p. 3-25, 1993.
- TROILLOT, Ralph. Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness. *In*: FOX, Richard (Ed.). **Recapturing anthropology: working in the Present**. Santa Fe: School of American Research, 1991. TSUGAWA, Tracey. **Theoretical dis/simulations and utopian dreams: the politics of theorizing within the project of cultural studies**. Amherst, Massachusetts, 1992. [manuscrito inédito]
- TURKLE, Sherry. **The second self: computers and the human spirit**. New York: Simon & Schuster, 1984. [Tradução: O segundo eu: os computadores e o espírito humano. Lisboa: Presença, 1989]
- \_\_\_\_\_. Living in the MUDs: multiplicity and identity in virtual reality. Trabalho apresentado no Painel: **Cyborg Anthropology, 91st Annual Meeting of the American Anthropological Association**, San Francisco, California, Dez. 2-6, 1992.
- VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **The embodied mind**. Cambridge: M.I.T. Press, 1991.
- VISVANATHAN, Shiv. **Organizing for science**. Delhi: Oxford University Press, 1985.
- WAJCMAN, Judy. **Feminism confronts technology**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991.
- WALDROP, Mitchell. **Complexity: the emerging science at the edge of chaos**. New York: Simon & Schuster, 1992.
- WALKER, John. Through the looking glass. *In*: LAUREL, Brenda (Ed.). **The art of human-computer interface design**. New York: Addison-Wesley, 1990.
- WILLIS, Paul. **Common culture**. Boulder: Westview Press, 1990.
- WINNER, Langdon. Upon opening the black box and finding it empty: social constructivism and the philosophy of technology. **Science, Technology, and Human Values**, [S.L.], v. 18, 362-378, 1993a.
- \_\_\_\_\_. **If you liked chaos, you'll love complexity**. New York Times Book Review, Febrero 14, 1993b.
- WINOGRAD, Terry; FLORES, Fernando. **Understanding computers and cognition**. Norwood: Ablex, 1986.

WOLF, Eric. **Europe and the people without history**. Berkeley: University of California Press, 1982.

WOOLGAR, Steve. **Science: the very idea**. London: Tavistock, 1988.

\_\_\_\_\_. The turn to technology in social studies of science. **Science, Technology and Human Values**, [S.L.], v. 16, p. 20-50, 1991.

## Capítulo 2

# FATURAS<sup>1</sup> / FRATURAS: DA NOÇÃO DE REDE À NOÇÃO DE VÍNCULO<sup>2</sup>

Bruno Latour<sup>3</sup>

“Eu faço o que quero, ou seja, nada.  
Eu sou o que me acontece, ou seja, tudo.”

(Antoine Hennion)



QUINO, *Le Club de Mafalda*, n. 10, 1986: Editions Glénat. p. 22.

Por que o pai da Mafalda, no último quadrinho da tirinha, parece tão apavorado que picota compulsivamente todos os cigarros que restavam no seu maço? Porque Mafalda, a insuportável garotinha, simplesmente utilizou a forma passiva para descrever a inocente ocupação de seu pai. “O que estás

<sup>1</sup> N.T.: *Facture*, no original, em francês, tem correspondência com a ideia de *fatura* na sua acepção de feitura, ato ou efeito de fazer.

<sup>2</sup> N.T.: *Attachement* pode ser traduzido para o português como vínculo, vinculamento, associação, laço, ligação, conexão, acoplamento. Optamos pela utilização do termo “vínculo/vinculamento” por acreditarmos melhor traduzir a intenção do autor de desfazer uma polarização concernente à própria noção de vínculo. No argumento de Latour, vínculo pode carregar dois sentidos: para os “reacionários”, ele seria dependência; para os “progressistas”, emancipação. Na falta de uma “voz média” que permite pensar vínculo sem que tenhamos em suas pontas um sujeito e um objeto, Latour coloca-se a missão de “limpar” esse campo com o termo *attachement*, como ele procura desenvolver ao longo do texto.

<sup>3</sup> N.T.: Traduzido por Theophilos Rifiotis, Jean Segata e Dalila Floriani Petry, com a gentil autorização do autor a partir do original “Factures / Fractures: de la notion de réseau à celle

fazendo, papai?” pergunta ela no primeiro quadrinho. “Estou fumando um cigarro, por quê?”, responde o pai, sem desconfiar de nada. “Ah, diz Mafalda de passagem, eu tive a impressão de que era *o cigarro que estava te fumando*, mas não esquentava”. Pânico. Apesar de ele se considerar um pai tranquilo, confortavelmente sentado em sua poltrona depois de um dia pesado no escritório, sua filha viu um monstro insuportável: um cigarro apoderando-se de um homem para se fazer fumar, em uma grande nuvem de fumaça de alcatrão e nicotina: o pai, apêndice, instrumento, porta-voz do cigarro; o pai foi transformado no cigarro do cigarro... Não precisaria mais nada para desencadear uma crise: “Prometo e juro, de agora em diante, eu me proíbo de fumar”. Para garantir que vou cumprir essa promessa eu corto em pedacinhos infumáveis todo o meu maço; eu quebro esse ídolo que fez de mim um escravo em pedaços tão miúdos que ele nunca mais se apoderará de mim, que eu nunca mais me deixarei ser apoderado, mesmo se o desejar, como se diz “eu vou voltar a mim”.

Divertida, a história da Mafalda apenas aparenta ser profunda. Entre o primeiro e o último quadrinho nós passamos, de fato, de um extremo ao outro: no início, o pai acredita se entregar a um vício inocente que ele domina quase que totalmente; no fim, eis que ele não pode se desvencilhar de seus grilhões a não ser destruindo o cigarro que o dominava a tal ponto que sua filha pensou ver nesse híbrido um cigarro fumando um homem. Nos dois casos, tanto no início quanto no fim, o leitor continua a acreditar que podemos falar de *dominação*. Da forma ativa – “eu fumo um cigarro” – à forma passiva – “tu és fumado pelo cigarro”, nada muda senão a distribuição dos papéis de senhor e instrumento. O pai alterna bruscamente de um papel a outro: demasiado confortável na primeira imagem e demasiado apavorado na última. E se a questão fosse mais sobre ausência de domínio, sobre a incapacidade tanto da forma ativa quanto da forma passiva de definir nossos vínculos? Como falar apropriadamente do que os gregos chamam de “voz média”, forma verbal que não é nem ativa nem passiva?<sup>4</sup>

Nesse texto eu gostaria de explorar alguns obstáculos conceituais que

d’attachment” in MICOUD, André. PERONI, Michel (org.). **Ce qui nous relie**. Paris: Editions de l’Aube, La Tour d’Aigues, 2000. (p. 189-208) e publicado na **ILHA – Revista de Antropologia**, n. 17(2), 2015.

<sup>4</sup> A expressão “média” é claramente uma racionalização tardia, uma vez que o ativo e o

tornam difícil a compreensão da forma média, o que tenho chamado há alguns anos de “*faitiches*” (LATOURE, 1996). Eu obtive essa expressão incongruente a partir das palavras feito/fato e fetiche<sup>5</sup>, na qual as primeiras são o objeto de um discurso positivo de verificação e a segunda de um discurso crítico de denúncia, ao adicionar *nos dois lados* o trabalho de fabricação uma vez que o verbo fabricar, como sabemos, é a raiz do trabalho científico de estabelecimento dos fatos (“os fatos são feitos”) como da etimologia da palavra fetiche (PIETZ, 1985). Fazendo ressoar novamente, tanto pela verdade quanto pela falsidade, tanto pelos fatos apreciados quanto pelos fetiches criticados, essa duplicação do “faz fazer” que a língua francesa preserva com precisão, deslocamos a atenção para o que nos *faz agir*, nós a desviamos da obsessiva distinção do racional – os fatos – e do irracional – os fetiches. Em outras palavras, os *faitiches* nos autorizam a não levar tão a sério as formas sempre conjugadas dos objetos e dos sujeitos: o que coloca em movimento não tem nunca a força de uma causalidade – quer se trate do sujeito dominante ou do objeto causal; o que é colocado em movimento nunca deixa de transformar a ação – não dando, portanto, origem nem à objeto-utensílio nem ao sujeito reificado. A reflexão acerca dos *faitiches* exige algum tempo para se habituar, mas, passado o momento de surpresa com a sua forma estranha, são as figuras obsoletas do objeto e do sujeito, do fabricante e do fabricado, do agente e do agido que parecem cada dia mais improváveis.

Não procuraremos superá-los mais uma vez através de extraordinários efeitos dialéticos, mas ignorá-los pura e simplesmente assinalando de passagem sua falta completa de pertinência. O que vemos bem na nossa tirinha: diferentemente do que acredita Mafalda no quadrinho central, o cigarro não

passivo se tornaram as evidências da gramática. Nesse breve e decisivo capítulo, Benveniste (1966) faz da voz média o ancestral da forma passiva; a mais antiga oposição que a distingue da ativa: “Podemos diversificar o jogo dessas oposições o quanto quisermos [...], elas sempre voltam definitivamente situando as posições do sujeito em relação ao processo, conforme ele seja exterior ou interior, e para qualificá-lo enquanto agente, de acordo com o que ele efetua, na [voz] ativa, ou que ele efetua se afetando na [voz] média”. [N.T.: Algumas vezes, ao longo do texto original, o autor não apresenta as referências bibliográficas de maneira completa.]

<sup>5</sup> N.T.: Em francês a palavra *fait* possui duas acepções: enquanto particípio passado do verbo *faire* que se corresponde com *feito*, e enquanto substantivo masculino que se aproxima da ideia de *fato*. A partir da associação das palavras *fait* e *fetiche* o autor cria o neologismo *faitiche*. Por se tratar de um neologismo optamos por manter o termo em francês.

“fuma” o seu pai, mas, sem dúvida alguma, ele *faz* fumar o seu pai. Esse “faz fazer” parece tão difícil de se perceber que o pai da Mafalda acredita se esquivar de duas maneiras clássicas: no início, porque ele se considerava capaz de controlar a sua ação – ele age, o cigarro não faz nada; no fim, porque ele se considerava completamente controlado pelo objeto – o cigarro faz, o pai não faz nada. Eis dois idiomas, o da liberdade e o da alienação, que permitem evitar a estranha posição dos “*faitiches*” capazes de lhes fazer fazer coisas que ninguém, *nem vocês nem eles*, dominam. Como se desintoxicar dessa droga: a dominação? Questão surpreendente e quase contraditória: como se emancipar da droga pesada da emancipação?

1

Sublinhemos, inicialmente, uma dificuldade de princípio, ou melhor, dissipemos o desconforto sempre experimentado por aqueles que, nascidos com o coração à esquerda, criticam a noção automática de emancipação. Tão logo nos aproximamos dessa questão, eles acreditam poder dividir as atitudes entre aquelas dos “reacionários”, que seriam a favor da escravidão, da alienação, do vinculamento, do revinculamento; e aquelas dos “progressistas”, que seriam os campeões da liberdade, da autonomia, da mobilidade, da emancipação. Quer se trate de cigarro, droga, aborto, imprensa, consciência, comércio, finança, religião ou gosto, nós acreditamos dizer coisas profundas quando elaboramos alguma oposição entre as forças da liberdade e as da reação – ou, ao contrário, quando lembramos aos campões da liberação que existem deveres, obrigações, tradições, limites, fronteiras, leis. No entanto, parece-me que toda a reflexão sobre os *faitiches* se afasta dessa gigantomaquia da liberdade contra a alienação ou da lei contra a liberdade excessiva. A questão não é mais de saber se devemos ser livres ou vinculados, mas *se somos bem ou mal* vinculados. A antiga questão fazia da liberdade e da autonomia do sujeito o bem soberano – e é assim que o pai da Mafalda a compreende, tanto que corta todos os laços com o cigarro assim que ele percebe, graças ao olhar falsamente inocente da sua filha, que ele perdeu toda a autonomia. A nova questão não se direciona ao sujeito, à sua autonomia, ao seu ideal de emancipação, assim como ela também não se direciona à objetivação ou à reificação que nos

faria perder nossa autonomia: ela nos obriga a considerar a natureza precisa daquilo que nos *faz ser*. Se não se trata mais de opor vinculamento e desvinculamento, mas bons e maus vínculos, não há mais do que um meio para decidir a qualidade desses laços: perguntar-se o que eles são, o que fazem, aprender a ser afetados por eles. A antiga questão dirigia a atenção ou para o sujeito ou para o mundo estrangeiro das forças que poderiam o alienar; a nova questão se vincula às coisas mesmas, e é entre essas coisas que ela pretende distinguir o bem do mal<sup>6</sup>. A questão dos *faitiches* é centrípeta tanto em relação ao sujeito quanto ao objeto.

Não devemos, portanto, nos intimidarmos pela grande batalha entre os reacionários e progressistas. Os primeiros se enganam certamente porque creem que, sob o pretexto de que não há desvinculamento possível, é preciso permanecer sempre nos *mesmos* vínculos. Complacência bastante cômoda, que justifica suficientemente a indignação que temos contra aqueles que querem deixar sempre o escravo acorrentado aos senhores do passado. Para lutar contra a injustiça do acaso e da dominação, tal instância é suficiente. Entretanto, quando os reacionários zombam dos progressistas dizendo que libertar os escravos os leva a “trocar de grilhões ou de senhores”, é bem injustamente que os emancipadores se indignam com esses propósitos pessimistas: tecnicamente os reacionários tem razão e os progressistas não. Efetivamente, ao fazer a todo custo a apologia da liberdade, os progressistas se esqueceram de precisar àqueles que eles libertavam de seus “maus” laços, a quais *novos* laços eles pretendiam fazê-los existir dali em diante, a quais *melhores* seres vão agora os alienar. Ao falar da liberdade como uma palavra assimétrica que designaria apenas os grilhões do passado sem falar dos vínculos do porvir, os progressistas cometem um erro tão grosseiro como aquele dos seus pretensos opositores.

Quem é realmente o assassino? Aquele que recusa desvincular o alienado de seus laços mortíferos uma vez que a liberdade absoluta é um mito, ou aquele que pretende desalienar de fato o sujeito, enfim plenamente

<sup>6</sup> É preciso compreender “coisa” como o que está agora livre da política que havia sequestrado os não humanos para tornar impossível a vida pública. A respeito de toda essa extração das relações humanos/não humanos da relação sujeito/objeto, ver o árduo trabalho desenvolvido em Latour (1999).

autônomo e senhor de si, mas sem dar a ele os meios de se religar àqueles que teriam condições de fazer alguma coisa por ele? Há alguns anos a resposta seria imediata: os primeiros, sem dúvida. Hoje, eu hesito, confesso sem vergonha, e a minha indignação exige daqui em diante combater em duas frentes tanto os reacionários quanto os progressistas, tanto os anti-modernos quanto os modernos<sup>7</sup>. Os únicos que me interessam e me tranquilizam são aqueles que falam em *substituir* os vínculos por outros, e aqueles que quando pretendem desfazer os laços mórbidos, mostram-me os novos vínculos redentores, sem nunca chamar a atenção para o sujeito senhor de si, agora, literalmente, sem objeto<sup>8</sup>. As palavras liberação, emancipação, *laissez faire laissez-passer* não devem mais conduzir a adesão automática dos “homens de progresso”. Diante da bandeira sempre hasteada da Liberdade guiando o povo, é conveniente selecionar com atenção *entre as coisas por si só vinculadoras* aquelas que procuram laços bons e duráveis. Os partidários dos *faitiches* – os possuídos pelos *faitiches*, os consentidos pelos *faitiches* – recusarão, daqui em diante, de associar, por um reflexo pavloviano, a emancipação ao bem supremo: todo o ideal de liberdade se implementará agora sob benefício do inventário.

<sup>7</sup> A nova influência de Pierre Legendre – ver, por exemplo, suas *Leçons – La 901ème conclusion: Etude sur le théâtre de la Raison*. Paris : Fayard, 1998 –, explica-se, a meu ver, por essa reviravolta da situação: subitamente, nós temos diante dos nossos olhos, às vezes em nossos próprios filhos, esses seres emancipados que todas as gerações precedentes não haviam feito outra coisa a não ser esperar – ou temer – mas sem jamais tê-los verdadeiramente desvinculados, os grilhões do passado os mantinham solidamente. A experiência está agora completa: como o diz Legendre com sua violência profética: “Vocês os pais, vocês deram vida à mortos-vivos”. Sua solução, emprestada mais de Lacan do que do direito romano, volta infelizmente a esquecer os vinculamentos para impor aos sujeitos a soberania de um poder definido pelo vazio absoluto, fazendo desaparecer ainda mais radicalmente as múltiplas origens do faz-fazer

<sup>8</sup> Este é o meu interesse pelo trabalho dos etnopsiquiatras e, em particular, de Tobie Nathan (1994). Os fundamentalistas da República francesa veem em seu trabalho um retorno ao arcaísmo, como se ele arrancasse os pacientes da liberdade para os reorientar à cultura, enquanto ele fazia um trabalho de refabricação de pessoas muito mais sutil: ele restituiu aos pacientes imigrantes sem vínculos novas pertenças que correspondiam tão pouco à sua cultura de origem quanto à nova cultura que não soube reenraizá-los. O discurso da emancipação perde completamente esse mecanismo e faz de toda pertença comunitária – por mais nova e artificial que ela seja – uma regressão. Nathan indica um dos caminhos possíveis: fazer pelos imigrantes o que a República tem feito até agora para os partidários da liberdade: dar-lhes uma cultura, comunidades intermediárias e imbricada uma na outra, em suma, acabar com o slogan hipócrita: “Não ao lenço islâmico! Sim ao lenço Hermès!”.

Uma vez levantada essa objeção de consciência, esse escrúpulo ombreado aos propósitos tidos por longo tempo como abomináveis “reaças”, não temos mais que distinguir os vinculados e os liberados, mas aqueles que são bem vinculados daqueles que o são mal. É em direção aos vinculamentos que devemos concentrar nossa atenção. Infelizmente, nos deparamos aqui com uma enorme dificuldade: existe, de fato, ciências ditas sociais que afirmam falar com autoridade de laços incontáveis que vinculam os sujeitos. Nós iremos perceber, nessa segunda sessão, que as ciências ditas sociais não fazem o trabalho que temos o direito de esperar delas. Nós vamos, em particular, retomar a estranha divisão operada pelas ciências sociais entre ator individual e as estruturas da sociedade. Graças aos *faitiches*, poderemos, quem sabe, evitar de nos arriscar em uma batalha que não nos concerne entre os partidários do vinculamento e os defensores do desvinculamento.

Não faltam, na sociologia, tentativas para reconciliar o ator e o sistema, o indivíduo e o social. Sem ter a amplitude da gigantomaquia que opõem progressistas e reacionários, parece que não podemos entrar nas ciências humanas sem ter que tomar partido de uma ou outra dessas guerras microcolineas<sup>9</sup>. Ora, se há tantas soluções quanto sociólogos para a questão de saber quem comanda, o ator ou o sistema, dificilmente nos questionamos sobre a natureza desse *comando* ele mesmo. Para todos os protagonistas parece evidente que, quanto mais há de sociedade, mais o peso das determinações aumenta e, inversamente, quanto mais há de espaço para o indivíduo, mais cresce a margem de liberdade. O que o autor de Mafalda faz sua heroína dizer como uma piada, muitos sociólogos o diriam muito seriamente do ator: se ele não é “fumado pelo” seu cigarro, ele seria, todavia, “agido pela” estrutura social. Nós afirmávamos, quando eu era jovem no Boulevard Saint Michel, que “o falante era falado pela estrutura da língua”: e isso não fazia ninguém rir... Aqueles que consideram muito violento o uso dessa forma passiva, usam de eufemismos sem, entretanto, mudar de voz: diremos do ator que ele é “condicionado”, “determinado”, “limitado” pela sociedade que o

<sup>9</sup> N.T.: No sentido de conflito entre instituições ou indivíduos, envolvendo peripécias burlescas, cujo motivo parece obscuro ou insignificante.

cerca. Seja qual for a plasticidade desses termos, resta sempre em uma divisão entre a voz ativa e a voz passiva, e não fazemos nada além de mover para a direita o cursor que diminui a margem de manobra quando aumentamos o peso das estruturas, ou, para a esquerda, deixando mais liberdade para o ator quando diminuimos o papel determinante da sociedade.

A sociologia retomou assim da moral modernista o ideal de um sujeito sem vinculamento. Pouco importa que ela qualifique de positivo ou inevitável o que os moralistas qualificam como negativo e insuportável, não resta nada além dos laços sociais que não tem a capacidade de fazer o sujeito ser individual sem, por esta ação, limitar a sua liberdade. A situação não muda apesar das aparências quando pretendemos fabricar os sujeitos pela imposição da Lei da sociedade, já que é sempre necessário, como na história da Mafalda, escolher o seu senhor. Ora, a escolha tradicional entre liberdade e necessidade não permite nunca, apesar das aparências, uma real liberdade de escolha, quero dizer, aquela que permitiria enfim escolher entre, de um lado, uma sociologia que obrigue a designação de um senhor e aquela que, de outro lado, saberia *dispensar plenamente o senhor*. Para considerar essa sociologia alternativa, é preciso praticar duas pequenas transformações, a primeira sobre a natureza dos laços e a segunda, sobre a forma da dominação.

Acentuando as características, e para melhor ressaltar o contraste entre as duas formas de ciências sociais, poderíamos propor a seguinte oposição: ou bem nos interessamos aos indivíduos e às sociedades, ou bem nos interessamos à pluralidade daquilo que faz agir. No primeiro, caso nós vamos percorrer o espaço que vai dos sujeitos às estruturas sociais; no segundo, nós vamos atravessar os espaços que não encontram *nunca* nem o indivíduo nem a sociedade, visto que todas as movimentações dependem da natureza dos vínculos e da capacidade reconhecida de fazer ou não existir os sujeitos que lhes são vinculados. Às sociologias que se lançam sobre uma gama de liberdade e determinações, opõem-se uma sociologia dos *faitiches*, dos meios, das mediações ou, dito de outra maneira mais uma vez, de bons e maus vínculos<sup>10</sup>. A maior diferença entre os dois programas de pesquisa

<sup>10</sup> De onde a importância da sociologia da arte tal como ela é tratada por Antoine Hennion (1993) e sua relação com os estudos sobre as ciências. Ver igualmente, sobre essa ligação de arte e ciência, Jones e Galison (1998).

vem de que os primeiros creem dever tomar posição sobre a questão do indivíduo e da sociedade, enquanto os segundos curta-circuitam inteiramente essas figuras, tão genéricas, e não se vinculam a nada além das *especificidades* das coisas elas mesmas que, sozinhas, tornam-se fontes de ação, isto é, do faz-fazer. Para retomar uma fórmula de Antoine Hennion: se eu quero compreender porque eu digo “eu gosto de Bach”, é para as particularidades dessa interpretação, *desse* disco, *dessa* partitura, *desse* lugar que eu devo me concentrar<sup>11</sup>. Interessa-me apenas essas pequenas diferenças percebidas às quais eu aprendo a me tornar cada vez mais sensível – e quando eu me torno mais sensível a elas, evidentemente eu não me interesso mais a questão de saber quem domina a “sua minha” ação.

É como se o pensamento sociológico tivesse se perdido na repartição do faz-fazer. Retomando os termos da discussão teológica sobre graça, ela colocou do lado de fora todas as determinações e do lado de dentro todas as liberdades, para fora todas as heteronomias e dentro todas as autonomias, fora todas as necessidades e dentro todas as vontades. Ela se encontra, portanto, com duas listas opostas termo a termo, a primeira correspondente à sociedade e a segunda ao indivíduo. O que desapareceu nessa operação? As fontes mesmo de vinculamento, a formidável proliferação dos objetos, dos bens, dos seres, das fobias, das técnicas que faziam todos fazerem alguma coisa a outros. A escolha grandiosa entre vinculamento e desvinculamento obliterou as múltiplas pequenas escolhas cativas nos laços e que distinguem, para aqueles dispostos a se aprofundar, os bons e os maus vinculamentos, a justiça imanente às coisas.

Parece, portanto, que não podemos falar dos vínculos e conservar as figuras conjugadas do indivíduo e da estrutura, da liberdade e da necessidade. O exemplo da marionete vem sempre a calhar quando falamos de sociologia porque os inimigos da estrutura social acusam sempre os sociólogos de “tomar os atores por marionetes”, o que é tecnicamente exato, mas não tem o sentido que os partidários da liberdade do sujeito acreditavam poder lhe dar. Seja quanto estiver seguro que ele está no controle das figuras que mani-

<sup>11</sup> Ver o trabalho de Bessy e Chateauraynaud (1995), que testemunha as capacidades de uma sociologia alternativa para extrair dos laços da ação sua normatividade, mesmo sobre tópicos tão sutis como a distinção do verdadeiro e do falso na arte.

pula com a sua mão, não há sequer um marionetista que não diga que os seus bonecos o “fazem fazer” os movimentos de sua história, que lhe “ditam” suas réplicas, que elas são a oportunidade de movimentos novos “que espantam a ele mesmo” e “aos quais ele não teria pensando um minuto antes”. Não nos precipitemos para dizer que se trata de “maneiras de falar” sem sentido verdadeiro: o vocabulário do vinculamento é rico, indefinido, multiforme, ubíquo, nuançado; aquele da autonomia e da determinação, miserável, raro e seco. Para aqueles que desejam se tornar atentos aos vínculos, temos aqui indício precioso: para falar de liberdade e de causalidade é preciso sempre violentar as situações do vinculamento, quer seja nas ciências, em matéria de gosto, em medicina, seja falando de drogas, de direito ou de emoções<sup>12</sup>. Em contrapartida, desde que tentamos compreender o que permite a uma marionete de se deixar fazer agir pelo seu marionetista, é às especificidades dessa marionete, à sua cor, à sua forma, à sua iluminação, ao toque de seu tafetá, à brancura de seus braços de porcelana fina que vamos recorrer.

Se, para explicar as ações do sujeito, o sociólogo deve procurar a força da sociedade, é *porque ele não tem mais à sua disposição o imenso repertório de ações impresso nas particularidades dos actantes* (que ele crê que seja sua tarefa desprezar sob o nome de objetos reificados<sup>13</sup>). A ideia de sociedade foi inventada por aqueles que, tendo cortado todos os fios da marionete, queriam ainda dar a essa marionete desmornada sobre ela mesma o sopro da vida. Ao *reatar os fios da ação*, a noção de vínculo permite renunciar completamente a noção de sociedade e, aquela, concomitante, de ator.

Não basta, portanto, distribuir as fontes da ação entre todos os mediadores, todos os agentes, todas as especificidades que concorrem ao movimento. É preciso ainda modificar a natureza dessa ação, caso contrário vamos acabar imersos nos “campos de força”, sem ter feito nada além de afogar as figuras da subjetividade e da estrutura, e sem poder decidir se essa inundação as torna todas igualmente ativas ou igualmente passivas. A

<sup>12</sup> Ver a tese em curso, muito importante para a presente reflexão, de Emilie Gomart sobre um programa de substituição de metadona xx. Sobre as emoções ver o livro de Vinciane Despret (1999). Ver o livro em curso de Akrich e Berg (s.f.).

<sup>13</sup> Procurei a genealogia comum entre a invenção do tema da sociedade e o papel impossível dado aos objetos em Latour (1994).

disseminação daquilo que age não é suficiente para produzir uma mudança duradoura na sociologia, como bem demonstraram os conflitos de interpretação sobre a vontade de potência de Nietzsche ou sobre a disciplina e os dispositivos de Foucault. Tal é o limite da noção de rede, mesmo quando adicionamos àquela de ator-rede<sup>14</sup>. Certamente, a rede distribui bem a ação entre todos os actantes, mas ela não permite retomar de maneira definitiva a própria definição de ação: os actantes, apesar de sua novidade, herdaram o *tipo de ação* que fazia os seus predecessores agirem. Ora, as ciências sociais não só ignoraram a atividade dos mediadores como elas também quebraram em dois o faz-fazer, incitador de toda ação em voz “média” que permite ignorar tanto a dominação quanto a determinação. Apesar do seu nome, as “teorias da ação” são todas teorias da “inação” pois elas quebraram os *faitiches* em dois: de um lado a ação dominante e do outro o agido dominado. Catástrofe que torna impossível mover tanto o indivíduo quanto a sociedade uma vez que eles não têm nem adjuvantes, nem intermediários, nem mediadores, nem incitadores de nenhum tipo. Aquilo que é possível engendrar com o faz-fazer, nada permite mais de o obter quando o faz está de um lado e o fazer está de outro. A fatura, uma vez fraturada a ação, torna-se para sempre inatribuível<sup>15</sup>. Como diz Amalric em *Partage de midi*: “Essa coisa estreita entre uma faca e a fruta que ela corta, nós não juntaremos as partes”.

Tomemos um dos danos dessa quebra. Se, aplicando a brincadeira da Mafalda sobre um assunto sério, eu digo que a língua “me fala”, encontro-me imediatamente diante de uma impossibilidade, uma vez que sou bem eu quem fala nesse instante e não a totalidade da língua. Eu vou imediatamente inventar a distinção entre língua e fala, reservando o termo língua ao sistema e o termo fala à sua apropriação por um sujeito individual –

<sup>14</sup> Ver as contribuições contraditórias reunidas em Law e Hassard (1999). Podemos fazer a mesma crítica à noção de *irréductions*, tal como eu tentei em Latour (1984). Conjuguar a noção de ator com a de rede fez, desse ponto de vista, mais mal do que bem, porque nós acreditamos poder ler nessa conjunção uma nova dialética entre o ator e o sistema, ainda que ela se tratasse de renunciar inteiramente esses percursos obrigatórios.

<sup>15</sup> A origem dessa obsessão pela fratura dos *faitiches* não nos interessa aqui. É preciso desenvolver, para compreender essa incitação, uma antropologia do gesto iconoclasta. Ver Pandora's Hope (op. cit.) e Du culte moderne (op. cit.).

mas, fazendo isso, eu vou me enredar em uma série de emaranhados tão obscuros quanto os da sociologia, pois eu terei que explicar como um sujeito falante se apropria daquilo que, no entanto, o determina. Em desespero de causa, nós apelaremos a um movimento dialético no qual veremos em seguida porque ele obscurece ao invés de esclarecer. O que aconteceria se eu afirmar, aceitando a recorrência dos *faitiches* – essa gagueira da causalidade –, não que a língua me fale, mas que é a linguagem que me *faz* falar. Logo, sou bem eu, e somente eu quem falo; sim, mas é a linguagem que me *faz falar*. Podemos dizer que estou fazendo um jogo de palavras? Sim, mas com essa nova fórmula, eu não procuro mais dividir o que faz e o que é feito, o ativo e o passivo, uma vez que eu me coloco a percorrer uma cadeia de mediadores na qual nenhum mediador causa o próximo, mas na qual cada um permite ao seguinte tornar-se, por sua vez, origem da ação de, literalmente, “fazer causar” seu sucessor<sup>16</sup>. Ao contrário da língua, a linguagem não domina aquele que ela autoriza tomar a fala: ela os faz falar, o que é absolutamente diferente. Como não há nenhum sistema de língua forte o suficiente para “me falar”, não há nenhuma razão para inventar um sujeito em busca de autonomia que se apropriaria, apesar de todas as determinações, do sistema da língua<sup>17</sup>. Nem a língua, nem a fala são necessárias; elas eram meros artefatos de uma prévia quebra da ação dos *faitiches*. É porque nós quebramos o faz-fazer que somos sempre obrigados, em seguida, a dividir os seres entre aqueles que determinam e aqueles que, se não fossem determinados, seriam livres. A distinção dos objetos e dos sujeitos

<sup>16</sup> É isso que nos permite, no nosso jargão, distinguir o “intermediário” – que transporta fielmente a força e pode, portanto, ser definido pelos seus *inputs* e seus *outputs*, isto é, colocado na caixa preta e, portanto, ignorado de fato – da “mediação” definida como o que assegura não uma transferência, mas uma tradução que não pode, portanto, ser colocada na caixa preta que resta visível, que excede os seus *inputs* e seus *outputs*, que tem, portanto, características de um acontecimento.

<sup>17</sup> Na lista, elaborada por Benveniste, dos verbos que estão sempre na voz média figura dentre eles o verbo falar (*phâto, loquor*), coisa estranha se pensarmos que há aqui toda uma outra definição da enunciação diferente daquela de uma relação entre língua e fala. Nós encontramos também, o que é bem interessante, além dos famosos “nascer” e “morrer”, o verbo “seguir, adotar um movimento” (*sequor*) que é a origem de toda a família de palavras que serviram para formar a linguagem “social”. Há também “experimentar uma agitação mental” e “tomar medidas” (BENVENISTE, 1966, p. 172). Em suma, toda a antropologia de base parece exigir a voz média e ignorar tanto a ativa quanto a passiva.

não é primitiva, ela não designa domínios diferentes do mundo: ela se refere apenas à fratura da ação.

Aquilo que é verdade a montante do ator é também a jusante: ele não é mais senhor daquilo ele faz nem ele está sujeito ao controle. Se a língua não o controla, ele não controla mais sequer o que ele diz. Não acreditamos, por isso, que ele está agora substituído pelas palavras que ele fala cegamente: não, o que o fez fazer, ele o fez fazer por sua vez (atualizando de passagem a regra de ouro: “O que você quer que outros lhe façam fazer, fazei fazer aos outros!”). A ocasião que lhe foi dada de falar, ele agora a dá às palavras que ele faz falar. Nós não a determinaríamos; ele não a determina. Ele não poderia falar sem a língua; as palavras não podem falar sem ele. A marionete estabelece com os seres que ela manipula uma relação tão complexa quanto a do marionetista com a marionete, o que significa que a palavra “manipular” – palavra mestra da sociologia crítica (e nessa palavra mesma de mestra palavra!) –, encontra-se outra coisa que a determinação. A recorrência da ação remove das “transferências de arranjos” o veneno da dominação, da determinação, da causalidade, sem obrigar com isso à insinuação de um ponto preciso do mel da liberdade. Por toda parte, ao longo da cadeia de mediadores, que se repartem entre a antiga causalidade e a antiga liberdade, simples marcas, mal interpretadas, do ágil faz-fazer.

Nem a determinação, nem a liberdade, nem a ação das estruturas, nem a ação individual são ingredientes do mundo; esses artefatos (no sentido de artifício supérfluo) foram introduzidos pouco a pouco, à medida que nos privávamos desses outros artefatos: os *faitiches*. Sem vínculos capazes de fazer-fazer, parecia razoável procurar em algum foro interior ou, no exterior, no mundo natural ou social, os motores para a ação. Devolva-nos os vínculos, e guarde a natureza, a sociedade e o indivíduo! Veremos quem conseguirá colocar com mais facilidade a cena do mundo em movimento.

3

Nós não hesitamos, na primeira sessão, tangenciar a acusação de “reacionário” para substituir a noção assimétrica de emancipação pela noção simétrica de *substituição* de um laço mórbido por outro laço redentor. Esse des-

locamento arriscado faz tudo se assentar sobre a especificidade dos vínculos, da qual extraímos a normatividade que se encontra cativa, imanente, cristalizada nos detalhes mesmos dos laços. Nós percebemos, na segunda sessão, que para tornar essa extração imaginável, era necessário afrontar o senso comum das ciências sociais as quais reclamam, aparentemente, falar de laços que vinculam estavelmente os sujeitos. Infelizmente, as ciências sociais têm poucos recursos para falar precisamente dos vínculos, pois elas romperam muito rapidamente a ponte da ação e encontram-se com as determinações e as liberdades que é preciso, em seguida, repartir em domínios *diferentes* da realidade. Ora, os mediadores que nos interessam ignoraram totalmente essa fratura da ação entre o ativo e o passivo e dispensam, portanto, tanto os objetos quanto os sujeitos. Para se beneficiar dos laços implantados pelas ciências sociais sem sofrer com suas “teorias da inação”, será preciso dispor de *redes de vincu- lamentos*. Isso exige elencar ainda algumas dificuldades.

Retomemos nosso pequeno exemplo. Apesar do seu gesto iconoclasta, o pai da Mafalda, “desconstruindo” o seu maço de cigarros, não alcançará a autonomia. O que ele fez foi passar de um extremo de inocência a um extremo de pânico através de quatro etapas: ele se considerava livre; ele se torna um escravo aos olhos da sua filha; ele se apavora; e ele se liberta rompendo os seus grilhões. Ora, ele não fez mais do que passar de uma crença em sua liberdade – com o cigarro – para uma outra crença em sua liberdade – sem o cigarro. Como ele deveria ter reagido à crítica dessa pestinha da Mafalda se ele tivesse vivido à sombra dos *faitiches*? Compreendendo a forma passiva “tu és fumado pelo teu cigarro”, como uma aproximação justa, na língua francesa, da voz média: “sim, Mafalda minha filha”, ele deveria ter respondido “de fato, eu sou possuído pelo meu cigarro, que me faz fumá-lo, não há nada que pareça, nem para ele nem para mim, à uma ação determinante. Eu não o controlo mais do que ele me controla. Eu estou vinculado a ele e, se eu não puder sonhar com nenhuma emancipação, quem sabe, outros vínculos o substituirão, com a condição de que eu não me apavore e que tu não me imponhas, em boa sociologia crítica de esquerda, um ideal de desvinculamento do qual eu certamente perecerei...”<sup>18</sup>. Nós podemos substituir um vínculo por outro, mas

<sup>18</sup> A grande força da noção de “affordance” [propiciação] é de permitir, na psicologia, a implementação da voz média. Ver: Gibson (1986) e Thévenot (1994).

nós não podemos passar do vinculado ao *liberado*. É isso que um pai deve dizer à sua filha. Para compreender a movimentação dos sujeitos, suas emoções, suas paixões, é preciso, portanto, interessar-se sobre aquilo que os vincula e os movimenta – declarações óbvias, porém sempre esquecidas.

Uma das razões para esse esquecimento é que nós acreditávamos “ultrapassar” esse problema a partir da dialética do sujeito e do objeto. Acreditando que o problema é obsoleto, não temos nenhuma necessidade de pensar ao inspecionar os fundamentos. Consideremos um exemplo, um pouco mais difícil que aquele do cigarro: eu escrevo há cerca de trinta e cinco anos notas que, posso testemunhar sem mentir, elas me fabricaram. Quem escreve? Quem é fabricado? Diremos que a questão não se coloca e que eu sou feito por aquilo mesmo que eu fiz, escrito pelo que escrevo – o círculo da dialética se encarrega de esclarecer um ciclo de retroação que nos evitará de considerar o ponto de partida como o ponto de chegada. No entanto, a questão que nós queremos evitar se coloca, pois presos a um círculo entre duas posições tradicionais, não é fácil modificá-las: afogar um peixe, girar, literalmente em círculos. O que há nesse círculo? Vejamos mais de perto. A expressão faz-fazer não se assemelha com a expressão: ser feito por aquilo que eu faço. A primeira ignora todo o domínio, a segunda *reforça* os dois domínios, o do criador e o da determinação sobre os comandos. Quando eu escrevo as minhas notas, sou bem eu quem escreve; quando eu sou escrito por elas, são bem elas que me escrevem. A dialética eleva à segunda potência o peso da dominação. Ela acelera o movimento, mas retorna sempre ao mesmo círculo. Ora, trata-se de um círculo?

Os *faitiches* subtraem da ação todo o domínio, pois eles se privam tanto da plenitude ativa do fazer quanto da passividade causada pelo feito. Se eu digo que as notas que eu faço escrever me fizeram fazer o que eu sou, a fatura da minha descrição muda completamente visto que eu deixo o diâmetro do círculo. A página imaculada do caderno na qual eu coloco a ponta da caneta-tinteiro e onde eu descubro, para minha grande surpresa, que o que eu estou escrevendo que me força a refletir e modificar o estado no qual eu acreditava me encontrar no minuto anterior... nada disso forma uma linha reta que permitiria atribuir um percurso de dominação, mas esses deslocamentos dos arranjos não se fecham mais em um círculo que retornaria na direção de um repertório de ações já explorado. Uma vez

inserido na “différance”<sup>19</sup>, impelido pelas traições/traduições sucessivas do papel em branco, da tinta preta, dos parágrafos rabiscados, “todos nós”, notas, paixões, escritos, argumentos, nos precipitamos cada vez mais rápido em uma cascata de acontecimentos irreversíveis que nos perseguem frente a eles. Nós podemos multiplicar os vínculos, substituir um vinculo por outro, mas a atribuição de uma origem da ação se tornou, para sempre, impossível, senão por uma outra ação de atribuição e designação, nova tradução/traição que se soma a todas as outras e nos faz escorregar um pouco mais ladeira abaixo. O mundo não é um barril cuja a dialética poderia cercar o fosso.

Se não é tão difícil superar a superação da dialética – visto que ela retorna, nós a compreendemos claramente, encapsulando ainda mais solidamente as causalidades opostas do sujeito e do objeto – o segundo obstáculo parece mais difícil a superar, tanto ela parece ser do bom senso. A tentação é forte, de fato, mesmo insistindo no faz-fazer, em pensar cada um desses “fazer” segundo o modo da criação ou de suas versões atenuadas: a construção, a fabricação ou a eficácia<sup>20</sup>. Por trás da modesta linguagem da construção<sup>21</sup> esconde-se sempre o demiurgo da mitologia, o qual dissimula pessimamente o Criador da teologia. Toda a questão repousa sobre um imenso mal entendido relativo a expressão consagrada de criação *ex nihilo*.

Apesar da vulgata, o termo não designa em nada a matéria-prima fabricada pelo demiurgo, mas o pequeno limiar, o “gap”, inevitável em todas as ações mediadas, que tornam justamente *impossível* a demiurgia já que cada evento excede suas condições e ultrapassa seu artesão. Como se diz a partir de São João: “No início era o fazer falar, ou seja, o Verbo” ou com Goethe: “No início era o faz-fazer, ou seja a Ação”, em ambos os

<sup>19</sup> N.T.: Trata-se de um termo cunhado por Jacques Derrida para enfatizar os dois sentidos que a palavra “différer” tem em francês, um deles remete a “postergar” e o outro a “diferenciar”.

<sup>20</sup> O trabalho de François Jullien (1997) dá garantias contra essa tentação, mesmo que ao preço de um grande desvio.

<sup>21</sup> Podemos dizer que eu não tive sorte com o subtítulo do meu primeiro livro: a construção social dos fatos científicos! Depois de ter criticado o adjetivo “social”, foi-me necessário abandonar em seguida a palavra “construção”; quanto à palavra “fato”, para compreender a qual preço fabricação e verdade podem se tornar sinônimos sem banalizar os dois termos, isso me tomou vinte anos! Nós compreendemos porque a palavra construção não serve para mais nada quando vemos que ela é utilizada mesmo por John Searle (1998).

casos não há criador em posição de dominar sua criação elaborada *ex nihilo*. Por mais potente que possamos imaginar um criador, ele não será jamais capaz de dominar suas criaturas mais do que uma marionete domina seu marionetista, do que um escritor suas notas, do que um cigarro seu fumante, do que um falante sua língua. Ele pode fazer-fazer alguma coisa, mas não as *fazer*. Engajado em uma cascata de acontecimentos irreversíveis, sim; mestre de seus instrumentos, não. Acreditando prestar um culto respeitoso ao criador – Deus, humanidade, sujeito ou sociedade – nós escolhemos, por uma cruel distorção da teologia, de louvar o domínio e seu ideal de desvinculamento de tudo que o faz ser. A expressão *ex nihilo* não significa que o construtor obtém alguma coisa do nada, mas que o conjunto das condições precedentes não é nunca suficiente para *determinar* a ação. É isso que a expressão *ex nihilo* aniquila, é a alucinante pretensão do senhor de comandar – e aquilo que vale para Deus vale ainda mais para o Homem. Não há mais do que um perfume cujo odor agrade ao criador, aquele da surpresa diante de acontecimentos que ele não controla de modo algum, mas que ele fez ser. A passagem do nada ao ser ou do ser ao nada não tem nada a ver com a história – não mais do que a súbita virada do pai da Mafalda da liberdade despreocupada ao pânico contra toda forma de vinculamento. Compreenderíamos então muito mal a recorrência do faz-fazer se nos contentássemos em acrescentar um segundo mito de criação sobre um primeiro mito de criação. Utilizar a expressão faz-fazer significa, ao contrário, que desejamos abandonar inteiramente o ideal do fazer e dos seus “malfeitos”<sup>22</sup> antes de passar, como o diz magnificamente Souriau, “a esses entrefeitos”...

Esse abandono permite recolocar a questão da liberdade, retomando dos progressistas um tema do qual eles fizeram mal uso e que não há alguma razão para deixar ao seu deleite exclusivo. O mesmo *slogan* “viver sem senhor” designa, de fato, dois projetos inteiramente diferentes segundo o qual ou vivemos à sombra dos *faitiches* ou divididos entre os objetos e os sujeitos. A liberdade consiste em viver sem senhor ou *sem dominação*? Os

<sup>22</sup> A reflexão sobre a técnica influencia, evidentemente, todas essas noções vagas de construção e de fabricação. Para uma transformação das relações entre o instrumento e o seu fabricante, ver em particular, Latour (1994) retomado em *Pandora's Hope* (*op. cit.*).

dois projetos não se assemelham mais do que o fazer e o faz-fazer. Como nós vimos na primeira sessão, um desses projetos volta a confundir a passagem de um mestre a um outro mestre com a passagem do vinculamento ao desvinculamento. Por detrás do desejo de emancipação – “nem Deus nem senhor!” –, exprime-se o desejo de substituir um bom senhor por um mal; na maioria das vezes, trata-se de substituir, segundo a expressão de Pierre Legendre, a instituição por “eu-rei”. Mesmo se aceitamos compreendê-la como uma substituição e não mais como uma liberação definitiva, a liberdade consiste ainda em substituir uma dominação por outra. Mas *quando poderemos nos desvencilhar do ideal de dominação?* Quando começaremos finalmente a degustar os frutos da liberdade, isto é, a viver sem senhor, sobretudo sem eus-reis? É esse o segundo projeto que dá ao mesmo slogan um sentido totalmente diferente. Nós tínhamos confundido a liberdade como exercício de comando *no lugar* de um outro comandante<sup>23</sup>, com a liberdade como vida *sem* comando algum. Com os *faitiches*, a expressão da liberdade retoma o caminho que o ideal de emancipação e desvinculamento havia transformado em impasse: a liberdade torna-se o direito de não ser privado dos laços que fazem existir, laços vazios de todo ideal de determinação, de toda teologia da criação *ex nihilo*. Se é certo que é necessário substituir a antiga oposição entre vinculado e desvinculado por uma substituição de maus por bons vínculos, a impressão de sufocamento que poderia dar essa primeira ideia muda profundamente se nós a completarmos por essa segunda ideia, a liberação de toda a dominação: *em todos os pontos* da rede de vinculamento o nó é aquele de um faz-fazer, não de um fazer ou de um feito. Esse é, no mínimo, um novo projeto de emancipação tão vigoroso quanto o antigo e muito mais verossímil porque ele obriga a não confundir viver sem dominação com viver sem vinculamento.

Examinemos um último obstáculo à reflexão acerca dos *faitiches*, que não é mais lógico como àquele da dialética ou da teologia ou como àquele da construção; mas mais diretamente político. Aos olhos daqueles que quebraram o faz-fazer, isto é dos *faitiches*, as culturas do passado ou aquelas

<sup>23</sup> A fórmula estoíca ou espinozista da liberdade como aceitação ou conhecimento de determinismos volta ela também a mudar de senhor e a tomar a determinação causal pela forma única do vinculamento. Do ponto de vista dos *faitiches*, nós não nos movemos um centímetro.

longínquas tornam-se profundamente incompreensíveis. Com as noções opostas de determinação e de liberdade, de heteronomia e de autonomia, como poderemos compreender as formas de existência que admitem simplesmente não poder viver sem estar continuamente revinculadas a tais divindades ou a tais bens<sup>24</sup>? A noção de fetiche ou de fetichismo vem precisamente do choque entre aqueles que utilizam os termos da necessidade e da liberdade e aqueles que sabem estar possuídos por seres numerosos que os fazem existir<sup>25</sup>. Diante da acusação, lançada pela sua filha, de ser totalmente dominado pelo seu fetiche, o pai da Mafalda não tem outra solução do que quebrar fanaticamente o seu ídolo para estar seguro de não recair em um vinculamento fatal. Sua reação frenética prova que ele é moderno, mas não pressagia nada de bom sobre sua atitude de compreensão dos laços que devem fazer viver ele e sua filha. Nós discutimos sempre o que significam os termos vagos de Ocidente e de Modernidade. Nós podemos defini-los de maneira simples: aquele que quebrou os seus *faitiches vendo nos Outros seres bizarramente vinculados*, monstros tão prisioneiros em suas crenças e em sua passividade quanto o pai da Mafalda visto pela Mafalda<sup>26</sup>. Mas, é a filha que não compreende o seu pai, é o Ocidental que não compreende o Outro, tornado exótico pelo contraste com um ideal de desvinculamento que o mataria certamente – tão somente se ele fosse louco o suficiente para aplicá-lo verdadeiramente. Incapaz de ver nele mesmo os vínculos que o fazem agir, aquele que se crê, unicamente por esse fato, Ocidental, imagina que os Outros não o são, e que eles são, consequentemente, absolutamente “Outro”, no momento que eles se diferem apenas

<sup>24</sup> A questão do vinculamento dos bens não é mais simples de resolver que aquela das divindades, e a noção chave de externalidade não basta para encerrar a discussão, apesar das suas pretensões para encerrá-la devidamente. Ver Callon (1998) e Callon e Latour (1994). Os argumentos sobre a liberdade de escolha ou a organização do mercado recuperam exatamente as mesmas teorias da inação que aquelas das ciências sociais.

<sup>25</sup> Além da colaboração de Pietz (*op. cit.*), ver também a excelente análise de Simon Schaffer (1997) sobre a ligação entre a história da medição científica do ouro e a acusação de fetichismo.

<sup>26</sup> O mesmo se aplica para esse exotismo “interno”, inventado pelo pensamento crítico, sobretudo da Escola de Frankfurt, e que transformou todas as culturas europeias e americana em uma massa manipulada e bizarramente vinculada... O pensamento crítico desempenha internamente o mesmo papel de exotização da alteridade do que a reflexão dos fetiches exteriormente. Saïd descreveu muito bem o Orientalismo – quem descreveu o Ocidentalismo dos Brancos visto pelos pensadores críticos?

*por aquilo* que justamente os vincula. Ao invés de uma grande partilha entre Eles e Nós, entre desvinculado e enredado, convém introduzir, mais uma vez, numerosas pequenas partilhas entre aqueles que são vinculados por tais seres e aqueles que o são por *tais* outros seres. A natureza particular das transferências de agenciamentos faz toda a diferença, e não a pretensão inebriante de escapar à toda forma de dominação pelos fatos e pelos fetiches, pela racionalidade e pela irracionalidade. Cada um recebe a alteridade dos vínculos e não da diferença radical entre os liberados e os alienados, os deslocalizados e os enraizados, os móveis e os fixos<sup>27</sup>.

Se chamamos de política a constituição progressiva de um mundo comum, é muito difícil, como compreenderemos facilmente, imaginar uma vida comum, começando pela exigência de que todos que querem fazer parte devem deixar no exterior, no vestiário, suas pertencas e vínculos que os fazem existir. Os Ocidentais, mestres de cerimônia, resguardam-se de aplicar a eles mesmos a regra de abstenção e de desvinculamento que eles aplicam aos “Outros”. Os seus vínculos encontram-se simplesmente *resumidos* pelos dois grandes colecionadores ou acumuladores de sua própria tradição: a Natureza e a Sociedade, o reino da necessidade e o reino da liberdade. O uso da palavra “globalização” permite fazer crer que o mundo comum será necessariamente a extensão, sob uma forma ou de outra, de um ou outro desses dois reinos. Para as partes concorrentes não cabe o debate do quadro global no espaço dessa discussão. Não há nenhuma evidência, no entanto, que o mundo comum, objeto da política que Isabelle Stengers chama de “cosmopolítica” (STENGERS, 1996, 1997), assemelha-se à globalização. Tudo prova, ao contrário, que os dois acumuladores, a determinação causal da Natureza e a arbitragem arbitrária do Soberano, não são mais suficientes para encerrar as controvérsias que concernem a constituição progressiva do mundo comum. Em um mundo que não vai mais da alienação à emancipação, mas do entrelaçamento ao ainda mais entrelaçado, que não vai mais do pré-moderno ao moderno, mas do moderno ao não

<sup>27</sup> Sobre toda essa questão da grande partilha ver Latour (1991). Ver também o importante trabalho realizado pelos antropólogos sobre a revisão das categorias de cultura uma vez elevadas à hipótese da natureza, em Descola & Pálsson (1996).

moderno, a repartição tradicional das determinações e das liberações não servem mais à definição de uma “globalização” cuja dificuldade desafia, no momento, o entendimento político<sup>28</sup>. Apesar da reação automática do pai da Mafalda, não se trata mais de passar abruptamente da escravidão à liberdade reduzindo os ídolos em migalhas, mas de selecionar nos vínculos eles mesmos, aqueles que salvam e aqueles que matam.

\*

Procurei, nesse texto, explorar algumas das dificuldades da noção de vínculo a fim de me valer dela para enriquecer essa sociologia das redes que, até agora, nos rendeu ótimos serviços, mas que começa a esgotar-se seriamente. As redes – ou os rizomas – permitem não apenas distribuir a ação, mas também operar os desvinculamentos e as rupturas na proximidade e, inversamente, os revinculamentos na distância. Muito eficazes na redistribuição das forças, as redes, como vimos, já não o são para a renovação da teoria da ação própria a cada um dos nós. O acréscimo da palavra “ator” na formação do híbrido ator-rede não teve o efeito esperado, visto que colávamos uma sobre a outra as duas teorias da ação, uma oriunda da determinação e da estrutura, e a outra da liberdade e da subjetividade. Passar às redes de vínculos deveria nos permitir conservar o efeito de distribuição da rede, assim como de reforçar inteiramente a natureza e a fonte da ação. O vínculo designa, por sua vez, o que afeta, o que coloca em movimento, e a impossibilidade de definir esse faz fazer pelo antigo acoplamento da determinação e da liberdade. Em uma próxima etapa, poderemos então voltar a qualificar os tipos de vínculos.

<sup>28</sup> É objeto do esforço empreendido em Latour (1999): definir um coletivo capaz de coletar o mundo comum sem recorrer aos dois somatérios tradicionais da Natureza e da Sociedade, bicameralismo tornado inadequado à situação atual. Para um tira gosto do argumento e das polêmicas suscitados ver Latour (1998).

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Emile. “Actif et moyen dans le verbe”. *In*: \_\_\_\_\_. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.

BESSY, Christian; CHATEAURAYNAUD, Francis. **Experts et faussaires**: pour une sociologie de la perception. Paris: Métailié, 1995.

CALLON, Michel (Ed.). **The laws of the market**. Londres : Routledge, 1998.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. ‘Tu ne calculeras pas’ ou comment symétriser le don et le capital. **Nouvelle revue du MAUSS**. Vv. 8, p. 45-70, 1994.

DESCOLA, Philippe; PALSSON, Gisli (Ed.). **Nature and society**: anthropological perspectives. Londres: Routledge, 1996.

DESPRET, Vinciane. **Ces émotions qui nous fabriquent**: ethnopsychologie de l’authenticité. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 1999.

GIBSON, James. **The ecological approach to visual perception**. Londres: Lawrence Erlbaum Associates, 1986.

HENNION, Antoine. **La passion musicale**: une sociologie de la médiation. Paris: Métailié, 1993.

JONES, Carrie; GALISON, Peter. (Ed.). **Picturing science, producing Art**. Londres: Routledge, 1998.

JULIEN, François. **La propension des choses**. Paris: Le Seuil collection, 1992.

\_\_\_\_\_. **Traité de l’efficacité**. Paris: Grasset, 1997.

LAW, John; HASSARD, John (Ed.) **Actor-Network and after**. Oxford: Blackwell, 1999.

LATOUR, Bruno. **Irréductions, guerre et paix des microbes**. Paris: Métailié, 1984.

\_\_\_\_\_. **Nous n’avons jamais été modernes**: essai d’anthropologie simétrique. Paris: La Découverte, 1991 [Tradução: **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009].

\_\_\_\_\_. “Une sociologie sans objet?: Note théorique sur l’interobjectivité”.

**Sociologie du travail**, [S.l.], p. 587-607, 1994.

\_\_\_\_\_. On Technical Mediation. **Common Knowledge**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.

\_\_\_\_\_. **Petite réflexion sur le culte moderne des dieux Faitiches**, Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 1996 [Tradução: Reflexão sobre o culto moderno dos deus fe(i)tiches. Bauru: Edusc, 2002].

\_\_\_\_\_. From the world of science to the world of research. *Science*, v. 280, 10 de abril de 1998.

\_\_\_\_\_. **Pandora's hope: essays on the reality of science studies**. Cambridge: Harvard University Press, 1999 [Tradução: A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EdUSC, 2001].

\_\_\_\_\_. **Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences em démocratie**. Paris: La Découverte, 1999 [Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia. São Paulo: EdUSC, 2004].

\_\_\_\_\_. "Factures/Fractures: de la notion de réseau à celle d'attachement". *In: MICOUD, André; PERONI, Michel (Ed.). Ce qui nous relie*. Paris: Editions de l'Aube, La Tour d'Aigues, 2000. P. 189-208.

LEGENDRE, Pierre. **Leçons – la 901ème conclusion: étude sur le théâtre de la raison**. Paris: Fayard, 1998.

NATHAN, Tobie. **L'influence qui guérit**. Paris: Editions Odile Jacob, 1994.

PIETZ, William. The Problem of the fetish I. **Anthropology and Aesthetics**, n. 9, Spring, p. 5-17 e os números artigos sucessivos em três números da revista (I, II and III), 1985.

SCHAFFER, Simon. Forgers and Authors in the Baorque Economy. Artigo apresentado no encontro "Whats is an Author?". Cambridge: Harvard University, 1997.

SEARLE, John. **La construction de la réalite sociale**. Paris: Gallimard, 1998 [Tradução:

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques – Tome 1: la guerre des sciences. Até o Cosmopolitiques – Tome 7: pour en finir avec la tolérance**. Paris: La Découverte/Les Empêcheurs de penser en rond, 1996 – 1997.

SCHAFFER, Simon. **Forgers and Authors in the Baroque Economy**. Artigo apresentado no encontro “What is an Author?”. Cambridge: Harvard University, 1997.

THÉVENOT, Laurent. Le régime de familiarité: des choses em personne. **Genèses**, [S.l.], p. 72-101, 1994.

## Capítulo 3

# DOS CIBERNAUTAS ÀS REDES

**Jean Segata**

Há duas décadas, a publicação de *Welcome to Cyberia*, de Arturo Escobar anunciava um desafio – o estudo da cibercultura. Os tópicos de uma antropologia disposta a compreender as importantes transformações da vida social na virada do milênio deveriam incluir o investimento etnográfico nos processos que articulavam campos da *tecnossocialidade* e da *biossocialidade*. Para Escobar (1994) – traduzido nesta coletânea – Capítulo 1, a cibercultura era articulada entre os processos de construção sociocultural associados às tecnologias da computação e da informação e os desdobramentos da biopolítica, que ganhavam novos contornos como uma nova ordem de produção da vida, da natureza e do corpo através de intervenções tecnológicas fundamentadas na biologia. A longa pauta de estudos formulada no seu artigo abriu diversas frentes de discussão, pois dialogava com um número significativo de campos e de temas em início de construção e de debate na antropologia e em outras disciplinas. O fim do século XX ficou marcado pelo interesse que se instalava em torno do papel da ciência para a construção da realidade, do universo das próteses, das modificações genéticas e dos ciborgues, das controvérsias em torno das novas tecnologias reprodutivas e seus efeitos simbólicos e jurídicos e, singularmente, da introdução de computadores e da internet na vida cotidiana. Contudo, diferentemente da elasticidade da ideia de cibercultura e sua capacidade de articulação desses temas, a

introdução desse debate no Brasil se deu por meio de frentes localizadas. Ainda que com muitas exceções, boa parte da discussão sobre a emergência de novas tecnologias reprodutivas passa a ser introduzida em campos como o de família e relações de gênero e seus diálogos com a antropologia da ciência. Biossocialidade desdobra-se no interior da antropologia da saúde e da doença, especialmente em suas críticas a biomedicina e a genetização da identidade. Por fim, a cotidianização de computadores e outros dispositivos ligados à internet formam um lugar de disputa entre disciplinas como a filosofia, as artes, a sociologia, a antropologia e, sobretudo, a comunicação. O foco deste capítulo diz respeito a esse último ponto e responde pelo modo como a antropologia se inseriu nessa disputa em torno da discussão sobre os efeitos da emergência de computadores e internet. O meu lugar de fala é situado no GrupCiber – Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia do PPGAS-UFSC, que abraçou o desafio de estudar etnograficamente a cibercultura, firmando-se como um dos primeiros esforços no Brasil em se inscrever nessa agenda de estudos, ainda em 1996. Assim, eu na primeira parte do texto narro algumas experiências do grupo a respeito do desafio etnográfico sugerido por Arturo Escobar. Com isso, remonto a questões que giram em torno da primeira década de trabalhos do GrupCiber, marcada por encontros e desencontros entre antropologia e comunicação e o esforço para constituição e consolidação do campo da antropologia do ciberespaço. Na sequência, eu apresento um processo de refinamento teórico-metodológico que constituirá a segunda década de trabalhos do grupo, especialmente a revisão de categorias como rede e rede socio-técnica, a partir de um diálogo com a obra de Bruno Latour. Assim, é a partir de minha inserção neste grupo que eu apresento um percurso, não exclusivo, que inclui disputas próprias da constituição e consolidação de um novo campo para a disciplina, com seus diálogos interdisciplinares e escolhas metodológicas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Este capítulo reúne e amplia reflexões, argumentos e críticas presentes em artigos anteriores, como “A inventividade da rede”, publicado na Revista Rastros (2013), “*A etnografia como promessa e o ‘efeito Latour’ no campo da cibercultura, publicado na Ilha – Revista de Antropologia*”

## A CYBERIA E O CIBERNAUTA

Em meados dos anos de 1990, época em que foi publicado *Welcome to Cyberia*, as ciências sociais no Brasil viviam o calor das discussões sobre uma transição dos estudos da comunicação de massa, seus meios e efeitos na esfera pública – bastante valorizados a partir dos trabalhos de MacLuhan (1969) e Habermas (2003) – para as novas discussões sobre uma “sociedade em rede” que materializava-se pelo emprego de computadores conectados à internet (NEGROPONTE, 1995; CASTELLS, 1996). Esse era o mote para se anunciar uma espécie de novo paradigma ou “nova era” – uma era digital ou da informação – cujo centro era a *Comunicação Mediada por Computador*<sup>2</sup>. Nessa mesma época, no Brasil, as discussões sobre o uso de tecnologias para modificação e controle da natureza deram início

(2014) e o seu homônimo, “Um efeito ciber na antropologia”, publicado na revista *Florestan*, (2016). Cada qual cumpriu o papel de narrar elementos destacados de um percurso do GrupCiber que aqui busco reunir. A eles ainda foram incorporadas parte de um trabalho apresentado no “Simpósio 65 – Antropología y cibercultura: políticas etnográficas en redes sociotécnicas”, organizado por Theophilos Rifiotis e Arturo Escobar, no *IV Congreso Latinoamericano de Antropología*, na Cidade do México, entre 07 e 10 de outubro de 2015. Agradeço aos organizadores e aos participantes desse simpósio pelos valiosos comentários e críticas que foram incorporados a texto. Igualmente, agradeço aos colegas de GrupCiber pelas importantes discussões produzidas em nossas reuniões.

<sup>2</sup> Em trabalhos resultantes de nossas pesquisas no GrupCiber sistematizamos algumas das consequências desse movimento, que incluía o pós-humano e a Inteligência Artificial, especialmente a partir de Turkle (1989) e Haraway (2000) e, sobretudo, uma polarização que marcou profundamente o debate nas ciências sociais, na filosofia e na comunicação ao longos dos anos de 1990: os *apologéticos*, com sua perspectiva positiva sobre a nova era que se abria com a internet e que tinha como o principal porta-voz o filósofo Pierre Lévy e sua *inteligência coletiva* (2003) e a visão negativa e catastrofista de *apocalíticos*, como Paul Virilio (1999) ou Jean Baudrillard (2003) e suas ideias de simulacro e hipermassificação como consequência da internet – ver Rifiotis (2010; 2012; 2014) e Segata *et al.* (2011) Ver também Lemos (2002), que oferece uma importante sistematização do *movimento cibercultura*, desde os anos de 1980. A participação da antropologia nesse debate era bastante esparsa até os anos de 1990 e de um modo geral inexistente no Brasil até aquele momento. A formação do GrupCiber, em meados daquela década, trouxe assim um duplo pioneirismo: a inserção da antropologia nessa discussão, sobretudo no seu investimento etnográfico nesse campo interdisciplinar e, por conseguinte, a sua introdução na antropologia brasileira (MÁXIMO, 2010; RIFIOTIS *et al.*, 2010). Trata-se, portanto, de uma trajetória que vai das metrópoles às redes sociotécnicas e da etnografia aos questionamentos da “netnografia” (MÁXIMO, 2010, 2012; AMARAL *et al.*, 2008). Sobre Netnografia ver Hine (2000; 2005) e Kozinets (2010). Uma sistematização crítica sobre o tema, pode ser encontrado em Rifiotis *et al.* (2012).

à formação do campo do campo da *biossocialidade*, tendo como referência Michel Foucault e Paul Rabinow, como também, a relação com a *Teoria Ator Rede* e os *Science Studies* motivou a criação do campo da *Antropologia da Ciência e da Técnica*. Mas, diferentemente do caminho articulado por Escobar em sua agenda de estudos da cibercultura, no Brasil, esses campos se constituíram e se consolidaram de forma um pouco independente. Mais que isso, na Cyberia à moda brasileira, a relação entre *tecnossocialidade* e *biossocialidade* foi deslocada para uma relação entre a tecnossocialidade e o campo da comunicação e seus “novos” processos midiáticos.

O campo da comunicação era marcado por posições iminente-mente polarizadas entre aqueles que, para usar de um trocadilho com uma fórmula de Umberto Eco, eram tratados como apocalípticos ou integrados. Os apocalípticos eram aqueles que viam nas novas tecnologias digitais o simulacro, o esvaziamento das relações sociais ou a hiperindividualização, como era o caso das análises de Paul Virilio ou Jean Baudrillard. Já a posição dos integrados ou apologéticos, era a de que esse cenário das novas tecnologias digitais traria a democratização, a soma, a desterritorialização e o diálogo entre culturas, novamente, tendo como referência emblemática o filósofo Pierre Lévy. A questão é que a comunicação estava pensando esses efeitos em abstrato e a participação da antropologia nesse debate era firmada nos aspectos vivenciais desse momento, por meio da etnografia. Ao invés de qualificarmos as novas tecnologias digitais como boas ou ruins, destrutivas ou agregativas, buscávamos as pessoas e as suas práticas cotidianas. Mas, para isso se tornar viável, optamos por um recorte muito particular nesse campo, que tornou a *cibercultura*, para nós, *conscientemente*, um projeto especializado que ficou centrado na internet e nos seus dispositivos e que nos serviu como *locus privilegiado* para o desenvolvimento e consolidação de uma especialidade conhecida no Brasil como *antropologia do ciberespaço* (RIFIOTIS, 2010). Se a redução de um amplo debate que constituía o que Escobar compreendia cibercultura em favor de uma “antropologia do ciberespaço” foi a nossa estratégia de entrada nesse campo, tivemos com isso, que responder não apenas às demandas da comunicação, mas às

novas questões que eram postas internamente na disciplina. Um grupo de pesquisa disposto a fazer etnografia em plataformas de jogos *on-line*, *blogs*, *relay chats*, *orkut*, *twitter* ou sobre políticas públicas para democratização do digital, criogenia ou medicalização de animais de estimação, precisava estar disposto a um duplo desafio – o desenvolvimento de estratégias de pesquisa para contextos inéditos na disciplina e, ao mesmo tempo, o da disposição em responder às desconfianças de nossos próprios pares<sup>3</sup>. A questão a ser superada era a de que no início de nossos trabalhos a própria disciplina nos demandava convencimentos de que era possível a pesquisa antropológica no ciberespaço ou no campo mais amplo da cibercultura. Entre muitos do questionamentos, o ponto crítico naquele momento, era o de convencer nossos pares de que “havia gente” no ciberespaço; que não se tratavam apenas de algoritmos e programações ou o que mais coubesse naquela ideia de dados ou *fluxos de informação* próprios da linguagem e do campo da tecnossocialidade. Nisso, vale lembrar que o texto de Escobar foi publicado em 1994 – o mesmo ano em que a internet começou a ser comercializada no Brasil (e por conseguinte deixa de ser reduzida aos fluxos informacionais de fins científicos e militares para se configurar como um meio e forma de comunicação, pesquisa, lazer, comércio, enfim, o que caberia no jargão de “vida social”). No entanto, o processo de amplificação ou popularização da internet ainda levaria alguns anos, pelo menos até a virada do milênio e o lançamento da sua versão 2.0, quando então começava a ficar

<sup>3</sup> A “promessa” do GrupCiber frente às demandas metodológicas nesse campo sempre foi etnográfica, incluindo a observação participante, a permanência do pesquisador em campo, a análise de discursos, narrativas e performances, etc. Cada estratégia de pesquisa foi pensada a partir das configurações que o próprio campo demandava, já que o GrupCiber acompanhou a própria dinâmica de desenvolvimento das novas tecnologias digitais e sua inserção no Brasil. Assim, tivemos etnografias sobre ambientes de interação/jogos (GUIMARÃES JR. 2000), listas de discussão (MÁXIMO, 2002), blogs (MÁXIMO 2006), e as ditas redes sociais, como o Orkut (SEGATA, 2008a), o *Twitter* (PETRY, 2009) ou os bots (LUNG, 2012) e, mais recentemente, alguns investimentos se deram no campo de políticas públicas para a internet e a sua relação com movimentos sociais (PETRY, 2013), com a arte digital (MALGARIN FILHO, 2014), com as relações multiespécies (SEGATA, 2012a, 2012b, 2012c, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b) ou as controvérsias em torno do estatuto de vida no contexto da técnica da criônica (CIRICO; GARCIA 2015), alargando a abrangência da cibercultura, nos aproximando de alguma maneira, do projeto original de Escobar (1994).

mais evidente que a internet não poderia ser reduzida apenas a um *novo meio de comunicação*. Assim, para contrapor a redução da internet a um novo meio de comunicação e valorizar a ideia de que ela constituía um “espaço de relação social” foi preciso construir “um novo nativo cibernético” – o cibernauta. Sua principal característica era a de ter a sua vida envolvida com computadores e internet. Ele seria a prova de que ali “havia gente” e isso justificava a reivindicação de uma antropologia naquele espaço.

Nesse caminho de construção de uma antropologia no ciberespaço, o trabalho de Maria Elisa Máximo desempenhou um papel fundamental. Entre o ano 2000 e 2002, ela fez uma etnografia em listas de discussão que eram constituídas por intermédio de uma ferramenta que associava endereços de *e-mail*. Um coordenador permitia a inscrição e assim, a participação na lista. Aquela estudada pela autora reunia, justamente pesquisadores da cibercultura – daí o seu nome ser *Lista de Discussão Cibercultura* e o seu objetivo o de trocar informação ou dados sobre suas pesquisas (MÁXIMO, 2002). A questão é que, como Máximo mostrou em sua etnografia, não havia apenas a circulação de dados e informações, mas a negociação de regras de pertença naquele espaço – com as restrições negociadas pelo grupo sobre o que poderia ou não ser publicado, o que estava era *topic* ou *off-topic* – e isso não era regra programada pela ferramenta nem parte da “informação” trocada, mas um acordo em constante discussão entre os próprios membros da lista, o que formava uma espécie de *etiqueta*. Assim, situações de crise se instalavam quando as regras eram quebradas; alguns membros podiam ser excluídos ou advertidos, como também havia momentos de descontração quando as brincadeiras eram avalizadas pelo grupo. Em termos gerais, a autora mostrou que não haviam apenas dados ou fluxos de informação acadêmica sobre a cibercultura, mas um espaço de sociabilidade que requeria a constante manutenção de suas formas organizacionais e simbólicas, por meio da negociação do que ela chamou de *regras de fala* (MÁXIMO, 2002). Isso foi um salto muito importante para a consolidação desse projeto de antropologia do ciberespaço, pois passou a reduzir radicalmente a distância entre aquilo que era tomado como a “vida real” e aquilo que era tomado como a “vida digi-

tal”. A primeira embebida do calor das paixões da vida social e a segunda mergulhada na frieza das programações computacionais. O borramento entre a realidade e virtualidade também já era motivo de contestação na primeira dissertação produzida no GrupCiber e defendida no ano 2000. Tratava-se da etnografia realizada por Mario Lopes Guimarães Junior em um “ambiente virtual” chamado *Palace*. Partindo de uma *descrição sociotécnica*, centrada no desenvolvimento de *avatares*, ele procurou mostrar como se dava a relação entre projetistas de *software* e os usuários de “corpos virtuais”. O seu trabalho, analisou, assim, o modo como a relação entre “cultura/tecnologia” ou entre “projetista/usuário” ultrapassava a utilidade instrumental, produzindo efeitos nos modos de sociabilidade *online*. O seu esforço, nesse e em outros trabalhos, foi o de dissolver a dicotomia destas categorias, justamente ao se focar nos processos sociais que elas engendravam (GUIMARÃES JR., 2000; 2003; 2004). A diluição dessa fronteira, como ele argumentava (GUIMARÃES JR, 2003), trazia implicações tanto para a natureza da sociabilidade *on-line* quanto para os processos de desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Mas, não era só isso: a diluição das fronteiras entre *on-line* e *offline*, entre usuário e programador, entre local e global marcariam profundamente a própria natureza da análise antropológica que empreenderíamos nos nossos trabalhos – ver também Rifiotis nos Capítulos 4 e 5 deste livro.

Rememorar hoje os primeiros desafios sobre o investimento etnográfico que envolvia computadores e internet pode soar como anedótico e trivial, mas importa saber vivíamos em um período em que eles simbolizavam a ideia de virtual, que formava uma externalidade com razões próprias, no tom de uma “realidade menos real”. Junto dela, estavam as especulações em torno da artificialização da inteligência e as competências técnicas específicas para o uso de computadores, que davam o tom (e o temor) de algo maquínico e distante do humano passava a ganhar espaço entre nós. Pouco se estranhava a ideia de adjetivar ações ou coisas como sendo elas virtuais – como, por exemplo, realidade virtual, comunidades virtuais, namoros virtuais, etc. e desse modo, um antropólogo disposto a narrar um cenário composto por *interfaces*,

*frames, avatares, bits, bytes, emoticons, nicknames, softwares, hardwares ou pixels* estava fadado à desconfiança de muitos dos seus pares de que o que fazia não era antropologia, sob a acusação de um esvaziamento humano da etnografia (que nessa lógica, significava o esvaziamento do próprio social, já que o tipo de questionamento de sua redução ao humano ainda não era um ponto crítico da disciplina, tal como passaria a ser depois da repercussão dos trabalhos de Bruno Latour e outros autores). Com isso, por exemplo, por mais de uma vez foi preciso responder às críticas de que não haveria confiabilidade nos dados de “cibernautas”, à custa de que estando eles numa realidade virtual, a relação etnográfica ali estabelecida não ultrapassaria a mera simulação, “brincadeira” ou algo que simplesmente não seria “tão real”. O argumento amplamente acionado era o de que mediados por computador as pessoas poderiam dissimular, inventarem-se da forma que o quisessem e o antropólogo jamais saberia “da verdade” desse outro, porque lhe faltariam recursos metodológicos, como a análise de uma performance corporal, o contraste entre o dito e algum gesto, que eram prejudicados pela distância física. A questão é que um dos efeitos que essa desconfiança provocou não foi exatamente o desenvolvimento de técnicas etnográficas especiais para o ciberespaço – como era a expectativa e parte da disciplina e de outras que estavam em diálogo, como a comunicação. O que aconteceu foi o reverso: o exagero dessas limitações respaldou a necessidade de revisão de nossa confiança nas formas convencionais de etnografia, já que pareciam ancoradas em uma fé do antropólogo de que o encontro etnográfico *face a face* estivesse sob o seu controle (diferentemente daquele em *interface*). Assim, se a etnografia foi fundamental para situar melhor questões em torno da separação entre o real e o virtual, o local e o global, o *on-line* e o *off-line*, a pessoa e o personagem, o tradicional e a novidade, o ciberespaço, o cibernauta e a sua antropologia foram fundamentais para repensar a própria etnografia.

Outro exemplo que trago em favor desse argumento está ligado a etnografia que eu fiz em comunidades do Orkut, entre 2005 e 2007 (SEGATA, 2008a). O orkut foi um site que funcionou entre 2004 e 2014 e que era apresentado como uma *comunidade virtual de amigos*. Tratou-se de um protótipo para o que hoje chamamos de redes sociais

na internet, pois inovou ao reunir em uma única plataforma as discussões em grupos, típicas das listas, a troca de mensagens comuns aos *e-mails* e aos *chats*, a divulgação de textos e fotos como aquelas que já aconteciam nos *blogs* e nos *fotoblogs*. A questão é que no Brasil, por volta do ano 2000 em diante, a internet era tratada pela opinião pública como anúncio da novidade: ela era sinônimo da nova comunicação, dos novos amigos, dos novos amores ou dos novos lugares. Era corrente a ideia de que a internet conectava “você ao mundo”, desterritorializava, levava qualquer um para qualquer lugar sem sair de casa. Mas, a minha hipótese em relação ao Orkut era outra, eu passava a notar que havia nele dinâmicas que mobilizam a formação de grupos de antigos amigos, a partir da inscrição em comunidades que em razão de eventos ou lugares dos quais se havia separado, por tempo ou distância física. Apareciam aí a velha escola, o bairro ou a rua da infância, a banda preferida, etc. Ao invés de sair do local e ganhar o mundo, havia um investimento em “voltar” e o tipo de dinâmica de se inscrever nesses espaços e se adicionar a amigos, produzia um feixe de relação bastante circunscrito que punha em questão a ideia de rede global (SEGATA; 2008a; 2008b; 2010b).

Eu era um “nativo do orkut” antes de me tornar pesquisador dele, pois estava inscrito em uma comunidade chamada “Estudei no Regente Feijó” e em outra chamada “Lontras”, há algum tempo. A primeira fazia menção à única escola da cidade que emprestava o nome para a segunda. Era a escola na qual eu havia estudado, na pequena cidade de Santa Catarina, no sul do Brasil, em que eu havia vivido até sair da casa de meus pais para ingressar na universidade. Foi em ambas comunidades do Orkut eu conduzi minha etnografia. Nelas era permitido aos participantes a criação de tópicos de discussão que os envolvia em torno de alguma temática de interesse partilhado. Como exemplo destaca-se um desses tópicos, criado na comunidade “Estudei no Regente Feijó”, no qual se perguntava o ano no qual os participantes haviam ingressado na escola e quem eram os seus professores naquela época. Isso produziu uma série de respostas onde alguém, por exemplo, relatava que tinha estudado em 1953 e que o seu professor de matemática era João, que morava na esquina do Bar da Dona Maria, numa casa antiga e verde. Na sequência,

alguém entrava e dizia que o tal professor não havia trabalhado na escola naquele ano, mas apenas no seguinte e que não morava na casa antiga e verde, mas em uma outra, na esquina, que depois virou um bar. E outros entravam e postavam mais e mais detalhes que produziram um registro impressionante em termos de memória coletiva da cidade de Lontras e de sua dinâmica de desenvolvimento, entre os anos de 1940 e aqueles dias atuais. Por si só isso já era interessante, mas aquele foi um momento em que o orkut passou a conhecer os chamados *fakes* – entendidos como “perfis falsos”<sup>4</sup>. Havia ali um participante que se chamava Penisvaldo (que no Brasil tem uma conotação pejorativa de masculinidade) e que concretizava aquela imagem do estrangeiro de Simmel (2004a): ninguém sabia quem ele era pois além do nome pouco usual, ele se apresentava usando fotos de perfil que eram, na verdade, de um ator indiano. Mas, nas suas postagens ele sempre fazia questão enfatizar que ele nos conhecia e de que acompanhava o cotidiano da maior parte de nós, os participantes da comunidade, com frases como, “o professor de matemática daquela época tal pessoa. Mas e você, você está bem, te vi saindo da farmácia hoje, um pouco abatido, vestindo um belo casaco azul” ou ainda “comprou chocolate no mercado e nem dividistes comigo, hein”. A externalidade produzida entre real e virtual ou *on-line* e *off-line* passava a ser borrada quando ele trazia para o orkut as rotinas da cidade de Lontras e isso produzia importantes dramas que passavam a mobilizá-los, tanto no *site* quanto na cidade, em torno de “desmascará-lo”. Eu acompanhei conflitos na rua e discussões *on-line*, baseadas em trocas de acusações sobre quem seria Penisvaldo. Eu mesmo fui envolvido nesse drama chegando a ser duramente abordado em uma farmácia da cidade de Lontras, com injúrias de que eu seria o *fake*. Passados alguns meses, ele se revelou e, toda a dinâmica da comunidade, concentrada em desvendar a identidade de Penisvaldo, foi dissolvida, feito o segredo, na forma como Simmel (2004b) o analisa. O ciberespaço mais uma vez exagerava questões típicas da análise antropológica, como a noção de pessoa e formas de sociação, trazendo para a disciplina situações-limite que exigiam a revisão de suas ferramentas com a emergente

<sup>4</sup> Para contestar a ideia de perfil falso, ver Segata (2010a).

cotidianização da internet e seus dispositivos. Com isso, aos poucos o nosso diálogo com o campo da comunicação passou a se fragilizar por conta de desencontros em torno da ideia de etnografia e de rede. Na comunicação, a etnografia era reduzida a um método de pesquisa sobre processos midiáticos a partir do olhar das pessoas e a rede ainda era pensada, nos termos da cibernética, como sistema fechado que era atualizado como sinônimo *world wide web* (“www”), constituindo-se como *objeto de pesquisa*. De nossa parte, passávamos a valorizar a ideia de rede no sentido latouriano de *ator-rede*, ou seja, como uma *estratégia metodológica* que permite reconsiderar a natureza da ação. Assim, seguindo essa proposta, passamos a clarificar a ideia de que o ator não é uma peça que já está no tabuleiro e que depois age. Ele não se refere exclusivamente aos humanos, pois a ação é pensada como um evento distribuído e não como uma rota que é medida em uma linha sucessiva, de causa e efeito. Em outros termos, não há de um lado “o ator humano” e de outro “o objeto não humano”, como não há a “agência humana” de uma forma particular e a “agência não humana” de outra. *Agência e ator-rede* são figuras de representação que tratam de uma distribuição e indefinição da origem da ação, que não cabe nos termos analíticos da intencionalidade ou da causação. Assim, se antes precisávamos convencer a antropologia de que no ciberespaço “havia gente”, agora passávamos a desafiá-la a recuperar a capacidade de dar um passo a mais nas descrições, fazendo aparecer suas associações com *hardwares*, programas e outros artefatos, sem determinar quem ou o que é sujeito ou objeto (SEGATA, 2009; 2013; 2015c; 2015d). Nesse ínterim, cabe ainda problematizar que o nosso investimento etnográfico se deu às custas de uma espécie de mimese das estratégias de pesquisa praticada em meios urbanos. Isso ajudou em termos operacionais e em ganho de confiança de nossos colegas antropólogos que “não viam gente no ciberespaço”<sup>5</sup>. Porém, essa estratégia nos conduziu a separar o sócio do técnico e, mais que isso, a tratar

<sup>5</sup> As inspirações do grupo, de início, vinham da Escola de Chicago e da Escola de Manchester; da *sociabilidade* de Simmel (2006); das *redes* de Barnes (2009); chegando ao *campo de possibilidades* de Velho (1999) ou aos *pedaços, manchas e trajetos* de Magnani (2008). O que fazíamos em termos de estratégia etnográfica era mimetizar na internet os desafios, dilemas e perspectivas que foram centrais nas pesquisas antropológicas em meios

o primeiro como domínio dos humanos e de tudo o que dele se adjetivasse – como social, relação social, sociabilidade, etc, mantendo em segundo plano, o “técnico”, que respondia pelos hardwares, softwares e demais artefatos, que eram reduzidos então a uma espécie de novo cenário tecnológico com novas potências para a ação humana. Foi apenas a partir da aproximação com as críticas firmadas com a Teoria Ator-Rede que nossa etnografia passou a ser tratada em termos de rastreamento e descrição de associações entre humanos e não humanos, permitindo a extração de algumas consequências da ideia que fazíamos de pesquisar “redes sociotécnicas”. A esta altura, o cibernauta e a sua antropologia precisavam já eram coisas do passado.

## A CAIXA PRETA DA REDE

Há um conhecido dispositivo que equipa aviões e locomotivas no auxílio à determinação de causas de acidentes, que é chamado de *caixa preta*. Esse dispositivo é composto de dois sistemas independentes – um gravador de voz que registra as conversas da tripulação e o som ambiente das cabinas e outro, que é um gravador de dados que registra a aceleração, a velocidade, a altitude, os ajustes de potência e outras tantas performances desses aparelhos. Em si, tanto a voz como os dados de performance não fornecem garantias causais, mas como ambos os sistemas operam com uma inscrição eletrônica de tempo é possível sincronizar os dois conjuntos de informação, de modo que eles passem então a produzir alguma explicação *a posteriori*. Há também outra *caixa preta*, que como se sabe, é uma metáfora para o que se conhece nas ciências sociais como *teoria dos sistemas*. Trata-se de

familiares e urbanos, em diálogo direto e aberto com as novas perspectivas que se abriam sobre *etnografia virtual e netnografia*, em autores como Luciano Paccagnella (1997), Christine Hine (2000, 2005), Steve Jones (1999), Daniel Miller & Don Slater (2000) ou Robert Kozinetz (2010). Mas, na medida em que nos púnhamos mais fortemente a sistematizar essa discussão metodológica, sobressaía-se a centralidade da ideia noção de rede sociotécnica em nossos trabalhos. E isso nos conduziria a um novo estágio de discussão, com forte inspiração nos *Science Studies*, notadamente, na forma em que Bruno Latour complexificou a discussão por meio da *Teoria Ator-Rede*.

uma estratégia teórico-metodológica utilizada na análise de ditos sistemas fechados, complexos, com estruturas internas desconhecidas. Nesse modelo, o que se tem à mão são os dados de entrada e de saída – os ditos *input* e *output*. Impossibilitados de uma descrição do processo de transformações nos dados de entrada, resta, nesse caso, por comparação àqueles de saída, a proposição de algumas hipóteses que na maior parte das vezes toma o próprio sistema como a explicação da mudança, pois o processo é interno e misterioso. Por outro lado, a caixa preta de aviões e locomotivas pode ser aberta e dispõe ao investigador os registros dos seus dispositivos. O dado que se busca nela é, assim, de natureza performática, que não está encerrado nas pontas – de um lado das qualidades e ações humanas ou de outro, das qualidades e ações do artefato. Trata-se de um evento onde a ação é distribuída entre elementos de diversas naturezas que compõem seus sistemas. Se, no primeiro caso os dados refletem a forma do próprio sistema, no segundo é exigido um longo trabalho de produção a partir da descrição minuciosa das diversas inscrições – humanas e não humanas – de um ator-rede.

Rede ou rede sociotécnica são termos que têm aparecido com certa frequência nos estudos mais recentes no campo da cibercultura. Empregados pela filosofia, sociologia, artes e notadamente em um diálogo entre a comunicação e a antropologia, nota-se que eles não são evocados com as mesmas qualidades. Por um lado, tomam a forma de *objeto a ser descrito*, de outro como *maneiras de descrever* um objeto. Sobre esse segundo aspecto, em especial, a Teoria Ator-Rede (ANT) tem trazido nos últimos anos contribuições significativas para um debate que reformula muitas das proposições gerais das ciências sociais e, por conseguinte, nos seus campos específicos de pesquisa, como é o caso da cibercultura. Fazia alguns anos que eu respondia que o que eu vinha pesquisando era a vida social das pessoas nas tecnologias e as tecnologias na vida das pessoas – e dizia que isso era pesquisar redes sociotécnicas. Alguns problemas com essa simples afirmação podem ser elucidativos. O primeiro deles é o do lugar do técnico da rede sociotécnica. A questão é que ficamos diante de uma semântica polarizada do técnico, que ora figura como coadjuvante ora como protagonista. Como coadjuvante, o

técnico é aquilo que permite inovações humanas – novas formas de se comunicar ou de se relacionar de um modo amplo. Ele engrandece a possibilidade do humano, desafia os seus limites e se mistura mesmo ao humano como no caso dos ciborgues – mas no fim, aparece sempre o humano como o agente, como aquele que faz, possibilitado pelo seu coadjuvante, o técnico. Retomando a etnografia que fiz a partir do orkut entre 2005 e 2006, posso exemplificar como o “programa orkut”, com os seus *bits*, *bytes* ou *pixels*, formavam na minha análise um lugar especial onde humanos poderiam se associar – uma espécie de cenário tecnológico. Por meio dele, “novas associações se faziam” conforme “novas possibilidades técnicas” iam aparecendo naquele programa. No meu entendimento, antes do orkut, outros programas faziam isso, como o *e-mail*, as listas de discussão, as salas de bate-papo ou os blogs; e outras viriam depois, como o twitter, por exemplo, com seus 140 caracteres. Enfim, eu pensava em um humano protagonista que cria novas técnicas e que permitia se recriar nelas num jogo assimétrico de regras “humano-agente e técnico-agido”. O sociotécnico seria então um rótulo dessa síntese que entendia o sócio como conjunto humano e o técnico como o conjunto das demais coisas, não humanas. Por vezes, minha análise invertia papéis, pensando o técnico como agente e o humano como agido, o que me levava de volta às discussões já presentes em parte da filosofia da tecnologia dos meados do século XX, que via nas novas criações humanas uma forma de dominação da máquina sobre o homem – o que passou a ser chamado de determinismo tecnológico. Em termos econômicos, eu olhava para essas conexões que eu chamava de redes sociotécnicas e via de um lado pessoas e de outros artefatos técnicos. Em outros casos, eu via pessoas se relacionando entre si no interior dos artefatos técnicos que eram tomados por redes. Cada nova “rede técnica” possibilitava novas redes de humanos e por isso fazia algum sentido falar também em “rede social”. Afinal de contas, diferentemente da cibernética, eu não via apenas dados passando naquelas redes técnicas, mas “relações entre humanos”. Como na crítica ampla de Bruno Latour, se o social foi confinado a um conjunto de laços entre humanos, aquelas eram então redes sociais! E isso tudo era muito confortável, pois o técnico sempre poderia ser ativado para explicar o social e mais confortável ainda era o fato de que o

social (o sócio) era sempre bom para explicar o técnico. Em outros termos, rede sociotécnica era uma ideia que juntava “rede técnica” e “rede social”. Como duas raquetes de um jogo de pingue-pongue o que as unia era a ação, que na verdade não figurava mais do que como a bolinha que era rebatida de um lado para o outro da mesa.

A crítica apresentada pela Teoria Ator-Rede desloca a análise das entidades – humanos ou artefatos e se fixa no que é produzido na ação. Não existe algo que seja por si só social. Social não é uma coisa. Mais importante do que pensar naquilo que reconhecemos por humanos e por não humanos é rastrear o modo como eles se associam e como essas associações geram efeitos que deslocam objetivos. Não importam os atores em si, seja lá quais forem as suas naturezas, o que importa são os efeitos que esses “atores” fazem fazer. A noção de ator não pode ser confundida com o sentido tradicional de “ator social”, uma vez um ator é tudo aquilo o que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas ou tudo isso simultaneamente: “[...] usar a palavra ator significa que nunca está claro quem ou o que está atuando, dado que um ator nunca está sozinho no cenário, nunca está sozinho em sua atuação” (LATOURE, 2008, p. 73). A zona de conforto causística, que explica a ação a partir da relação entre um elemento sobre outro e suas formas de hierarquia é deslocada para uma noção de ação pensada como um evento. Não basta mais dizer que o humano é assim porque o técnico é assaz ou vice-versa. A ação não é o que o ator faz – ela é distribuída, não é univocal, não cabe na identificação do ator-em-si: “por definição, a ação é deslocada. A ação é tomada como distribuída, sugerida, influída, dominada, tracionada, traduzida” (LATOURE, 2008, p. 74). Daí de se assinalar que se está tratando aqui de um ator-rede, e não simplesmente de “um ator” e de “uma rede”, em separados. Agência é uma atuação conjunta – não é algo característico de humanos e que pode ser estendido a não humanos. Assim, é comum encontrar nos trabalhos de Bruno Latour e de outros pesquisadores da Teoria Ator-Rede a utilização do termo semiótico actante, ou seja, qualquer coisa que atue ou que mova alguma ação (AKRICH; LATOURE, 1992). Nesse mesmo sentido, há ainda a utilização de uma voz verbal média (middle voice),

que não seria nem passiva, nem ativa. Comum em grego e na falta em outras línguas, poderia ser traduzida como o que “faz fazer”. Ela permite distribuir as certezas do que ou de quem está agindo (LATOURE, 1999) – traduzido nesta coletânea – Capítulo 3, sem a possibilidade de indicar com certezas o possível “sujeito” ou a causa da ação.

Cair na armadilha da simples colagem de “humano/sócio” e não humano/técnico” é fácil quando se fala em rede ou rede sociotécnica<sup>6</sup>. Foi assim que a noção de rede que vem da Teoria Ator-Rede começou a se tornar um problema no campo da cibercultura. Ela exigia o deslocamento da ideia de rede como sendo a própria internet “www” e no modo como ela era tradicionalmente trabalhada a partir da ótica da cibernética, naturalizada no campo da cibercultura. Essas redes da cibernética, se referem àquilo que transporta informações de conexão em conexão, por longas distâncias, em especial, mantendo essas informações intactas. Importa, nesse caminho, a relação entre a entrada e a saída de dados: ela é, nesse caso, um sistema fechado, complexo, com estruturas interiores desconhecidas, que no mais das vezes nem vale a pena conhecer, já que ele, na qualidade de sistema fechado, é por si só o elemento explicativo de qualquer modificação entre o que entrou e o que saiu, independentemente do que acontece lá dentro. Esse também parece ser o problema com a ideia de história e principalmente, de contexto – para não citar também, de sociedade, cultura, sistema, conjuntura, etc. Essas palavras funcionam também como uma espécie de sistema fechado – não sabemos o que acontece lá dentro, mas comparamos algo a partir de um ou outro momento da história ou entre um e outro contexto, suas modificações são autoexplicativas por esses aparentes sistemas, sem nos atentarmos, mais detalhadamente, para o que

<sup>6</sup> Um exemplo emblemático disso aparece na clássica definição de ciberespaço, de Pierre Lévy (2003, p. 41): “[...] o ciberespaço não compreende apenas materiais, informações e seres humanos, é também constituído e povoado por seres estranhos, meio textos, meio máquinas, meio atores, meio cenários: os programas. Um programa, ou software, é uma lista bastante organizada de instruções codificadas, destinadas a fazer com que um ou mais processadores executem a tarefa. Através dos circuitos que comandam, os programas interpretam dados, agem sobre informações, transformam outros programas, fazem funcionar computadores e redes, acionam máquinas físicas, viajam, reproduzem-se, etc.”

acontece dentro deles. Já a Teoria Ator-Rede está justamente interessada nas traduções, nos desvios, nos “chiados” produzidos na associação. Enfim, o que está em proeminência é o eventual, performático, híbrido e não a distinção (purificação) entre “agente” e “agido”. As críticas que Bruno Latour apresenta ao longo de sua obra têm o intuito de dissolver as entidades – o social, o natural, técnico – ou quaisquer coisas que sejam acionadas de modo externo e autoexplicativo<sup>7</sup>. O que o GrupCiber passou a rever na última década diz respeito ao modo como a etnografia no contexto da antropologia do ciberespaço naturalizou os artefatos e as formas de acesso criando uma espécie de terreno paradoxal – que ao mesmo tempo é neutro e autoexplicativo. Neutro, porque, no mais das vezes o artefato parece cumprir o papel de “novo cenário” para um conjunto de fenômenos já bastante familiares para a maior parte dos antropólogos e autoexplicativo porque serve de adjetivo desse fenômeno nesse novo cenário. Não é entranho então que se anuncie etnografias sobre novas formas de sociabilidade no ciberespaço – violência no ciberespaço, pirataria no ciberespaço, consumo no ciberespaço, arte no ciberespaço, movimentos sociais e ativismo no ciberespaço – sem se dar conta de que se trata aqui de uma conjunção entre a velha metafísica da disciplina, que orienta o entendimento desses fenômenos em outros contextos e uma nova embalagem, forjada com a adjetivação do ciberespaço, do digital ou da rede.

<sup>7</sup> Marilyn Strathern e Roy Wagner são dois antropólogos com os quais se pode fazer importantes conexões com a proposta crítica da Teoria Ator-Rede no que se refere ao questionamento de entidades autoexplicativas. O tema-crítica deles são as noções de sociedade ou cultura. Segundo Strathern (2006, p. 37), “[...] a ideia de sociedade parece um bom ponto de partida, simplesmente porque ela própria, como uma metáfora para organização, organiza muita da maneira pela qual os antropólogos pensam”. Não há a entidade sociedade – há elementos que eu reuno em minha descrição sob um rótulo que me estabelece critérios para a organização dessa descrição – e esse rótulo é a sociedade. No mesmo sentido, Roy Wagner (2010, p. 14), ao tratar da cultura, sugere que ela é “apresentada como uma espécie de ilusão, um contrapeso (e uma espécie de falso objetivo) para ajudar o antropólogo a ordenar as experiências”. Cultura não explica, cultura não é uma coisa, cultura como sociedade é um modo de organizar uma descrição de coisas. Nessa linha, passei a empregar a ideia de ator-rede em Bruno Latour como um modo de organizar descrições. Ela permite ver o modo como elementos que costumamos trabalhar em destaque atuam em conjunto. O construtivismo de Bruno Latour está justamente na forma como ele desloca para a associação aquilo que muitos buscam como essências, nos entes em si.

Por fim, outra questão importante em termos de construtivismo é a clareza que temos de ter de que as redes não existem por si só – elas são inventadas e são inventivas. Inventadas, porque as criamos. Olhamos, por exemplo, para trilhos de trem, linhas telefônicas e vemos redes. Olhamos para perfis de orkut “lincados” e vemos redes, seguimos pessoas no twitter e vemos redes. Elas são também inventivas pelo fato de que ao nos utilizarmos delas para descrever “um mundo”, o que resulta é um mundo por elas inventado ou criado. Mas as redes não estão lá nos trilhos do trem ou no twitter. Nós olhamos para essas coisas e vemos redes e elas nos permitem dar algum sentido para o que descrevemos. Ao partir de um ponto qualquer até outro formamos uma conexão e de conexão em conexão construímos uma rede – a escolha dos pontos (ou do que é um ponto para conectar) são decisões que se faz num jogo sutil entre imaginação teórica e elementos que sejam empiricamente relevantes. Nesse sentido, as redes são como rastros – eu olho para trás e vejo os rastros – e digo que é uma rede, mas esqueço que são meus rastros formando conexões a partir de pontos que decidi seguir por razões teóricas ou nativas – ela nunca “está lá” em si. A rede não é um dado é um resultado<sup>8</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse capítulo eu procurei mostrar como o lugar ocupado pela antropologia no campo da cibercultura tem sido consolidado à custa do enfrentamento de importantes desafios. Na experiência particular do GrupCiber e sua relação estreita com o campo da comunicação no início de seus trabalhos, a revisão a ampliação da ideia de canal de

<sup>8</sup> Na verdade essas crises não têm limites claros – já que hoje o próprio campo da cibercultura se vê às voltas com uma espécie de crise de identidade, pois ela, a cibercultura, não é mais uma posição confortável de objeto e, ao mesmo tempo, fonte externa de explicação de um conjunto de movimentos a ela referidos. Ao mesmo tempo, como nós na antropologia nos vemos diante de novos desafios, de problematizar a própria etnografia na disciplina e, mais especificamente, a partir de uma perspectiva sociotécnica, nos perguntar sobre como etnografar um ator-rede (SEGATA, 2014c), a comunicação se vê diante de desafios de solucionar os problemas que a etnografia, como promessa de solução de outros, levou a eles.

comunicação ou informação para aquela de um espaço social de relação foi fundamental. Ela envolveu a promessa da etnografia como uma alternativa à polarização entre apocalípticos e apologéticos e demandou a construção do cibernauta. Certamente, críticas como essas nos ajudaram a construir uma *antropologia no ciberespaço* e foram fundamentais para repensar, entre outras coisas, a etnografia na sua forma tradicional e nos fazer investir em novas possibilidades analíticas. Aos poucos o tema da internet foi ganhando lugar na antropologia, ainda que fosse necessário tratar *comunidades on-line*, *listas de discussão* ou *sites de relacionamentos* como as nossas aldeias para se inscrever em algum lugar das sociedades complexas. Contudo, como contestávamos a redução que a comunicação fazia da etnografia, como um método antropológico para a cibercultura, aos poucos o diálogo foi se tornando mais esparso. Enquanto o nosso nativo especial – o cibernauta – como também a própria ideia de um “espaço social” passaram a ser revistos com os diálogos com a Teoria Ator-Rede e a centralidade que a ideia de rede ou rede sociotécnica passou a ter em nossos trabalhos, na comunicação emergia a netnografia. Essa forma específica de etnografia praticada na internet era a reafirmação de pontos que para nós precisavam ser superados em favor do desfazimento das fronteiras entre “realidade” e “virtualidade” – ou do ciberespaço como uma externalidade.

O diálogo com a obra de Bruno Latour, que marca a segunda fase dos trabalhos do GrupCiber, teve como ponto-chave a reconsideração da natureza da ação por meio da noção de ator-rede. Seguindo Latour (1999; 2008), passamos a clarificar a ideia de que o ator não é uma peça que já está no tabuleiro e que depois age. Ele não se refere exclusivamente aos humanos, mas a um ente que se constitui apenas na ação. A ação é pensada como um evento e não como um ato que distribui sujeitos e objetos e suas causações. Nesse caso, o processo de construção de um nativo particular passava a ser revisto, de modo a recuperar a nossa capacidade de dar um passo a mais nas descrições, atentando-se aos muitos atores que constituem os coletivos. Nesse ponto, foi preciso convencer a antropologia de que não havia apenas gente e que por isso a ação é distribuída.

Finalmente, cabe afirmar que a antropologia da cibercultura (e

mais precisamente o ciberespaço) não é mais um *objeto* particular – uma especialidade antropológica para a qual o GrupCiber concentra seus esforços, mas um *meio etnográfico privilegiado* pelo qual nos inserimos também em um debate mais amplo na disciplina – o das relações entre humanos e não humanos (HOUDART; THIERY, 2011; LATOUR, 1999; 2008; 2009; RIFIOTIS *et al.*, 2011; 2012). O que nos move atualmente são os modos de escrever ações como eventos, sem causa e efeito, sem sujeito e objeto como entes localizados ou sem a polarização inerente a ideia de “múltiplas agências” (agência humana e agência não humana). Dos cibernautas às redes ou de Arturo Escobar a Bruno Latour, o nosso desafio tem sido o de pensar em políticas etnográficas para situações em que a representação antropológica é colocada no limite com a ideia de rastrear e descrever esses atores-rede.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana *et al.* Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, PUC/RS, ano 13, n. 20, p. 34-40, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total**: mito-ironias do virtual e da imagem. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

BARNES, John. Redes sociais e processos políticos. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades complexas**: métodos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 159-195.

CASTELLS, Manuel. **The information age**: economy, society and culture. Volume 1: the rise of the Network Society. Oxford: Blackwell, 1996.

CIRICO GARCIA, Rafael Cesar. **Criônica, uma guerra fria**: um mapeamento de controvérsias sociotécnicas, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em Antropologia]. Florianópolis: UFSC, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 35, n. 3, 1994.

GUIMARÃES JR., Mario. J. L. **Vivendo no palácio**: etnografia de um ambiente de sociabilidade no ciberespaço. 2000. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: SILVA, T. T. (Ed.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 36-129.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Londres: Sage Publications, 2000.

\_\_\_\_\_. **Virtual methods**: issues in social research on the internet. Londres, Berg Publishers, 2005.

HOUDART, Sophie; THIERY, Olivier. “Avant-Propos”. *In*: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Humains Non Humains**: comment repeupler les sciences sociales. Paris: La Découverte, 2011.

JONES, Steve. **Doing internet research**: critical issues and methods for examining the net. London: Sage, 1999.

KOZINETTS, Robert. **Netnography**: doing ethnographic research online. Londres, Sage Publications, 2010.

LATOURE, Bruno. **Factures/fractures**: from de concept of network to the concept of attachment. [S.l.]: Autumm, 1999. p. 20-36.

\_\_\_\_\_. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoria del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LUNG, Alberto. **Seguindo as máquinas que nos seguem**: considerações sobre as relações entre humanos e não-humanos no website Twitter. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (Org.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 2008. p. 12-52.

MALGARIN FILHO, Marcello da Silva. **Mapeando controvérsias na arte digital interativa**. Natal/RN. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. *In*: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Ed.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre, Sulina, 2003. p. 11-23.

MÁXIMO, Maria Elisa. **Compartilhando regras de fala**: interação e sociabilidade na lista eletrônica de discussão Cibercultura. 2002. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. **Blogs – o eu encena, o eu em rede**: cotidiano, performance e reciprocidade nas redes sociotécnicas. 2006. Tese (Doutorado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MÁXIMO, Maria Elisa. *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. *In*: MALDONADO, A. Efendy. *et al.* (Ed.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul, UNIDAVI, 2012. p. 293-319.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The internet**: the ethnographic approach. London: Routledge, 2000.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

PACCAGNELA, Luciano. Getting the seats of your pants dirty: strategies for ethnographic research on virtual communities. **JMCM**, [S.l.], v. 3, n. 1, junho de 1997.

PETRY, Dalila Floriani. **Seguindo minha participação no twitter**: descrição da experiência e interações vivenciadas a partir do Twitter. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Floresta de redes**: Pesquisa sobre o programa Floresta Digital. 2013. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 2013.

RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. In: RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; LACERDA, J.; SEGATA, J. (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010, p. 15-28.

\_\_\_\_\_. **Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço**: o lugar da técnica. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, 2012.

\_\_\_\_\_. **Etnografia no ciberespaço como repovoamento e explicação**. Natal, RN. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa Cibercultura. In: MALDONADO, E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (Org.). **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa/Natal: Editora UFPB/EDUFRN, 2011. p. 221-245.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica das pesquisas no ciberespaço. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul e Natal: Editora UNIDAVI e Editora da UFRN, 2012. p. 286-319.

SEGATA, Jean. **Lontras e a construção de laços no orkut**: uma antropologia no ciberespaço. Rio do Sul: Nova Era, 2008a.

\_\_\_\_\_. Redes globais, laços locais: memórias da cidade de Lontras no Orkut. **Sociedade e Cultura**, [S.L.], v. 11, n. 1, jan.-jun. p. 70-80, 2008b.

\_\_\_\_\_. Entre agentes: a ANT, a antropologia e o ciberespaço. **Rastros**, [S.L.], v. 2, p. 78-92, 2009.

\_\_\_\_\_. E, quem não é fake? Sobre sujeitos no orkut. **Portas**, São Paulo, v. 3, 2010a. p. 18-35.

\_\_\_\_\_. Um local-global, um global-local: eu, a cidade de Lontras e o orkut. In: RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no Ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010b. p. 127-146.

\_\_\_\_\_. Tristes (psycho)tropiques: le monde des chiens dépressifs au sud du Brésil. In: KECK, Frédéric; VIALLES, Noëlie (Ed.). **Des hommes malades des animaux**. Paris, L'Herne, 2012a. p. 153-160.

\_\_\_\_\_. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. 2012. Tese (Doutorado) – Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012b.

\_\_\_\_\_. Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. **Anuário Antropológico** [S.L.], 2011/2, p. 177-204, 2012c.

\_\_\_\_\_. A inventividade da rede. **Rastros**, [S.L.], v. XVI, n. 2, p. 139-149, 2013.

\_\_\_\_\_. O que faz um animal de estimação na antropologia? **Novos Debates**, [S.L.], v. 2, p. 123-130, 2014a.

\_\_\_\_\_. A agência de um projeto, o Paraíso vegetariano e outros inconvenientes com a humanidade dos animais de estimação na antropologia. **Revista Antropológicas**, [S.l.], v. 24, p. 45-65, 2014b.

\_\_\_\_\_. **O texto da rede**. Relatório de Pós-Doutorado em Antropologia Social. Florianópolis: GrupCiber/PPGAS-UFSC, 2014c.

\_\_\_\_\_. La cosmopolitisme de la dépression: biosocialité dans une ethnographie multi-espèce. **Vibrant**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 290-330, 2015a.

\_\_\_\_\_. Gatos fidalgos, cálculos renais e as humanidades de animais de estimação. **Vivência**, [S.l.], v. 1, p. 85-104, 2015b.

\_\_\_\_\_. A etnografia como promessa e o “efeito-Latour” no campo da cibercultura. **Ilha – Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 16, n. 1, p.69-95, 2015c.

\_\_\_\_\_. O ciberespaço, a etnografia e algumas caixas pretas. **Revista Z Cultural**, [S.l.], v. 1, p. 5-12, 2015d.

SEGATA, Jean *et al.* Admirável mundo novo? A cibercultura e os apocalípticos e apolíticos do ciberespaço. **Revista Caminhos – Dossiê Tecnologias**, Rio do Sul, ano. 2, n. 4, p. 17-26, 2011.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). *In:* \_\_\_\_\_. **Questões fundamentais de sociologia**, Rio de Janeiro, Zahar, 2006. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. O estrangeiro. *In:* \_\_\_\_\_. **Fidelidade e gratidão e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D’Água, 2004a. p. 133-142.

\_\_\_\_\_. O segredo. *In:* \_\_\_\_\_. **Fidelidade e gratidão e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D’Água, 2004b. p. 143-154.

TURKLE, Sherry. **O segundo eu**: os computadores e o espírito humano. Lisboa: Presença, 1989.

VELHO, Gilberto. “Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. *In:* \_\_\_\_\_. **Individualismo e sociedade**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 13-38.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas, Papirus, 1998.

## Capítulo 4

# DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A ANTROPOLOGIA NO CIBERESPAÇO: O LUGAR DA TÉCNICA<sup>1</sup>

Theophilos Rifiotis

“Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe:  
eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim,  
que dum lado esteja o preto e do outro o branco,  
que o feio que bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza!

Quero os todos pastos demarcados...

Como é que posso com este mundo?

A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado... (Riobaldo).”

**(Guimarães Rosa, 2006, p. 221)**

Procuro no presente texto sistematizar algumas questões sobre as quais venho trabalhando nos últimos anos relacionadas ao hibridismo e à agência não humana especialmente no campo da antropologia no ciberespaço. Além de aparente novidade, tais questões se revelam estratégicas e motivo de embates dentro do campo antropológico e da comunicação, especialmente para os estudos da “cibercultura”. Dentro dos limites dessa publicação, apresento uma breve discussão dos principais argu-

<sup>1</sup> Este texto foi originalmente publicado com o título Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço, na *Revista Civita*, em Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, set.-dez. 2012.

mentos que tenho defendido no campo e seus desdobramentos. Tomarei como foco analítico uma releitura da perspectiva antropológica clássica da abordagem da técnica e o questionamento da noção moderna de objeto-técnico. Concretamente, defenderei uma posição crítica em relação a noções correntes no campo da “cibercultura”, como “uso”, “apropriação” e “representação” envolvendo os objetos técnicos.

Lembro que as questões que serão mais adiante levantadas são resultantes de diferentes influxos e estão longe de poderem ser consideradas uma “novidade” para a antropologia<sup>2</sup>. De fato, minha perspectiva, desde o final dos anos de 1980, e marcadamente desde o início dos anos 1990, observa-se um significativo esforço para pensar questões críticas como a relação sujeito-objeto, natureza-cultura e sociedade-técnica. Essas questões são fundamentais para o enfrentamento dos horizontes antropológicos da “cibercultura”, sobretudo, na discussão sobre o lugar da técnica. Podemos citar diversos textos da maior relevância, como os de Bruno Latour, “Une sociologie sans objets? Remarques sur l’interobjectivité” (1994), ou o mais conhecido deles “Jamais fomos modernos” (1994), publicado inicialmente em 1991. No campo específico da chamada “cibercultura” é digno de nota o esforço de Arturo Escobar em “Welcome to cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture” (1994), publicado na prestigiosa *Current Anthropology* com comentários interessantes, dentre os quais destacaria os de Marilyn Strathern pelas suas contribuições na revisão crítica da antropologia. Porém, o trabalho mais emblemático e radical daquele momento foi publicado originalmente em 1991 por Donna Haraway e intitulado *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* (2000). A leitura desses trabalhos continua atual e pode nos auxiliar na definição dos rumos da pesquisa antropológica da “cibercultura”, especialmente na vertente da Teoria Ator Rede.

Foi inspirado pela Teoria Ator Rede, sistematizada por Latour

<sup>2</sup> A reflexão crítica que estou propondo tem como âncora os trabalhos desenvolvidos pelo GrupCiber do PPGAS/UFSC e é devedor dos diálogos, argumentos e pesquisas desenvolvidas em parceria principalmente com Maria Elisa Máximo e Jean Segata.

em *Reensamblar el social* (2008), que venho repetindo sobre o que chamaria de hiato entre o estudo da técnica e dos objetos nas “sociedades tradicionais” e “modernas”, e a necessidade de uma simetrização que nos possibilite perceber e pensar a técnica e os objetos além da sua aparente exterioridade e limites dados pelo estreito perímetro do “uso”, “apropriação” e “representação”. É numa perspectiva sociotécnica que procurarei desenvolver meus argumentos sobre o hibridismo e a agência não humana.

## UM CLÁSSICO MODERNO

Marcel Mauss pode parecer uma referência secundária nos debates sobre a técnica. Podemos resgatar a sua contribuição para o campo da técnica diretamente do clássico “As Técnicas corporais” (1974b). Num sentido direto da sua própria definição de técnicas corporais: “[...] as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos” (1974b, p. 211). Dessa definição preliminar, Mauss tira consequências importantes para os estudos antropológicos, dos quais ele mesmo se diz insatisfeito, voltando-se para uma reflexão sobre a ideia de que há técnica quando há instrumento, para chegar a uma segunda definição que o leva a uma equivalência surpreendente: “O corpo é o primeiro instrumento e o mais natural instrumento do homem. O mais exatamente, sem falar de instrumento, o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico do homem é seu corpo.” (MAUSS, 1974b, p. 217).

Sabemos hoje a importância dos estudos sobre corporalidade (MALUF, 2001), mas o lugar da técnica não tem sido explorado de modo sistemático. Os objetos manipuláveis que estão em vínculo intrínseco e permanente com o corpo (articulações, contatos), fazem do corpo e da chamada “cultura material” um conjunto integrado e indissociável, desde a publicação de “As Técnicas Corporais”, pelo menos esse é o ponto de vista defendido por um grupo fundado em 1995 e que procura resgatar essa contribuição de Marcel Mauss (REDE, 2003). Lembramos que em 2010 foi publicada uma seleção de artigos da revista *Technique & Culture*,

em dois volumes, contendo artigos publicados na revista desde 1976, e que na nova edição cada autor comenta seus artigos. Naquela publicação fica evidente o interesse pela abordagem de Mauss e Leroi-Gourham sobre a técnica e sua hibridização do social, política, crença, metafísica, “cultura material”, e aponta uma vocação que se reatualiza no estudo da técnica e dos objetos na antropologia. Como citada à primeira página do primeiro volume da reedição de *Technique & Culture*: “Paradoxalmente, rien ne change peut-être plus vite que les techniques, rien ne change peut-être plus lentement que les idées, que les façons de penser” (BARTHOLEYNS: GOVOROFF; JOULIAN, 2010, p. 6, grifos nossos). Embora o tom possa parecer exagerado e polêmico, ele nos instiga a pensar os limites dos nossos trabalhos no campo da “cibercultura”.

Retomando a questão inicial, diria que é evidente que o próprio Mauss dedicou-se com maior ênfase ao corpo, afastando-se dos objetos e dos instrumentos, mas a conexão estava feita e trata-se de uma espécie de anterioridade do corpo em relação aos outros instrumentos:

Trata-se de uma ênfase consciente e que acarreta algumas consequências importantes. O objetivo de Mauss era lançar luz sobre um domínio até então oculto pela noção tradicional de tecnologia: em geral, diz ele, considera-se equivocadamente que existe tecnologia quando um instrumento é envolvido no ato de manipulação. A esta ‘technique à instrument’, Mauss opõe um conjunto de ‘techniques du corps’, às quais confere mesmo um papel preliminar: o corpo é o primeiro instrumento a dominar, aquele que intermedeia a relação com todos os demais. (REDE, 2003, p. 283)

Vale ainda lembrar que, para Mauss (1974a, p. 198), a análise antropológica é antes de tudo baseada no “fato social total”:

Os fatos que nos interessam não são fatos especiais de tal ou qual parte da mentalidade; são fatos de uma ordem muito mais complexa, a mais complexa que se possa imaginar. São aqueles para os quais proponho a denominação de fenômenos da totalidade, em que não apenas o grupo toma parte, como ainda, pelo grupo, todas as personalidades, todos os indivíduos na sua integridade moral, social e mental e, sobretudo, corporal ou material.

Claro está que Mauss aponta horizontes, inspira, à moda de um “mago”, em contraste com Émile Durkheim (FOURNIER, 2003), ou da sua “etnografia surrealista”, como nos aprendeu James Clifford (1998), que ele nos dá os termos conceituais para a nossa reflexão sobre a técnica. Mas está pontuado o aspecto específico da totalidade, num certo sentido,

mais integrativa à qual devemos fazer face quando estudamos a técnica. E ela não foi a primeira, ao modo inspirador, próprio da produção de Mauss, ele já havia sinalizado no seu *Manuel d'Ethnographie*: “L’objet est dans bien des cas la preuve du fait social: un catalogue de charmes [objeto ou ação que exerce efeito mágico] est un des meilleurs moyens pour dresser un catalogue de rites” (MAUSS, 1967, p. 7).

A utilização da palavra “charme” no sentido antigo de fetiche é bastante reveladora para o nosso debate porque restitui o lugar do objeto numa plenitude, ou totalidade, Mauss torna o objeto uma prova do fato social<sup>3</sup>. O social tornado matéria. Portanto, entendo que tratar os objetos técnicos em termos de uma pretensa exterioridade como é pressuposto nas noções de “uso”, “apropriação” e “representação” é limitar os debates e as consequências da conexão entre o sujeito e o objeto já anunciadas por Marcel Mauss.

## UMA CONTINUIDADE CRÍTICA

Confiante na perspectiva aberta pela própria antropologia, Bruno Latour inicia suas reflexões em *Jamais fomos modernos* lembrando exatamente o que chamei aqui de hiato da antropologia. Para ele, as questões críticas da modernidade não se reduzem ao processo de purificação, pois se trata de um processo sempre acompanhado de seu oposto, a tradução. Se o primeiro funciona por simplificação e redução, o segundo é proliferação de híbridos. “Será nossa culpa se *as redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como discurso, coletivas como a sociedade?* – pergunta-se Bruno Latour (1994, p. 12) apontando os limites e dilemas da modernidade.

Diante das redes sociotécnicas, somos muitas vezes interpelados pela justaposição do social ao técnico. Tratando-os de modo separado, purificado, em duas entidades e trata-se-mos de procurar os melhores

<sup>3</sup> Complementarmente, a partir dessa citação poderíamos fazer uma associação com os fetiches, expressão cunhada por Bruno Latour (2002) para afirmar a combinação de fato com fetiche, e que mereceria um desenvolvimento específico.

meios para recolocá-las em aproximação. Porém, a questão é: conseguiremos restituir o amálgama que foi perdido? É exatamente nesse sentido que a antropologia traria uma resposta aos dilemas produzidos pela segmentação e purificação, citando Latour (1994, p. 12):

Este dilema permaneceria sem solução caso a antropologia não nos houvesse acostumando, há muito tempo, a tratar sem crise e sem crítica o tecido inteiriço das naturezas-culturas. [...] Basta enviá-lo (o etnógrafo) aos *arapesh* ou *achuar*, aos coreanos ou chineses, e será possível uma mesma narrativa relacionando o céu, os ancestrais, a forma das casas, as culturas do inhame, de mandioca ou de arroz, os ritos de iniciação, as formas de governo e as cosmologias. Nem um só elemento que não seja ao mesmo tempo real, social e narrado.

Acreditando que a antropologia já produziu um importante conjunto de trabalhos sobre a continuidade, a hibridização do humano e não humano, não temos como deixar de interrogar o nosso próprio modo de pesquisar a “cibercultura”. Fazendo uma autocrítica em 2008, eu já anunciava uma tomada de consciência do modo como vínhamos operando nas pesquisas do GrupCiber. Fiz a crítica das noções de “cibercultura”, “comunidades virtuais”, e o que chamo desde então de vontade de saber sociotécnico. Insisti na ideia de que a antropologia não tem fronteiras e de que não há razão para operar na contemporaneidade de modo distinto do que operamos nas “sociedades tradicionais”.

É preciso confessar que desde o início do meu interesse pelo campo da “cibercultura” incomodava-me a ideia de “comunicação mediada por computador” (CMC). A própria ideia de “mediador” parecia-me deslocada uma vez que tratávamos de comunicação/interação entre humanos e o computador/rede eram apenas intermediários, invisibilizados na maior parte do tempo nas nossas descrições, apenas presentes como suporte. Por vezes, um mero intermediário, quase nunca problematizado, apenas um elemento do cenário onde ocorrem relações entre humanos. Em linhas gerais, diria que um “mediador” seria aquele que transforma que atua de modo positivo, interferindo no processo, enquanto um intermediário é como uma “caixa-preta”, algo que apenas transporta. Havia, em minha opinião, uma invisibilidade dos meios, dos componentes eletrônicos, dispositivos computacionais, softwares, rede física, etc. Se fôssemos coerentes com a perspectiva então adotada, deveríamos

falar em “comunicação intermediada por computador”. Estimulado por essa crítica, passei a refletir sobre os elementos técnicos da “CMC”, na rede sociotécnica. Porém, fazia isso separando os elementos em categorias de humanos, com intencionalidade, volição, consciência, etc, sujeitos da ação que empregam para fins que eles próprios de nem os objetos e instrumentos.

No campo dos estudos da “cibercultura”, a vontade de saber sociotécnico está expressa nas descrições dos modos de “iniciação” ou “socialização” dos “usuários”, e nas possibilidades que tais descrições abrem para a compreensão das modalidades de “apropriação” ou “representação”, entre outras palavras-chave correntes nos nossos trabalhos. É assim que a descrição da plataforma (sempre presente e com lugar de destaque) é entendida como uma apropriação pelos sujeitos. Poderia enumerar muitos outros aspectos, mas prefiro dizer que os identifiquei a todos eles nos trabalhos do GrupCiber, e que ela correspondia a realizar um duplo movimento: em primeiro lugar situar os elementos técnicos, tecnológicos e, num segundo momento tratar do social que tomaria vida naquele “contexto”. Era uma etapa de análise técnica (rede da internet, software, etc.) à qual se justapunha o social, que, aliás, era o objetivo mesmo da pesquisa. Daí deriva a crítica que temos feito à “netnografia” cujo detalhamento, para não estender-me demasiado aqui, remeto aos trabalhos publicados recentemente pelo GrupCiber (RIFIOTIS; MÁXIMO; CRUZ, 2009; RIFIOTIS; MÁXIMO; CRUZ, 2010; MÁXIMO *et al.*, 2012), nos quais discutimos detalhadamente a questão da etnografia no ciberespaço, e numa outra publicação na qual fazemos uma ponte mais diretamente em diálogo com o presente texto (MÁXIMO *et al.*, 2011). Retomamos daquele texto apenas os aspectos centrais.

A partir de uma detalhada revisão do campo, afirmamos em “A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço” (MÁXIMO *et al.*, 2012) que persistem os debates que mantém certas dualidades e justaposições, dentre as quais destacaria as seguintes:

1. *on-line* e do *off-line*;
2. técnico e social;

### 3. sujeito e objeto.

No meu entendimento, tais aspectos críticos participam de uma revisão da antropologia contemporânea e não podem ser considerados apenas problemas, digamos, locais dos estudos da “cibercultura”. O fato de não haver uma solução global para todos esses e outros problemas identificados nas nossas pesquisas nos coloca numa situação limite, que nos impulsiona a uma avaliação de conjunto. A tarefa de criar tal visão de conjunto certamente será objeto de debates e disputas importantes, e sua resolução ainda parece distante. Porém, há pistas importantes sendo desenhadas deste o final da década de 1990, como disse no início do trabalho, e que ainda tem grande potencial nesse sentido.

Assim, seguindo a argumentação de M. Strathern, que insistiria então na ideia de que a antropologia contemporânea opera criticamente com os termos “sociedade” e “cultura”, que seriam epifenômenos, “metáforas úteis” e estruturantes do discurso científico, e que eles implicam em modos de pensar que traduzem uma metafísica, a nossa própria cultura, a cultura da antropologia. Ou como diz M. Strathern (2006, p. 39): “Nossas próprias metáforas retem uma metafísica profundamente enraizada, com manifestações que emergem em todas as espécies de análises”. Tal metafísica, invisível na nossa prática de pesquisa, seleciona e organiza o que deve ser observado e relatado. Assim, defendi que conhecer os elementos de base dessa metafísica seria tomar consciência dos limites do nosso lugar de produtores de discursos e do lugar que ocupam nossos discursos frente a outros.

A questão que estou levantando é complexa e exige não apenas relativismo e pluralismo, em si mesmos também limitados, mas uma perspectiva analítica que supere os discursos das negatividades, procurando colocar-se para além (ou aquém) daquele que completa os termos faltantes nas conceituações e práticas dos sujeitos. Da mesma forma, voltaria a insistir na ideia de pensarmos as críticas sistematizadas por Latour em *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red* (2008). Fundamentalmente, destacaria em primeiro lugar a seguinte colocação que me parece fundamental:

Es cierto que, en la mayoría de las situaciones, recurrir a la sociología de lo social no sólo es razonable sino también indispensable, dado que ofrece una taquigrafía

conveniente para designar todos los ingredientes ya aceptados en el reino del colectivo. [...] Pero en las situaciones en las que proliferan las innovaciones, en las que son inciertas las fronteras de los grupos, en las que fluctúa la variedad de entidades a considerar, la sociología de lo social ya no es capaz de rastrear las nuevas asociaciones de los actores. (LATOURE, 2008, p. 26)

A clara referência a uma sociologia pós-social, no sentido de que não se trata de considerar o social como um domínio especial e no qual a agência é exclusivamente humana, em Latour não é uma espécie de proposta radical de abandono da sociologia ou da antropologia. Trata-se, antes, de uma convocatória para concentrarmos o foco na ação, e não nas figuras já preestabelecidas para a observação, e ele sublinha que isso seria especialmente relevante nas situações em que proliferam as inovações e onde as fronteiras entre os grupos se encontram desestabilizadas. Em outros termos, o programa adequado para tais situações seria o de rastrear associações dos atores, ou seja, seguir os atores (humanos e não humanos), ou seja, a produção do social em ação.

Num certo sentido, Latour vem buscando consolidar a presença dos objetos e outros entes não humanos no mundo do social. É o que se poderia chamar de repovoar o social. Segundo ele, houve uma espécie de estreitamento do sentido do social, operado pela exclusão dos entes não humanos. Essa perspectiva estava presente nos trabalhos de Latour desde os anos 1990, senão vejamos com o que ele escreve num artigo intitulado “Une sociologie sans objets? Remarques sur l’interobjectivité” (1994):

Contre les dieux, les marchandises, les biens de consommation, les objets d’art, elle [a sociologia] a repris l’ancienne admonestation des prophètes: ‘Les idoles ont des yeux et ne voient pas, des bouches et ne parlent pas, des oreilles et n’entendent pas’. Quelque chose d’autre, d’après elle, vient animer ces corps sans vie, ces statues mortes: notre croyance, la vie sociale que nous projetons en eux. Les fétiches ne comptent pas en eux-mêmes. Ils ne sont rien que l’écran de nos projections. Pourtant, nous l’avons appris de Durkheim, ils ajoutent bien quelque chose à la société qui les manipule: l’objectivation. (LATOURE, 2007, p. 48)

Essa “interobjetividade”, opção em relação a uma “intersubjetividade”, se bem entendi o propósito de Latour, seria uma volta aos objetos e ao que eles acrescentam ao humano: “Les objets font quelque

choses, ils ne sont pas seulement les écrans ou les rétroprojecteurs de notre vie sociale” (LATOURET, 1994, p. 49). É a questão da agência que ele coloca e com a qual nos defrontamos com enorme dificuldade. A própria agência individual (humana) tem sido, e continua sendo um problema teórico central. Veja-se, por exemplo, os esforços de Sherry Ortner sistematizando as abordagens da teoria da práxis (1984). Podemos dizer que a questão está fechada? O que dizer então para uma mudança ainda mais radical: a possibilidade de agências não humanas?

Ao longo dos seus trabalhos, Bruno Latour nos fornece uma série de exemplos de situações em que deveríamos problematizar a agência de objetos. Seria inútil aqui detalhá-los, mas lembremos ao acaso uma pequena série deles: arma, controle remoto, lombada. Mas também o celular, o computador, ou ainda medicamentos, etc, etc. Não há uma lista exaustiva porque não se trata de atribuição de agência, muito menos de uma questão ontológica, mas de descrição/rastreamento de interações. O princípio está na distinção entre “mediador” e “intermediário”, ou seja, como um elemento (humano ou não humano) incide no curso de uma ação. Por essa razão, estou lendo rastrear conexões como uma tarefa tipicamente antropológica. A ação é o foco da atenção e não as entidades pré-configuradas. Agência não é determinação ou escolha, mas resultado da descrição de uma ação, de um processo, ou melhor, de um fluxo da ação.

Falar em agência é apresentar uma ação e mostrar ou narrar os rastros observáveis. Em outros termos, em muito breves, diria que a questão estaria em perguntar-se de que modo algo/alguém incide no curso da ação de outro agente? Como se dá essa incidência? Assim, a rede não seria mais um produto já dado, nem um simples contexto para a ação. Nem vínculo ou ligação. Ela não atua de modo homogêneo, nem linear, ela pode tanto produzir aproximação, quanto distanciamento. Ela é metáfora, discurso, contexto, mediador, intermediário, dependendo em qual ação os agentes estão envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi colocado aqui é um desenho feito com as linhas gerais do que temos trabalhado no GrupCiber/UFSC. Longe de ser um programa de pesquisa fechado, propomos compartilhar nossas inquietações, colocá-las em diálogo para consolidarmos um campo de pesquisa que nos permita exercitar uma antropologia contemporânea. Digo “contemporâneo”, no sentido de G. Agamben (2008, p. 22): “Contemporain est celui qui reçoit en plein visage le faisceau de ténèbres qui provient de son temps”. Para Agamben, a contemporaneidade é uma relação singular com o seu próprio tempo, ao qual aderimos tomando distâncias. A primeira adesão está feita com a modernidade, o segundo movimento seria colocá-la como uma estética, a estética da objetividade, e fazer um movimento que nos permitam sair do círculo purificação-tradução. A teoria ator-rede fornece as pistas necessárias para tal distanciamento.

A pesquisa no campo da “cibercultura” terá muito a ganhar levando em consideração a teoria ator-rede. Podemos interrogar a própria prática etnográfica sobre os limites de produzir narrativas de agências humanas e não-humanas. E sobre a prática de rastreamento de associações e como destacar agências, ou identificar coletivos híbridos, mapear fluxos da ação e seus deslocamentos e controvérsias. Vejo no trabalho de Marilyn Strathern excelente exemplo de descrição etnográfica de fluxo e deslocamentos. Ela escreveu um artigo que mereceria a nossa particular atenção no campo da “cibercultura” intitulado “Cutting the network” (1996), no qual ela dá exemplos de como rastrear fluxos e trabalhar com associações inesperadas que ocorrem no curso da ação. Para os limites do presente texto, apenas posso deixar registradas as minhas questões e um primeiro desenho dos meus argumentos. Entendo que a questão crítica da noção de “sociotécnico” é que seu valor epistemológico, com a superação de dicotomias, ainda está sendo desenhado.

Para finalizar, é importante gostaria de citar um texto de Julio Cortázar intitulado “Preâmbulo às instruções para dar corda no relógio”, o qual me serviu de epígrafe na minha apresentação o II Simpósio da ABCiber (2008) e que me parece desenhar exatamente o

que tenho como horizonte para a antropologia, especialmente, entre nós que nos dedicamos à “cibercultura”. Afinal, se a minha avaliação está correta, estamos nos iniciando numa perspectiva que nos obriga a rever nossos próprios fundamentos:

Pense nisto: quando te dão de presente um relógio te dão um pequeno inferno enfeitado [...]. Não te dão somente o relógio, com votos de muitas felicidades e esperamos que dure porque é de boa marca, suíço com âncora de rubis; não dão de presente somente esse pequeno quebra-pedras que atarás ao pulso e levarás a passear. [...] Te dão – sem sabê-lo, o terrível é que não sabem -, te dão um novo pedaço frágil e precário de ti, algo que é teu, sem ser seu corpo... [...] Te dão a necessidade de dar-lhe corda para continue sendo um relógio [...]. Te dão o medo de perdê-lo, de que seja roubado, de que possa cair no chão e se quebrar. Te dão sua marca e a certeza de que é uma marca melhor do que as outras, te dão a tendência de comparar o teu relógio aos outros relógios. Não te dão um relógio, tu és o presente, é a ti que oferecem para o aniversário do relógio<sup>4</sup>. (CORTÁZAR, 1995, p. 12)

<sup>4</sup> Piensa en esto: cuando te regalan un reloj te regalan un pequeño infierno florido [...]. No te dan solamente el reloj, que los cumplas muy felices y esperamos que te dure porque es de buena marca, suizo con âncora de rubíes; no te regalan solamente ese menudo picapedrero que te atarás a la muñeca y pasearás contigo. Te regalan – no lo saben, lo terrible es que no lo saben – te regalan un nuevo pedazo frágil y precario de ti mismo, algo que es tuyo pero no es tu cuerpo [...]. Te regalan la necesidad de darle cuerda todos los días, la obligación de darle cuerda para que siga siendo un reloj [...] Te regalan el miedo de perderlo, de que te lo roben, de que se te caiga al suelo y se rompa. Te regalan su marca, y la seguridad de que es una marca mejor que las otras, te regalan la tendencia a comparar tu reloj con los demás relojes. No te regalan un reloj, tú eres el regalado, a ti te ofrecen para el cumpleaños del reloj. (CORTÁZAR, 1995, p. 12)

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Qu'est-ce que le contemporain?** Paris: Rivages, 2008.
- BARTHOLEYNS, Gil; GOVOROFF, Nicolas; JOULIAN, Frédéric. Introduction. Une anthologie en forme de manuel. **Techniques & Culture**, (Cultures matérielles), [S.L.], v. 1-2, n. 54-55, p. 6-17, 2010.
- CLIFFORD, J. A experiência etnográfica. **Antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- CORTÁZAR, Julio. **Historias de Cronopios y de Famas**. Buenos Aires: Alfaguara, 1995.
- GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- ESCOBAR, Arturo. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, USA, v. 35, n. 3, p. 211-231, June, 1994.
- FOURNIER, M. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2003.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; SILVA, T. T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LATOUR, B. Une sociologie sans objets? Remarques sur l'interobjectivité. **Revue Sociologie du travail**, Paris, v. 34, n. 4, p. 587-607, 1994.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. Une sociologie sans objet? Note théorique sur l'interobjectivité. In: LATOUR, Bruno. **Republication in Octave Debary Objets et mémoires**. [S.L.]: MSH: Presses de l'Université Laval, 2007. p. 38-57.
- LATOUR, B. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoria del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LATOUR, B. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Baurú: Edusc, 2002.
- MALUF, S. W. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. **Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 9, n. 9, 2001.
- MAUSS, M. As relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: EPU/Edusp, 1974a. v. 1.
- MAUSS, M. As técnicas corporais. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/Edusp, 1974b [1936]. v. 2.
- MAUSS, M. **Manuel d'ethnographie**. Paris: Éditions sociales, 1967 [1926].

MAXIMO, M. E. *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. *In:* MALDONADO, A. E. *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: Unidavi, 2012.

ORTNER, S. B. Theory in anthropology since the Sixties. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, Cambridge University Press, v. 26, n. 1, p. 126-166, 1984.

REDE, M. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8, n. 9, (2000-2001). Editado em 2003.

RIFIOTIS, T. Antropologia do ciberespaço. Questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. **Antropologia em Primeira Mão**, PPGAS/UFSC, Florianópolis, v. 51, 2002.

RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; CRUZ, F.G. Diálogos metodológicos entre antropología y comunicación en la investigación de las formas de apropiación de centros públicos de acceso a la internet. *In:* FERNÁNDEZ, A. P.; MALDONADO, A. E. (Org.). **Metodologías transformadoras: tejendola red em comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina**. Caracas: Fondo Editorial Cepap, Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, 2009.

RIFIOTIS, T.; MÁXIMO, M. E.; CRUZ, F. G. Diálogos de frontera: volviendo a pensar en las redes socio-técnicas a partir de experiencias etnográficas en lan houses. *In:* VELAREZO, A. P.; MALDONADO, A. E. (Org.). **La investigación de la comunicación en América Latina**. Quito: Fondo Editorial FACSO-UCE, 2010.

RIFIOTIS, T. *et al.* **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Edefsc, 2010.

RIFIOTIS, T. *et al.* Redes sociotécnicas: híbridos e multiplicidade de agências na pesquisa da cibercultura. *In:* MALDONADO, A. E.; BARRETO, V. S.; LACERDA, J. S. (Org.). **Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina**. João Pessoa/Natal: Editora da UFPB/Editora UFRN, 2011.

STRATHERN, M. Cutting the Network. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, London, v. 2, n. 3, 1996.

STRATHERN, M. **O Gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

## Capítulo 5

# ETNOGRAFIA NO CIBERESPAÇO COMO “REPOVOAMENTO” E EXPLICAÇÃO<sup>1</sup>

**Theophilos Rifiotis**

“A rede é uma imagem adequada para descrever a maneira pela qual se pode ligar ou enumerar entidades díspares sem fazer suposições sobre níveis ou hierarquias.”

**(Strathern, 2014, p. 304)**

Desde que iniciei meus estudos sobre a chama-da cibercultura<sup>2</sup>, em meados da década de 1990 e até recentemente no âmbito da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisa em Cibercultura)<sup>3</sup>, a etnografia tem sido objeto de permanente reflexão. Inicialmente, ela foi concebida a partir de uma suposta especificidade do seu objeto, a *cibercultura*, como um campo de pesquisa, ou como *ciberespaço*, um *locus* ou contexto da ação humana, ou pensada na especificidade da natureza virtual do campo de pesquisa, ou ainda como “comunicação mediada

<sup>1</sup> Publicado originalmente na Revista Brasileira de Ciências Sociais, 31 (90). Agradeço ao CNPq pelo apoio às pesquisas que originaram este artigo.

<sup>2</sup> *Cibercultura* é uma noção problemática e, como salientamos em outro lugar, “[...] ao invés de definições apriorísticas de ciberespaço, cibercultura, etc., que poderiam se confundir com um nominalismo, retomamos as interrogações básicas sobre como se dão as interações nesse espaço” (RIFIOTIS, 2010, p. 17).

<sup>3</sup> Mais informações, visite site da ABCiber: <<http://ab-ciber.org.br>>.

por computador”<sup>4</sup>. A etnografia sempre ocupou um lugar central em todos os trabalhos desenvolvidos no âmbito do nosso grupo de pesquisa, o GrupCiber (Grupo de Pesquisa em An-tropologia do Ciberespaço), da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>5</sup>. Desde o início, a etnografia trazia questões sobre o lugar da técnica (RIFIOTIS, 2012). Retrospectivamente, diríamos que as nossas inquietações residiam no modo como realizávamos a nossa vontade de saber sociotécnico e, sobretudo, como operávamos com a relação entre a técnica e o social para além da simples justaposição. Recuperar alguns elementos da nossa trajetória de reflexão sobre a cibercultura, sem qualquer pretensão de exemplaridade, nos permite abordar as questões teóricas e metodológicas com que concretamente nos defrontamos.

As questões sobre a etnografia no campo da cibercultura estão intimamente ligadas ao modo como a antropologia entrou no ciberespaço, pelo menos como as vivenciamos no Brasil: uma oscilação entre desconfiança e revelação. Estamos nos referindo aqui aos debates sobre as possibilidades e limites colocados para a antropologia do ciberespaço<sup>6</sup>, que revelaram um movimento pendular, ainda hoje presente no campo, e que, em certa medida, repercutiu na literatura internacional – por exemplo, Boyer (2012). Havia, pelo menos inicialmente, uma espécie de desconfiança sobre as possibilidades da pesquisa

<sup>4</sup> Apesar de enunciada como “comunicação mediada por computador”, o tratamento usual dado aos elementos “não humanos” remete mais propriamente ao que chamaríamos de *intermediação*. Como temos procurado pensar nossos trabalhos a partir da obra de Bruno Latour (2000; 2004; 2008), impõe-se problematizar estas duas noções (mediação e intermediação). De fato, como afirmamos em outro lugar: “No âmbito da teoria ator-rede, que coloca sujeitos e objetos em relações simétricas, a noção de ‘mediação’ é associada aos atores (sujeitos, objetos; humanos, não humanos) que, dota-dos de agência, apresentam capacidade de transformar, traduzir, distorcer ou modificar o significado dos elementos que transportam. Diferentemente, são considerados ‘intermediários’ os atores que transportam significados sem promover transformação. É importante dizer que, na abordagem de Bruno Latour, não há definições a priori de ‘mediadores’ e ‘intermediários’. Trata-se, na verdade, de maneiras distintas de se perceber os atores, conforme os efeitos de suas agências.” (MÁXIMO *et al.*, 2012, p. 296).

<sup>5</sup> Refiro-me aos trabalhos que discutem a etnografia na cibercultura realizados no GrupCiber (<<http://www.grupciber.net/blog/>>): Rifiotis (2002), Rifiotis, Máximo e Cruz (2009), Rifiotis, Máximo e Cruz (2010), Rifiotis *et al.* (2010) e Máximo *et al.* (2012).

<sup>6</sup> Essa questão não nos parece totalmente desvinculada daquela marcação entre “apologéticos” e “apoca-lípticos” que discutimos em outro trabalho (RIFIOTIS, 2010, p. 17).

antropológica no ciberespaço, especialmente sobre a etnografia. Questões sobre a especificidade e a validade da observação de campo *on-line*, sobre a pesquisa com avatares, sempre contrastando, em termos absolutos, com as pesquisas realizadas com contatos face a face, digamos, *off-line*. Tratava-se de impasses sobre como pensar a relação mediada, ou melhor, as dificuldades de produzir uma reflexão incorporando a mediação técnica na etnografia. Implicitamente, revelava-se também uma tendência a naturalizar as categorias do campo como se elas pudessem ser, imediatamente, categorias analíticas, por exemplo, as “comunidades virtuais” ou as “novas formas de sociabilidade”, e mesmo a “cibercultura” (RIFIOTIS, 2010).

Por outro lado, havia a revelação, uma percepção exatamente oposta àquela da desconfiança, na qual se transformava a própria experiência de nativos do ciberespaço em campo de pesquisa, percebendo-se talvez como uma espécie de argonautas do ciberespaço. A dupla condição, de nativo e de pesquisador, certamente nos colocava desafios teórico-metodológicos, mas ela funcionou, sobretudo, como uma condição favorável para a construção de uma “autoridade etnográfica”, adotando aqui os termos de Clifford (1998). De fato, à medida que se multiplicavam rapidamente as experiências dos próprios pesquisadores com o ciberespaço, incluindo no seu dia a dia *e-mails*, *blogs* e redes sociais, a sua identificação particular com esse campo atuou positivamente na produção de objetividade e validação de suas próprias pesquisas. Porém, nem sempre havia uma problematização das condições de produção do conhecimento antropológico nesse campo específico, o que nos remete aos termos de uma questão mais geral pontuada por Eduardo Viveiros de Castro (2002, p. 114): “O nativo exprime sua cultura em seu discurso; o antropólogo também, mas, se ele pretende ser outra coisa que um nativo, deve poder exprimir sua cultura culturalmente, isto é, reflexiva, condicional e conscientemente”.

Em outros termos, desde meados da década de 1990, os jogos envolvidos na definição das categorias pertinentes, dos atores e dos objetos a serem considerados nas análises do ciberespaço passaram a contar com aquilo que Latour (2000, p. 22) chamou de “testemunhas confiáveis”, ou seja, a adesão dos pares e a mobilização coletiva de tes-

temunhos que atestam a existência de um fato. A experiência nativa partilhada ajudou a validar a atividade antropológica no ciberespaço<sup>7</sup>.

Na década seguinte, as etnografias produzi-das e os debates travados estavam concentrados na ideia da chamada “comunicação mediada por computador”, destacando cada vez mais a noção de mediação técnica. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho seminal de Arturo Escobar (1994), intitulado “Welcome to cyberia”, como um ponto, digamos, fora da curva, antecipando debates de grande atualidade. Consideramos que ele mostrou de modo inovador a pertinência da abordagem da sociotécnica<sup>8</sup>. Foi somente a partir de 2008 que os trabalhos desenvolvidos no GrupCiber experimentaram uma virada sociotécnica, com a articulação da etnografia com a teoria ator-rede, especialmente inspirados pelos trabalhos de Latour (2000; 2002; 2008) e pela potencialização da noção de redes sociotécnicas para o estudo da cibercultura.

Assim, apesar do estágio ainda inicial da reflexão, esperamos mostrar a riqueza dos debates envolvidos e as possibilidades abertas para o desenvolvimento da pesquisa no campo da cibercultura, a partir de uma noção de redes renovada (STRATHERN, 1996; LATOUR, 2008). Propomos aqui uma crítica à chamada *etnografia virtual*, que será sistematizada em três eixos analíticos: i) a metáfora do olhar; ii) o “repovoamento” do social; e iii) o caráter produtivo da descrição.

O debate que trazemos situa-se num campo de disputas entre distintas políticas etnográficas, que, no seu estágio atual, não permite vislumbrar um consenso, mas tão somente cartografar controvérsias do campo<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Discutimos no calor daqueles debates sobre essas questões, porém elas talvez ainda não tenham sido plenamente enfrentadas, especialmente no que se refere ao trabalho etnográfico (RIFIOTIS, 2010).

<sup>8</sup> O artigo recebeu vários comentários, inclusive um de Marilyn Strathern destacando sua relevância e discutindo o alcance e limites da própria ideia de cibercultura.

<sup>9</sup> Temos utilizado a expressão “políticas etnográficas” para nos referirmos a um complexo conjunto de questões que emergem de etnografias da Melanésia, da Amazônia, entre outras, e inspiram diretamente a teoria antropológica, sobretudo no que se refere aos atores, os coletivos a serem considerados na análise, a agência, a busca permanente de simetria na relação entre distintos regimes de saberes etc. São eleições etnográficas que fundamentam modos de produzir a etnografia. Atualmente, as políticas etnográficas em curso têm sido objeto de preocupação para os pesquisadores envolvidos, por exemplo, nas relações entre humanos, animais e plantas, redes sociotécnicas (como o ciberespaço e cibercultura) etc.

Assim, apontamos uma série de questões que consideramos pertinentes às políticas etnográficas e com potencial analítico concreto para serem integradas às práticas etnográficas.

Por essa razão, serão evocados inicialmente debates sobre etnografia, para deles apontar a possibilidade de uma nova compreensão do lugar da descrição na antropologia. Em outros termos e com base nos trabalhos que temos realizado no GrupCiber desde 1996 (*e-mails, blogs, chats, linux, orkut, twitter, bots*)<sup>10</sup>, propomos aqui um ensaio que visa problematizar a etnografia para além da textualização tout court, colocando em perspectiva os problemas que enfrentamos nas pesquisas etnográficas no ciberespaço. Portanto, a nossa intenção não é discutir a textualização, mas trazer apontamento para pensarmos uma descrição que siga os agentes em ação, que acompanhe a formação dos próprios agentes no curso da ação. Nosso horizonte seria o desenvolvimento de uma chave heurística para as experiências etnográficas no campo da cibercultura em termos do “repovoamento” da escrita e da sua potência explicativa<sup>11</sup>.

## A METÁFORA DO OLHAR

Uma das questões mais antigas e ainda atual nos debates sobre etnografia é a “perenidade dos dados etnográficos em contraste com o caráter efêmero das conquistas teóricas”, destacada por Mariza Peirano (1992, p. 14). Trata-se de uma questão emblemática para o fazer antropológico. Em primeiro lugar, porque ela evoca a defesa da etnografia, ícone de uma tradição científica e profissional. Ela é emblemática também por tensionar a relação teoria-empíria, fundadora da forma moderna do fazer antropológico<sup>12</sup>. E, finalmente, ela nos interpela sobre a escri-

<sup>10</sup> Uma apreciação do conjunto de trabalhos a que nos referimos encontra-se em Rifiotis *et al.* (2010).

<sup>11</sup> Destacam-se as importantes contribuições de Jean Segata (2009; 2013) para os avanços dos trabalhos do GrupCiber na direção da teoria ator-rede.

<sup>12</sup> É necessário precisar que a qualidade da defesa etnografia Peirano (1992, p. 15) ultrapassa a simples afirmação e apologia, para questionar-se sobre a “fecundidade teórica do trabalho etnográfico” e a “temporalidade das explicações”.

ta ao referir-se aos “dados etno-gráficos”, registro da fluidez social e que pode se tornar uma fonte para outras pesquisas. No limite, ela pode também ser relacionada com as propostas contemporâneas do fazer antropológico e seu direcionamento para a textualização, no sentido de uma crítica ao caráter especular e representacional da etnografia, ou seja, o modo pelo qual a “etnografia traduz a experiência e o discurso em escrita” (CLIFFORD, 1998, p. 88).

Vivemos hoje envolvidos pelas questões ligadas à “textualização” e à “crise representacional”. Sem dúvida, a publicação *Writing culture* (CLIFFORD; MARCUS, 1986) é um marco histórico de grande atualidade. De fato, bastaria lembrar uma avaliação feita pelo próprio Clifford (1999) na sua resenha do livro intitulado *After writing culture: epistemology and praxis in a contemporary anthropology* (JAMES; HOCKEY; DAWSON, 1997), que reúne trabalhos dedicados a refletir sobre *writing culture*. Nela, Clifford procura atualizar o debate “pós-moderno” concluindo criticamente que a análise cultural está se tornando uma questão de retórica e de escrita.

Se, por um lado, podemos afirmar que nos afastamos do “realismo etnográfico” pela tomada de consciência da escrita e de seus limites representacionais, leia-se criadores, por outro, ainda continuamos nos debatendo com as questões levantadas pela tradução. O que nos leva ao primeiro ponto da nossa problematização, qual seja, de que a prática etnográfica, implícita ou explicitamente, e, por vezes, contraditoriamente, postula a existência de dois mundos, aquele chamado *real*, dos dados ou fatos, aquilo que é dado à observação, e outro criado pela representação do observado. A própria defesa da etnografia parece passar por esse postulado, quando afirma e reforça a existência de “dados etnográficos” e as teorias que deles emergem, ou a “redução” da tradução.

No limite daquele debate, parece que continuamos prisioneiros de uma espécie de teoria pictórica da linguagem, como afirma o filósofo Nelson Goodman (1972, p. 5):

A acusação de que uma dada descrição verdadeira distorce ou é infiel ao mundo tem importância em termos de alguma gradação de acordo com fidelidade, ou em termos de uma diferença em graus de fidelidade entre descrições verdadeiras

e boas pinturas. Mas se nós dizemos que todas as descrições verdadeiras e boas pinturas são igualmente infiéis, então de que exemplo ou padrão de fidelidade relativa nós estamos falando? [...] Há muitas descrições verdadeiras igualmente diferentes e verdadeiras do mundo, e sua verdade é o único padrão de sua fidelidade. E quando nós dizemos delas que todas elas envolvem convencionalizações, nós estamos dizendo que nenhuma destas descrições diferentes é exclusivamente verdadeira, pois as outras também são verdadeiras. Nenhuma delas nos diz o modo como o mundo é, mas cada uma delas nos diz um modo como o mundo é.

O “modo como o mundo é” no plural significa reafirmar a ideia de que os “fatos são feitos”, que o “observado” é ao mesmo tempo real, social e efeito da narrativa, como bem argumentou Latour (2000) em *Jamais fomos modernos* para caracterizar a constituição, ou seja, o conjunto de operações que os modernos criaram para si mesmos, e que, na sua obra *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches* são designados como fe(i)tiches (LATOURE, 2002). Apesar de a nossa pergunta ter sido iniciada na cibercultura, ela nos leva a problematizarmos o pressuposto do “dado” e a noção de “fato” e fenômeno. Aprendemos a pensar em termos do caráter contingente da observação etnográfica, mas pouco questionamos nosso olhar disciplinado, como diria Roberto Cardoso de Oliveira (2000). A questão, em termos resumidos, reside em situarmos quem, quando e como se produz a distinção entre *matter of fact* ou *matter of concern* (LATOURE, 2004), o que se desdobra numa crítica da objetividade moderna<sup>13</sup>.

Procurando situar o debate no campo da cibercultura, diremos que se trata de um desafio para pensarmos os limites de uma “narrativa descritiva” e sua capacidade de traduzir a íntima relação entre a técnica e os sujeitos humanos. Colocando em perspectiva a exterioridade da técnica pressuposta nas abordagens cujo eixo analítico é estruturado a partir de noções como *uso, apropriação e representação* dos objetos técnicos tal como se percebe na etnografia virtual (RIFIOTIS, 2012). A exterioridade pres-

<sup>13</sup> Trata-se de uma entrada para o estudo do mundo das ciências que Latour vem desenvolvendo desde seu livro com Woolgar, *A vida de laboratório*, publicado em 1997. Um viés que introduz a ideia da disputa entre o “dado” e “fabricado” como inerente ao complexo processo de produção científica moderna. Lembrando que a modernidade não é apenas um processo de purificação, separação e constituição de campos específicos, ela também atua por desvios, tradução, produzindo recorrentemente híbridos. Se há uma marca da modernidade é a ambiguidade: proliferação e denegação de híbridos, como bem definiu Latour (2000).

suposta é amplamente questionada pela literatura etnológica, porém para os “modernos”, como diria Latour, tal separação/exterioridade é uma marca central, e a etnografia virtual ainda precisaria problematizá-la. No limiar do debate sobre o lugar da técnica está, sem dúvida, a obra de Marcel Mauss (1974, p. 198), que afirmava a intrínseca relação do social com os objetos materiais, defendendo uma integralidade moral, social, mental, corporal ou material<sup>14</sup>, como discutiremos no próximo item.

## O “REPOVOANDO” DA ETNOGRAFIA

No campo da cibercultura, apesar de a etnografia ocupar um lugar de destaque, em grande medida ela se mantém fora dos debates atuais sobre a técnica e das questões da textualização. Nos últimos anos, temos refletido exatamente sobre o lugar da técnica na análise antropológica da cibercultura (RIFIOTIS, 2012). Enfatizamos a necessidade de repensar a ideia de agência e hibridismo superando a dicotomia humano/não humano, especialmente no campo da chamada “comunicação mediada por computador”, distinguindo e procurando dar um sentido mais preciso às noções de mediador e intermediário, como veremos a seguir. Entendemos que se tratava de questões analíticas enfrentadas pela antropologia desde as clássicas contribuições de Mauss até os debates atuais sobre as redes sociotécnicas e a teoria ator-rede.

Como dissemos anteriormente, estamos diante de um desafio crítico de revisão dos eixos analíticos baseados no uso, apropriação e representação, envolvendo os objetos técnicos. Da nossa perspectiva, trata-se de enfrentar analiticamente a própria definição e a possibilidade de uma etnografia virtual, como pensada por Cristine Hine (2004a), para além de uma simples crítica. Entendemos que a etnografia virtual foi e de certo modo continua sendo importante para resolver problemas de pesquisa relativos à necessidade de pensar a

<sup>14</sup> Vale ainda lembrar aqui o enunciado contundente de Mauss (1967, p. 7) sobre a questão: “O objeto é, em muitos casos, a prova do fato social: um catálogo de charmes [objetos ou ações que exercem efeito mágico] é um dos melhores meios para elaborar um catálogo de ritos”.

internet, por exemplo, como um espaço social no qual se pode legitimamente fazer pesquisa antropológica. A nossa trajetória no campo nos confirmou a relevância da etnografia no ciberespaço como afirmou Hine (2004b) numa conferência em 2004:

A ideia da etnografia virtual era encontrar uma maneira de levar a sério, como fenômeno sociológico, os tipos de coisas que as pessoas faziam na internet. Ao mesmo tempo, o desafio não era assumir que simplesmente por olhar para o que aconteceu *on-line* poderíamos ter a imagem completa do porquê ele era socialmente relevante ou significativo<sup>15</sup>.

Porém, a partir da virada sociotécnica do GrupCiber em 2008, temos procurado mostrar as vantagens analíticas de focar nosso trabalho não nos atores humanos em ação na internet, mas na dimensão mediada das conexões entre humanos e de humanos com não humanos, e não apenas situá-las numa espécie de *locus*, um contexto para eventos e comportamentos, o ciberespaço. Temos procurado sistematizar possibilidades analíticas que apontem para a superação das dicotomias que articulam a cibercultura, para dar suporte às análises sociotécnicas num campo atravessado por inovações, nos termos de Latour (2008, p. 27), ou seja, nas quais são incertas as fronteiras dos grupos, e onde flutua a variedade de entidades a considerar na descrição.

Trata-se de um projeto ambicioso e ainda em formação, fundamentado não apenas numa recusa genérica de dicotomias, mas na construção de uma perspectiva que vem sendo delineada desde os anos de 1980-1990, na qual a descrição etnográfica está voltada para os fluxos e deslocamentos. Nesse sentido, consideramos o artigo de Marilyn Strathern (1996), “Cutting the network”<sup>16</sup> emblemático, por nos oferecer uma referência inspiradora para os estudos da cibercultura, pois, através de situações etnograficamente descritas, ela nos mostra como rastrear fluxos e descrever associações e dissociações que ocorrem no curso da ação. O que nos remete mais diretamente ao segundo ponto da problematização da etnografia em termos sociotécnicos: quais são os

<sup>15</sup> Todas as traduções de citações em língua estrangeira foram feitas pelo autor.

<sup>16</sup> Texto republicado em 2014 no livro que reúne importantes trabalhos de Strathern: O efeito etnográfico.

objetos da etnografia? Como fazer etnografia num mundo em que a divisão entre “mediador” (aquele/ aquilo que transforma) e “intermediário” (aquilo/ aquele que transporta, “caixa-preta”) é contingente?

Nossas análises deveriam descrever aquele/aquilo que faz diferença no curso da ação, sem que sejam previamente definidas os entes e as agências e, sobretudo, que elas se limitem exclusivamente aos humanos. De onde a pergunta: como descrever a agência não humana? Como descrever a agência sem precisar relacioná-la a outro domínio ou qualificação, especialmente a distinção humano/não humano? Ou ainda, em termos latourianos: como descrever um ator-rede? Afinal, a própria distinção entre humanos e não humanos como duas categorias pode instaurar uma dicotomia, criando duas entidades englobantes, instaurando uma pretensa essencialidade<sup>17</sup>. Nesta abordagem, devemos estar sempre atentos às contingências e cursos da ação, sem pressupor agentes e agências de antemão, e problematizando a suposta diferenciação entre humanos e não humanos como dois domínios fechados. É preciso estar atento aos problemas da agência, pois, como afirma Brown, “Perguntar-se acerca da agência não humana abre uma discussão que problematiza o não humano e deixa de fora a questão da agência humana.” (LEE; BROWN, 1998, p. 219).

É oportuno lembrar que, para a antropologia, tais questões se tornam relevantes e problemáticas apenas quando falamos sobre nós mesmos, os “modernos”, pois como lembra Latour (2000, p. 12):

Este dilema permaneceria sem solução caso a antropologia não nos houvesse acostumando, há muito tempo, a tratar sem crise e sem crítica o tecido inteiriço das naturezas-culturas. [...] Basta enviá-lo [o etnógrafo] aos arapesh ou achuar, aos coreanos ou chineses, e será possível uma mesma narrativa relacionando o céu, os ancestrais, a forma das casas, as culturas do inhame, de mandioca ou de arroz, os ritos de iniciação, as formas de governo e as cosmologias.

Concretamente, desde os primeiros trabalhos desenvolvidos no GrupCiber, enfrentarmos essa questão, quando nos perguntávamos sobre como descrever, por exemplo, uma plataforma, concebida como *software*, uma entidade técnica que dava suporte para a experiência social mediada por computadores. Vale lembrar que, no início dos nos-

<sup>17</sup> Sobre os problemas da agência não humana, recomendamos o artigo de Sayes (2013).

soz trabalhos, ainda na década de 1990, fazíamos uma distinção entre “plataforma” e “ambiente”, este último como “*locus* de sociabilidade” – por exemplo, Guimarães Jr. (2010). Se naquele momento, digamos “fundador”, para nós, era importante mostrar que havia vida social no ciberespaço e que ela tinha uma especificidade, atualmente ela nos parece confirmar, contrariamente ao pretendido, uma distinção ontológica, entre uma, digamos, dimensão humana e outra que seria técnica. Concretamente, a perspectiva sociotécnica que adotamos há alguns anos, permite potencializar os limites de tal distinção, evidenciando o seu caráter de enquadramento prévio e dicotômico entre o “mundo técnico” e o “mundo humano”. Nosso discurso pretendia ser integrador, mas não conseguíamos ir além de uma dualidade entre duas entidades distintas na qual a primeira era estudada em função da segunda, ou seja, a técnica como elemento intermediário para a ação humana. Aqui pode ser interessante retomar uma autocrítica feita em outro trabalho.

Confesso que desde o início do meu interesse pelo campo da “cibercultura” incomodava-me a ideia de “comunicação mediada por computador” (CMC). A própria ideia de “mediador” parecia-me deslocada uma vez que tratávamos de comunicação/interação entre humanos e o computador/rede eram apenas intermediários, invisibilizados na maior parte do tempo nas nossas descrições, apenas presentes como suporte. Por vezes um mero intermediário, quase nunca problematizado, apenas um elemento do cenário onde ocorrem relações entre humanos. [...] Havia, em minha opinião, uma invisibilidade dos meios, dos componentes eletrônicos, dispositivos computacionais, softwares, rede física, etc. Se fôssemos coerentes com a perspectiva então adotada, deveríamos falar em “comunicação intermediada por computador”. Estimulado por essa crítica, passei a refletir sobre os elementos técnicos da “CMC”, na rede sociotécnica. Porém, fazia isso separando os elementos em categorias de humanos, com intencionalidade, volição, consciência, etc., su-jeitos da ação que empregam para fins que eles próprios definem os objetos e instrumentos. (RIFIOTIS, 2012, p. 572)

Enfim, hoje podemos afirmar que a partir da abordagem sociotécnica fica evidente que muitas vezes operávamos com uma simples justaposição entre uma análise técnica e outra social, uma vez que pressupúnhamos – desde o ponto de partida – a existência daquelas duas entidades. É nesse sentido que falamos, a partir de Bruno Latour (2008), em “repopoar” a cibercultura. Ou de modo mais direto, como ele no artigo “Une sociologie sans objets?”: “Os objetos fazem alguma coisa, eles não são simples telas ou retroprojetores da nossa vida social” (LATOURE, 1994, p.

47). O que nos remete ao problema de definir *a priori* agências e utilizar distinções como humano e não humano, pois estaríamos criando, instituindo, classes de entes já dados e não formados no curso da ação observada e a ser descrita, como indicado pela abordagem sociotécnica.

Sabemos que esse debate não se restringe à ciber-cultura, porém, no campo que é o nosso, devemos nos perguntar como integrar a plataforma, a tela, o teclado, o *mouse* ou o toque na tela, a rede *wi-fi*, a eletricidade, a rede física etc., etc., e também as conexões e elementos *off-line*, com aquilo que chamamos de cultura ou sociedade. A partir da abordagem sociotécnica, o tecido das nossas práticas, focado exclusivamente nos humanos, não parece mais inteiriço, pois ele está mesclado de outros elementos que desempenham atividades diversas no curso da ação.

É antes de tudo uma primeira tarefa eminentemente de simetrização: descrever como actantes, sempre híbridos, titulares potenciais de agência, são eles mesmos resultado de séries das conexões nas quais estão envolvidos no curso da ação descrita. Afinal, na terminologia da teoria ator-rede, a noção de “ator” não é redutível ao sentido tradicional de “ator social”, uma vez que ela deve nomear tudo que age, aquilo/quem que faz diferença, deixa rastros, podendo ser pessoas, instituições, animais, objetos etc. Como diz Latour (2008, p. 73), “[...] usar a palavra ‘ator’ significa que nunca está claro quem e o que está atuando quando atuamos, dado que um ator no cenário nunca está só na sua atuação”. Assim, Latour recorre à semiótica de Greimas (1976), por meio da noção de “actante”, a qual incorpora tanto a multiplicidade de agência quanto a pluralidade de participantes associados no curso da ação<sup>18</sup>.

Na teoria ator-rede, como apontado por John Law (1992), nada/ninguém age isoladamente, o agente é sempre aquilo/quem participa de uma série de combinações envolvendo objetos, processos e atores humanos, por isso o agente é sempre uma rede e a própria rede pode ser agente. Quando falamos em rede sociotécnica, não estamos nos referin-

<sup>18</sup> “O actante pode ser concebido como aquele que realiza ou sofre o ato, independentemente de qualquer outra determinação. [...] O conceito de actante substitui com vantagem, mormente na semiótica literária, o termo personagem [...] visto que cobre não só seres humanos, mas também animais, objetos e conceitos.” (GREIMAS; COURTES, 1994, p. 12, 13).

do apenas àquilo que transporta informação (intacta), ou seja, um intermediário. Na cibercultura, a rede sociotécnica não deve ser confundida com a rede da internet: ela não é mero contexto no qual ocorrem ações humanas. Descrever uma rede sociotécnica implica descrever os fluxos, agenciamentos internos. Nas palavras de Law (1992):

Se os seres humanos formam uma rede social não é porque eles interagem com outros seres humanos. É porque eles interagem com os seres humanos e infinitas outras matérias também. E assim como os seres humanos têm suas preferências – eles preferem interagir de certa forma, em vez de outras –, assim também o fazem os outros materiais que compõem as redes heterogêneas do social. Máquinas, construções, roupas, textos – contribuem para a modelagem do social. E – esse é meu ponto – se estes materiais desaparecessem, então também o mesmo aconteceria com o que chamamos às vezes de ordem social. A teoria ator-rede afirma, então, que essa ordem é um efeito gerado por meios heterogêneos.

Assim, o nosso segundo eixo crítico, que chamamos num primeiro momento de “repopoamento”, não pode ser reduzido a uma simples tarefa de inclusão, mas o reconhecimento do caráter relacional, contingente e composto de todos os elementos que tecem o tecido social.

## O CARÁTER PRODUTIVO DA DESCRIÇÃO

Por fim, trazemos o terceiro eixo da nossa crítica à etnografia virtual, que é a descrição como explicação. A ideia de uma descrição explicativa está diretamente relacionada com o modo como concebemos os dois eixos anteriores, aos quais se soma a reflexividade na etnografia. Após os anos de 1980-1990, a reflexividade tornou-se uma das questões centrais para a etnografia. Referimos fundamentalmente à ideia de problematizar a presença do observador em campo. Em termos mais contemporâneos, a formulação mais adequada nos parece ser aquela de Paul Rabinow (2007) sobre o observar observadores observando. Para o nosso debate, o texto de Rabinow pode ser interessante para repensarmos a separação implícita na prática etnográfica entre três elementos: um ambiente no qual se dá o fluxo da ação, uma perspectiva de observação do etnógrafo, e o referente, seu objeto.

Como dito desde o início, hoje concebemos nossos objetos como

contingentes e relacionais. É partir da contingência da observação, e, portanto, da etnografia, que colocamos em pauta uma observação de segunda ordem (“observar o observador observando”). Evidentemente, não se trata de uma perspectiva privilegiada, que vê a si mesma e ao mundo, mas do que um segundo observador que observa a observação, e procura identificar as escolhas feitas pelo primeiro observador. Ou seja, para o segundo observador, o sistema observador – ambiente criado pelo primeiro seriam o seu referente<sup>19</sup>. Um segundo observador humano ou um dispositivo que registra a observação, ou mesmo um arquivo de *log* ou representações de fluxos e conexões que se formam com a ação que estamos descrevendo. Temos aí uma pista interessante e que oferece múltiplas estratégias para o trabalho de campo no ciberespaço.

A questão colocada por Rabinow é relevante e nos indaga sobre o modo reflexivo da prática antropológica, que parte de uma definição da etnografia que toma o sujeito observador como centro da descrição. Uma definição da etnografia nesta perspectiva poderia ser enunciada nos seguintes termos: “A etnografia [...] é uma prática peculiar de representar a realidade social de outros através da análise da experiência própria no mundo daqueles outros” (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995, p. 10). Porém, sem pretender reduzir o debate, nos limites da nossa argumentação, diríamos que, apesar da pertinência das colocações de Rabinow, não deixamos de pensar que ela pressupõe um modo de conceber e fazer antropologia estritamente focado no observador.

Assim, coerentemente com o debate do item anterior (“repovoamento”), somos levados a nos perguntar se a “observação do observador observando” equaciona adequadamente a questão da metáfora do olhar. E se a distinção entre ambiente, observador e referente é compatível com a abordagem sociotécnica. Sem termos uma resposta final para essas indagações, propomos uma breve incursão na agenda atual da antropologia, a partir das reflexões de Roy Wagner (2010) sobre a “invenção da cultura” e suas implicações para a prática etnográfica. Esperamos assim poder mostrar que a questão do observador e da exte-

<sup>19</sup> O que, em certa medida, já ocorre na própria análise do diário de campo como simulacro da experiência de campo.

rioridade é mais complexa do que o desenho anterior parecia pressupor. Para explicar este argumento, tomaremos como base os questionamentos de Wagner sobre o trabalho de tornar visível a cultura e o modo como inventamos a cultura, os quais não podem nos deixar indiferentes em relação ao lugar da etnografia e do próprio trabalho de campo.

A despeito de tudo o que possam ter-lhe dito sobre o trabalho de campo, a despeito de todas as descrições de outras culturas e de experiências de outros pesquisadores que ele possa ter lido, o antropólogo que chega pela primeira vez em campo tende a sentir-se solitário e desamparado. Ele pode ou não saber algo sobre as pessoas que veio estudar, pode até ser capaz de falar sua língua, mas permanece o fato de que como pessoa ele tem de começar do zero. É como uma pessoa, então como um participante, que começa sua invenção da cultura estudada. Ele até agora experimentou a “cultura” como uma abstração acadêmica, uma coisa supostamente tão diversa e multifacetada, e no entanto monolítica, que se torna difícil apoderar-se dela ou visualizá-la. (WAGNER, 2010, p. 31)

De acordo com Wagner, o exercício de pensar a invenção da cultura pelo antropólogo passa por uma reflexão séria e desestabilizadora da forma “moderna” de pensarmos a prática e o estatuto da etnografia. O trabalho de campo seria uma experiência criativa e passaria a ser efetivamente vista como um trabalho, pois ela produz a “cultura”, ou melhor a “inventa”:

“[...] poderíamos dizer que um antropólogo “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, que a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais ‘real’ do que as coisas que ela ‘relaciona’.” (WAGNER, 2010, p. 30)

Se concordarmos com Wagner sobre o trabalho de campo como um modo de tornar a cultura visível, pelo “choque cultural”, no processo de o antropólogo se submeter a situações não planejadas ou controladas, a etnografia perde completamente o caráter especular, que – é sempre bom lembrar – estava sendo questionada desde os anos de 1980. A escrita etnográfica passa a ser entendida como uma parte fundamental do processo de objetificação da cultura, e a etnografia é um modo particular de experimentar a diferença cultural e expressá-la. Em resumo, se bem compreendemos as colocações de Wagner, a questão da reflexividade do analista ganha um novo lugar.

O exercício de reflexividade em questão não se reduz, então, a um problema de

escrita etnográfica, tal como encara a literatura pós-moderna em antropologia, mas estende seu alcance de problematização ao contexto da experiência etnográfica como forma de neutralizar os efeitos de oposição entre “experimentar lá” e “escrever aqui”. (BENITES, 2007, p. 117)

Voltando ao início do argumento sobre a etnografia no ciberespaço, diríamos que embora seja um objeto central nos estudos da cibercultura, ela não é entendida de modo homogêneo no campo. Porém, parece que agora fica mais claro que há um conjunto de questões centrais para a antropologia contemporânea que ainda não repercutiram no campo específico dos estudos da cibercultura. Aliás, não seria exagerado afirmar que muitas vezes a etnografia virtual é acionada nas pesquisas exatamente pelo hiato aberto pela ideia de que ela está marcada por uma fluidez e pela “falta de receitas” (HINE, 2004a, p. 23)<sup>20</sup>.

Trazer a etnografia para o centro dos estudos da cibercultura sempre foi o horizonte analítico do GrupCiber. Sabemos, pelas experiências das pesquisas empíricas realizadas ao longo de quase vinte anos, que a pressuposta “fluidez” abriu importantes possibilidades de pesquisa neste campo e, por essa mesma razão, não pretendemos refutar a potência da etnografia virtual que já está bem assentada. Nosso objetivo resume-se a trazer para o debate as contribuições da teoria ator-rede, destacando as possibilidades analíticas que se desenharam para a pesquisa da cibercultura.

É curioso observar que em face da “fluidez” – corretamente apontada por Hine – a teoria ator-rede não oferece uma guarita metodológica, mas apenas a “incerteza da escrita” (LATOURET, 2008). Para compreendermos o alcance do lugar da escrita e da descrição na teoria ator-rede, será necessário recorrer a um conjunto de seus pressupostos. Em primeiro lugar, lembremos que o “social”, tomado como entidade já

<sup>20</sup> A “fluidez” imaginada confronta-se com certo, digamos, apego à etnografia, que vai além do caráter “metodológico”; ela se torna um misterioso objeto de uma prática que é reproduzida por essa mesma prática. Num texto instigante, escrito a partir de entrevistas com etnógrafos e intitulado provocadoramente “I am a fieldnote”, Jean Jackson (1992, p. 33) afirma: “Argumentei que as opiniões dos antropólogos e seus sentimentos em relação às notas de campo podem nos dizer muito sobre a atividade antropológica”, e sobre a ambivalência que os etnógrafos mantêm com o trabalho de campo, como uma “versão da terra prometida e uma prova de fogo”.

dada para a análise é antes de tudo um social estabilizado, o qual pode funcionar como uma totalidade explicativa ou interpretativa, passando de objeto da análise para elemento explicativo/interpretativo. Assim, na teoria ator-rede, como afirma Latour, a própria constituição de grupos é antes de tudo o resultado do trabalho dos analistas e dos sujeitos, eles mesmos no curso da sua ação:

O delineamento dos grupos não é apenas uma das ocupações dos cientistas sociais, mas também uma tarefa permanente dos próprios atores. Os atores fazem a sociologia para os sociólogos e os sociólogos aprendem com os atores que compõem seu conjunto de associações. (LATOURE, 2008, p. 54)

Porém, no campo de pesquisa específico da cibercultura, diríamos que a complexidade da afirmação latouriana reside em a cibercultura ser ao mesmo tempo aquilo que queremos explicar e o que usamos para explicar. Se, como vimos anteriormente, o agente é sempre uma rede, a etnografia no ciberespaço seria antes de tudo uma operação cujo objetivo é rastrear a formação de redes. O que nos termos de Bruno Latour seria a atividade própria da teoria ator-rede, ou seja, escrever uma narrativa ou descrição na qual

[...] todos os atores fazem algo e não estão limitados a permanecer parados. Em vez de apenas transportar efeitos, sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode tornar-se uma bifurcação, um evento ou a origem de uma nova tradução. Quando se trata os atores não como intermediários, mas como media-dores, fazemos os movimentos sociais visíveis para o leitor. Assim, através de muitas invenções textuais, o social pode voltar a ser uma entidade em circulação, que não esteja antecipadamente composta de um agregado estático do que ocorreu antes de ser parte da sociedade. (LATOURE, 2008, p. 187)

Pode ser útil, para refletirmos sobre a descrição na abordagem sociotécnica, lembrarmos-nos de que não se trata de opor descrição e explicação, já amplamente comentada por Clifford (1998), mas de tomar a descrição como uma atividade que não precisa ser complementada por uma explicação, e, se parecer necessário, é porque ela ainda não foi suficientemente estendida para englobar a própria explicação. Em *Reensamblar lo social*, Latour enfatiza que devemos estar atentos para as situações em que a própria explicação tornou-se um elemento estabilizado e os agentes cumprem plenamente papéis determinados. Em tal perspectiva, o objetivo da descrição seria identificar os fluxos em que se dá a

ação, a emergência de agentes (redes), os deslocamentos etc. Ou como “didaticamente” afirma Latour (2008, p. 212-213):

O que se entende por “explicação social” na maioria das vezes? Adicionar um outro ator para dar aos atores já descritos, a energia necessária para agir. Mas se você precisa adicioná-lo, então a rede não estava completa. E se os atores já reunidos não têm energia suficiente para agir, então não são “atores” mas apenas meros intermediários [...].

De forma sintética, podemos afirmar então que a descrição seria a operação de mostrar os rastros deixados pelos agentes (actantes) no curso da sua ação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das questões levantadas, nesse primeiro mapeamento, está longe de estar satisfatoriamente abordado. No entanto, nos estudos da cibercultura não há como negar que estamos sendo confrontados a muitas e múltiplas dificuldades e é difícil fazer face a todas elas ao mesmo tempo. Somos construtores de “dados”, “testemunhas confiáveis”, o social é um compósito e as conexões estabilizadas são “caixas-pretas” que abrimos, tornando visíveis operações e elementos para compor as nossas descrições. Os elementos do mundo já não cabem nas categorias do “social” previamente estabelecido, mas estão num quadro de permanente inovação, e os entes que povoam o mundo que pretendemos descrever são “ciborgues” no sentido de Donna Haraway (2000). Além do mais, a escrita etnográfica poderia ser considerada como o nosso laboratório através do qual exercemos nosso poder criador.

No entanto, apesar das dificuldades, o conjunto deve ser encarado como tal. Uma primeira chave para enfrentarmos o cenário entrevisto no presente ensaio seria pensá-lo de modo interativo e não parceladamente. Nenhuma resposta isolada pode dar conta da complexidade, que deve ser transversal às questões colocadas. Podemos seguir a argumentação de Marilyn Strathern e sua visão englobante:

[...] a antropologia contemporânea opera criticamente com os termos “sociedade” e “cultura”, que seriam epifenômenos, “metáforas úteis” e estruturantes do discurso científico, e que eles implicam em modos de pensar que traduzem

uma metafísica, a nossa própria cultura, a cultura da antropologia (Strathern, 2006, p. 39). Tal metafísica, invisível na nossa prática de pesquisa, seleciona e organiza o que deve ser observado e relatado. Assim, de-fendi que conhecer os elementos de base dessa metafísica seria tomar consciência dos limites do nosso lugar de produtores de discursos e do lugar que ocupam nossos discursos frente a outros. (RIFIOTIS, 2012, p. 573)

Para finalizar, considerando que a cibercultura está completamente atravessada pela técnica e que está marcada permanentemente por inovações, no trabalho antropológico ela se apresenta como uma estabilização que passa a compor o quadro dos elementos a serem rastreados/descritos. De uma perspectiva mais geral, diremos que as situações em que proliferam inovações, em que são incertas as fronteiras entre grupos, nas quais flutuam a variedade de entidades, como diria Latour (2008, p. 27), em tais situações “a sociologia já não é capaz de rastrear novas associações dos atores”. Por essas razões, a noção chave que abre caminhos para a superação das dicotomias clássicas entre sujeito e objeto, social e técnica, é a noção de redes socio-técnicas. Por meio dela, a própria rede deixa de ser exclusivamente algo que é “usado” por humanos, ou um mero contexto para a ação humana, afinal, no curso de cada ação, a rede pode tanto ser o contexto no interior do qual certas relações se produzem, quanto um mediador que transforma relações e possibilita a emergência de sujeitos. Seria importante aqui recorrer novamente à Marilyn Strathern quando ela retoma o trabalho de Latour para discutir a noção de rede.

As “redes” (a análise de redes convencional) existem há muito tempo, mas agora temos uma nova espécie de “redes” (na teoria ator-rede).

[...] O conceito de rede convoca os rendilha-dos de elementos heterogêneos que constituem objetos, eventos ou séries de circunstâncias como esses, unidos pelas interações sociais: é, em suma, um híbrido imaginado em estado socialmente estendido. (STRATHERN 2014, p. 301- 302)

Desse modo, arriscando uma formulação mais geral, diríamos que entendemos que o foco etno-gráfico deixa de ser os sujeitos humanos como totalidades já dadas de antemão e passa a ser a ação, os agenciamentos, incluindo-se todos os partícipes (actantes) que atuam no seu curso.

Enfatizamos uma vez mais que apenas pretendíamos compartilhar inquietações sobre a pesquisa etno-gráfica no ciberespaço. Destacamos finalmente que a descrição (se ainda precisamos chamar de etnográfica, por tradição, ou contando com a generosidade da própria etnografia em acolher mais estas questões) será a descrição de como algo/alguém faz algo/alguém fazer. O “social” e a “cultura” deixam de ser considerados exclusivamente como um estado de coisas ou um do-mínio específico, podendo ser o produto de conexões ou a sua origem. Numa tal definição performativa do social, “descrever” se assemelha a “explicar”. A descrição poderia ser entendida como escrita que produz uma visibilidade singular de fluxos, mostrando a pluralidade e hibridização dos agentes em ação. Descrever é criar “relatos arriscados”, nos termos de Latour, através dos quais mostramos como cada actante faz com que outros actantes façam coisas inesperadas. O texto é, portanto, um laboratório em que são relatados os experimentos e as transformações observadas no curso da ação que compõem um fluxo, uma série de conexões que tecem aquilo que delas emerge como social. E onossodebatetorna-se então consciente de que não se trata de simples problemas etnográficos a serem superados, mas de um jogo entre políticas etnográficas.

## REFERÊNCIAS

BENITES, Luiz Felipe Rocha. Cultura e reversibilidade: breve reflexão sobre abordagem 'inventiva' de Roy Wagner. **Campos**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 117-130, 2007.

BOYER, Dominic. From media anthropology to the anthropology of mediation. *In*: FAR-DON, R. *et al.* (Ed.). **The SAGE handbook of social anthropology**. Londres: Sage, 2012, p. 383-392. Disponível em:

<[http://anthropology.rice.edu/uploadedFiles/People/Faculty\\_and\\_Staff\\_Profiles/Boyer\\_Documents/Sage%252520media%252520anthropology.pdf](http://anthropology.rice.edu/uploadedFiles/People/Faculty_and_Staff_Profiles/Boyer_Documents/Sage%252520media%252520anthropology.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

\_\_\_\_\_. After Writing culture. **American Anthropologist**, [S.l.], v. 101, n. 3, p. 643-645, 1999.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **Writing culture**: the poetics and politics of ethno-graphy. Berkley: University of California Press, 1986.

EMERSON, Robert; FRETZ, Rachel; SHAW, Linda. **Writing ethnographic fieldnotes**. Chicago/Londres. The Chicago University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Welcome to cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 211-231, 1994.

GOODMAN, Nelson. The way the world is. *In*: \_\_\_\_\_. **Problems and projects**. Indianapolis; New York: The Bobbs-Merrill Company, 1972.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1976.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo, Cultrix, 1994.

GUIMARÃES JR., Mário José Lopes. Sociabilidade e tecnologia no ciberespaço. *In*: RIFLOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. p. 47-70.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: SILVA, Thomás Tadeu (Ed.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 36-129.

HINE, Cristine. **Etnografia virtual**. Barcelona: UOC, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Virtual ethnography revisited**. [2014b]. Disponível em: <[http://www.restore.ac.uk/orm/background/exploringorms/rmf\\_hine\\_outline.pdf](http://www.restore.ac.uk/orm/background/exploringorms/rmf_hine_outline.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

JACKSON, Jean E. I am a fieldnote: fieldnotes as a symbol of professional identity. *In*: SANJEK, Roger (Ed.). **The makings of anthropology**. Ithaca: Cornell University Press, 1990. p. 3-33.

JAMES, Allison; HOCKEY, Jenny; DAWSON, Andrew. **After writing culture**: epistemology and praxis in contemporary anthropology. Londres; Nova York: Routledge, 1997.

LATOURE, Bruno. Une sociologie sans objets? Remarques sur l'interobjectivité. *Revue Sociologie du travail*, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 587-607, 1994.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: Edusc, 2002.

\_\_\_\_\_. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern". *Critical Inquiry*, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 25-248, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. Notes on the theory of actor--network: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practice*, [S.L.], v. 5, p. 379-393, 1992.

LEE, Nick; BROWN, Steve. La alteridad y el actor-red: el continente no descubierto. *In*: DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, Francisco José (Comp.). **Sociologia simétrica**: ensayos sobre ciencia, tecno-logía y sociedad. Barcelona: Gedisa Editorial, 1998. p. 219-248.

MAUSS, Marcel. **Manuel d'ethnographie**. Paris, Éditions Sociales, 1967.

\_\_\_\_\_. As relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. *In*: \_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/Edusp, 1974. v. 1.

MAXIMO, Maria Elisa *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. *In*: MALDONADO, Efendy *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: Unidavi; Natal: EdUFRN, 2012. p. 293-319.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília, DF: Tempo Brasileiro, 2000.

PEIRANO, Mariza G. S. A favor da etnografia. *Série Antropologia*, [S.L.], v. 130, p. 1-21, 1992.

RABINOW, Paul. Anthropological observation and self-formation. BIEHL, João *et al.* (Org.). **Subjectivity**: ethnographic investigations. Berkeley: University of California Press, 2007. p. 98-118.

RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. **Antropologia em Primeira Mão**, [S.L.], v. 51, p. 1-19, 2002.

\_\_\_\_\_. Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. *In*: RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no**

**ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. p. 15-27.

\_\_\_\_\_. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. Civitas: **Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v.12, p. 566-578, 2012.

RIFIOTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria Elisa; CRUZ, Fernanda Guimarães. Diálogos metodológicos entre antropologia y comunicación en la investigación de las formas de apropiación de centros público se acceso a la internet. In: MALDONADO, Efendy *et al.* (Org.). **Metodologías transformadoras**: tejiendo la red en comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Cepap, Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, 2009. p. 147-175.

\_\_\_\_\_. Diálogos de frontera: volviendo a pensar en las redes socio-técnicas a partir de ex-periencias etnográficas en lan houses. In: MALDONADO, Efendy *et al.* (Org.). **La investigación de la comunicación en América Latina**. Quito: Fondo Editorial Facso-UCE, 2009. p. 169-195.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa da cibercultura. In: MALDONADO, Efendy; BARRETO, Virgínia; LACERDA, Juciano (Org.). **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa: Editora da UFPB; Natal: Editora da UFRN, 2012. p. 221-245.

SAYES, Edwin. Actor-network theory and methodology: just what does it mean to say that nonhumans have agency? **Social Studies of Science**, [S.L.], v. 44, n. 1, p. 134-149, 2013.

SEGATA, Jean. Entre agentes: a ANT, a antropologia e o ciberespaço. **Rastros**, [S.L.], v 2, p. 78-92, 2009.

\_\_\_\_\_. A inventividade da rede. **Rastros**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 139-149, 2013.

STRATHERN, Marilyn. Cutting the network. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 517-535, 1996.

\_\_\_\_\_. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. Cortando a rede. In: \_\_\_\_\_. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 295-319.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, [S.L.], v. 8, p. 1, p. 113-148, 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.



## Capítulo 6

# REVISITANDO O FLORESTA DIGITAL: NOTAS SOBRE O ESFORÇO DE UMA DESCRIÇÃO SOCIOTÉCNICA

**Dalila Floriani Petry**

“Semeou minha alma de dúvida. Porque se apenas a intuição do individual é justa, o fato que causas do mesmo gênero tenham efeitos do mesmo gênero é proposição difícil de provar. Um mesmo corpo pode ser frio ou quente, doce ou amargo, úmido ou seco, num lugar – e num outro não. Como posso descobrir a ligação universal que torna ordenadas as coisas se não posso mover um dedo sem criar uma infinidade de outros entes, uma vez que com tal movimento mudam todas as relações de posição entre meu dedo e todos os demais objetos? As relações são modos pelos quais a minha mente percebe a relação entre os entes singulares, mas qual é a garantia de que esse modo seja universal e estável?”

**(Umberto Eco, 1983, p. 241)**

Esse trabalho se apresenta como um esforço de sistematização das reflexões teórico-metodológicas e das tentativas de produzir descrições sociotécnicas ao longo do trabalho de pesquisa realizado para o mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (FLORIANI PETRY, 2013)<sup>1</sup> que procurou descrever

<sup>1</sup> Sob orientação do professor Dr. Theophilos Rifiotis e em conjunto com as discussões desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia – GrupCiber, UFSC, o qual integro desde 2009.

uma política pública de inclusão digital do Estado do Acre. Trata-se do “Floresta Digital”, um programa que oferece, de várias maneiras, internet gratuita para a população. Uma das principais especificidades desse programa é ser uma política pública que tem alcance – ao menos em um dos seus eixos – de 100% das cidades do estado, inclusive nos quatro municípios apontados como isolados<sup>2</sup>.

O Programa Floresta Digital estrutura-se como uma política pública e define como seu objetivo central a *inclusão social e digital* da população do estado do Acre. A principal linha de atuação do Floresta Digital é a disponibilização de internet gratuita para os cidadãos. O programa oferece acesso à internet a partir de três eixos: telecentros, sinal de internet para acesso residencial e sinal de internet *Wi-Fi* em locais públicos<sup>3</sup>. Nas diretrizes que orientam o Floresta Digital e a partir das falas de muitos dos envolvidos diretamente com o programa – gestores e beneficiários – a *inclusão digital* é considerada, necessariamente, parte fundamental da *inclusão social*. Na compreensão geral dos aspectos básicos de cidadania, a inclusão digital é tida como um direito fundamental e, muitas vezes, considerado até como direito inalienável. Ser *digitalmente incluído* figura como condição *sine qua non* para ser considerado um cidadão pleno de direitos no século XXI<sup>4</sup>.

Há, no Brasil, um amplo conjunto de diretrizes, investimentos e ações por parte da administração pública que tem como objetivo

<sup>2</sup> Por municípios isolados, o Governo do Estado do Acre entende aqueles que só podem ser acessados por via fluvial ou aérea, sem ligação rodoviária.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o programa, remeto ao *site* institucional: <<http://www.florestadigital.acre.gov.br/wps/portal/florestadigital/florestadigital/o-floresta-digital>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

<sup>4</sup> Relacionado diretamente ao 5º direito constitucional que determina que todos são iguais perante a lei e, mais especificadamente, ao § IX que afirma ser "livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

<sup>5</sup> Dentre eles, destaco o programa de âmbito federal, GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de atendimento ao Cidadão <[www.gesac.gov.br](http://www.gesac.gov.br)>, ligado ao Ministério das Comunicações e que oferece conexão de internet via satélite e terrestre a telecentros, sobretudo para comunidades em estado de vulnerabilidade social; e o PNBL – Programa Nacional de Banda Larga – Brasil Conectado, disponível em <[www.planalto.gov.br/brasilconectado](http://www.planalto.gov.br/brasilconectado)>, criado pelo Governo Federal com objetivo de ampliar o acesso à internet em banda larga no país. Essas políticas atuam, principalmente, a partir de parcerias com governos estaduais ou municipais que gerenciam políticas locais de *inclusão digital*.

central promover a *inclusão digital* no país<sup>5</sup>. Tal objetivo integra diversas pautas de agendas políticas, de modo que o Floresta Digital não é uma política pública para a inclusão digital isolada, ao contrário, há todo um contexto – complexo e dinâmico – que é também mediador nas associações do programa e faz com que o Floresta Digital *se faça e se coloque em ação* também a partir dele.

O objetivo central da pesquisa que realizei ao longo do mestrado era produzir uma descrição *sociotécnica* do Floresta Digital, a fim de evidenciar, nos seus processos, os coletivos que são associados e os atores (humanos e não humanos) mobilizados para esse programa colocar-se *em ação*. As descrições foram desenvolvidas, sobretudo, a partir de um trabalho de campo no estado do Acre, na capital, Rio Branco, e em alguns municípios do interior.

O desafio de descrever uma política pública *em ação* envolve uma série de reflexões e posturas teórico-metodológicas acerca do desenvolvimento do trabalho de campo e, sobretudo, da escrita. Tais questões, que integram de modo profícuo as discussões do GrupCiber nos últimos anos, estão ligadas à experimentação de textos que descrevam e que tornem aparentes as múltiplas agências e atores ao longo das ações. Nesse artigo, ao revisitar o texto da dissertação, procuro refletir o desenvolvimento do meu trabalho, apresentando as perspectivas teórico-metodológicas que me orientaram. Procuro também apresentar uma discussão sobre a dimensão autor-reflexiva da escrita, fazendo uma espécie de autocrítica do texto da minha dissertação ao pensar nos limites e nas dificuldades da produção de um relato que se pretende sociotécnico. Por fim, também procuro descrever algumas questões acerca do Floresta Digital que identifiquei como *controvérsias*. Não necessariamente nessa ordem.

## DA [CONTROVÉRS(I)A] INCLUSÃO

“Porque hoje em dia, se você não tem internet você não anda com o mundo. Você não anda”.

(Moradora do interior do município de Plácido de Castro no Acre ao se referir ao Floresta Digital, programa estadual de inclusão digital)

Ao pensar o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre uma política pública de inclusão digital inspirado em alguns preceitos teórico-metodológicos da Teoria Ator-Rede<sup>6</sup> foi preciso, necessariamente, considerar e descrever a inclusão digital como parte fundamental do trabalho. Tal dimensão, que parece óbvia, foi prevista em todas as reflexões anteriores à realização do trabalho de campo.

Entretanto, o que eu não havia podido prever era a intensidade com que as questões relativas à inclusão digital iriam emergir ao longo do campo. E além da intensidade, não havia antevisto que essas questões estariam muito mais presentes do que o fato de estar desenvolvendo uma pesquisa sobre um projeto de inclusão digital de um governo estadual. A inclusão digital e, mais especificadamente, a *necessidade* de inclusão digital mostrou-se muito presente nas falas e avaliações de inúmeros beneficiários dessa política pública, sobretudo no sentido de entender a *inclusão digital* como parte integrante – e fundamental – da *inclusão social*. Tal dimensão fica evidenciada nos termos apresentados pela fala – apresentada acima – de uma senhora, moradora de um município do interior do Acre, que acabara de ganhar do seu filho o seu primeiro computador e começaria a acessar a internet dentro de alguns dias.

Nas últimas décadas, os meios de comunicação, sistemas de gerenciamento e armazenamento de dados, trâmites burocráticos, transações econômicas etc. tem se transformado de maneira intensiva a partir de incontáveis inovações das telecomunicações, sobretudo a partir da popularização da internet (CASTELLS, 1999; LÉVY, 2003; 2009; TURKLE, 1995). Arturo Escobar (2005, p. 15, tradução nossa), já no

<sup>6</sup> A Teoria Ator-Rede é apresentada em inúmeros livros e artigos. Opto por fazer referência aqui à *Reagregando o Social*, de Bruno Latour (2012b), por configurar um esforço de sistematização e introdução aos principais pressupostos da TAR.

ano de 1994, apresenta uma revisão das classes de análise que estavam sendo desenvolvidas sobre o impacto e o uso de novas tecnologias a fim de articular uma “antropologia da cibercultura”, ao afirmar que,

Atualmente, estão acontecendo mudanças consideráveis tanto na natureza da tecnologia como na maneira pela qual a compreendemos. A informação computadorizada e as biotecnologias estão produzindo uma transformação fundamental na estrutura e no significado da cultura e da sociedade moderna.

Dentre as possibilidades técnicas do campo das telecomunicações, a que tem maior destaque é a internet, sem dúvida alguma. Tanto que podemos pensar em novas configurações de sujeitos que se definem a partir do acesso (ou da disponibilidade de acesso) à internet. Há, para muitos de nós, a *necessidade* de estarmos conectados por grande parte do tempo. Hoje, um computador (ou, muitas vezes, um *tablet* ou um celular) sem acesso à internet é um dispositivo obsoleto e que transmite a sensação de um esvaziamento do seu sentido. Podemos, assim, afirmar que hoje não vemos simplesmente o computador, mas a conexão. Até mesmo podemos – a partir da discussão que Donna Haraway (2009, p. 36) apresenta do ciborgue como “[...] um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção [...]” – pensar que a extensão do humano nos dispositivos de conexão com a internet forma híbridos, novos conjuntos de coletivos e associações. A nossa inteligência e as nossas identidades estariam assim, de vários modos, estendidas a esses dispositivos e à internet<sup>7</sup>.

Apesar de apresentar as circunstâncias acima a partir de afirmações muito amplas, é certo que não se trata de uma realidade generalizada, uma vez que, e obviamente, as experiências são plurais. No entanto, o que podemos destacar é que há uma espécie de *necessidade* de estar conectado, de se integrar à *era digital*.

Essa *necessidade* de se integrar ao mundo globalizado também fica evidente em uma definição que o próprio Floresta Digital apresenta em seu *site* oficial,

<sup>7</sup> Destaca-se aqui uma percepção da internet que não pressuponha a dicotomia *on-line/off-line*, mas que a perceba a partir de uma perspectiva mais ampla, no sentido de não se limitar à condição de estar ou não conectado. Uma vez que não é preciso, necessariamente, estar conectado à internet para *agir*, produzir associações. Pode-se pensar, para ilustrar tal concepção, nas possibilidades de respostas automáticas de *e-mails*, por exemplo.

Um projeto estadual de acesso à Internet em banda larga utilizando conexão sem fio baseada em uma rede de dados provida pelo Governo do Acre destinada para implementação de ações públicas de inclusão social, inclusão digital e modernização da gestão pública. Assim, governo e cidadão passam a ter uma rede de comunicação de dados, voz e imagem em alta velocidade. É o Acre cada vez mais se inserindo na sociedade global da informação<sup>8</sup>.

Essa *necessidade*, reproduzida nos discursos das pessoas envolvidas com o Floresta Digital e também nas diretrizes de atuação que o programa se coloca, reforça a dimensão do *isolamento*. Há uma sensação de *isolamento* em relação ao restante do país, ou mesmo do mundo, que está relacionado com a localização geográfica, política e econômica do estado do Acre. No entanto, o que percebi como dimensão mais evidente no discurso do *isolamento* foi, justamente, a (im)possibilidade de conexão e acesso à internet. Estar desconectado ou, sobretudo, não ter a possibilidade de conexão à internet é como estar condenado ao *isolamento*, estar *excluído*.

A *necessidade* de acesso à internet e de integrar o *mundo globalizado* pode ser refletida como uma controvérsia que diz muitas coisas sobre o contemporâneo. Há muitas questões que não estão totalmente estabilizadas, assim como novas configurações de coletivos e agenciamentos que são constantemente associados, levando a novas hibridizações e modos de atuar<sup>9</sup> no mundo. E a partir da controvérsia da *necessidade* de conexão para superar condições de *isolamento* muitas ações são engendradas (bem como muitos dispositivos são disponibilizados no mercado), a fim de proporcionar o acesso. Dentre as muitas ações que consideram essa controvérsia, há um conjunto de esforços e investimentos institucionais do governo, sendo grande parte a partir de políticas públicas de *inclusão* – social e digital.

É nesse ínterim que, nos últimos anos, no conjunto das políticas públicas de *inclusão social*, a *inclusão digital* vem ganhando atenção, projetos e investimentos. Ao mesmo tempo em que grupos sociais plurais reivindicam o acesso à internet como um direito básico dos cidadãos. O que desperta o interesse em pesquisas que descrevam

<sup>8</sup> Definição apresentada no site institucional do programa.  
<<http://www.florestadigital.acre.gov.br>>. Acesso: 18 jul. 2011.

<sup>9</sup> O verbo atuar aqui está sendo empregado no sentido de destacar uma atuação de atores tanto humanos quanto não humanos.

experiências de inclusão digital, percepções e discursos sobre elas, os modos como elas se colocam *em ação*.

Perceber políticas públicas de inclusão digital colocadas *em ação* tem sentido aqui a partir da discussão proposta por Bruno Latour (2008, p. 209) de que “[...] a ação é uma das propriedades das entidades associadas [...]”, já que a ideia é rastrear e descrever como os atores se associam, o que eles fazem, quais são suas ações. É importante destacar que a partir das perspectivas da Teoria Ator-Rede (TAR), o significado de ator (e de agência) foi ampliado. A ação deixa de ser considerada antropocentricamente, ela é estendida aos outros entes que povoam o mundo. Mais especificadamente, um ente (humano ou não humano) pode ser considerado ator, ou actante<sup>10</sup>, quando age, quando produz diferenças, efeitos. Ou seja, um ente pode ser ator em um determinado momento e, em outros, não. O que constitui o ator é ação, ele não existe como repertório, ele existe no repertório das ações. Tommaso Venturini (2008b, p. 4, tradução nossa) apresenta uma sistematização consistente do conceito de ator para Latour,

[...] um ator é aquele que no léxico semiótico é conhecido como “actante”, isto é, qualquer entidade que realiza um ação. Tal definição, deliberadamente tautológica, é frequentemente acompanhada de um teste prático: um elemento é um ator em uma controvérsia se a sua presença ou ausência produz uma diferença no desenrolar da ação coletiva. O que quer que faça diferença é um ator, seja um ser humano, um elemento natural, um artefato tecnológico, um órgão institucional, uma norma jurídica, uma noção teórica, uma entidade metafísica ou outros ainda. Essa extensão radical da definição de ator é um dos pontos mais originais (mas também mais contestados) do pensamento latouriano. Ao romper bruscamente com a tradição das ciências humanas, a sociologia de Latour não faz qualquer distinção substancial entre os seres humanos e os seres não humanos. Essa distinção baseia-se essencialmente em um julgamento de ‘intencionalidade’ totalmente alheio à noção semiótica de ‘actante’. A cartografia das controvérsias recusa-se a distinguir entre atores humanos que agem segundo um propósito e entidades não humanas que constituem os meios da ação (e como tais não agem, mas ‘são agidas’). Segundo a teoria da ação de Bruno Latour, cada ação é sempre o resultado da interação entre uma pluralidade de actantes (humanos e não) cada um dotado de uma própria trajetória e de um certo grau de flexibilidade.

A ideia geral que atravessa a dimensão de percebermos também a agência dos atores não humanos é a possibilidade de compreendermos

<sup>10</sup> Muitas vezes, Latour (2008) emprega o termo “actante”, emprestado da semiótica, para deixar clara a inclusão de não humanos na definição.

melhor como os coletivos são constituídos e o que ou quem produz efeito, diferenças ao longo das ações. Nesse sentido, Houdart e Olivier (2011, p. 9, tradução nossa) afirmam que

[...] “repovoar” as ciências humanas e sociais significa aqui colocar na agenda dessas disciplinas o estudo das relações entre humanos e “não humanos”, a exploração dos “papéis” múltiplos dos “não humanos” do ponto de vista dos indivíduos e dos coletivos humanos cuja as ferramentas das ciências humanas e sociais permitem os perceber, e isso porque a compreensão da realidade humana poderia ser tanto melhor se não deixássemos na sombra uma parte tão importante do que consiste essa última.

Ou seja, ao nos atentarmos também para os não humanos que se constituem como atores, ao longo das ações que estamos descrevendo, não deixaremos de lado ações que são, muitas vezes, definidoras e fundamentais ao longo dos arranjos sociais<sup>11</sup>.

Problematizar tais questões é uma tentativa de superação de dicotomias, em direção ao desafio de perceber a produção social a partir da proliferação de híbridos (LATOURE, 2008). Nesse sentido, Latour (2001, p. 222, grifos do autor) destaca que

[...] o jogo não consiste em estender a subjetividade às coisas, tratar os humanos como objetos, tomar máquinas por atores sociais e sim *evitar a todo custo o emprego* da distinção sujeito-objeto ao discutir sobre o entrelaçamento de humanos e não-humanos. O que o novo quadro procura capturar são os movimentos pelos quais um dado coletivo *estende* seu tecido social a *outras* entidades.

Portanto, a partir de uma perspectiva que considera a Teoria Ator-Rede como uma chave fundamental para o desenvolvimento de pesquisas antropológicas, o papel que procurei adotar ao longo do mestrado foi o de desenvolver uma etnografia das associações *em ação*, procurando elucidar os movimentos e considerando os atores como frutos da rede<sup>12</sup> e não como categorias analíticas e ou dualísticas. Nesse sentido, assumi a TAR como uma atitude/maneira de refletir frente à ação<sup>13</sup>, frente aos

<sup>11</sup> Social não é entendido aqui a partir das acepções da sociologia clássica, mas a partir da noção de que o social é conjunto de associações.

<sup>12</sup> O conceito de rede é central para a TAR. No entanto, é importante destacar que ele não faz alusão à ideia de rede ligada à cibernética.

<sup>13</sup> Ou, como muito bem apontou Jean Segata, em sua tese, “[...] o desafio posto pela antropologia que eu escolhi fazer, não é o de identificar quem ou o que é um ator ou mediador, mas quando é. O foco está na associação, nos efeitos, nas contingências ou naquilo que faz fazer na relação”. (SEGATA, 2012, p. 45)

atores. A escolha dessa abordagem se justifica inclusive por possibilitar reflexões importantes acerca do lugar da técnica na análise antropológica. Ou justifica-se ainda, conforme a argumentação que Calávia Sáez (2011) apresenta, pelo fato de a TAR despertar tanto interesse pela possibilidade de fazer de cada rede de atores um objeto novo, e não simplesmente uma manifestação a mais do social.

Assim, identifica-se a produção de novos objetos, além de trazê-los para o debate, justificando a própria existência da antropologia. E é a partir dessas questões que a descrição das controvérsias se apresenta como uma atividade fundamental no desenvolvimento de uma etnografia que se pensa com a TAR, pois, ao se descrever controvérsias, as matérias de trabalho são as ações, os traços e os efeitos nas redes.

## DAS CONTROVÉRSIAS

Podemos considerar as controvérsias como lugares de produção nos quais faltam protocolos. Nas questões controversas não há estabilidade, mas dinamismos, ou seja, os termos de debate não são fixos. As controvérsias são, portanto, associações que modificam suas definições, pois os próprios atores podem mudar a qualquer momento. Para Venturini (2008b, p. 7, tradução nossa),

[...] a utilização do termo “controvérsia” não serve, portanto, a definir um objeto de pesquisa, mas a sugerir uma perspectiva de observação. Estudar os fenômenos sociais como controvérsias significa concentrar a atenção na complexidade e no dinamismo da vida coletiva, ignorando os arranjos e procurando, ao contrário, os pontos de divergência, desacordo e conflito.

Porquanto, perceber as controvérsias e suas descrições também como uma perspectiva de observação é muito profícuo por ajudar a colocar em relevo a complexidade e o dinamismo da vida coletiva, afinal,

[...] as controvérsias sociais apresentam sempre uma característica dinâmica, nada é jamais definitivamente fixo. As alianças, as oposições, os desafios, as definições mesmas dos atores podem mudar a qualquer momento. Nós observamos, por exemplo, frequentemente quais são os nós sociais mais sólidos que se desmoronam subitamente e, ou, quais são as comunidades mais inesperadas que podem emergir entre os atores mais heterogêneos. (VENTURINI, 2008a, p. 3, tradução nossa)

Desse modo, ao perceber questões como controvérsias e procurar descrevê-las como tal, afloram atores e associações que poderiam não aparecer se essa perspectiva não fosse levada em conta. O que procurei desenvolver ao longo do trabalho foi, portanto, descrições de controvérsias a partir de uma dupla abordagem: entender como controvérsia os temas e associações aos quais me dediquei e estruturar a descrição a partir da perspectiva de observação das controvérsias a fim de se concentrar na complexidade e dinamismo da vida social, podendo perceber – e procurando evidenciar – seus múltiplos planos.

A partir de tais perspectivas, o trabalho teve como objetivo central descrever sociotecnicamente as controvérsias do programa Floresta Digital. Ou seja, descrever procurando mostrar as associações, ações dos atores (humanos e não humanos) ao longo das redes. A descrição, como é entendida aqui, pressupõe uma narrativa na qual não seja necessário explicar ou analisar individualmente as associações, pois a descrição em si pode ser explicativa.

O programa Floresta Digital é uma política pública de *inclusão digital* do governo do Acre. O Floresta Digital abrange todo o estado e se define, em seu *site* oficial, como

[...] um serviço público do Governo do Acre que disponibiliza acesso grátis à internet, em banda larga, utilizando conexões sem fio através de torres de rádio espalhadas pelas cidades e interligadas via satélite. Seu principal objetivo é promover a inclusão digital das pessoas, entidades e comunidades que mais necessitam.<sup>14</sup>

O programa se constitui, por um lado, pela oferta de sinal de internet gratuito para a população a partir de três eixos: telecentros, sinal *Wi-Fi* para acesso em locais públicos e possibilidade de acesso residencial à internet para os cidadãos a partir da instalação em suas casas de uma antena com configurações específicas de acesso. Por outro lado, o Floresta Digital se articula como um portal de Educação à Distância, através do qual se oferece cursos para os monitores dos telecentros e para a população em geral. Esses campos de atuação são colocados em ação de modos muito diversos nos diferentes lugares do estado.

<sup>14</sup> Definição apresentada na página inicial do site institucional do programa. <<http://www.florestadigital.acre.gov.br/wps/portal/florestadigital/florestadigital/ofloresta-digital>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

Na autodefinição que o Floresta Digital apresenta, podemos notar que a *inclusão digital* é tida como um objetivo principal. Ao longo de todo trabalho de campo esse propósito era constantemente lembrado, figurando, por conseguinte, discursos, justificativas de investimentos, projetos e sugestões de melhorias – tanto dos gestores do programa, quanto das pessoas consideradas como beneficiárias dessa política pública.

De modo que, ao considerar e perceber a *inclusão digital* como uma controvérsia, o debate se estrutura a partir das descrições de suas ações/produções. Sob o ponto de vista dessa perspectiva, são perceptíveis inúmeros atores que integram os discursos e iniciativas de *inclusão digital* como, por exemplo, os discursos que justificam a *necessidade* de *inclusão*, os investimentos com torres de distribuição de sinal e cabos de fibras óticas, as possibilidades geográficas para instalação dessas estruturas, a disponibilidade de computadores e outros dispositivos para acesso à internet, conhecimentos técnicos para configurações dos dispositivos de acesso etc. Enfim, a partir do trabalho de campo desenvolvido com várias esferas do Floresta Digital, procurei apresentar uma etnografia que descrevesse essa *inclusão digital* (e uma série de outras associações) considerando suas controvérsias.

Há, ainda, um aspecto a destacar acerca da temática aqui desenvolvida. Ao optar por tratar a *inclusão digital* – e demais associações que foram descritas ao longo do trabalho – como controvérsias há, também, o interesse de pensá-las como campo de disputas e tensões de questões atuais que estão em processo de definições e reorganizações. Tal esforço de mapear e de descrever controvérsias pode ser, por consequência, profícuo para se pensar em aspectos do contemporâneo<sup>15</sup>.

O contemporâneo está ligado ao que é do nosso tempo ou, como define Agamben,

[...] a contemporaneidade é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias: mais precisamente, essa é uma relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. (AGAMBEN, 2010, p. 59)

<sup>15</sup> Essa postura de se dispor a pensar aspectos do contemporâneo está ligada com os trabalhos e discussões mais recentes do GrupCiber.

Ou seja, dispor-se a pensar o contemporâneo envolve colocá-lo em suspensão, distanciar-se para produzir reflexões. Contudo, Agamben (2010, p. 72) avança na definição ao afirmar que

[...] o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora.

De tal sorte que se dedicar a pensar aspectos do contemporâneo a partir das perspectivas que tenho me colocado talvez seja procurar pontos de luz, não em um sentido de fornecer explicações esclarecedoras, mas ao contrário, iluminar atores e associações de modo a descrever as interações sociotecnicamente, evidenciando controvérsias.

Prestar-se a tal intento parece-me quase prepotente, mas talvez sempre sejamos um pouco prepotentes ao supor descrever *os outros*. A partir do que assumi como linha de reflexão e articulação do trabalho, entendo ser fundamental assomar que quando focamos em determinados pontos de luz, há muitos outros pontos (controvérsias, atores e associações) que ficam fora do foco. É preciso lembrar que estar no escuro não equivale a não ter existência, mas significa não estar aparente. Com efeito, assumo que a minha tarefa envolveu um grande esforço em rastrear e descrever o máximo possível de atores, mas que, talvez na maioria das vezes, tive pouca habilidade para ver, rastrear e descrever além do que me parecia mais iluminado.

## ESCRITAS DA ESCRITA

Ao escrever um trabalho que procura refletir também sobre a própria escrita, a questão inicial que me coloquei ao iniciar o processo de produção do texto foi, inevitavelmente, como fazê-lo? Como produzir uma etnografia acerca do Floresta Digital e como discutir *inclusão digital*? A elaboração de todo trabalho acadêmico escrito envolve etapas de

planejamento e, sobretudo, decisões sobre o texto a ser produzido.

A organização da escrita pode se dar de incontáveis maneiras ligadas, obviamente, aos métodos de trabalho que se apresentam mais eficientes para cada um. No entanto, é parte essencial da elaboração da escrita o processo de colocar-se questões sobre “como fazer” e, a partir daí, assumir escolhas, privilegiar estilos etc. No decurso do processo de escrita da dissertação, coloquei-me também algumas questões que ultrapassavam as decisões de como escrever, que por si só são resoluções complexas e que exigem um grande investimento de tempo e trabalho. Ao me propor desenvolver uma etnografia inspirada pelas propostas da Teoria Ator Rede, foi preciso considerar outras questões no conjunto de decisões relativas à escrita, ou seja, como produzir uma descrição sociotécnica das controvérsias do Floresta Digital? Como fazer aparecer na escrita os atores (humanos e não humanos) em ação? Como evitar armadilhas descritivas que poderiam levar a uma etapa de análise técnica que se justapusesse ao social<sup>16</sup> ou vice-versa?

A problematização da escrita etnográfica envolve processos epistemológicos que estão intimamente ligados a algumas das discussões mais atuais na antropologia. Desde as discussões ligadas à chamada crise da representação, várias perspectivas teórico-metodológicas passaram a perceber a produção etnográfica sem uma função especular, ou seja, desprendida dos objetivos de alcançar verossimilhança. A escrita etnográfica passa, então, a ser entendida como argumentação, como esforços literários, como construção de narrativas nas quais a seleção e hierarquização dos elementos apresentados tornam-se evidentes. As questões relativas às limitações de focar-se em múltiplos planos na escrita e as dificuldades de se produzir textos polifônicos (CLIFFORD, 1998) passam a integrar as discussões dos próprios textos – muitas vezes de maneira central. Na esteira das discussões epistemológicas relativas à escrita antropológica, outras considerações também passam a integrar muitos dos debates atuais, tal

<sup>16</sup> Cf. a discussão apresentada por Rifiotis de que nos estudos do campo da cibercultura as análises comumente se apresentam a partir de uma justaposição ou do social ou do técnico (RIFIOTIS, 2012).

como a postura de deixar claras as dimensões de que o conhecimento antropológico está ligado aos contextos de sua produção e que há a construção de uma autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1998).

Somada a essas considerações, uma escrita que se pretende sociotécnica tem ainda alguns outros elementos a serem problematizados, como, por exemplo, a pergunta que me coloquei tantas vezes ao produzir o texto: como descrever os atores que estão *em ação*, tanto os humanos quanto os não humanos?

O desafio de uma etnografia que se aspira sociotécnica não é simplesmente afirmar hibridismos e denunciar dualidades, mas rastrear e descrever a produção do social a partir das associações (dinâmicas) dos atores em ação. Embora essa discussão integre parte fundamental do estado da arte da antropologia contemporânea, não há noções ou regras metodológicas estabilizadas. Pelo contrário, a escrita de textos simétricos é, ela mesma, um lugar para experimentação ou, como afirma Latour, é o laboratório do cientista social (LATOURE, 2012b). No livro *Reagregando o Social*, apresentado como uma introdução sistematizada da Teoria Ator-Rede, o autor apresenta a escrita como uma das incertezas da TAR na qual a ideia é “[...] trazer para o primeiro plano o próprio ato de compor relatos [...]” (LATOURE, 2012b, p. 180), ou seja, a própria escrita deve ser refletida ao longo da escrita, afinal, ela, longe de ser automatizada, é uma construção eletiva. Nesse sentido, Strathern (2006, p. 47) afirma que

[...] a exegese antropológica precisa ser tomada pelo que ela é: um esforço para criar um mundo paralelo ao mundo observado, através de um meio expressivo (o texto escrito) que estabelece suas próprias condições de inteligibilidade. A criatividade da linguagem escrita é, assim, tanto recurso como limitação. Por linguagem, incluo aqui as artes da narrativa, a estruturação de textos e tramas, e a maneira em que aquilo que é assim expresso chega sempre numa condição de algo acabado ou completo (holístico), já formado, uma espécie de composição. Decompor essas formas é algo que só pode ser feito através da mobilização de formas diferentes, de outras composições.

Fica claro, portanto, que a escrita é um processo importante e que deve ser reflexiva, uma vez que é o “produto final” do trabalho do cientista social. E é a partir das grandes passagens que a antropologia tem vivenciado atualmente (sobretudo a descentralização da agência exclusivamente humana) que a escrita antropológica se colo-

ca em um exercício de se repensar a fim de apresentar descrições que possam ser sociotécnicas.

Na discussão da escrita como uma fonte de incerteza, Latour (2012b, p. 187) define como um bom relato aquele que *tece uma rede*. Sendo noção de rede muito importante para a TAR, o autor explica que ao propor *tecer redes* ele se refere

[...] a uma série de ações em que cada participante é tratado como um mediador completo. Em palavras mais simples: um bom relato ANT [Actor-Network Theory] é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores *fazem alguma coisa* e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. Assim, graças a inúmeras invenções textuais, o social pode se tornar de novo uma entidade circulante não mais composta dos velhos elementos que antes eram vistos como parte da sociedade. O texto, em nossa definição de ciência social, versa, portanto, sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social. (LATOUR, 2012b, p. 189)

A *rede*, nesse sentido, não é um contexto nos quais as relações acontecem e podem ser explicadas por estruturas preexistentes, ou seja, não é uma entidade fixa e exterior; mas fluxos, circulações, alianças nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências. Em outras palavras, a *rede* não é uma estrutura por onde os atores passam e agem, mas é o que se forma na relação/*ação* entre os atores.

A partir da abordagem da TAR trata-se, portanto, de enfatizar os agenciamentos, pois são os traços deixados por um agente em movimento que compõe a *rede*. A originalidade dessa noção é não reduzir a *rede* à ideia de vínculo, mas em acentuar a ação, o trabalho de fabricação e transformação presente nas redes (FREIRE, 2006). Assim, a tarefa que se coloca consiste em desdobrar os atores como redes de mediações. Tarefa que pode ser entendida como o aumento do número de atores; a expansão do leque de agências que levam os atores a agir; a multiplicação da quantidade de objetos empenhados em estabilizar grupos e agências e o mapeamento das controvérsias em torno das questões de interesse (LATOUR, 2012b). Ao rastrear as *redes* não há uma lista predeterminada de atores e/ou agências, uma vez que

[...] não se trata de atribuição de agência, muito menos de uma questão ontológica, mas de descrição / rastreamento de interações. O princípio está na distinção entre “mediador” e “intermediário”, ou seja, como um elemento (humano ou não-humano) incide no curso de uma ação. Por essa razão, estou lendo rastrear conexões como uma tarefa tipicamente antropológica. A ação é o foco da atenção e não as entidades pré-configuradas. Agência não é determinação ou escolha, mas resultado da descrição de uma ação, de um processo, ou melhor, de um fluxo da ação. (RIFIOTIS, 2012, p. 575)

Ou seja, para tal abordagem também é essencial definir e diferenciar as noções de *intermediário* e *mediador*. No léxico da TAR, um intermediário é “[...] aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los [...]” enquanto os *mediadores* “[...] transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOURE, 2012b, p. 65). Em outras palavras, um *mediador* é o que *faz fazer*, no sentido de produzir diferenças. Entretanto, é fundamental destacar que a noção de *intermediário* e *mediador* não é uma questão de escolha ou atribuição, depende dos fluxos, das ações e, sendo assim, um mesmo sujeito ou objeto podem ser tanto *intermediários*, quanto *mediadores* em pontos diferentes da rede.

Ainda em relação a essa distinção, Latour (2012a, p. 820, tradução nossa) concedeu recentemente uma entrevista na qual afirma que

[...] a diferença “mediadores – intermediários” não é uma diferença conceitual, porque, evidentemente, não há nada além de mediadores. Cada elemento que está agora alinhado foi objeto de uma invenção, de uma patente, de uma descrição, de usina etc. [...] Localmente nós temos alinhamentos de intermediários os quais são, basicamente, uma verdadeira caixa preta. Mas para obter esses efeitos intermediários, é preciso que em outros lugares uma grande quantidade de mediação tenha sido distribuída e mantida.

Isso quer dizer que não há nada além de *mediadores* porque a *mediação* é contingente, depende das associações. Todos os entes podem ser *intermediários* ou *mediadores*, dependendo de como se colocam *em ação* ao longo das *redes*.

Tendo em vista tais perspectivas, a descrição das controvérsias se apresenta como uma tarefa infundável e que pode abrir para incontáveis associações e um sem número de atores. Como textualizar tais circunstâncias, levando em conta toda e qualquer *ação*? Essa é uma tarefa impossível e infinita. É necessário, então, pensar estratégias a

fim de interromper a narrativa. Ao se apropriar da metáfora “cortar”, no sentido atribuído por Derrida de perceber o corte como o modo no qual um fenômeno interrompe o fluxo de outros, Strathern apresenta o que pode ser uma saída,

[...] para os euroamericanos, o desenvolvimento tecnológico oferece uma visão das formas mistas implicadas pela técnica (materiais não-humanos modificados pela engenhosidade humana, ou disposições humanas moldadas por ferramentas). A imagética de rede oferece uma visão de análise social que vai tratar os itens sociais e tecnológicos da mesma forma; qualquer entidade ou material pode ser digna de atenção. Assim ao invés de colocar questões sobre a relação entre a “ciência” e a “sociedade” no desenvolvimento de Pasteur da vacina do antraz, Latour sugere que devemos seguir o que Pasteur fez e do que sua invenção dependia. No entanto, o poder de tais redes analíticas é também o seu problema: teoricamente, elas não tem limites. Se diversos elementos fazem uma descrição, eles parecem tão extensíveis ou reduzidos quanto a análise é extensível ou reduzida. A análise parece ser capaz de levar em conta, e assim criar, qualquer número de formas novas. E alguém pode sempre descobrir redes dentro das redes; é uma lógica fractal que caracteriza qualquer comprimento como um múltiplo de outros comprimentos, ou um elo numa cadeia como uma cadeia de outros elos. Assim a análise, como a interpretação, precisa ter um ponto; precisa ser encenada como um ponto de chegada. (STRATHERN, 2011, p. 06)

Os pontos de chegada são, portanto, os pontos de inflexões nas *redes* ou, até mesmo, as controvérsias. Ou seja, a partir dessa prospectiva, a descrição deve se centrar nos cortes das redes, nos pontos em que há coletivos *em ação* de modo a produzir controvérsias<sup>17</sup>. Outrossim, ao centrarmos a descrição em cortes nos fluxos das *redes*, podemos também cortar – no sentido de interromper – as nossas descrições.

## INSCREVER-SE NA ESCRITA

Parte fundamental da dimensão autorreflexiva da escrita etnográfica é a localização da produção das descrições, no caso, as experiências do trabalho de campo. Afinal, ao adotar uma perspectiva que leve em conta a TAR, os processos de desenvolvimento e cria-

<sup>17</sup> É fundamental, no entanto, manter em perspectiva, e explicitar na escrita, que, ao centrar a descrição em pontos da rede, muitas outras associações deixam de estar no foco. Tal preceito reforça a dimensão da escrita como eletiva.

ção do trabalho são essenciais para localizar os pontos de vista dos quais se está narrando. Não se trata, conquanto, de elucidar *contextos* que expliquem ou justifiquem as narrativas apresentadas, mas de elucidar que a descrição é uma *fabricação*. Ou seja, trata-se de considerar as diferenças que Latour apresenta<sup>18</sup> para *fato* (considerado como dado) e *feito* (considerado como construção), sobretudo ao destacar que não existem *fatos*, apenas *artefatos*, ou seja, o processo de fabricação dos pretensos fatos perde a invisibilidade e passa a ser parte essencial dos nossos trabalhos. E, desse modo, passamos a reconhecer que os *fatos* são, indubitavelmente, feitos<sup>19</sup>, fabricados.

É, pois, a partir dessa dimensão que podemos considerar essencial problematizar a produção dos dados, a entrada em campo e as condições de seu desenvolvimento. Afinal, ao evidenciar esses processos, o estatuto de *fabricação/feitio* das descrições ficam mais aparentes ao longo dos textos. Contudo, a ideia não é apresentar um *contexto* que justifique ou explique os processos do trabalho de campo, mas problematizar algumas circunstâncias do desenvolvimento do trabalho de modo a localizar os pontos de partida (e os lugares dos quais a narrativa é apresentada) e, conseqüentemente, as escolhas e caminhos percorridos. Bem como demarcar a dimensão de que, ao longo da pesquisa, não se está em um lugar de neutralidade, afinal, como lembra Segata (2008, p. 5), “[...] nossas pesquisas em antropologia não tratam simplesmente de relações sociais, mas [...] elas próprias são relações sociais”. Sendo a própria pesquisa uma *relação social*, é preciso problematizar as próprias ações, determinações ao longo do trabalho de campo, pois o pesquisador também *atua* produzindo modificações e associações. Não é, portanto, possível imaginar, sob essa ótica, uma observação *neutra* e que não influencie as experiências, afinal, por diversas vezes nós mesmos também nos consti-

<sup>18</sup> Essa discussão foi apresentada por Latour no artigo *Faturas / fraturas: da noção de rede à noção de vínculo*, o qual foi publicado uma tradução no presente livro.

<sup>19</sup> Como exemplo desse processo Latour apresenta a pergunta: “por onde andavam os micróbios antes de Pasteur?”. A partir dessa questão o autor demonstra que ao considerarmos os micróbios como fatos, negamos o seu processo de fabricação e temos a sensação de que eles sempre estiveram lá, exatamente da maneira como a ciência apresentou (LATOURE, 2001).

tuímos como atores e produzimos efeitos nas associações, seja a partir das perguntas, através do acompanhamento de atividades ou pelas presenças, por vezes silenciosas – mas nem por isso invisibilizadas e neutras.

Quando defini o Floresta Digital como tema de pesquisa do mestrado em Antropologia não conhecia esse programa e tampouco o estado do Acre. Na realidade, eu não conhecia nem mesmo a região norte do país. Eu tinha apenas ouvido falar dessa política pública de *inclusão digital* e, por curiosidade, pesquisei sobre ela na internet. A partir dessas buscas encontrei uma série de informações contidas no site oficial do governo e em outras páginas, como blogs e Facebook, mantidas pelas equipes gestoras do Floresta Digital. Encontrei também um canal no Youtube<sup>20</sup> com vários vídeos sobre o programa que iam desde entrevistas com o governador do estado, passando por depoimentos de cidadãos nos telecentros e, até mesmo, um depoimento de um comerciante local falando a respeito de suas expectativas sobre as vendas das antenas para acesso à internet residencial pelo Floresta Digital.

Inicialmente, muitas questões me interessaram nessa política pública de *inclusão digital*, sobretudo a sua abrangência para todo estado do Acre. Além, é claro, do seu contexto geográfico de atuação, bem como o nome do programa que me parecia bastante alegórico. Desse modo, desenvolver a pesquisa a partir do Floresta Digital se apresentava como uma oportunidade interessante para o debate de questões contemporâneas e controversas, assim como para a experimentação de uma escrita sociotécnica.

Ao longo do desenvolvimento do projeto de pesquisa e dos preparativos para o trabalho de campo reuni muitas informações disponíveis na internet sobre o Floresta Digital e, a partir desse repertório, figurei certa imagem do programa. Dentre todas as consideráveis diferenças entre as imagens que havia pré-elaborado do Floresta Digital e as associações com as quais me deparei, a principal distinção é que eu havia con-

<sup>20</sup> Há, nesse canal, uma série de vídeos que apresentam o Programa Floresta Digital, como é um espaço institucional do próprio governo o tom dos vídeos é de fazer propaganda desse programa. Os vídeos estão disponíveis em: <[http://www.florestadigital.acre.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=9&Itemid=9](http://www.florestadigital.acre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=9)>. Acesso em: 18 jul. 2011.

cebido o Floresta Digital como uma política pública gerida a partir de linhas específicas e homogêneas de atuação. Porém, a sua gestão é pensada e efetivada a partir de várias linhas, além de ser compartilhada por gestores de duas diretorias administrativas distintas.

Desse modo, considero que a minha entrada no campo se deu por uma via institucional muito específica, a saber, a partir da atuação da Diretoria de Modernização Administrativa que, através da Divisão de Inclusão Digital, coordena os telecentros (desde estrutura física e manutenção de equipamentos até o trabalho dos monitores dos telecentros e a programação dos cursos oferecidos por eles). Foi por conta dessa entrada que, nos primeiros dias do trabalho de campo (e na verdade em grande parte da pesquisa), eu estive envolvida mais diretamente com as associações dessa linha de atuação do Floresta Digital.

A entrada no campo e as atividades a serem desenvolvidas são, até certo ponto, programadas e problematizadas nos projetos de pesquisa. No entanto, apesar desse planejamento, nós não temos controle sobre a nossa entrada no campo e as associações decorrentes delas. Ou seja, apesar da intencionalidade de focar a pesquisa com maior intensidade na linha de atuação do programa que oferece internet para os cidadãos acessarem de suas casas, os telecentros acabaram tendo papel de destaque ao longo do meu trabalho de campo e muitas das descrições que apresentei estavam ligadas também às associações a partir deles.

Tendo adotado como uma das principais estratégias de trabalho *seguir os fluxos das associações*, eu procurei acompanhar os atores em ação e tive, muitas vezes, que seguir por caminhos que não haviam sido previstos no projeto de pesquisa. Como a minha entrada se deu pela via institucional do programa, é importante ressaltar que a maioria das *redes de associações* que segui e construí foram sendo constituídas a partir dessa inserção, ou seja, a entrada que tive direcionou o desenvolvimento do trabalho de campo.

Considero ainda fundamental apresentar algumas questões de *ordem prática* a respeito do trabalho de campo. Eu permaneci no estado do Acre durante trinta e dois dias, período em que acompanhei o trabalho administrativo de gestores do Floresta Digital, o trabalho de manutenção de estruturas de conexão de técnicos do programa, o tra-

balho de monitores de telecentros, assim como fui à casa de cidadãos que acessam internet a partir do Floresta Digital, conversei com pessoas que frequentam telecentros, enfim, estive em contato com o programa *em ação* em várias das suas linhas de atuação. Ao longo dessas atividades, desenvolvi uma série de entrevistas com gravação de áudio (em torno de trinta entrevistas) e também gravações audiovisuais de depoimentos de pessoas envolvidas com o programa.

A entrevista é entendida aqui como um evento metacomunicativo e, sendo mais do que alternância de falas, ela é uma relação social (BRIGGS, 1986). Afinal, as entrevistas contêm muito mais do que o dito, há entonações, gestos, empatias, silêncios etc. Sendo assim, a transcrição de uma entrevista não é uma atividade que possa ser automatizada, ela deve ser reflexiva e relacional. É fundamental também perceber as entrevistas como discursos de produção de uma *cultura imaginada*, de modo a não percebê-las como função especular. Assim, ao utilizar entrevistas ou parte delas, é preciso manter em perspectiva a sua dimensão como representação.

Outra atividade que desenvolvi ao longo de todo o trabalho de campo foi a produção de notas, de um diário de campo. Para tanto, procurei me atentar as orientações apresentadas no livro *Writing Ethnographic Fieldnotes*, de Emerson (1995), no sentido de perceber a atividade prática de tomar notas em seu caráter epistemológico. Ou seja, a ideia é tornar a escrita de notas de campo também em uma atividade autorreflexiva (a fim de ajudar na problematização das próprias ações quando da leitura do diário de campo) e, principalmente, manter em foco a perspectiva de que registrar o que é observado envolve processos de seleção. Tal seja, não se produz notas escritas acerca do que se está vendo, mas do que se seleciona do que se está vendo. Tal dimensão pode ser pensada em relação às fotografias e aos vídeos, uma vez que eles também apresentam enquadramentos, seleções, pontos de vista localizados<sup>21</sup>.

Enfim, no decorrer do trabalho de campo (e também da escrita)

<sup>21</sup> Nos estudos sobre fotografia e cinema os debates acerca de questões sobre o enquadramento, seleções, pontos de vista, cortes, produção, direção e edição estão bastante desenvolvidos. Barthes, em “A câmara clara”, já apresenta uma interessante reflexão sobre tais noções.

intentei perceber os processos de fabricação dos dados e descrições de maneira reflexiva, procurando situar o meu lugar de produção de narrativas e associações.

## DE ASSOCIAÇÕES E CONTROVÉRSIAS

Parte fundamental da tarefa de mapear controvérsias é rastrear associações nas redes que se fazem e se desfazem a todo momento, ou seja, ver o social *em formação*. Na perspectiva da sociologia pós-social a sociedade não é percebida como entidade na qual as relações acontecem, mas como o conjunto de associações. De modo mais claro, Rifiotis (2012, p. 574) explica que

[...] a clara referência a uma sociologia pós-social, no sentido de que não se trata de considerar o social como um domínio especial e no qual a agência é exclusivamente humana, em Latour não é uma espécie de proposta radical de abandono da sociologia ou da antropologia. Trata-se, antes, de uma convocatória para concentrarmos o foco na ação, e não nas figuras já pré-estabelecidas para a observação, e ele sublinha que isso seria especialmente relevante nas situações em que proliferam as inovações e onde as fronteiras entre os grupos se encontram desestabilizadas. Em outros termos, o programa adequado para tais situações seria o de rastrear associações dos atores, ou seja, seguir os atores (humanos e não-humanos), ou seja, a produção do social em ação.

Sendo assim, “[...] a sociedade é consequência das associações e não a sua causa” (LATOURE, 2012b, p. 337), ou seja, ela está constantemente em processo de formação, rearranjando-se.

A proposta de seguir os fluxos e descrever as ações considerando todos os elementos leva ao desinteresse pelo contexto. Enquanto na sociologia do social a noção de contexto serve como espécie de moldura natural do social na qual se desenvolvem as ações (pelos humanos) e que pode justificar e explicar as relações, a sociologia pós-social refuta essa dimensão explicativa do contexto. A partir de uma perspectiva que considere a Teoria Ator-Rede não existem elementos que influenciem uma situação sem serem atores, ou seja, se determinados entes influenciarem no desenvolvimento de uma ação eles devem ser considerados atores e não meros elementos contextuais (VENTURINI, 2008b).

No esforço narrativo procurei, portanto, descrever as controvér-

sias do Programa Floresta Digital e seus atores. Alguns desses atores, no entanto, podem ter uma dimensão mais contextual como, por exemplo, as políticas públicas de *inclusão social* e *digital* do governo federal. Mas reforço que a ideia não é descrever esses *contextos* como um plano imobilizado no qual as ações e controvérsias são encaixadas e justificadas, pelo contrário, a intenção é expô-los, eles próprios, como controvérsias e atores. Apresento, portanto, algumas das controvérsias que identifiquei no momento da escrita da dissertação.

## FLORESTA DE ÁRVORES E ANTENAS

O Floresta Digital é uma política pública com atuação em todo o Estado do Acre. No entanto, não são todos os eixos que estão presentes em todos os municípios (a única estrutura presente em todas as cidades é a dos telecentros). Pelo que pude observar através de conversas com alguns dos gestores do Floresta Digital, há vontade política e mesmo projetos para extensão de todas as esferas do programa para os vinte e dois municípios do estado, no entanto, há uma série de questões que influenciam diretamente as possibilidades da ampliação de atuação, muitas delas que não foram previstas pelos próprios gestores no desenvolvimento inicial do projeto.

O próprio nome do programa se presta a uma alegoria que pode ajudar a identificar vários desses atores que, por mais óbvios que pareçam, por vezes ficam invisibilizados. Localizado ao norte do país, o Acre conta com imensas áreas de floresta amazônica e, mesmo nas áreas urbanizadas, inclusive na capital Rio Branco, pode-se encontrar densa vegetação e algumas grandes árvores tipicamente amazônicas em quintais de casas, em parques, praças, enfim, na composição urbana. Alguns desses atores são, portanto, as árvores. O sinal que o Floresta Digital oferece em alguns municípios para o acesso doméstico à internet é transmitido via radiofrequência, replicado por repetidores de sinais instalados em locais públicos estratégicos (como escolas, postos de saúde e prédios de serviços públicos do governo) e captado por uma antena de recepção de sinal que o cidadão instala em sua casa. Para esse tipo de conexão é necessário que a ante-

na de recepção “enxergue” o repetidor de transmissão, pois o sinal não se propaga em todas as direções, mas apenas em linha reta (a onda não “faz curva”), ou seja, o ideal é que não haja barreiras físicas entre o repetidor e o receptor. De modo geral, não há muitas construções de edifícios altos no Acre, mesmo nas regiões mais urbanizadas. No entanto, uma das barreiras mais comuns de sinal do Floresta Digital é, justamente, as árvores, sobretudo porque as folhas das árvores absorvem boa parte do sinal.

Da física e da química apreendemos que todo elemento possui uma frequência de vibração, ou seja, uma faixa de frequência na qual a matéria vibra. A fauna amazônica é caracterizada pela grande porcentagem de água em sua composição. Algumas plantas amazônicas atingem o percentual de 90% de seu peso ser constituído por água. E a frequência de vibração da radiofrequência e do sinal *Wi-Fi* é justamente a mesma de vibração da água em seu estado líquido. Assim, há uma forte absorção por parte das plantas do sinal disponibilizado pelo Floresta Digital. Ou seja, a floresta acaba por atrapalhar, mediar, o Floresta.

Há outras condições relacionadas à geografia do Acre que se constituem como atores por impossibilitar ou dificultar a ampliação do programa Floresta Digital (principalmente a disponibilização de acesso doméstico à internet) para as regiões mais interioranas do estado. Há, por exemplo, a dificuldade de o governo contratar serviços de provedores de internet em algumas cidades do interior do estado por não haver nenhuma empresa prestando esse serviço nessas localidades. Para disponibilizar um link de internet ou internet ADSL é necessária uma estrutura física de cabeamento de fibra ótica, o que tem um custo que, muitas vezes, e de acordo com alguns gestores do Floresta Digital, não compensa para as empresas prestarem serviço em municípios pouco populosos do interior do estado. Em relação aos municípios isolados por via terrestre (Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Santa Rosa do Purus) a estrutura necessária para possibilitar esse tipo de acesso é ainda mais complexa, pois há a impossibilidade de levar cabeamento até as cidades, tornando-se necessária a construção de torres de transmissão do sinal, o que outra vez visibiliza a noção da floresta atrapalhando o Floresta. Além disso, em alguns municípios do estado, como Cruzeiro do Sul, a topografia acentuada se torna barreira para o sinal

do Floresta Digital influenciando e dificultando o acesso à internet.

Enfim, há uma série de condições que se apresenta como ator nos processos de constituição e implementação do Floresta Digital e faz o programa se repensar e reformular sua agenda de objetivos a serem cumpridos. Esses atores, rapidamente descritos, estão ligados às condições geográficas do estado que ficam, de certa maneira, explícitas<sup>22</sup> no próprio nome do programa. Ao associar duas palavras com significados tão diversos e que nos levam, a princípio, para imaginários muito distintos no título do programa, constrói-se um discurso da contraposição. É anunciada uma contraposição que se pretende superar, ou, até mesmo, associar: há a floresta, mas ela é também digital. Ou seja, a condição de estar em uma das unidades federativas com maior área proporcional de floresta amazônica é aparente e destacada, mas se destaca também que essa condição não leva, necessariamente, a um isolamento do acesso ao mundo globalizado – que parece ser sinônimo hoje de acesso à internet.

## POLÍTICAS DE *INCLUSÃO SOCI(DIGIT)AL*

O Programa Floresta Digital foi lançado oficialmente em fevereiro de 2010, fruto de um processo de confluência entre a estruturação da nova rede de internet corporativa do Governo do Acre, associada à ampliação do Programa Comunidade Digital, em vigor desde 2005. De modo geral, o Comunidade Digital oferecia a possibilidade de acesso à internet a partir da estrutura de telecentros presentes em todos os municípios do estado, ou seja, o programa como um todo compreendia o que hoje é apenas um dos eixos de atuação do Floresta Digital. A implantação do Comunidade Digital se deu a fim de integrar as ações dos programas federais Fome Zero e GESAC em um projeto único. De modo mais específico, foi através do convênio n. 022/2003/MDS/SEDHIS firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Governo do estado

<sup>22</sup> Não no sentido de tornarem aparentes todas essas agências, mas por evocar e ligar o Acre à imagem da floresta amazônica.

do Acre, através da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano e Inclusão Social, com a parceria do programa GESAC, do Ministério das Comunicações que o estado do Acre iniciou, efetivamente, a promoção de políticas públicas de *inclusão digital* apresentando como objetivo central o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da inclusão social com recursos da *inclusão digital*<sup>23</sup>. O Comunidade Digital justifica-se ainda a partir da dimensão de que

[...] nenhum programa de políticas públicas que busca a correção das desigualdades socioeconômicas pode pensar em construir esta política sem garantir a promoção da alfabetização tecnológica da população. Nesse sentido podemos afirmar que a efetiva instalação dos 30 (trinta) telecentros no estado do Acre está possibilitando o exercício de uma cidadania, ou como costumamos dizer no Acre, de uma florestania (união de floresta e cidadania) emancipadora<sup>24</sup>.

Ou ainda mais explicitamente o Comunidade Digital coloca-se na perspectiva de que

[...] o objetivo do programa é oferecer pontos de livre acesso à população, com uso intensivo da tecnologia da informação como instrumento de cidadania e combate à pobreza, desenvolvimento econômico e social. Os telecentros são espaços com computadores, equipamentos de áudio e vídeo e acesso gratuito à internet, programação permanente de aulas de informática básica em software livres e oficinas temáticas<sup>25</sup>.

A partir desses objetivos fica explícito que as ações voltadas para a *inclusão digital* no estado do Acre estão profundamente relacionadas com as políticas de *inclusão social* (que passa também pela noção de *inclusão aos bens de consumo*, uma vez que aquela está ligada aos objetivos de combate à pobreza e desenvolvimento econômico) e promoção de cidadania, ou melhor, de *florestania*. Dessa maneira, a *inclusão digital* é percebida categoricamente como uma parte fundamental dos processos e políticas públicas, voltados para a *inclusão social*.

No Brasil, os debates acerca das noções de *exclusão/inclusão social* são recorrentes, tanto no âmbito acadêmico e governamental, quanto na esfera da sociedade civil (com ênfase em várias modalidades de movi-

<sup>23</sup> Informações contidas em documento interno do Floresta Digital ao qual tive acesso.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Informações apresentadas em publicidades do Comunidade Digital.

mentos sociais reivindicativos). A recorrência dessa discussão pode ser relacionada a inúmeros aspectos e condições extremas de desigualdades<sup>26</sup> no Brasil, atribuídas principalmente a heranças históricas. O debate mais estandardizado dessa controvérsia pode levar a uma simplificação de modo a dualizar os sujeitos entre aqueles que são *excluídos* e aqueles que são *incluídos*. A partir dessa perspectiva dualística, corre-se o risco de atenuar a complexidade dos processos (SILVEIRA, 2008) dessas associações e, até mesmo, criar uma homogeneização e linearização. A descrição dessa controvérsia pode, afinal, discutir inúmeros aspectos do contemporâneo.

Do ponto de vista tanto da administração pública quanto da sociedade civil há uma série de exclusões que podem – e devem – ser superadas ou, ao menos, amenizadas. Para tanto, o governo articula inúmeras políticas públicas de *inclusão*. Ao apresentar uma revisão dos principais conceitos e modelos de formulação e análise de políticas públicas, Celina Souza (2006, p. 26) as resume como sendo

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

É a partir dessa perspectiva voltada para programas e ações, a fim de superar quadros de *exclusão*, que a máxima da *inclusão social*<sup>27</sup> integra grande parte das agendas da Administração Pública no país. Questões sobre como são articuladas e geridas as diversas políticas públicas com objetivos claros de *inclusão social*, bem como de que maneira elas são aceitas e incorporadas pelas *populações-alvo* são importantes espaços de pesquisas para as ciências sociais. De modo mais específico, a Antropologia tem um papel importante nesse debate uma vez que as pesquisas realizadas à luz de suas perspectivas teórico-metodológicas podem situar o olhar em um lugar que permita acompanhar essas

<sup>26</sup> Esse discurso envolve uma série de modalidades de desigualdades, podemos citar rapidamente algumas que estão nos níveis mais superficiais do debate: desigualdade econômica, de oportunidades de educação e trabalho etc.

<sup>27</sup> Apresentada aqui com o sentido ampliado que se dispensa, comumente, ao termo; relacionando-se à inclusão escolar, digital, econômica etc.

políticas públicas *em ação*, ou seja, nos seus processos de elaboração e gestão de recursos, efetivação das propostas e modalidades de acesso das *populações-alvo*. Ou, como apresenta Souza Lima (2012, p. 12),

[...] nas oportunidades de diálogos que tivemos [o autor está se referindo ao conjunto de discussões apresentadas no livro *Gestar e gerir* do qual ele é organizador], partimos da constatação de que pensar em termos de processos de formação de estado, de modalidades de instauração de desigualdades e hierarquias (parte intrínseca do que descrevemos como “fenômenos políticos”) implica pensar em termos de escalas temporais e espaciais distintas, perceber as implicações imediatas e cotidianas da ideia de compatibilidade na análise antropológica, bem como no plano metodológico, e as dificuldades no uso de material histórico a partir de uma visada antropológica.

A partir de perspectivas teórico-metodológicas antropológicas, para o debate aqui ensejado, rastrear os discursos, associações e redes pode nos possibilitar justamente perceber essas políticas públicas *em ação*.

Nesse sentido, assumi para o desenvolvimento do trabalho a sugestão apresentada por Bevilaqua e Leirner (2000) de que a análise antropológica de setores do estado brasileiro não se opõe à produção do olhar de cientistas políticos, sociólogos, economistas e juristas, mas é capaz de englobar essa visão através da compreensão de contextos específicos de pesquisa possibilitados pela perspectiva etnográfica.

Considero fundamental também destacar que as pesquisas que têm como ponto de reflexão as *políticas de inclusão* são desenvolvidas a partir de um viés antropológico. Tais pesquisas têm o potencial de levar o debate da *exclusão/inclusão* a outro nível, a saber, para além das generalizações polarizadas de ser *excluído* ou *incluído* (tais condições dificilmente são pensadas de maneira concomitante pela sociologia do social). A partir de descrições etnográficas de circunstâncias cotidianas de políticas públicas colocadas *em ação* (descrições a partir de múltiplas agências – humanas e não humanas), podemos perceber quais são os elementos e recursos mobilizados para colocá-las *em ação* e de que maneiras elas são significadas e incorporadas no dia a dia pelas pessoas envolvidas com essas políticas. Especificadamente, sugiro que tal abordagem possa ser profícua ao possibilitar a percepção de diferentes nuances e aspectos de associações (como programas sociais do governo, por exemplo) que são engendrados – quase sem-

pre a partir de “planos de ação”<sup>28</sup> lineares – a fim de produzir “resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

A abordagem de pesquisa sugerida também pode contribuir para um menor antropocentrismo das pesquisas em ciências sociais, ou seja, possibilitar que se perceba, no fluxo das relações sociais, outros agentes além dos humanos. Afinal, ao refletir sobre questões de *exclusão/inclusão* há uma série de atores não humanos nessas relações. Por exemplo, ao tratar da *inclusão digital*, os dispositivos necessários para conexão com internet (computador, aparelho celular com tecnologia para conexão ou tablet; conexão com a internet disponível – que demanda uma série de outros dispositivos como antenas, cabos de fibra ótica, satélites ou mesmo torres de transmissão de sinal) tornam-se essenciais para que se efetive a conexão, ou seja, a conexão só é possível a partir da relação/conjunção de humanos com não humanos. De maneira mais específica, faço um grande investimento na perspectiva de que os pressupostos teórico-metodológicos que inspiram esse trabalho possam contribuir para pesquisas de políticas públicas.

## FLORESTA DIGITAL EM AÇÃO

A ideia central ao procurar descrever o Floresta Digital *em ação* é percebê-lo não como uma política pública estabilizada, mas como associações dinâmicas em produção. Percebê-lo em seus fluxos de produção não significa, entretanto, focar apenas os aspectos que são entendidos como novidades, por exemplo, as novas linhas de atuação do programa. Mas significa perceber os atores – e suas mediações – que são ou foram mobilizados para colocar-se *em ação*.

Procuro, nesse momento, descrever alguns atores e suas mediações que estão relacionados às controvérsias supracitadas. A partir dessa breve narrativa pretendo apresentar alguns aspectos de como o Floresta Digital coloca(ou)-se *em ação*, ou, mais especificadamente, alguns aspectos que percebi a partir do trabalho de campo e que foram possíveis de descrever no limite dessa linguagem.

<sup>28</sup> Que podemos entender como os objetivos diretos de cada política pública.

## DE TAMANHOS E DISTÂNCIAS

O Floresta Digital é, atualmente, reconhecido como o maior programa estadual de inclusão digital do Brasil. Tal reconhecimento se dá pelo fato de essa política pública estar presente, através dos telecentros, em todos os vinte e dois municípios do estado, inclusive nos quatro municípios isolados por via terrestre, pelo menos em uma das suas linhas de atuação. Os gestores responsáveis pelos telecentros procuram organizar uma agenda de atuação comum para todos os telecentros, por exemplo, o mesmo curso é oferecido em vários telecentros concomitantemente. No entanto, há uma série de dificuldades, a maioria delas estruturais, que mediam essas associações e acabam por impor modos de atuar ou impossibilidades de atuação. Por exemplo, nos municípios mais interioranos o acesso à internet nos telecentros se dá a partir de conexões via satélite, fornecidas pelo programa GESAC. Entretanto, essas conexões frequentemente apresentam falhas e, por vezes, ficam mais de 24 horas sem funcionamento. Tal circunstância, além de impossibilitar o acesso à internet nesses locais, dificulta a comunicação entre os gestores e os monitores dos telecentros, uma vez que a maior parte da comunicação se dá através de *e-mail* e Skype. Assim, torna-se complexa a gestão do trabalho dos monitores dos lugares mais distantes da capital. Outra inflexão que se apresenta até certo ponto comum nessa rede é que como as antenas de captação de sinal de internet por satélite são do GESAC, apenas técnicos enviados pelo governo federal podem prestar serviços de manutenção. Isso implica em uma logística complexa, uma vez que há cidades muito distantes de Rio Branco<sup>29</sup> e há cidade isoladas às quais só é possível ir de barco em viagens que costumam demorar muitas horas, ou de avião monomotor, o que significa um custo elevado.

Outra questão que se apresenta a partir dessas associações é a dificuldade de a Divisão de Inclusão Digital fazer a manutenção dos computadores dos telecentros. As circunstâncias são as mesmas

<sup>29</sup> Por exemplo, a distância entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do estado, é de 631 Km pela BR 364.

supracitadas. Há uma logística complexa por trás da gestão e manutenção dos telecentros mais distantes da capital. Até porque, em algumas dessas cidades não há técnicos de informática para prestar serviços ao governo sendo necessário deslocar equipes até esses locais.

## DO QUE NÃO ESTAVA PREVISTO

Quando o Programa Floresta digital estava articulando a disponibilização de sinal para os cidadãos acessarem a internet de suas residências, assumiu-se que o governo proveria o sinal de internet e o cidadão seria responsável pela compra, instalação e configuração do *kit de acesso*<sup>30</sup>. Imaginou-se que o mercado local absorveria as novas demandas criadas e que os cidadãos chamariam técnicos para instalar e configurar a antena e o computador. No entanto, essa previsão não se consolidou, conforme relataram-me os técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação “[...] *as pessoas compram as antenas de acesso do Floresta Digital e não se atém às suas especificidades, simplesmente as instalam como se fossem os mesmos procedimentos de uma antena de televisão*”.

Esse desconhecimento técnico, aliado a um boom de cidadãos conectados ao mesmo tempo no lançamento do projeto – o que fez com que as redes de internet não dessem conta de sustentar tantas conexões simultâneas – levou o programa a um descrédito. De acordo com alguns gestores esse foi um problema que o Floresta Digital causou a si mesmo ao fazer uma divulgação intensiva do programa antes de ter estrutura para suportar uma grande demanda. O Floresta Digital teve então uma redução do número de adeptos e passou a ter uma imagem de que não funcionava.

Quando os gestores perceberam esse processo e estudaram possibilidades para rever a infraestrutura do Floresta Digital decidiram por fazer uma avaliação do programa em campo. Organizaram então o que eles chamaram de “visitas técnicas” que consiste passar pelas ruas da

<sup>30</sup> Que consiste basicamente em uma antena e uma placa de rede sem fio ou uma antena e um cabo USB.

cidade e parar nas casas que tem antena do Floresta Digital a fim de verificar a instalação da antena e a disponibilidade do sinal. Essa etapa do projeto iniciou pouco antes de eu desenvolver o trabalho de campo, de modo que quando iniciei a pesquisa eles estavam fazendo a experimentação das visitas técnicas em um dos maiores bairros de Rio Branco, o Sobral. Pude acompanhar algumas visitas técnicas e observar o trabalho dos técnicos. De modo geral é um trabalho muito amplo e demorado, pois a agenda dos técnicos é organizada a partir das ruas que eles já passaram e as que ainda não foram e das casas que é preciso retornar, pois não havia ninguém na hora da visita. Do ponto de vista prático, as visitas acontecem da seguinte maneira: a equipe começa a caminhar no começo da rua e vai observando os telhados das casas, em toda casa que tem antena do Floresta Digital eles param e solicitam autorização para verificar o sinal da internet. Das visitas técnicas que acompanhei a grande maioria dos cidadãos ficava muito espantada com a abordagem de uma equipe do governo em sua residência, mas, segundo os técnicos me relataram, eles quase nunca tiveram problemas em ter o aval dos moradores para verificar a instalação e configuração do sinal do Floresta Digital.

De acordo com as equipes de visitas técnicas, mais de 90% dos problemas de acesso ao Programa Floresta Digital estão relacionados com a má instalação e configuração da antena. Eles constataram uma falta de conhecimento técnico em situações como, por exemplo, a do cidadão que instalou a antena no telhado da casa e colocou o CD de instalação no drive do computador, mas não executou a instalação do programa de acesso. O computador não estava, assim, habilitado para acessar o sinal do Floresta Digital. O erro de instalação mais recorrente, no entanto, é o de posicionamento inadequado da antena, pois é preciso fixá-la em uma estrutura firme para que ela não balance com o vento e apontá-la para uma direção precisa para recepção do sinal.

A partir dessas constatações o Floresta Digital iniciou um movimento de reformulação do projeto ampliando as visitas técnicas em lugares pré-determinados pela agenda de trabalho dos técnicos, mas também a partir de atendimento de chamados telefônicos ou a partir do recebimento de *e-mails* que solicitavam assistência. Associada a

essas ações o programa iniciou também uma campanha informativa sobre a correta instalação e configuração da antena, principalmente a partir de uma História em Quadrinhos com o passo a passo da instalação explicado, além de passar a oferecer cursos nos telecentros de como instalar e configurar as antenas.

Através desse exemplo fica evidenciada a dimensão de que ao serem desenvolvidos projetos de políticas públicas nem sempre é possível prever a apropriação que os cidadãos farão deles e assim, talvez por detalhes, eles acabam por não atingir seus objetivos mais básicos. Considero que a partir da maneira como o Floresta Digital soube se reinventar é possível chamar a atenção para uma questão fundamental: uma política pública deve olhar e dialogar com o seu “público alvo”, afinal, os processos de associação e mediação são dinâmicos e, tal qual a impossibilidade de prevermos em nossos projetos de pesquisa os atores e os fluxos das redes que vamos seguir, as políticas públicas devem manter essa dimensão do dinamismo das inúmeras possibilidades de associação em perspectiva.

## CONSIDER(A)RAÇÕES FINAIS

Ao final de um trabalho como este, o que de mais interessante pude imaginar para fazer nas considerações finais foi justamente considerar as ações ao longo do processo, tanto de pesquisa quanto de escrita. Não se trata, no entanto, de apresentar pura e simplesmente justificativas para as limitações do texto, mas sim problematizá-las a partir de uma perspectiva mais abrangente. Afinal, simpatizo com a noção de fracasso metódico que Calávia Saéz (2011) apresenta, sobretudo no sentido de que somente construímos nosso objeto ao final da pesquisa. Ao perceber o projeto de pesquisa como falho em si mesmo, a tarefa de estar atento às novas possibilidades que o trabalho de campo anuncia e a seguir atores que não haviam sido previstos fica menos complexa. Assumir o fracasso do projeto significa abandonar com mais facilidade as noções *standards* que levamos, mesmo sem perceber, na bagagem para o campo. Significa estar disposto a seguir associações,

fluxos, atores e controvérsias que são muito mais dinâmicos do que nossos projetos poderiam suportar. E foi essa perspectiva que procurei sustentar ao longo da pesquisa. Não que seja confortável, afinal, é preciso reinventar-se no próprio projeto todo o tempo.

Tal postura ajuda a perceber as controvérsias, afinal, é uma postura voltada para a ação, para o que está em produção. Foi assim que ao longo do desenvolvimento do trabalho de campo pude perceber e descrever algumas questões que pareciam imobilizadas (como a própria noção de *inclusão digital*) a partir de seus mediadores, associações, movimentos.

Tendo em vista tais horizontes (e esforços descritivos) que refleti acerca dos fluxos de uma política pública de *inclusão digital* como uma questão do contemporâneo e, assim, que pode nos dizer algumas coisas a respeito de controvérsias. Como, por exemplo, a percepção do acesso à internet como uma *necessidade* para integrar o *mundo globalizado*, ou, para retomar o essencial dos discursos que ouvi ao longo de todo o trabalho de campo, para integrar o único mundo que se apresenta possível: aquele que se define a partir do acesso à internet e, conseqüentemente, à dimensão do conhecimento.

Especificadamente em relação ao Floresta Digital, pude percebê-lo como uma questão identitária para o estado do Acre. O estado, em certa medida, define-se a partir das possibilidades de efetivação de uma *inclusão digital* e que se torna também *inclusão social*. Há uma série de esforços e recursos que são mobilizados para manter e ampliar o programa. Assim como há, o que pude perceber no discurso de todas as pessoas envolvidas com o programa, uma dimensão de orgulho por esse projeto ser desenvolvido no Acre, levando assim superação de um *isolamento* que não se define mais a partir da distância dos grandes centros econômicos, mas sim a partir da impossibilidade de não ter acesso à internet. Ter desenvolvido essa pesquisa me fez entrar em contato com um mundo de possibilidades – ou de florestas – que até então eu não tinha imaginado. Afinal, ter acesso à internet em uma grande cidade no sul do país parece muito diferente de ter acesso à internet a partir de uma pequena cidade no interior do Acre, afinal, o tipo de infraestrutura que precisa ser mobilizada é

muito diferente. E assim, talvez, o Floresta Digital tenha lugar de ser apenas nas possibilidades de associações do estado do Acre. Esse argumento reforça o meu ponto de vista de que as políticas públicas, quaisquer que sejam seus objetivos, devem ser pensadas a partir de suas especificidades e *necessidades* locais.

A escrita a partir da proposta teórico-metodológica que assumi para esse trabalho é deveras complicada, é muito difícil manter uma perspectiva sociotécnica e evitar a fixação e a explicação das associações. Considero difícil também escolher as palavras ao se dedicar ao exercício da narrativa a partir dessas noções, uma vez que é preciso estar atenta aos sentidos, além do que gostaríamos que as palavras podem ter, afinal, elas também têm agência e são, quiçá, os atores mais importantes ao longo de uma descrição etnográfica. No entanto, como afirma Latour (2012) “de qualquer forma, não existe palavra boa, apenas uso sensível”. Espero que não tenha falhado em todo uso sensível que procurei dar às palavras aqui apresentadas.

E, por fim, retomando os nossos fracassos metódicos, só se torna realmente possível finalizar uma pesquisa ao fim da sua escrita. E assim, talvez, eu pude reconhecer um pouco melhor as associações do Floresta Digital justamente quando escrevia as últimas palavras do texto.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2010.
- \_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Curso de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, n. 5, 2005.
- BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 43, n. 2, 2000.
- BRASIL, Governo Federal. **Por dentro do Brasil**: modernização da gestão administrativa. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/navegue\\_por/noticias/textos-de-referencia/modernizacao-da-gestao-publica-no-brasil](http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/modernizacao-da-gestao-publica-no-brasil)>. Acesso em: 18 nov. 2012.
- BRIGGS, Charles L. **Learning how to ask**: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research. Cambridge University Press, 1986.
- CALÁVIA SÁEZ, Oscar Calávia. O Lugar e o Tempo do Objeto Etnográfico. **Etnográfica**, [S.l.], v. 15, n. 3, outubro de 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- EMERSON, Robert. M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda. **Writing Ethnographic Fieldnotes**, Chicado: University of Chicago, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. Bienvenidos a Cyberia: notas para una antropología de la cibercultura. **Revista de Estudios Sociales**, [S.l.], n. 22, dezembro, 2005.
- FLORIANI PETRY, Dalila. **Uma outra floresta, a digital**: descrição sociotécnica do Floresta Digital, programa de “inclusão digital” do governo estadual do Acre. 2013. 124 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2013.
- FREIRE, Leticia Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, 2006.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- HOUDART, Sophie; OLIVIER, Thierry (Org.). **Humains, non humains**: comment repeupler les sciences sociales. Paris: La Découverte, 2011.
- LATOUR, Bruno. LATOUR, Bruno. C’est un truc complètement brésilien, l’acteur-réseau. Entrevista realizada por André Lemos. **Contemporânea/Comunicação e Cultura**,

[S.L.], v. 10, n. 3, set.-dez. 2012a.

\_\_\_\_\_. **Esperança de Pandora**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

\_\_\_\_\_. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: EDUSC, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 2009.

PROGRAMA FLORESTA DIGITAL. Programa de inclusão digital do Estado do Acre. **O que é Floresta Digital?** [2011]. Disponível em: <[www.florestadigital.acre.gov.br](http://www.florestadigital.acre.gov.br)>. Acesso em: 3 mar. 2016.

RIFIOTIS, Theophilos. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 12, n. 3, 2012.

SEGATA, Jean. Entre Sujeitos: o ciberespaço e a ANT. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE PESQUISADORES EM CIBERCULTURA, 2008, São Paulo. **Anais do Evento**, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nós e os outros humanos, os Animais de Estimação**. 2012. 200 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/UFSC, 2012.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu de. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). **Políticas Públicas & Inclusão Digital**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 43-66.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, p. 20-45, jul.-dez. 2006.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. (Org). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

STRATHERN, Marilyn. Cortando a rede. **Ponto Urbe**, São Paulo, Ano 5, agosto, 2011.

\_\_\_\_\_. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TURKLE, Sherry. **Life on the Screen**: identity in the age of the internet, 1995.

VENTURINI, Tommaso. La cartographie de controverses. In: COLLOQUE CARTO 2.0. Abril, Paris, 2008a. Disponível em: <[www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso\\_venturini/Cartographie\\_Controuverses\\_Carto2.0.pdf](http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/Cartographie_Controuverses_Carto2.0.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Piccola introduzione alla cartografia delle controversie**. [2008b]. Disponível em: <[http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Introduzione\\_Cartografia\\_Controuversie.pdf](http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Introduzione_Cartografia_Controuversie.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.



## Capítulo 7

# O “PACIENTE INFORMADO”: PRIMEIRAS NOTAS DE UM ESTUDO ETNOGRÁFICO

**Maria Elisa Máximo**

Pretendo esboçar, neste trabalho, as primeiras linhas de reflexão resultantes de um estudo etnográfico em torno do fenômeno que tem sido chamado, sobretudo nos estudos no campo da saúde coletiva, de “paciente informado” ou “paciente *expert*”<sup>1</sup>. Naquela ocasião, situei a proposta da pesquisa no quadro de uma questão maior que tem sido, na verdade, um dos motores da minha atuação – e do grupo de estudos ao qual me filio, o GrupCiber – no campo de estudos no ciberespaço atualmente: a questão metodológica, sobretudo no que diz respeito aos fazeres e políticas etnográficas. Especificamente, interessavam-me as recorrentes abordagens da etnografia como “método” pelos pesquisadores da cibercultura, principalmente na área da Comunicação Social, o que provocava – a nós, antropólogos – uma reavaliação do lugar da Antropologia e da etnografia nos estudos do ciberespaço. Com base em um levantamento e análise crítica do tratamento metodológico que alguns estudos vinham dando à etnografia, sob o rótulo de “etnografia virtual” ou “netnografia”, nós repensávamos o fazer etnográfico através do seguinte questionamento: como

1 No Brasil, dentre os autores que primeiro exploraram esta categoria estão coautores Luis David Castiel, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) e Paulo Roberto Vasconcelos-Silva, da UNIRIO (2002, 2003). Internacionalmente, segundo Garbin, Pereira Neto e Guilam (2008), dentre as primeiras reflexões sobre o termo merecem destaque Hardey (1999); Fox, Ward e O’Rourke (2005); e Blumenthal (2002).

fazer etnografia numa perspectiva sociotécnica, considerando-se agências humanas e não humanas? (MÁXIMO *et al.*, 2012). Tomando-se por base a proposta de Bruno Latour (1994; 2008) para uma “antropologia simétrica”, temos, no contexto do GrupCiber, nos debruçado sistematicamente no problema (ou no desafio) de como descrever as agências não humanas, ou ainda, como descrever situações em que o humano não é mais o sujeito, mas o objeto da ação de um sujeito não humano. Estamos, aqui, diante de uma série de questionamentos possíveis desde o momento em que os antropólogos passaram a problematizar a natureza etnocêntrica ou artificial de muitas das suas divisões analíticas, tais como sujeito-objeto, natureza-cultura, sociedade-técnica (RIFIOTIS, 2012). Um movimento que se torna mais forte nos anos de 1980 e no começo dos anos de 1990, quando um conjunto de inovações tecnológicas produz a figura do ciborgue, do híbrido (HARAWAY, 2000). Como propõe Marilyn Strathern (2012), essa consciência crescente do papel da tecnologia nos assuntos humanos, unindo fenômenos humanos e não humanos, convida-nos a repensar os tipos de fluxos entre pessoas e coisas que os antropólogos sempre descreveram em outros lugares. Ou seja, a “novidade” das questões que aqui se colocam é bastante relativa, mas o fato é que elas têm se revelado bastante pertinentes e estratégicas para se pensar o “lugar da técnica” nos estudos da “cibercultura” (RIFIOTIS, 2013). Nosso desafio, como coloca Rifiotis (2013, p. 3), é perseguir uma simetrização “[...] que nos possibilite perceber e pensar a técnica e os objetos para além de uma aparente exterioridade e limites dados pelo estreito perímetro do ‘uso’, ‘apropriação’ e ‘representação’”.

O exercício de pesquisa que aqui apresento resulta de um ensaio nesta perspectiva sóciotécnica, de uma tentativa de aproximar o social e a técnica e de dar visibilidade aos hibridismos. Situada no campo de articulação entre “internet, saúde e sociedade”, a pesquisa tem como foco o acesso aos conteúdos específicos de saúde disponíveis na web, visando pensar os modos pelos quais estes conteúdos participam e atuam em processos de tratamento e acompanhamento de saúde das pessoas que os acessam.

## ALGUMAS NOTAS METODOLÓGICAS

A proposta desta pesquisa é, em última instância, a de seguir as redes que, por sua vez, constituem-se através de conexões ou, melhor dizendo, de interações entre humanos e a técnica. Neste sentido, pretende-se identificar as ações sem pressupor que sejam humanas ou não humanas para, no limite, perceber nas ações quem ou o quê *está fazendo fazer o quê* (LATOURE, 2008). O termo rede é acionado aqui no sentido produzido no interior da “teoria ator-rede”, como a cadeia de efeitos produzidos a partir das alianças\interações entre entidades humanas e não humanas. A rede consiste, deste modo, em um “campo narrativo” misto, híbrido, que invoca o “fio de circunstâncias unidas pelas interações” (STRATHERN, 2012). Na sua interpretação dos autores da “teoria ator-rede”, Strathern percebe a rede como um “híbrido socialmente expandido”, ou seja, “como uma metáfora para as ilimitadas extensões e entrelaçamentos dos fenômenos”. Do ponto de vista da análise, da atividade interpretativa, o que nos cabe é “cortar as redes” (*cutting de network*), buscando reter objetos de reflexão estáveis o suficiente para serem úteis (STRATHERN, 2012). Quando percebemos certa estabilidade sociológica, percebida em torno de um conjunto de regras\línguas\competências interacionais, podemos, a meu ver, traçar um corte. Trata-se, segundo Strathern, da apreensão da saturação que pede, por sua vez, uma “pausa interpretativa”. A interpretação, neste caso, interrompe o fluxo contínuo da rede – ou a “corta” em uma extensão – reduzindo-a e a tornando exprimível.

Inspirada nesta abordagem e considerando a rede, como M. Strathern (2012) propõe, como “[...] uma imagem adequada para descrever o modo pelo qual se pode unir ou enumerar entidades díspares sem fazer pressuposições sobre níveis ou hierarquias [...]”, procuro seguir as interações entre pessoas, *sites*, conteúdos\informações disponíveis, ferramentas de busca, navegadores (*browser*), toda sorte de *software* e aplicativos de acesso e navegação na web, computadores, computadores portáteis, celulares, smartphones, tablets, e uma infinidade de agentes que participam, cada vez mais, do nosso cotidiano. A

pesquisa vem se desdobrando, então, em três frentes interdependentes:

1. Revisão de literatura, com o objetivo de levantar o “estado da arte” desta temática nos campos da saúde, sobretudo da saúde coletiva, e da mídia. Os textos divulgados pelas mídias, em especial pelas mídias digitais, serão tratados privilegiadamente como dados etnográficos, pois podem ser pensados como discursos ou narrativas que também estão produzindo e contornando o “paciente-informado”;
2. Levantamento dos sites e portais em língua portuguesa, com conteúdos específicos de saúde disponíveis.
3. semiestruturadas, com pessoas selecionadas através da minha rede de contato, com o objetivo de identificar experiências significativas de interação e diferentes formas de descrever tais interações com esses conteúdos e modalidades de acesso. Estas entrevistas correspondem, enfim, a uma etapa exploratória da pesquisa e deverão ser ampliadas no segundo semestre de 2013. Até o presente momento, foram realizadas três entrevistas: com Giulia, Érica e Maria<sup>2</sup>.

É importante salientar que a decisão pela realização das entrevistas não se deu, em tese, com o objetivo de privilegiar a perspectiva humana/ social acerca da problemática da pesquisa. Pelo contrário, foi uma decisão difícil e bastante ponderada, mas que, ao final, foi a maneira que encontrei de ascender às formas de se perceber e de se descrever as redes que configuram o “paciente informado”. Afinal, ao mesmo tempo em que a literatura existente me afirmava a existência de um “paciente informado” ou um “paciente *expert*”, por outro lado, restava, com cada vez mais força, a questão *quem é* ou *o quê é esse “paciente informado”*. E isso aponta, é claro, para a fragilidade destas grandes categorias explicativas e apriorísticas, formuladas exteriormente à particularidade e à eventual circunstancialidade das interações.

Nesse sentido, as entrevistas foram estruturadas para que permi-

<sup>2</sup> Os nomes são fictícios, visando a preservação da identidade dos participantes da pesquisa com base no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste artigo, exploro apenas as três entrevistas realizadas até o dezembro de 2013. No entanto, outras entrevistas estão sendo realizadas na continuidade da pesquisa.

tissem perceber, nas narrativas, as interações entre os atores que perfazem esse fenômeno na forma como estas são representadas, ou melhor, descritas. Como os participantes desta etapa estão, todos, entre os meus contatos mais ou menos próximos, optei por dois procedimentos que considerei ética e metodologicamente pertinente, dada a natureza das relações envolvidas. O primeiro deles foi a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde esclareço o tema, objetivos e metodologia da pesquisa, solicitando formalmente aos entrevistados sua autorização para a utilização dos depoimentos fornecidos. A apresentação do TCLE, no início de cada entrevista, marca um “lugar” a parte das relações – pessoais ou profissionais – vivenciadas anteriormente. Consciente de que este distanciamento é bastante relativo, ainda assim, acredito que o “acordo” estabelecido através do TCLE dá ao participante da pesquisa a oportunidade de *performar* sua narrativa no contexto daquele evento específico: a entrevista. Complementarmente, as entrevistas vêm sendo conduzidas a partir de um roteiro previamente estruturado, ainda que bastante flexível. A ideia inicial foi a de buscar, através das mesmas perguntas, experiências heterogêneas relativas ao acesso à internet, genericamente, e à busca de conteúdos de saúde.

Desse modo, as entrevistas vêm sendo tratadas e conduzidas como “eventos comunicativos” ou “metacomunicativos”, seguindo a proposta de Charles Briggs no seu livro *Learning how to ask* ([1986] 2003). Como eventos metacomunicativos, as entrevistas contêm uma série de aspectos que as situam numa situação social particular e as imbuem de força e de significado.

*Quem é o “paciente informado”? Como ele se informa? Sobre o quê? Através do quê, de quais dispositivos, ou de quem? Como os conteúdos e informações chegam até ele? Que informações ou conteúdos privilegia? **E, principalmente,** como ele descreve sua relação e suas interações com os sites, ferramentas de busca, conteúdos etc.?* Essas são algumas das questões que nortearam o início do trabalho de campo que, na sequência, será apresentado em notas preliminares.

## SEGUINDO O “PACIENTE INFORMADO”: PASSOS, *INSIGHTS*, RASCUNHOS...

Poderia eleger várias entradas para descrever os contornos do que tem sido chamado de “paciente informado”. A que me parece mais interessante, talvez pela sua natureza caricata, é a já consagrada expressão “Dr. Google”. “Doutor Google”, “doctor Google” ou, como disse uma das minhas entrevistadas, “oráculo Google” ou “guru” são expressões indicativas de um *sujeito*, um *ator* (ou, nos termos de Latour, um actante), protagonista na conformação do “paciente informado”. Embora sejam poucas, todas as entrevistas realizadas até agora indicaram o Google como sendo a ferramenta de busca que, pode-se dizer, monopoliza as buscas de informação na internet, independentemente do interesse.

Se o Google é o caminho por excelência para a busca de qualquer conteúdo, é nele também que se buscam informações para problemas de saúde, diagnósticos ou possíveis tratamentos. Em 2010, uma seguradora de saúde (BUPA) encomendou uma pesquisa ao Instituto Ipsos e à London School of Economics sobre o assunto. Segundo os dados, há dois anos o Brasil já era o quinto país (dos doze países que entraram na pesquisa) onde mais se pesquisa sobre saúde na internet. Dos 1.005 brasileiros ouvidos pelo estudo, 80% afirmou acessar a internet para buscar informações sobre saúde, remédios e condições médicas (PASTORES, 04/01/2011). Os dados quantitativos parecem significativos, mas as narrativas sobre o acesso a estes conteúdos revelam nuances interessantes.

A primeira entrevistada, Giulia, demonstrou acessar a internet privilegiadamente para as redes sociais e *e-mail*. Perguntei a ela quais as páginas costumam estar sempre abertas em seu navegador, e ela respondeu: “Facebook e... (pausa), o meu email do trabalho. O rotineiro é isso”. Disse não ter o hábito de ler na internet, seja qual for o tipo de informação (as notícias, disse-me ela, “leio pelas manchetes”). Mas, ao ser estimulada a contar um pouco sobre outros “usos” da internet, para além das redes sociais e email, ela disse: “... mas é claro, que quando tu precisa de uma informação, é no Google que tu vai achar. Então, o Google também

*faz parte do meu acesso diário, tanto de casa quanto do trabalho*". Foi no âmbito desse tipo de indagação, que já fugia ao roteiro previamente preparado para a entrevista, que Giulia lembrou que sua página de entrada no navegador é o Google.

Quando perguntada sobre o acesso aos conteúdos de saúde, titubeou. "*Sim, já procurei sobre doenças de pele... já procurei sobre alimentação saudável... que são assuntos que me interessam. Já procurei sobre atividade física...*". Indicava, assim, um acesso mais esporádico, garimpando a memória em busca de respostas à minha entrevista. Insisti mais um pouco e perguntei sobre situações específicas que a fizeram pesquisar informações sobre saúde na internet. E ela respondeu, agora com mais segurança.

*A atividade física e a alimentação saudável é porque eu estou, desde o início do ano, numa reeducação alimentar. Então eu procurei os médicos, especialistas, e quis me interar mais do assunto. As doenças de pele eu sempre procuro porque meu pai tem problemas de pele. E aí, automaticamente, eu sou muito medrosa em ter alguma coisa.* (Giulia, 26/06/2013)

Esse movimento de construção da narrativa, estimulado (para não dizer "forçado") pelas minhas perguntas e conseqüentemente por um processo de reanimação da memória, leva-nos a um ponto importante deste estudo: os interesses ou contingências singulares que motivam uma busca na web são cruciais na percepção dos modos como se dão as interações entre as pessoas, a web, computadores e *smartphones*, as ferramentas de busca, os conteúdos disponíveis etc. Durante a entrevista, mesmo quando perguntada especificamente sobre o acesso aos conteúdos de saúde, Giulia citou outros interesses que a levam a pesquisa informações na internet, como novelas e bebês. Contou-me estar focada, atualmente, no nascimento da sobrinha, sua afilhada. "*Meu forte esta semana está em organizar o chá de bebê da minha sobrinha*", apontando um dos temas que tem mobilizado suas buscas.

A segunda entrevistada, Érica, disse realizar pesquisas na internet de forma geral, diversificada e frequente. É para ela que o Google opera ora como "oráculo", ora como "guru".

*Eu acesso todos os dias, principalmente para ver email. Também*

*uso bastante Facebook, mas atualmente tenho usado menos. E, geralmente pra pesquisar coisas, tanto do meu trabalho, quando questões da vida: dúvidas sobre relacionamento, sobre saúde, sobre como organizar melhor a casa. Enfim, todo tipo de dúvida. É... atualmente, uso também do meu celular, quando tem internet (wifi livre).* (Érica, 29/06/2013)

Assim, Érica foi desenhando um perfil ou rotina de acesso significativamente distinta da de Giulia. Esta última tem o Google como página de entrada do seu navegador, no entanto, costuma ter apenas o *e-mail* e o Facebook constantemente “abertos” na tela. Já Érika, aponta para um tipo de acesso mais diversificado, multifacetado. Mais do que isso, poderíamos dizer que a experiência de Érica parece transcender a noção de “acesso” ou “uso”. Isso porque sua narrativa aponta para um tipo de comportamento e de hábitos cotidianos que incluem a internet, e o Google, como espaços e interlocutores permanentes. Destaco, aqui, um trecho da entrevista suscitado quando perguntei se, na sua vida pessoal, cotidiana, a internet lhe servia mais à comunicação ou mais à informação. Ela me disse:

*Eu vejo um equilíbrio. Eu diria que a minha principal fonte de comunicação atualmente é o email. Porque o celular (é...), falar com alguém pelo telefone, geralmente se restringe mais aos amigos, à família e, às vezes, um tema de trabalho mais urgente. Mas, assim: todas as comunicações do trabalho são via email, até as conversas com os amigos acontecem via email, então, eu acho que a minha principal fonte de comunicação hoje é o email. No entanto, qualquer dúvida que eu tenha, antes de perguntar para alguém eu vou na internet procurar. Antes de incomodar alguém, eu vou lá e pergunto para o oráculo Google. Tudo. Como se conserta a privada (vaso sanitário), como eu organizo meus sapatos, o que eu tenho no canto da boca.* (Érica, 29/06/2013)

Não há um interesse em particular que a mobilize para suas buscas na internet. Há, segundo ela, predominâncias relativas ao trabalho, por exemplo. (Ela é professora do ensino médio, de sociologia e filosofia). “*Com mais frequência, eu acesso estas coisas relacionadas ao meu trabalho. Mas, todos os outros assuntos que me interessam, e eu sou*

*uma pessoa muito curiosa, eu vou pesquisar na internet”.*

E, quando perguntei sobre seus acessos a conteúdos de saúde, ela afirmou: “Já acessei. Muitas vezes, antes mesmo de ver o médico ou marcar uma consulta”. Pedi, então, que ela me apontasse situações que a levaram a pesquisar e ela, mais uma vez, indicou que suas pesquisas estão para além de problemas extraordinários e alcançam dimensões bastante triviais do seu cotidiano.

*A que eu me lembro mais fortemente, foi a doença que eu tive ano passado, que eu fiquei muito mal. Tive uma doença que foi diagnosticada erroneamente no primeiro momento e, como era uma doença que eu não conhecia (e que os médicos também pareciam não conhecer muito bem) eu procurei muuuuito sobre causas, tratamento, prognóstico, enfim. Mas, pra tudo. Até numa gripe comum, às vezes a gente: o que eu posso tomar que vai me fazer bem? Que tipo de tratamento eu posso ter pra até (sei lá) uma frieira no pé, que, sei lá, eu possa melhorar sem precisar ir ao médico? E eu insisti: — Sem precisar ir ao médico? Ela reafirmou: — sem precisar ir ao médico.*

Cabe dizer, aqui, que eu já sabia do problema de saúde vivido por Érica. Ela integra minha rede de relações mais próximas e, posso dizer, acompanhei de perto seu problema de saúde. Sabia, também, que ela havia pesquisado muito sobre sua doença e possibilidades de tratamento, pautada por um posicionamento cada vez mais crítico em relação à medicina e à postura de muitos médicos. No entanto, não conhecia em detalhes a maneira como ela se aproximou, pela internet, do problema de saúde pelo qual passou; quais os caminhos haviam sido percorridos; como selecionou as informações ou que tipo de informação privilegiou; e de que forma o conhecimento construído a partir das suas buscas e pesquisas determinou a sequência de seu tratamento e o modo que viveu (e ainda vivencia) a doença. Não conhecia, também, a extensão das buscas de Érica sobre questões relacionadas à saúde. Ela me lembrou, durante as entrevistas, de problemas antigos e bem menos graves que já haviam a mobilizado para pesquisas na internet, em busca de explicações e soluções. E, o que mais me surpreendeu, foi saber que Érica faz pesquisas para solucionar questões triviais do cotidiano como, por exemplo, formas de organização dos seus pertences ou pequenos consertos.

Na medida em que Érica me revelava as várias situações, motivos e dúvidas que a levam ao Google, surgiram pistas de uma espécie de *competência* construída no decorrer das próprias incursões pela internet para selecionar, filtrar e separar a informação “relevante” da “não relevante”. Quando perguntei a ela sobre os sites acessados para suas pesquisas, ela me disse: “*é, o Google é o principal. Claro que eu já filtro. Dependendo do assunto que eu vou pesquisar, o que sai no Google, eu já observo o que é mais pertinente*”. E, quando eu a questiono se ela considera que o seu “uso” da internet para estas pesquisas já a tornou mais “competente” para filtrar as informações, ela me diz:

*Acho que pelo uso e pela minha formação acadêmica. Porque você consegue identificar o que é mais (pausa) científico (pausa), não que isso seja mais válido. Mas, o que é mais científico e o que é menos, o que é mais objetivo e o que é mais subjetivo. Mas, no fundo, se você está buscando informações, por exemplo, com relação a um problema pessoal, às vezes o subjetivo vai te dar uma perspectiva melhor do que o científico. Dependendo do que tu procura, tu vai selecionar um tipo de fonte.* (Érica, 29/06/2013)

Giulia, ao contrário de Érica, não me soube responder sobre seus critérios de seleção das informações na internet. E, no decorrer da entrevista, ela afirmou o privilégio dado às explicações do médico. “*Eu prefiro muito mais ir pela orientação médica, até no resultado de exames. Eu não gosto de me preocupar antes de escutar o que o médico tem pra me dizer*”. Perguntei, inclusive, se ela já chegou a discutir com o médico a partir de informações previamente pesquisadas. E ela reafirmou: “*tento chegar de forma neutra e geralmente concordo com as orientações do médico*” (Giulia, 26/06/2013).

O contraste entre as narrativas de Giulia e Érica indicam, ainda prematuramente, que a extensão e diversidade da busca por informações e conteúdos na internet podem ser diretamente proporcionais à extensão e diversidade das experiências que cada pessoa tem com a própria medicina e ao tipo de agência que desejam ter no processo de diagnóstico e de tratamento. Érica, por exemplo, mencionou durante a entrevista inúmeras situações que já a levaram a procurar os médicos de diferentes especialidades: de pequenos problemas de pele, passando

pelo diagnóstico de uma intolerância à lactose até a vivência de uma doença grave, fruto da reativação de um vírus no canal auditivo direito, que ocasionou uma infecção nervosa e uma paralisia facial completa do lado direito da face<sup>3</sup>. Ao me afirmar que recorria à internet em busca de explicações ou soluções que a livrassem de “ir ao médico”, perguntei: Então, eventualmente, a internet tem mais credibilidade do que a palavra do médico? E ela me respondeu imediatamente:

*Sim, tem. Hoje em dia eu não acredito tanto mais na medicina. Acho que a medicina se especializou tanto (e essa foi uma das razões para eu ter um diagnóstico errado, num primeiro momento, no ano passado), se especializou tanto, que o cara olha aquela pinta que você tem, mas se você tiver um câncer a três centímetros ele não vê. Então... eu não... Valorizo a medicina porque conheço meia dúzia de médicos que são muito bons. Mas, acho que a maioria faz isso mais pra ganhar dinheiro do que pra realmente... (Érica, 29/06/2013)*

Temos aqui uma situação curiosa. Enquanto a narrativa aponta um descrédito da biomedicina produzido concomitantemente à vivência da autonomia proporcionada pelo amplo acesso a informações e conteúdos relacionados à saúde, a medicina, por sua vez, faz da confiabilidade das informações um alvo de preocupação. Geraldo Zafalon, membro da diretoria do Conselho Federal de Medicina (CFM) e coordenador da Câmara Técnica de Telemedicina, pondera sobre esta questão. Para Zafalon, se por um lado o acesso aos conteúdos sobre saúde na internet pode potencializar a participação na tomada das decisões entre médicos e pacientes, por outro lado, a existência de *sites* cuja informação é “pouco confiável” pode levar a autodiagnósticos equivocados ou a preocupações infundadas (O CONHECIMENTO, 17/10/2012). Segundo André de F. Pereira Neto, existem atualmente no Brasil incontáveis “*sites* de saúde” publicados e mantidos por organizações, empresas ou indivíduos, onde muitas informações são apresentadas, do ponto de vista técnico e biomédico, de forma incorreta, incompleta, contraditória ou, até

<sup>3</sup> Explicação dada pela própria entrevistada, nestas palavras, durante nossa conversa, a partir do momento que pedi a ela que falasse um pouco mais da doença que teve e de como a internet a ajudou a vivenciá-la.

mesmo, incompreensível para um leigo. O que gera, segundo o pesquisador, situações que podem ter sérias conseqüências para a saúde pública, a começar pela indução da automedicação, que pode atrapalhar o tratamento e prejudicar o paciente (PEREIRA NETO, 2009).

Nesse caso, a preocupação com a confiabilidade das informações pode estar relacionada, entre outras coisas, com a linguagem. Segundo Paulo Olzon, clínico-geral e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), as tentativas em se criar *sites* com informações tecnicamente confiáveis costumam recair ou numa linguagem por demais científica e pouco acessível para o leigo ou numa linguagem reducionista, traída pela tentativa de simplificação (PASTORES, 04/01/2011). Esses problemas de tradução entre o discurso biomédico e o leigo revelam, de algum modo, o caráter tradicionalmente assimétrico desta relação: quanto mais difícil parecer o discurso biomédico para o leigo, mais evidentes estão as relações de poder que permeiam esta relação.

A questão da linguagem destes conteúdos de saúde merece, sem dúvida, um investimento etnográfico mais atento, considerando aspectos como a hipertextualidade e as modalidades de interação disponíveis em alguns sites. Ao levantarmos *sites* e portais<sup>4</sup> que disponibilizam conteúdos de saúde percebemos que, em algumas páginas, a sessão de comentários parece ter mais relevância do que o próprio conteúdo postado. Em outras palavras, o conteúdo disponível provoca, em certas situações, uma sucessão de comentários e relatos de experiências que lembram a “sala de espera” de um consultório médico, onde as pessoas partilham problemas e vivências comuns ou semelhantes numa ambiência tão reconfortante quanto a da própria consulta<sup>5</sup>. Não seria arriscado afirmar que, em grande medida, é a informação – a qualidade dela, o impacto que ela gera nos leitores, os sentidos que ela sugere etc – que

<sup>4</sup> A sistematização deste levantamento ainda está por ser feita.

<sup>5</sup> Deveríamos, aqui, considerar as particularidades do sistema de saúde brasileiro que, grosso modo, constitui-se de combinações entre serviços públicos e privados. Muito brevemente e correndo o risco de uma simplificação leviana, parece que a “mercantilização” do atendimento à saúde, levando a consultas cada vez mais rápidas e focadas na causa específica da “queixa”, potencializam a busca, por parte dos “pacientes”, por outras fontes de informações e outros redutos de conforto para seus problemas.

tem o potencial de suscitar mais ou menos comentários. E esta “qualidade” da informação não necessariamente depende de critérios de “cientificidade”, mas antes de um tipo de linguagem capaz de aproximá-la da própria experiência do leitor, gerando identificação.

O espaço dos comentários constitui-se, assim, como chave para a construção de redes de confiança que, no limite, nos dão pistas de como se dão as interações entre as pessoas, os *sites* e as informações ali disponíveis. Nos comentários, as pessoas conferem, confirmam, refutam ou acrescentam informações às suas “buscas”, num processo de refinamento dos filtros e dos critérios de construção da confiabilidade e da credibilidade.

De todo modo, a narrativa de Érica deixou uma pista interessante para a descrição dos modos pelos quais as pessoas selecionam, filtram e elegem as informações relevantes: a “recorrência”. Para além de uma linguagem acessível, as “marcas” de alguns portais ou, eventualmente, a autoria do conteúdo, a repetição de uma explicação ou indicação cria uma relevância.

*Ou mesmo uma recorrência... Você viu isso aqui. Tá. Mas então, deixa eu checar isso. Vamos procurar outras fontes. Vamos ver se isso realmente é (pausa) uma coisa que se muitos dizem ou que só um diz. (Érica, 29/06/2013)*

Como se pode notar, estou deliberadamente privilegiando uma das entrevistas realizadas, pois foi ela que provocou as narrativas mais ricas e significativas do ponto de vista da problemática em questão. O que não diminui, é claro, a importância das outras duas. A entrevista com Maria, embora não tenha sido diretamente mencionada, fortaleceu um quadro comparativo que, ao final, constitui-se como o contexto no qual os ensaios interpretativos aqui esboçados tornaram-se mais evidentes e viáveis. Como Giulia, Maria demonstrou não acessar com frequência conteúdos específicos de saúde na internet. Disse-me ela que, felizmente, nunca passou por um problema tão sério que a motivasse buscar, por conta própria, tais informações. No entanto, afirmou realizar muitas pesquisas no Google, principalmente sobre questões relacionadas ao seu trabalho: notícias em geral, informações sobre educação, marketing, publicidade, relações interpessoais (relacionados à área de *coaching*), comunicação, administração e, também, para o entretenimento (busca de músicas e vídeos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem querer, de forma alguma, recair numa visão reducionista que associa diretamente o acesso aos conteúdos de saúde à demanda (isto é, a vivência concreta de problemas de saúde), as entrevistas até então realizadas apontam, de forma ainda insipiente, para alguns contornos do processo de constituição do “paciente-informado”. Em primeiro lugar, está claro que o “paciente-informado” não é mais o sujeito da conhecida relação médico-paciente. Trata-se de um sujeito que tem agência na definição do seu estado de saúde. Nesse sentido, buscar ou não buscar informações na internet, privilegiar ou não a orientação médica, são possibilidades que não estão necessariamente associadas a recursos ou habilidades específicas. Todas as entrevistadas conhecem o poder de alcance do Google. E todas têm acesso amplo e diário à internet e suas ferramentas.

Assim sendo, as expressões “paciente informado” (*informed patient*), “paciente expert” (*patient expert*), dentre outras que aparecem na literatura sinalizam a mudança de olhar sobre essas relações e agências. Para Katie Moisse, neurocientista norte-americana e repórter na revista *Scientific American*, a conhecida relação “médico-paciente” já foi acrescida de um terceiro elemento: a internet. Para a autora, os médicos não podem mais desconsiderar o fato de que seus pacientes estão buscando e lendo informações on-line (MOISSE, 8/2/2011; CAMELO, 2/2/2011). É possível inferir que a consequência disso é uma relação mais simétrica, onde a clássica autoridade médica é colocada em xeque na medida em que se reconhece a “racionalidade” do paciente que, munido de um conhecimento previamente construído acerca de seu estado de saúde, apela pelo seu engajamento no processo de diagnóstico e tratamento.

A narrativa de Érica traz um dado importante, nesse sentido: na medida em que as informações encontradas na internet mostram-se recorrentes, as contradições presentes na própria fala dos médicos – sobretudo quando se consulta muitos médicos para um mesmo problema – parecem ficar mais evidentes e facilmente percebidas. Mais do que isso, ela fala da diminuição de “mediadores” da informação

quando se busca na internet. Quando pergunto sobre como ela enxerga esta possibilidade de acesso amplo e irrestrito às informações e sobre como isso afeta, no seu ponto de vista, a vida das pessoas em geral, ela me diz:

*Olha, no meu caso, é positivo. Eu não viveria mais sem procurar informação sobre saúde e sobre todas as outras coisas na internet. Eu me sentiria (pausa), sei lá, alienada se eu não tivesse. Acho que têm pessoas que acabam ficando mais alarmadas com a internet. Acabam se estressando com isso e eu nem te saberia explicar por que. É uma coisa muito distante de mim. Mas eu acho que essa oportunidade de você ter acesso a diferentes experiências; a diferentes relatos de um caso, similares ou não; ter acesso a artigos científicos; ter acesso a informação... E, muito mais importante, ter acesso a uma informação não mediada. Porque a informação na internet você mesmo faz a mediação. Quem sabe esse seja o problema. Às vezes as pessoas não sabem mediar a informação. Quem sabe este deveria ser um conhecimento básico, escolar: como mediar a informação. É uma informação não filtrada. É você quem filtra.*

Tomar para si o poder da mediação: isto me parece, neste momento, o indicador mais significativo da configuração do “paciente-informado”. Fazer a mediação é, neste caso, ter ação sobre os critérios de seleção da informação, de escolha das condutas e, principalmente, ter ação sobre o próprio discurso médico que, até então, lócus por excelência de aproximação e produção de “verdades”. Assim, um “paciente-informado” – que pode ser traduzido, aqui, como um paciente experiente/perito/conhecedor, que vai (ou não) ao encontro do médico munido de informações previamente buscadas, selecionadas, interpretadas – constitui-se como um *ator-rede* no sentido proposto por B. Latour: é um *lugar* do qual se atua e para onde converge uma multiplicidade de ações: desde a percepção de que algo não vai bem com a saúde (o que, pelo menos em certas situações, já é um efeito de ações e experiências anteriores) ao impulso da busca autônoma de informações (que pressupõe, ao mesmo tempo, certa recusa em contatar de imediato um profissional ou serviço médico), incluindo então o acesso aos dispositivos tecnológicos e ferramentas de busca, a escolha das palavras-chave; a relevância

dos resultados (que, como sabemos, dependem de ações de algoritmos e boots); os caminhos realizados por entre os resultados e as informações encontradas; o tempo gasto em cada *site* acessado; os modos de interação com conteúdos e *sites*; a participação nos comentários; os processos de tradução das informações “consumidas” (que, por sua vez, podem provocar outras ações), as decisões de automedicação, autocuidado etc. Em outras palavras, o paciente-informado é um ator que nunca está só em sua atuação (LATOURE, 2008, p. 73).

Estamos lidando aqui com uma noção de *ator* que não pode ser confundida com a noção de ator social e, nesse sentido, Latour (2008) sugere o termo *actante* para se referir aqueles entes cujas ações deixam traços, produzem efeitos (traduções) na rede, que modificam a rede e são modificados por ela. E se a noção de *ator* não se reduz ao *ator social*, a *ação* também não se reduz a ação humana. Ou seja, para Latour “[...] ator é tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc.” (FREIRE, 2006, p. 10). Enfim, o “paciente-informado” parece ser menos o sujeito, isoladamente, e mais a própria rede. Ou seja, descrever o “paciente-informado” é, antes de tudo, embrenhar-se no esforço de rastrear e descrever associações entre múltiplos atores: profissionais, serviços de saúde, pacientes, dispositivos tecnológicos, conteúdos, sites, veículos de comunicação, organizações, formas de acesso à internet, dentre outros. O que nos interessa é, justamente, alcançar a complexidade destas associações, as motivações para que elas se estabeleçam e as redes de agenciamento que as constituem, através de um esforço de descrição das ações e dos efeitos das ações sobre a rede.

## REFERÊNCIAS

BRIGGS, Charles. **Learning how to ask**. A sociolinguistic appraisal of the role of interview in social science research. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <<http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam034/85029153.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

CAMELO, Thiago. Dr. Google e seus bilhões de pacientes. **Instituto Ciência Hoje**, [S.l.], 2/2/2011. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/02/dr.-goo->

gle-e-seus-sete-bilhoes-de-pacientes>. Acesso em: 4 out. 2012.

CASTIELS, L. D.; VASCONCELOS-SILVA, P. R. Internet e o autocuidado em saúde: como juntar os trapinhos? **História, Ciência e Saúde** – Maguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 291-314, maio-agosto, 2002.

FREIRE, Letícia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 46-65, junho-julho, 2006. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/pesquisadores/Leticia%20de%20Luna%20Freire/latour.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

MOISSE, Katie. The YouTube Cure: how social media shapes medical practice. **Scientific American**, [S.l.], 8/02/2011. Disponível em: <<http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=the-youtube-cure&page=2>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; SILVA, T. T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-108.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

PASTORES, Mariana. 81% dos internautas fazem buscas sobre saúde. **Folha de São Paulo**, [on-line], 04/01/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/854663-81-dos-internautas-fazem-buscas-sobre-saude.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

PEREIRA NETO, André Farias. **Avaliação de sites de saúde: pesquisa, formação e solução de um problema relevante para a saúde pública** – Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: Inova/ENSP, 2009.

RIFIOTIS, Theophilos. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, set.-dez. 2012.

STRATHERN, Marilyn. Cortando a rede. **Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, ano 6, n. 11, dez. 2012.

PEREIRA NETO, A.; GUILAM, M. C.; PRIMENTA, D. N. **Avaliação da informação e sites de dengue e tuberculose: uma proposta inovadora para a promoção em saúde** – Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: LAISS/ENSP/FIOCRUZ, 2011.

MÁXIMO, M. E. *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI/Natal: EDUFERN, 2012. p. 323-338.

## SOBRE OS AUTORES

### **Arturo Escobar**

Professor do Departamento de Antropologia da University of North Carolina, Chapel Hill, Estados Unidos da América. Doutorado interdisciplinar de filosofia, política e planejamento no Terceiro Mundo pela University of California, Berkeley (EUA). Áreas de pesquisa: ecologia política; antropologia do desenvolvimento; movimentos sociais; estudos sobre ciência e técnica.  
*e-mail:* aescobar@email.unc.edu

### **Bruno Latour**

Professor do Institut d'Etudes Politiques de Paris (Sciences Po), França. Doutorado em Filosofia pela Université de Tours (França). Diretor do Médialab/SciencePo. Áreas de pesquisa: filosofia e sociologia das ciências; antropologia da modernidade.  
*e-mail:* bruno.latour@sciencespo.fr

### **Dalila Floriani Petry**

Pesquisadora do GrupCiber. Doutoranda em Antropologia na Université de Nanterre/Paris X – La Défense. Áreas de pesquisa: políticas públicas; antropologia do ciberespaço.  
*e-mail:* dalilafloriani@gmail.com

### **Jean Segata**

Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e colíder do GrupCiber. Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Áreas de pesquisa: redes sociotécnicas; ciência, tecnologia e sociedade; cibercultura; natureza e cultura; relações homem-animal em meios urbanos.  
*e-mail:* jeansegata@gmail.com

### **Maria Elisa Máximo**

Professora titular da Associação Educacional Luterana Bom Jesus – IELUSC. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Áreas de pesquisa: formas de sociabilidade produzidas na interface com as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC).  
*e-mail:* elisamaximo@gmail.com

### **Theophilos Rifiotis**

Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Líder do GrupCiber. Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Áreas de pesquisa: violência e judicialização; redes sociotécnicas; cibercultura; antropologia do ciberespaço.  
*e-mail:* t.rifiotis@ufsc.br

Nos últimos 20 anos, estudos no campo da cibercultura ganharam evidência no Brasil a partir de disciplinas como a sociologia, a comunicação, a filosofia, a antropologia e as artes. Temas como o da realidade virtual, da Comunicação Mediada por Computador (CMC), da internet e dos seus dispositivos, como também aqueles da inteligência artificial, do pós-humano e da elasticidade da vida – nos laboratórios ou no ciberespaço – são os mais recorrentes. Desde *e-mails*, *chats*, *blogs* e listas de discussão, transações bancárias, desenvolvedores de *softwares* e jogos eletrônicos, tecnologias da imagem, a produção e difusão artísticas, dispositivos móveis e seus aplicativos, as redes sociais e suas formas de lazer, ativismo e politização ou ainda toda a sorte de ciborgues que vêm se multiplicando pela expansão cada vez mais pervasiva e ubíqua dessas tecnologias. Nessa linha, hibridismos com os corpos humanos em próteses de múltiplos tipos e finalidades são também exemplos de como os estudos do campo da cibercultura mesclam a ficção científica, a ideia de futuro e as transformações concretas da vida contemporânea. Não por menos, esse campo tem sido dinâmico, desafiador, controverso e mobilizador de debates intensos em eventos e publicações. O GrupCiber é um pioneiro da antropologia no campo da cibercultura no Brasil, e, desde a sua constituição em 1996, vem enfrentando os desafios e as possibilidades colocadas pela cibercultura em pesquisas cuja chave mestra é a etnografia. Deslocando o debate generalista, extralocalizado e autoexplicativo, que caracteriza tradições ensaísticas sobre as quais parte dessa produção tem sido desenvolvida, a etnografia posiciona e situa a cibercultura para o lugar onde ela é produzida e significada cotidianamente, ou seja, nas práticas, experiências e sensibilidades da vida real e não daquela imaginada. Ali, onde pessoas, artefatos e outros seres são cruzados e coproduzidos com e pelas tecnologias digitais, a antropologia reivindicada pelo GrupCiber é aquela que põe em revisão constante a sua agenda de teoria, método e atuação. Esse tem sido o esforço empreendido pelo grupo ao longo destes anos e, por conseguinte, tornou-se o eixo estruturante das nossas atividades. Trata-se da defesa de *políticas etnográficas para o campo da cibercultura*, que é o que procuramos sistematizar ao longo do presente livro.

Jean Segata  
Theophilos Rifiotis  
(organizadores)